



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0051/2002 DE 2002

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0051/2002 DE 05/03/02

PROMOVENTE: VEREADOR
VEREADOR

CARLOS NEDER
LUCILA PIZANI GONÇALVES

E M E N T A:

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INFORMAÇÕES
SOBRE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O B S E R V A C O E S:

PROCESSO RECONSTITUÍDO EM 05-06-03.

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
04/11/2010 11:07:11

00000018247-83



ARQUIVADO EM

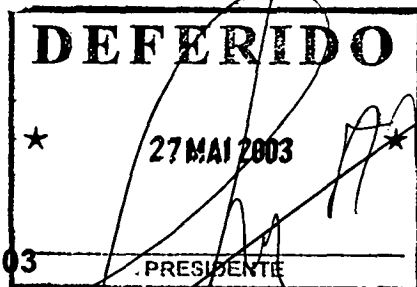
27/11/2003

Manoel Lopes Corrêa
Chefe de Seção Técnica - Substituta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO



São Paulo, 27 de maio de 2003.

Memo CSPST nº 044/2003

À ATM

Senhor Assessor Chefe,

13 - RDS

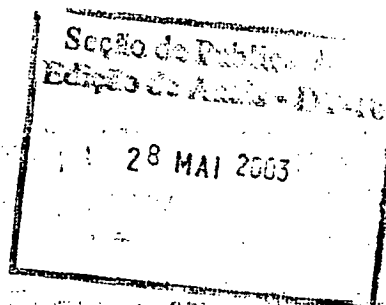
13-0992/2003

Como Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho solicito de V.Sa., a reconstituição do **Projeto de Lei nº 051/2002, de autoria do Nobre Vereador Carlos Neder.**

Atenciosamente,

VEREADOR GILBERTO NATALINI

Presidente da Comissão de Saúde,
Promoção Social e Trabalho





Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº. 02 do proc.
nº 51 de 02
VERB. Legislativo
RF 11.132

PROJETO DE LEI

01 - PL
01-0051/2002

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE: 05-03-02
Constituição e Justiça
Política Urbana Metrop. M.A.
Saúde, prom. social e trabalho
Finanças e Orçamento

PRESID-NTE

Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica criado no Município de São Paulo o Programa de informações sobre Vítimas de Violência.

Art. 2º - Consiste o Programa em identificar as áreas de risco e causas mais freqüentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência.

§ 1º.- O objetivo do Programa é o desenvolvimento de ações do Poder Público local no sentido de estabelecer ações intersetoriais de prevenção de agravos e de atenção às vítimas, bem como políticas públicas de segurança.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº. <u>03</u> do proc.
nº <u>51</u> de <u>02</u>

Legislativo
RF 11.132

§ 2º.- Para os fins desta lei, entende-se por violência qualquer ação ou omissão que resulte em dano à integridade física, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano.

Art. 3º - Deverão os profissionais de saúde e os demais responsáveis pela assistência e atendimento às vítimas de violência preencher instrumento próprio, sem prejuízo do preenchimento de outros instrumentos previstos em lei, para a definição minuciosa do perfil da violência ocorrida, ressalvados os aspectos éticos.

Art. 4º - Ficam os hospitais da rede pública ou privada localizados no Município de São Paulo obrigados a encaminhar, periodicamente, os instrumentos referidos no artigo anterior, preenchidos, ao órgão da Administração Pública Municipal competente.

§ 1º - Ficam os Hospitais da rede privada que não atenderem ao disposto no *caput* deste artigo sujeitos às seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente, em caso de reincidência:

I - multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

§ 2º - As multas a que se referem o "caput" serão atualizadas em 1º de janeiro de cada exercício, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior e, em caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal que reflita a perda do valor aquisitivo da moeda.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº. 09 do proc.
nº 51 de 02
INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

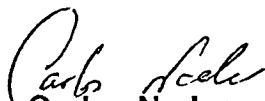
Art. 5º - Fica o órgão da Administração Pública Municipal competente obrigado a compilar os dados sobre a violência constantes nos instrumentos recebidos dos Hospitais e dos demais serviços municipais, de forma a constituir banco de dados e identificar o perfil sócio-econômico das vítimas de violência e de seus agressores, as áreas de risco e causas mais freqüentes, disponibilizando os dados referidos em sítio próprio da rede mundial de computadores (Internet).

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

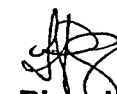
Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 2002.


Carlos Neder

Vereador - PT


Lucila Pizani Gonçalves

Vereadora - PT



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº. <u>05</u> do proc.
nº <u>51</u> de <u>02</u>
<i>de</i>
DIRETORIA DE LEGISLAÇÃO - Of. Legislativo
RF 11.132

JUSTIFICATIVA

A violência no Município São Paulo atingiu, nos últimos anos, índices alarmantes.

A solução do problema passa, inexoravelmente, por melhorias e reformas no sistema legal, judiciário e penitenciário, bem como pelo melhor treinamento da polícia; e, principalmente, pela solução dos graves problemas sociais no Brasil.

Deve-se salientar, no entanto, que a questão da violência não será resolvida com ações isoladas, sendo necessária a participação e o engajamento de todos os setores da sociedade civil.

A falta de dados sobre a violência urbana, ou a imprecisão destes, é apontada por especialistas como uma das grandes dificuldades encontradas pelo Poder Público na solução do problema da violência urbana.

É preciso, pois, conhecer melhor a face da violência urbana, suas peculiaridades, para que as ações diretas de combate à violência surtam melhor efeito.

A presente iniciativa visa a identificar os principais focos de violência na cidade, seu perfil sócio-econômico, suas causas e efeitos, através de dados coletados em todos os Hospitais da cidade, serviços de urgência e emergência e demais serviços que possam atender as vítimas da violência, pois com a compilação e disponibilização destes dados, a sociedade civil e o Poder Público, em todos os seus níveis, terão melhores condições de conhecer e, conseqüentemente, solucionar o problema da violência na Cidade de São Paulo.

Juntar ao P.L.

Folha nº. 06	do proc.
Nº 10251	de 02

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

Publicação: Diário S Paulo
Data: 06 / 01 / 02
Pág.: 1-2

Estudo sobre a violência na cidade

► Estudo realizado pela Secretaria Municipal de Saúde no Hospital dr. Arthur Ribeiro de Saboya, no Jabaquara, revelou que, das 3.077 internações registradas entre janeiro e abril de 2001, 24% dos casos estavam relacionados à violência. A principal vítima, 79,8%, é do sexo masculino, cuja média de idade é de 32 anos. Os pacientes mais atingidos, 56,1%, estão na faixa dos 20 aos 49 anos. Atualmente, 60% dos leitos da UTI são ocupados por pacientes que sofreram algum tipo de violência.

Mortes violentas crescem em São Paulo

Segundo estudo, morte por fator externo reduz expectativa de vida na Grande SP em 4 anos

LUCIANA GARBIN

Um morador da Grande São Paulo tem 40 vezes mais risco de morrer assassinado do que um habitante da Espanha, país com população equivalente à do Estado. Além disso, os homens da região metropolitana perdem em média 4,4 anos de sua expectativa de vida por homicídios, acidentes e suicídios. Em Santos, são 4,7. Esses são alguns números mostrados na pesquisa Mortalidade por Causas Externas no Estado de São Paulo e suas Regiões, do demógrafo Antonio Benedito Marangone Camargo.

Resultado de uma tese defendida na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo na semana passada, o estudo mostra que, até o fim dos anos 70, as causas externas de morte eram superadas de longe por doenças. Mas, com a explosão da criminalidade, tornaram-se o segundo fator mais importante de morte, após problemas no sistema circulatório.

Para chegar aos números, Camargo usou declarações de óbito preenchidas pelos Institutos Médicos-Legais do Estado e enviadas pelos cartórios para a Fundação Seade, onde ele trabalha. Depois, usou essas informações para fazer análises por regiões, grupos etários, sexo, municípios. O resultado é, no mínimo, preocu-

DADOS DO ESTUDO

Um morador da Grande São Paulo tem 40 vezes mais chances de morrer assassinado que um habitante da Espanha.

Homens da região metropolitana perdem em média 4,4 anos de sua expectativa de vida por homicídios, acidentes e suicídios.

Acidentes com veículos causam 20 óbitos por cem mil habitantes.

Nos países desenvolvidos as causas externas respondem por cerca de 5% da mortalidade; aqui, representam 15%.

Taxa de mortalidade masculina por cem mil habitantes

Diadema: 138,3

Embu: 99,3

Itapeverica: 93,9

da Serra

São Paulo: 40,0

pante. "Enquanto nos países desenvolvidos as causas externas respondem por cerca de 5% da mortalidade, aqui representam 15%", compara o pesquisador. "Nossos níveis de violência estão entre os maiores do mundo."

Homens - Segundo Camargo, nos homens, os índices são mais graves, sobretudo pelos homicídios - o principal fator externo de morte desde os anos 90 no Estado e anos 80 na capital. Para se ter uma idéia do tamanho do problema, a mortalidade passou de cerca de 10 óbitos por 100 mil habitantes no fim da década de 70, para mais de 25 a partir de metade dos anos 90. Em São Paulo, as taxas, que se mantiveram abaixo de 10 até o fim dos anos 70, ultrapassaram nos últimos anos os 40 óbitos por 100 mil pessoas.

"O que chama a atenção são os níveis de homicídios em alguns municípios, que passam ou estão próximos de 100 óbitos por 100 mil habitantes", diz, citando Diadema (138,3 mortes),

Embu (99,3) e Itapeverica da Serra (93,9). "Surpreende a inclusão nessa faixa de regiões que antes não apareciam, como Guarujá, Santos, Praia Grande, São José dos Campos."

As taxas ainda vêm aumentando, nos últimos anos, nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto. Entre as áreas mais tranquilas, estão Franca, Barretos e São José do Rio Preto.

"Espero que esses dados contribuam para que se comece a reverter a tendência. Se não for possível eliminá-la totalmente, que se chegue a patamares no mínimo aceitáveis."

Os acidentes de veículos também apresentam coeficientes elevados, mas vêm mantendo-se com certa estabilidade com cerca de 20 óbitos por 100 mil habitantes. "Entre 1997 e 1998, com a entrada em vigor do novo Código de Trânsito Brasileiro, houve queda nos índices, mas depois disso eles voltaram a se estabilizar."

Os níveis mais altos de mortes violentas estão sempre entre os jovens.

COLABORAÇÃO: SEGURANÇA

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo

RF 11.132

Aumento da pobreza em SP atrai violência

Estudo da prefeitura mostra que crescimento da concentração de miseráveis torna áreas mais sujeitas à ocorrência de homicídios

JOÃO CARLOS SILVA

DA REPORTAGEM LOCAL

Cruzamento de dados feito pela Prefeitura de São Paulo mostra que pobreza e violência andam de mãos dadas nos 96 distritos da cidade. Ou seja: quanto maior a taxa de crescimento anual do número de chefes de família pobres de um distrito, maior a chance de essa região ter de conviver com aumento das mortes violentas.

Situação oposta ocorre em áreas onde houve arrefecimento da pobreza. Nelas predominam também decréscimo das taxas de mortes violentas.

A conclusão é apontada no estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo", feito pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.

No estudo, primeiro chegou-se ao número de chefes de família que viviam em 2000 e em 1991 com renda inferior à 1,47 e 1,46 salário mínimo, respectivamente (cerca de R\$ 264, atualmente). Esse nível de renda foi adotado para definir e qualificar o que seria a linha de pobreza.

Desse número saiu a primeira conclusão: um em cada cinco chefes de família de São Paulo (598,1 mil) vivia em 2000 com renda abaixo da linha de pobreza. O número é 19,7% maior que os que tinham essa situação financeira em 91, de acordo com o IBGE.

Depois, foi calculada a média anual da taxa de crescimento do número de chefes de família pobres, por distrito da cidade, entre 91 e 2000. Isso foi feito para tornar possível a comparação do dado

com outra média, a de crescimento da taxa de mortes violentas.

Essas mortes ocorreram em um período diferente — em 1994 e em 2000, segundo dados do Proaim (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade).

O resultado mostrou que, dos dez distritos com maior média anual de taxa de crescimento de chefes de família pobres, em oito a taxa média de aumento do número de homicídios e de mortes no trânsito também cresceu.

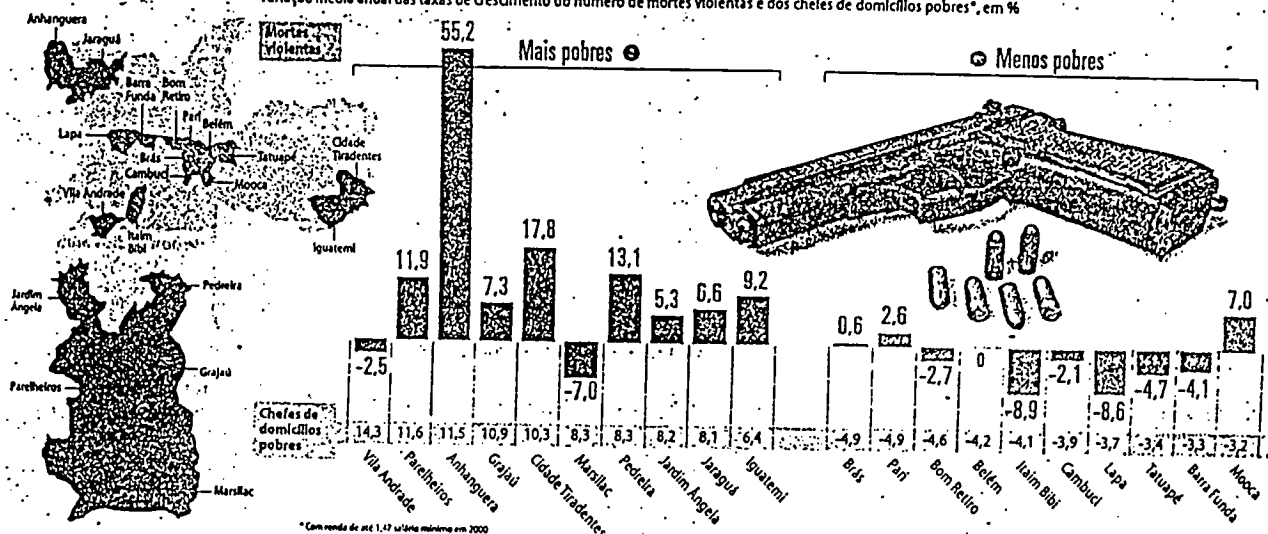
Um exemplo dessa realidade vive Parelheiros. O bairro tem 11,6% de taxa anual média de crescimento de chefes de domicílio pobres. Parelheiros também tem taxa média anual de crescimento de violência de 11,9%, segundo o estudo.

Dá a necessidade da média anual de crescimento, pois a variação absoluta do número de chefes de família pobres no bairro foi de 167,7%, considerando os dados de 91 e os de 2000. E a de mortes violentas foi de 96,7%, comparando os números de 94 e os de 2000.

Na outra ponta estão os distritos com menor número de pobres. Dos dez distritos onde houve decréscimo da taxa de pobreza, apenas três tiveram aumento médio da violência — um deles de 0,6%.

POBREZA E VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO

Variação média anual das taxas de crescimento do número de mortes violentas e dos chefes de domicílios pobres*, em %



COLAPSO NA SEGURANÇA

Distrito industrializado é menos violento

Estudo indica que taxas de crescimento de violência e de pobreza são maiores onde predominam atividades primárias e terciárias

DA REPORTAGEM LOCAL

Pobreza e violência estão diretamente associadas ao nível de industrialização de um distrito. Se ele tem característica predominantemente industrial, as taxas médias de crescimento anual de pobreza e de violência são menores, comparadas às de um que concentra atividades econômicas primárias (agropecuárias) e terciárias (comércio e serviços).

Essa conclusão do estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo" repete-se em outras duas situações.

As taxas de pobreza e de violência também são menores e até negativas quanto maior é a escolaridade dos chefes de família pobres e quanto menos populosos são os distritos onde vivem, entre os 96 existentes na cidade de São Paulo.

No estudo, o patamar de comparação para esses três casos sempre é um só: taxas médias anuais de crescimento de pobreza e de violência na cidade de São Paulo de 2% e 2,4%, respectivamente.

É só comparar essas porcentagens com as de distritos não-industriais para chegar à mudança de comportamento dos índices. Nessas regiões, a taxa de crescimento de pobreza é de 2,8%, e a de violência, de 4,3%.

Essas taxas são mais altas do

que a média de São Paulo, mas o contraste maior sai da comparação com as regiões industrializadas. Nesses distritos, há decréscimo das taxas de pobreza e de violência, respectivamente de 0,5% e 0,4%, segundo o estudo.

Escolaridade

É o mesmo que acontece quando se associa violência, pobreza e nível de escolaridade dos chefes de família pobres. Se for baixo o nível de escolaridade, serão altos os índices de pobreza e de violência, em relação aos dos chefes de família com mais anos de estudo (veja quadro nesta pág.).

No estudo, esse critério de escolaridade é baseado nos anos de estudo dos chefes de família pobres. Se tiver até sete anos de estudo, independentemente da série que foi completada, o chefe de família terá baixa escolaridade. Média escolaridade (8 a 14 anos de estudo) e alta (14 anos de estudo ou mais) são os outros perfis possíveis.

No caso dos distritos, o critério envolveu separação em quatro faixas. Nos menores, com até 50 mil moradores, estão as menores taxas médias de crescimento de pobreza e de violência. Houve decréscimo dos índices, respectivamente de 2% e 2,7%, de acordo com o cruzamento de dados feito pela prefeitura. (JCS)

Dados devem orientar projetos, diz Pochmann

DA REPORTAGEM LOCAL

Os dados cruzados pela Prefeitura de São Paulo tiveram por objetivo orientar a implantação dos programas sociais da administração petista, mas deveria ser usado também para orientar a política de combate à violência na cidade, segundo avalia o secretário Marcio Pochmann (Trabalho).

"Com esses dados, é possível constatar que, quanto mais cresce a pobreza, mais há estímulos à violência. Portanto, o combate à violência requer também uma melhor distribuição de renda e, sobretudo, um combate à pobreza", disse.

Para Pochmann, essa necessidade justifica parcerias entre os governos municipal, estadual e federal.

"A ampliação da escolaridade e o desenvolvimento econômico são funções que apenas a prefeitura pode cumprir. Ela depende do apoio dos governos estadual e federal."

No caso do município de São Paulo, a prefeitura precisaria hoje de 12,3 vezes o que investiu em 2001 em programas sociais (R\$ 64 milhões) para atender os 589,1 mil chefes de família que vivem em situação de pobreza na cidade.

Em recursos, daria um total aproximado de R\$ 789 milhões por ano, embora haja tentativa de gastar cerca de R\$ 300 milhões neste ano. "O combate à pobreza é relativamente barato, quando comparado a outros gastos", disse Pochmann.

A análise que o secretário fez ontem do estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo" envolveu também uma crítica indireta ao governo federal e a outras administrações de São Paulo.

"O combate à inflação e as políticas econômicas [do governo federal] demonstraram ser ineficientes no que diz respeito ao combate ao tamanho da pobreza na cidade de São Paulo", afirmou.

Sobre a responsabilidade do município, Pochmann disse: "É frustrante reconhecer que as tentativas realizadas no passado não detiveram o avanço da pobreza". (JCS)

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2002

12

'Quem morre aqui é bandido', diz morador

Segundo habitantes do Jardim Anhanguera, violência se deve à migração de criminosos, não à pobreza, que cresceu 300%

DA REPORTAGEM LOCAL

"Quem morre aqui é bandido." A frase é uma das mais ouvidas nos loteamentos clandestinos e nas favelas que compõem o Jardim Anhanguera, na zona norte de São Paulo.

Moradores dizem que a guerra pelo comando do tráfico e a migração de criminosos de outros bairros e cidades são os principais responsáveis pelos homicídios e roubos. Segundo pesquisa da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, na região do Jardim Anhanguera, a pobreza cresceu 300% e o número de homicídios, 1.800%.

Na grande maioria desempregados, os moradores afirmam que não há relação direta entre o crescimento do desemprego, por exemplo, e o número de crimes praticados na região.

"Não somos nós que roubamos e matamos. Geralmente são bandidos de fora, que se escondem aqui. Os moradores são honestos e fazem bicos para pagar as contas", diz Gerson de Souza, 52, desempregado há mais de sete anos.

O medo faz o comércio ser fechado às 20h. No bairro, não há postos de gasolina e agências bancárias. "Seria mais um atrativo para os bandidos", afirma Marli Gonçalves, 32, moradora do Anhanguera há quatro anos.

Osvaldo Rodrigues Santana, 52, tem um bar no bairro Santa Fé há mais de 18 anos. Há quatro meses, teve a porta do estabelecimento arrombada. "Eu conheço gente que já foi assaltada mais de dez vezes. Para me prevenir disso, peço a ajuda de Deus e ando armado. Quem faz 'bagunça' aqui são os donos dos pontos de tráfico de drogas, e não os moradores".

Desempregada há dois anos, Naelza Chagas, 45, faz bicos. Ganha no máximo R\$ 50 por semana. "O desemprego está acabando com o país. A gente vê um monte de pai de família desesperado, bebendo no bar para esquecer que em casa está todo mundo passando fome. E, para piorar, a gente vive com medo de tomar um tiro."

Moradores lincham para ter 'justiça' veloz

RENATO ESSENFELDER

DA REPORTAGEM LOCAL

A Justiça chegou atrasada na madrugada de ontem em Lajeado (zona leste de São Paulo) e não conseguiu deter um linchamento em plena rua. A vítima foi Ednaldo Lima da Silva, 24, suspeito de ter estuprado uma mulher da mesma idade. Ele morreu com diversas pedradas na cabeça.

Segundo a polícia, os moradores da rua Catarina Cubas, local do crime, teriam ouvido os gritos da mulher e atacado o suspeito.

Ouvidos pela Folha, moradores da região mostraram dificuldade em avaliar o ato de linchamento. "Estamos no nosso direito. Se o bandido está na nossa frente, por que perder tempo?", indaga uma vizinha do local do crime. "É justo pegar, mas não matar", diz outra moradora. Um terceiro morador declarou que "não é certo fazer justiça com as próprias mãos". "E se pegam um inocente?", questionou. Nenhum dos entrevistados quis se identificar.

Para o delegado Aloizio Leal de Carvalho, do 68º DP, o que aconteceu em Lajeado foi um clamor por "justiça imediata". O ato não estaria ligado ao descrédito na polícia ou na justiça, mas sim ao "calor dos acontecimentos".

"Violências sexuais e contra crianças sempre geram muita revolta. Nessas horas, a ação de linchamento é descoordenada e até

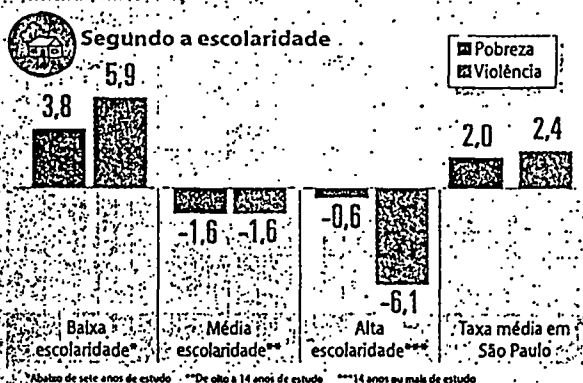
pai de família pode aderir", disse.

Muitos moradores dizem confiar na polícia, mas completam que "não dá para ver um estupro sem reagir". Este é o quarto caso de estupro neste ano em Lajeado.

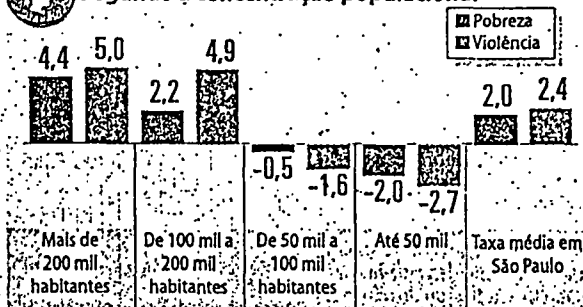
Sem saber, os moradores do bairro repetem os argumentos do capitão norte-americano William Lynch, que, em 1780, declarava que criminosos deveriam ser mortos sumariamente, sem julgamento prévio. Do seu nome derivou a expressão "linchar".

A VIOLÊNCIA E A POPULAÇÃO

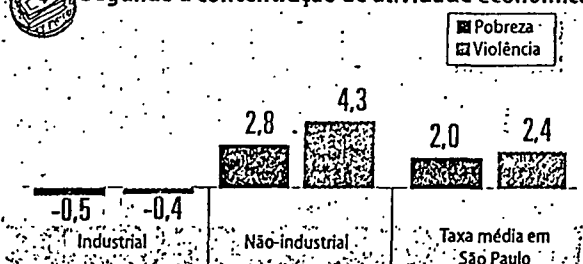
Variação média anual da pobreza entre chefes de domicílios e da violência, em %



Segundo a concentração populacional



Segundo a concentração de atividade econômica



Fonte: Dados do IBGE de 1991 e 2000 e do Proim de 1994 e 2000 compilados no estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo"

Pobreza e violência andam juntas em São Paulo

Estudo aponta que baixa renda se associa com mortes violentas

JOÃO CARLOS SILVA
DA REPORTAGEM LOCAL

Um estudo realizado pela Prefeitura de São Paulo a partir de cruzamento de dados mostra que pobreza e violência andam de mãos dadas nos 96 distritos da cidade. A principal conclusão do estudo é que quanto maior a taxa de crescimento anual do número de chefes de família pobres de um distrito, maior a chance de essa região ter de conviver com aumento das mortes violentas.

Já nas áreas onde houve uma queda nos índices de pobreza foram registradas reduções nas taxas de mortes violentas.

O critério que serviu para definir o que foi considerado linha de pobreza foi a renda dos chefes de família nos anos de 1991 e de 2000. Foram considerados pobres aqueles que recebiam menos que 1,46 salário mínimo em 1991 e menos que 1,47 salário mínimo em 2000 (cerca de R\$ 264 nos valores de hoje).

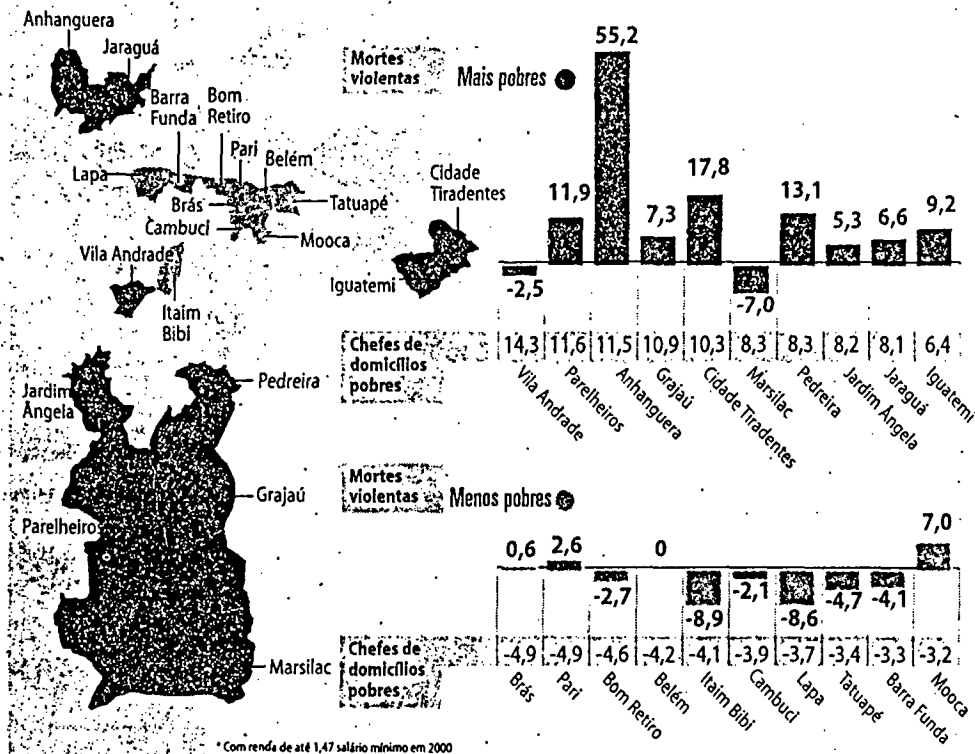
Depois, foi calculada a média anual da taxa de crescimento do número de chefes de família pobres, por distrito da cidade, entre 91 e 2000. Isso foi feito para tornar possível a comparação do dado com outra média, a de crescimento da taxa de mortes violentas.

O resultado mostrou que, dos dez distritos com maior média anual de taxa de crescimento de chefes de família pobres, em oito a taxa média de aumento de homicídios e de mortes no trânsito também cresceu.

Um exemplo claro dessa coincidência é Parelheiros. O bairro tem 11,6% de taxa anual

POBREZA E VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO

Variação média anual das taxas de crescimento do número de mortes violentas e dos chefes de domicílios pobres*, em %



média de crescimento de chefes de domicílio pobres e taxa média anual de crescimento de violência de 11,9%, segundo o estudo.

Na outra ponta estão os distritos com menor número de pobres. Dos dez distritos onde houve decréscimo da taxa de pobreza, apenas três tiveram aumento médio da violência.

Outra revelação importante do estudo mostra que quanto maior é a escolaridade dos chefes de família pobres e quanto menos populosos são os distritos onde vivem menores

são as taxas de pobreza e de violência.

Se for baixo o nível de escolaridade (até sete anos de estudo), serão altos os índices de pobreza e de violência quando comparados aos registrados nas regiões com chefes de família com mais anos de estudo.

O estudo, intitulado "Pobreza e Violência no Município de São Paulo", foi feito pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade para orientar a implantação dos programas sociais da administração petista.

INACIO BEIGA - Of. Legislativo

Folha nº 11 do proc.
nº 51 de 02



Câmara Municipal de São Paulo

Forma nº. <u>12</u> do proc.
nº <u>51</u> de <u>02</u>
<u>00</u>

INÍCIO DELEG. OF Legislativo
R. 11.132

REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0524/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2002.

Carlos Neder

Vereador - PT

DRAUZIO VARELLA

Violência epidêmica

A VIOLÊNCIA urbana é uma enfermidade contagiosa. Embora possa acometer indivíduos vulneráveis em todas as classes sociais, é nos bairros pobres que ela adquire características epidêmicas.

A prevalência varia de um país para outro e entre as cidades de um mesmo país, mas, como regra, começa nos grandes centros urbanos e se dissemina pelo interior. A incidência nem sempre é crescente, mudança de fatores ambientais e medidas mais eficazes de repressão, por exemplo, podem interferir em sua escalada.

As estratégias que as sociedades adotam para combater a violência flutuam ao sabor das emoções, raramente o conhecimento científico sobre o tema é levado em consideração. Como reflexo, a prevenção das causas e o tratamento das pessoas violentas evoluíram muito pouco no decorrer do século 20, ao contrário dos avanços ocorridos no campo das infecções, câncer, diabetes e outras enfermidades.

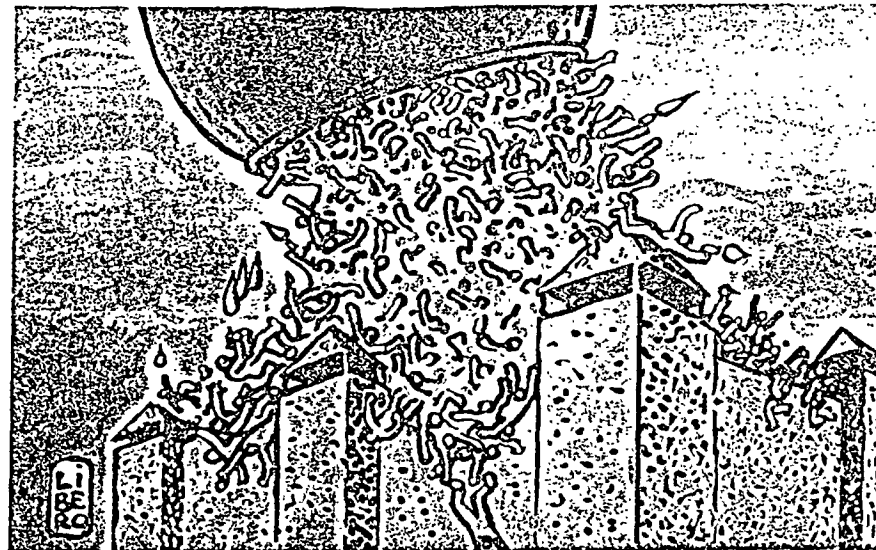
A agressividade impulsiva é consequência de perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional. Tendências agressivas surgem em indivíduos com dificuldades adaptativas que os tornam despreparados para lidar com as frustrações de seus desejos.

A violência urbana é uma doença com múltiplos fatores de risco, dos quais os mais relevantes são a pobreza e a vulnerabilidade biológica.

Os mais vulneráveis são os que tiveram a personalidade formada num ambiente desfavorável ao desenvolvimento psicológico pleno. A revisão dos estudos científicos já publicados permite identificar três fatores principais na formação das personalidades com maior inclinação ao comportamento violento:

- 1) crianças que apanharam, foram abusadas sexualmente, humilhadas ou desprezadas nos primeiros anos de vida.
- 2) Adolescência vivida em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.
- 3) Associação com grupos de jovens portadores de comportamento anti-social.

Na periferia das cidades brasileiras vivem milhões de crianças que se enquadram nessas três condições de risco. Associadas à falta de acesso aos recursos materiais, à desigualdade social, à corrupção policial e ao péssimo exemplo de impunidade dado pelos chamados criminosos de colarinho-branco, esses fatores de risco criam o caldo de cultura que



alimenta a violência crescente nas cidades.

Na falta de outra alternativa, damos à criminalidade a resposta do aprisionamento. Embora pareça haver consenso de que essa seja a medida idêntica e de que lugar de bandido é na cadeia, não se pode esquecer que o custo social de tal solução está longe de ser desprezível. Além disso, seu efeito é passageiro: o criminoso fica impedido de delinquir apenas enquanto estiver preso. Ao sair, estará mais pobre, terá rompido laços familiares e sociais e difícil-

mente encontrará quem lhe dê emprego. Ao mesmo tempo, na prisão, terá criado novas amizades e conexões mais sólidas com o mundo do crime.

Construir cadeias custa caro; administrá-las, mais ainda. Para agravar, obrigados a optar por uma repressão policial mais ativa, aumentaremos o número de prisioneiros a ponto de não conseguirmos edificar prisões na velocidade necessária para albergá-los. As cadeias continuarão superlotadas, e o poder dentro delas, nas mãos dos criminosos or-

ganizados.

Seria mais sensato investir o que gastamos com as cadeias em educação, para prevenir a criminalidade e tratar os que ingressaram nela. Mas, como reagir diante da ousadia sem limites dos que fizeram do crime sua profissão sem investir pesado no aparelho repressor e no aprisionamento, mesmo reconhecendo que essa é uma guerra perdida?

Estamos nesse impasse!

Na verdade, não existe solução mágica a curto prazo. Precisamos de uma divisão de renda menos

brutal, motivar os policiais a executar sua função com dignidade, criar leis que acabem com a impunidade dos criminosos bem-sucedidos e construir cadeias novas para substituir as velhas, mas isso não resolverá o problema enquanto a fábrica de ladrões colocar em circulação mais criminosos do que nossa capacidade de aprisioná-los.

Só teremos tranquilidade nas ruas quando entendermos que ela depende do envolvimento de cada um de nós na educação das crianças nascidas na periferia do tecido social. O desenvolvimento físico e psicológico das crianças acontece por imitação. Sem nunca ter visto um adulto, ela andará literalmente de quatro pelo resto da vida. Se não estivermos por perto para dar atenção e exemplo de condutas mais dignificantes para esse batalhão de meninos e meninas soltos nas ruas pobres das cidades brasileiras, vai faltar dinheiro para levantar prisões.

Enquanto não aprendemos a educar e oferecer medidas preventivas para que os pais evitem ter filhos que não serão capazes de criar, cabe a nós a responsabilidade de integrá-los na sociedade por meio da educação formal de bom nível, das práticas esportivas e da oportunidade de desenvolvimento artístico.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº.	14	de	1
nº	57	de	02

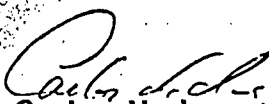
Of. Legislativo
RF 11.132

REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0942/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 51/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 2002.

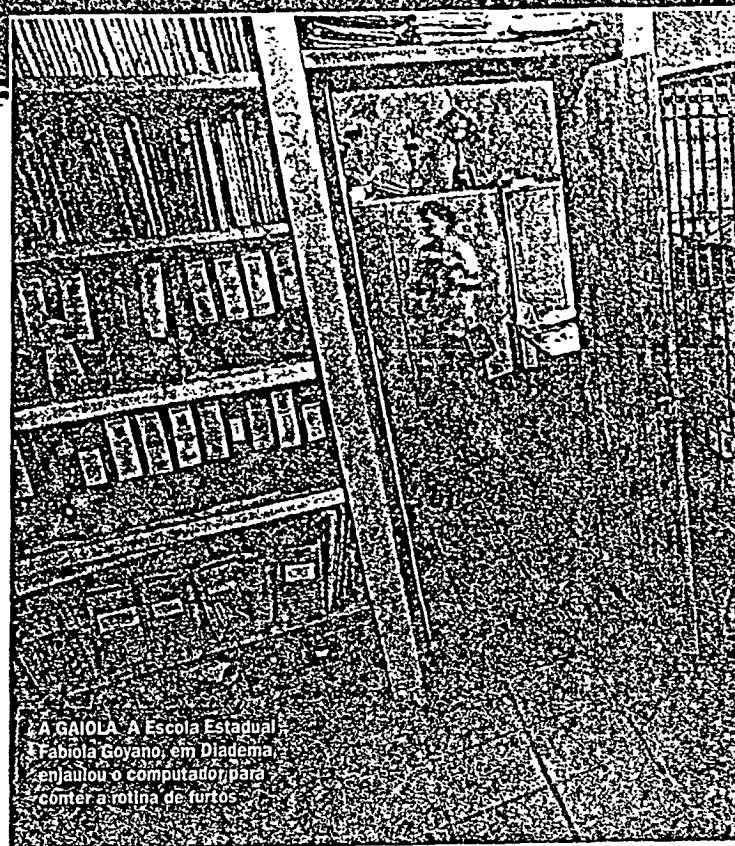

Carlos Neder
Vereador - PT

Aprendizado de chumbo

Onde há violência, a pedagogia não funciona, ensina a truculenta rotina de escolas públicas

PAULA PEREIRA

"Sem novidade." A anotação do soldado PM Regiane repete-se dezenas de vezes no livro de ronda da Escola Estadual General José Artigas, em Diadema, na Grande São Paulo. Todas as semanas, policiais militares visitam os colégios públicos da periferia indagando ao funcionário de plantão: "Alguma novidade?" Registraram a ausência de problemas numa espécie de livro-ata de cada escola. Já na primeira semana do ano letivo de 2002, num desses períodos "sem novidades" na General Artigas, uma grade foi arrombada e a escola invadida por desconhecidos. Acontece quase



A GAIOLA: A Escola Estadual Fabíola Goyano, em Diadema, enjaulou o computador para conter a rotina de furtos



toda semana: jovens das cinco favelas que circundam o desbotado prédio de dois andares entram ali sem pedir licença. Em dias amenos, protagonizam uma bagunça tolerável: andam de skate, perturbam as aulas, conversam com alunos. Mas não é incomum que a situação saia do controle: numa explosão de fúria, há dois anos, chegaram a atear fogo a cortinas.

A General Artigas convive com a rotina de invasões sem recorrer à polícia. Optou por criar um "corpo de segurança" formado pelos próprios estudantes, incumbido de negociar com os penetras e pedir que se retirem. No início do ano passado, um homem entrou armado e espancou sua mulher dentro da escola. Foi controlado e retirado pelos alunos-guardas. "Fiquei com medo na hora, mas se não estivéssemos lá a situação teria sido mais difícil", diz Simone Gomes dos Santos, de 17 anos, uma das integrantes do grupo. No dia 21 de fevereiro, outro membro da equipe, Luciano da Silva, de 17 anos, encontrou um garoto fumando maconha no banheiro e doutrinou-o para que parasse. "Converso com quem dá para conversar. Mas se é gente da boca, do tráfico, nem chego perto", explica. ►

O QUADRO NEGRO DA VIOLENCIA NAS ESCOLAS

O ESPECTRO DO PROBLEMA

Episódios relatados pelas escolas

Danos materiais	Ameaças contra pessoas
Depredações 81%	Bengas entre alunos 90%
Pichações Internas 60%	Tráfico e uso de drogas nas imediações 58%
Arrombamentos 57%	Invasão de estranhos 33%
Explosão de bombas na escola 45%	Ameaça de morte 30%
Furtos 41%	Porte de arma 26%

O QUE PROVOCA A VIOLENCIA

Na opinião de diretores, pais e alunos

O problema na família
Falta de valores sociais e éticos 76%
Desagregação familiar 75%
Pais que jogam para a escola as responsabilidades da família 65%
Carências múltiplas (desemprego, ausência social e material) 60%

Escolas públicas de São Paulo sofrem com o vandalismo e crimes

entrevistados

O problema entre os alunos	O problema entre os professores
Não veem a utilidade na escola 81%	Atividade rotineira dos professores 50%
Não têm padrões de comportamento 46%	Baixos salários 49%
Sem perspectiva de futuro promissor 61%	Falta de treinamento e capacitação 48%
Falta de interesse em estudar 56%	Falta de condições de trabalho 37%

O QUE FAZER PARA MELHORAR

Sugestões dadas pelas escolas

Projetos para valorização da escola
Contratação de docentes e inspetores 77%
Contratação de docentes e inspetores 69%
Maior participação dos pais 60%
Centros de lazer na escola 59%
Colaboração permanente 56%



Foto: Paulo Lemos

Essas histórias povoam conversas na sala de professores e no pátio da escola, mas jamais chegam aos registros oficiais. Ocorre que, na periferia da metrópole, a violência faz parte da rotina. E a intervenção policial está longe de ser uma solução duradoura. Nos casos realmente graves, a polícia chega quando a trégua já foi celebrada. Eles vêm, instauram uma ordem temporária, mas depois vão embora e nós voltamos com o problema", resume um professor da General Artigas. "Paredes pichadas, grades remendadas e o troca-troca de fechaduras e cadeados dão testemunho da violência cotidiana de boa parte das escolas públicas da periferia de São Paulo. Ela deveria até se confundir com indisciplina - mas vai muito além. Por vezes, os incidentes evoluem do vandalismo para agressões físicas e mesmo homicídios. Apenas neste último caso há uma estatística segura, porque é possível camuflá-la. Em 2001, só na cidade de São Paulo foram registrados 109 assassinatos dentro ou na porteiras das escolas, além de oito tentati-

vas de homicídio, 17 portes ilegais de arma e 102 retiradas de invasores.

Um desses casos trágicos foi a morte do professor José Carneiro dentro de uma classe da Escola Estadual Professora Palmira Grassiotto Ferreira da Silva, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. No dia 9 de novembro de 2001, ele dava aula de geografia na 7ª série quando, sem motivo aparente, o estudante A.M., de 17 anos, apanhou o molho de chaves que o professor deixara sobre a mesa e lhe atirou o objeto na cabeça. As chaves ficaram enter-

**O professor faz uma
reprimenda e o aluno
devolve com aralva de
toda a agressão que
é aquela escola**

NILZETE NASCIMENTO
professora

radas na testa de Carneiro, que sofreu traumatismo craniano e foi operado para a drenagem de um coágulo. Teve complicações dias depois e não resistiu. A turma que presenciou a cena repete a versão oficial de que foi um acidente: o colega de classe estava rodando entre os dedos o chaveiro, que lhe escapou da mão. "É difícil acreditar que a chave tenha atingido o Zé com aquela força por acidente", contesta a viúva, Ana Lúcia Carneiro, fazendo coro com alguns professores. O agressor saiu da escola, nunca foi preso e não se conhece seu paradeiro. O colégio retomou a rotina como se nada houvesse acontecido.

A exemplo de outras escolas, prevalece na Palmira uma perversa lei do silêncio. Funcionários e alunos temem se identificar para relatar a violência que sofreram ou presenciaram. Têm medo de represálias dos autores das agressões e, no caso de professores e diretores, de retaliações administrativas. Queixam-se de que são proibidos de falar sobre problemas de violência pela Escola Estadual de Educa-



CORRENTE VELHA ACADÊMICA
NOVO DO Casarão Severino
guarda 2 quilos de chaves e
cadeados recolhidos no
pátio da dos arrabaldamentos

CORPO DE SEGURANÇA
Alunos da General Artigas negociam com batedeiras e invasores de igual para igual. Com isso, conseguiram reduzir as depredações

ção, Rose Neubauer. "Problemas existem em apenas algumas unidades, por que então falar das exceções?", diz o secretário-adjunto, Hubert Alquéres, justificando a tese do silêncio. As ações da própria Secretaria mostram que o problema está longe de ser excepcional. Das 5.600 escolas estaduais, um terço será abastecido de câmeras e alarmes na tentativa de coibir o vandalismo e as invasões.

Uma pesquisa anual do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo) mostrou que 76% de 429 colégios entrevistados foram cenário de algum episódio violento em 2001 (leia o quadro na página 44). "As escolas estão temerosas", diz o presidente da Udemo, Roberto Torres Leme. "Há uma ameaça velada, mas constante, que não pode ser denunciada porque vai atrair a polícia. É como espantar moscas: a violência sai, mas depois volta."

O medo e a intimidação são chances para diretores e docentes. Em uma noite de setembro, uma professora saiu com a cabeça sangrando da sala de

la da Escola Estadual Professor Domingos Peixoto da Silva, também em São Bernardo do Campo. Alunos de uma turma noturna haviam colocado uma lata de lixo repleta de cacos de vidro sobre a porta da sala, posicionada para despencar no primeiro que cruzasse o batente. A agressão não foi parar na Justiça porque a direção desencorajou a vítima. Em geral, diretores não gostam de ver o nome da escola envolvido em casos assim.

Eles só apelam à polícia quando é inevitável. Como o tiroteio que acon-

teceu na mesma escola na noite de 6 de setembro de 2001. O barulho de estampidos foi logo reconhecido pelos alunos, que se atiraram ao chão. "Professora, abaixa que é tiro!", gritavam. Depois que a confusão cessou, todos saíram para checar as marcas de bala na fachada. Descobriram que dois alunos haviam sido perseguidos e baleados dentro do terreno da escola. Fábio Pereira, de 18 anos, morreu do lado de fora do muro. Nunca se soube exatamente o motivo da briga. "Ninguém se atreveu nem a olhar. Na saída, estava lá o corpo estendido no chão, como diz a música", recorda a professora Nilzete Nascimento.

Invasida pela violência do bairro nesse tiroteio eventual, a Domingos Peixoto lida todo dia com a que se vê dos muros para dentro: a do abandono. Não há biblioteca para os quase 3 mil alunos. Por falta de espaço, as aulas são ministradas em duas salas de paredes de compensado, com vidros quebrados. Foram apelidadas de "barracão". Uma delas tem um rombo na parede por onde passaria ▶

**As escolas da periferia
ficam esquecidas, não
estão na visão de todo o
mundo. Lá dentro, você
cresce pensando pequeno**

REINALDO DE OLIVEIRA
de 20 anos, aluno

A outra face da violência tem origem pedagógica. Muitas escolas públicas são incapazes de despertar interesse em crianças e jovens que são portado-

O engenheiro Rogério Passos, de 31 anos, sentiu na pele essa revolta quando tentou dar aulas na Escola Estadual

Maria Regina Machado de Castro Guimarães, em São Miguel Paulista, na Zona Leste de São Paulo. "Você não enxerga nos estudantes, nem no ambiente, algo que vá despertar mudança. Tem aluno de todo tipo: o picador, o marginal e aquele que, perdido ali no meio, está tentando sair da lama", filosofa. Como professor eventual de física, Rogério assumia as turmas

05 NOV 01	St. Angelo	m-29558	11:15	SMA	
06 NOV 01	Zona Norte	m-29555	12:20	SMA	
07 NOV 01	Cidade Nova	29578	00:30	R	
08 NOV 01	Solimões	29554	11:19	Mp Silveira	
12 NOV 01	Sd SNA	29558	21:05	12	L. Silva

SEM NOVIDADE

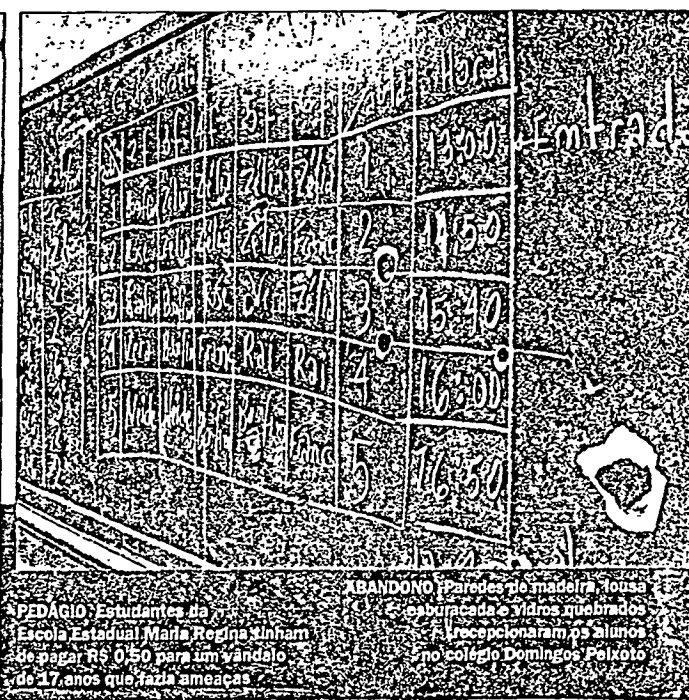
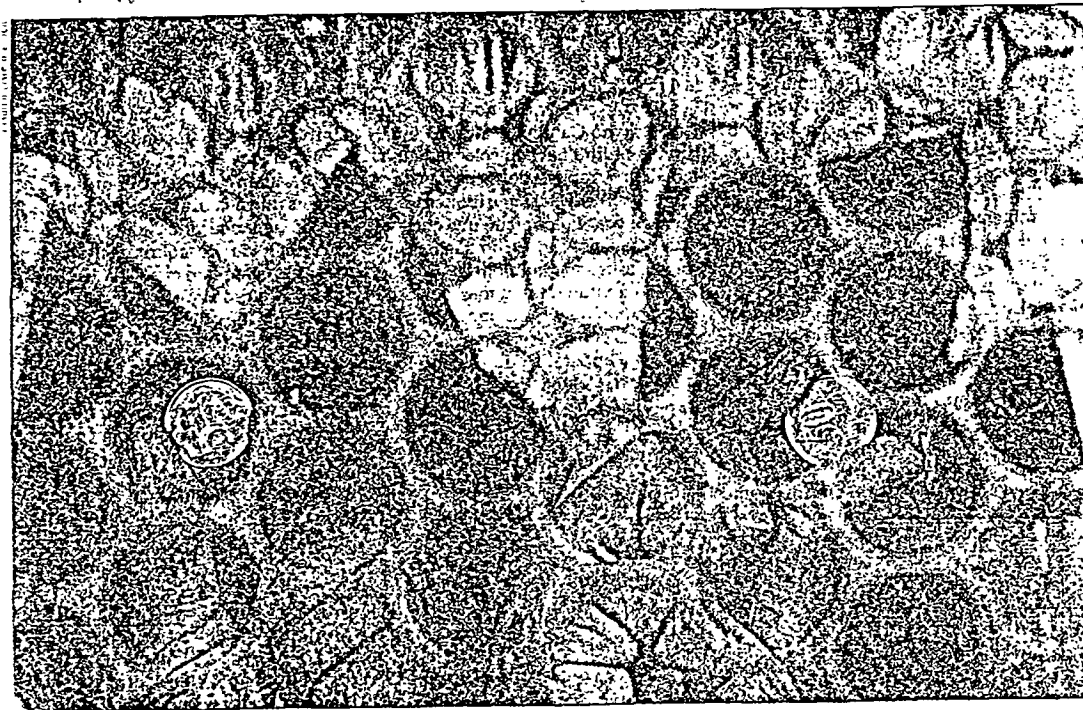
No livro de ronda da polícia não consta ocorrência registrada no livro da escola (ao lado); uma aluna agrediu a mãe de uma colega.

Os confrontos na Maria Regina não param por aí. No dia 30 de maio de 2001, o diretor Natael Coelho foi agredido pelo aluno R.S.C., de 12 anos, ao tentar impedi-lo de espancar um colega no pátio. Em 1999, uma inspetora foi ameaçada de morte porque ajudou a prender um rapaz que invadiu o colégio. Tirou uma licença de três

meses, esperando que os ânimos se acalmassem. Em 2000, uma professora foi sequestrada na saída a mando de um aluno. Ele se dizia incomodado com o jeito arrogante dela. Encomendou um "suslo" a conhecidos, que a libertaram horas mais tarde. Os casos estão anotados no livro interno de ocorrências da escola, mas em geral não aparecem nos relatórios da polícia. No dia 8 de novembro, consta do livro, uma aluna de apenas 11 anos avançou com um pedaço de pau contra a mãe de uma colega com quem tinha brigado. "Com algumas pessoas da escola dá para conversar, com outras tem de partir para a violência mesmo", diz a menina, criada pelo padrasto e pela mãe alcoólatra. A lei do mais forte é aprendida no dia-a-dia. Durante o segundo semestre de 2001, o ex-aluno W.A.F., de 17 anos, extorquia pequenas quantias dos estudantes das turmas vespertinas. "Você dava o dinheiro ou apanhava, tomava casudo, muro na cabeça, ta-

Os professores que enfrentam esses desafios da rede paulista ganham um salário médio de R\$ 500 por 24 horas semanais e geralmente moram na mesma região das escolas. Exibem pouca habilidade e muito desânimo. "Não estamos preparados para dar aula nesses lugares, onde falta de tudo e há regras próprias. Numa escola particular, você encaminha os problemas para um psicopedagogo e os resolve junto com a família. Aqui, para dar aula, é preciso negociar", dizia o professor de geografia Walvernack Ramos Souza, que leciona em Santo Amaro, na Zona Sul. Especialista em segurança pública, o coronel José Vicente da Silva endossa Walvernack. "Mal comparando, a missão nessas regiões é como a dos jesuítas que chegaram à selva do Brasil, há 500 anos. Tem de ganhar a confiança, sem impor regras, abrindo o diálogo aos poucos."

Em 2001, a Polícia Militar de São Paulo atendeu nas 1.000 escolas públicas da capital a **4.815** ocorrências. As mais graves foram **9** assassinatos, **8** tentativas de homicídio, **17** portes de arma, **31** explosões de bombas e **102** retiradas de invasores.



SOCIEDADE

NACIONAL

Os alunos que frequentam essas escolas são, na maioria, filhos da típica família brasileira. Pais trabalhadores, mais ocupados em ajudar no orçamento, sem tempo para acompanhar a vida escolar da prole. Com algumas exceções, é gente que dá duro e enfrenta toda sorte de problema na guerra pela sobrevivência. Não são apenas representantes das camadas marginais ou miseráveis da sociedade. Isso torna o drama escolar de seus filhos mais representativo e, portanto, mais grave.

Para a comunidade que frequenta esses colégios, a natureza da violência ou as estratégias para vencê-la pouco interessam. Quer-se um ambiente sem medo, em que os estudantes não corram risco de presenciar um tiroteio ou uma agressão do colega ao lado. "Onde há medo, não há trabalho educativo possível", alerta Marília Sposito, da USP. Esse temor se manifesta na arquitetura dos prédios. Na aparência, as escolas se assemelham a cadeias, com portões de ferro, grades, cadeados nos corredores e até na porta das salas.

Na secretaria da Escola Estadual Fabíola de Lima Goyano, no Jardim União, em Diadema, uma gaiola de 2 metros de altura por 2 metros de largura guarda um computador usado pelos funcionários. A jaula fica aberta durante o dia e é trançada à noite, para protegê-lo dos infortúnios que já privaram o colégio de outros equipamentos preciosos. Na vizinha Artigas, durante a primeira reunião do ano os mestres discutiam a necessidade de uma gaiola do gênero para a TV de 29 polegadas recém-adquirida.



O número de arrombamentos pode ser mensurado pela quantidade de chaves sem porta e cadeados quebrados. "Em 2001, diminuiu porque a escola passou a ficar aberta para evitar novos estragos", diz o caseiro Severino Vitorino, de 65 anos, há oito na Artigas. Nesse ano mais "tranquilo", foram consumidos R\$ 394,60 da verba de manutenção com 46 cadeados. Também houve menos utilidade para a máquina de solda comprada pelos professores para consertar grades. Ainda assim, na primeira semana de aula de 2002, ela foi posta em uso.

"Trancar o prédio como se quem estivesse lá dentro fosse marginal e a escola uma prisão tem efeito nocivo para a socialização do aluno. Ele pode reagir pensando: 'Se é prisão, vamos fazer revolta'", alerta Ione Vasques-Menezes, da Universidade de Brasília. Ela coordenou a pesquisa Retrato da Escola II,

AMEAÇA Uma inspetora do Menta, Regina Tol...
Jurada de morte por um invasor. Em 1999...
afastou-se por três meses da escola.

publicada no fim do ano passado, que chegou a resultados semelhantes aos da Udem. De 1.500 unidades investigadas em todo o país, 20% sofreram algum tipo de depredação e 34% registraram agressões a pessoas.

O mais alarmante é que nos locais onde há ocorrência grave contra pessoas a proficiência dos alunos pode cair à metade. A violência afeta diretamente a qualidade de ensino. A experiência ensina que as escolas mais conservadas, abertas à comunidade e que controlam melhor a entrada e a saída de pessoas tendem a ser mais seguras.

O professor de física e matemática Antônio Emílio retirou uma queixa-crime contra seu ex-aluno Edvaldo Del Montes, da Escola Estadual Deputado Augusto Amaral, no Jaguaré, na Zona Oeste. No dia 21 de maio, o rapaz desferiu-lhe um soco no olho. Achou que o mestre havia lhe marcado falta. Emílio voltou para lecionar com o olho tingido de sangue e não aceitou a transferência que lhe propuseram. "Violência é falta de educação. Se saísse assim, eles criariam mais asas. Não gosta do professor? Vai lá e bate nele." Ouviu provocações de outros estudantes e repreensão da diretora da escola. Sem apoio, preferiu enterrar o assunto.

Alimentou desse modo a política de silêncio que perpetua o convívio da comunidade escolar com a violência. "O mundo está assim por causa das pessoas que ficam encobrindo o malfeito. Agora está tudo tomado e é difícil reverter", avalia a merendeira Maria da Glória Batista Silva, de 54 anos, enquanto recolhe a lixeira amassada e a papelada do chão, que sobram da última arruaça promovida por invasores na Escola Estadual Maria Regina, no dia 28 de fevereiro.



ÓDIO AOS MESTRES José Carmelo (à esq.) morreu depois de uma cirurgia na cabeça. Fora golpeado com um molho de chaves atirado por um aluno. Antônio Emílio levou um murro porque deu falta a um estudante.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 19 do proc.
nº 51 de 02
do

INACIO VEIGA - Of. Legislativo
13.132

REQUERIMENTO

13 - RDS

13-1012/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT

Secretaria identifica as 80 escolas mais violentas

Agliberio Lima/AE

Lugares onde ocorrem mais crimes estão na capital, em Campinas e na Baixada Santista

ZULEIDE DE BARROS

SÃO VICENTE — A Secretaria da Segurança Pública acaba de realizar um mapeamento da violência registrada no interior e no entorno das escolas em todo o Estado. Os colégios foram catalogados de acordo com o grau de periculosidade: alta, média e pequena, incluindo os horários de maior incidência dos crimes. Segundo o secretário Saulo Abreu, foram detectadas 80 unidades de ensino de altíssimo risco, distribuídas entre Campinas, Baixada Santista e capital — apesar da insistência dos repórteres, ele preferiu não discriminar os estabelecimentos.

“A partir desses dados estamos ampliando o policiamento nessas unidades, quase todas localizadas na periferia, com o reforço do número de policiais, instalação de zeladorias, aumento dos muros. Também estudamos a instalação de câmeras para deter a criminalidade”, disse. Até o fim do mês, de acordo com ele, a PM receberá mais carros e terá equipamentos novos. A corporação também vai ganhar mais homens.

Saulo destacou ainda a necessidade de apoio da Secretaria da Educação na promoção de campanhas. “A Polícia Feminina atua em muitas escolas da capital, onde os PMs tentam esclarecer a comunidade com um programa de combate às drogas. Mas é preciso apoio de professores e pais, que devem mostrar-se mais vigilantes.”

O comandante-geral da PM,

coronel Rui César Melo, informou que das 1.037 escolas estaduais existentes na capital, 450 já contam com algum tipo de patrulhamento. Ele reconhece que houve um aumento da violência escolar este ano. O problema, segundo observou, é cíclico. O ano de 2001, por exemplo, foi calmo. Já em 2000 foram registrados muitos crimes.

Tráfego — Dados da Secretaria da Educação mostram que há 5.512 escolas no Estado, com aproximadamente 6 milhões de alunos. Somente na capital são 1.026 colégios, que atendem 1,38 milhão de alunos. “A gente percebe que o principal fator de insegurança é o tráfego, que se aproveita da inocência e até da pouca informação da comunidade estudantil.” Ele lembrou que o combate a esse tipo de crime exige não só a presença ostensiva do policial na escola, mas investigações profundas.

**NÚMERO
DE CASOS
AUMENTOU
ESTE ANO**

De acordo com o comandante, menores de 18 anos, representam um terço das pessoas presas no Estado pela PM. “Isso revela que precisamos segurar mais as crianças e os adolescentes e os jovens nas escolas. Atividades afastam as crianças das ruas.”

A violência atinge também as escolas municipais da capital. O número de ocorrências atendidas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) nos colégios é em suas imediações cresceu 50% no ano passado. Foram 1.138 casos de violência em 2001, ante os 542 em 2000.

Em 2002, segundo a GCM, dois guardas fazem plantão das 7 às 23 horas em 913 escolas e são feitas rondas em 425 creches. Dados da Secretaria Municipal da Educação mostram que há 1.170 escolas municipais e quase 800 creches.



Câmera vigia saída no Santo Agostinho: modelo adotado

Pais aprovam sistema de vigilância nos colégios

Investimentos em câmeras e profissionais chega a R\$ 200 mil por ano em escolas de SP

KATIA AZEVEDO

Com três filhos matriculados no colégio particular Santo Agostinho, no Paraíso, a dona de casa Simone Glerian Machado passou a sentir-se bem mais tranquila há dois anos, quando a escola investiu R\$ 50 mil em um moderno esquema de segurança, que utiliza dez câmeras e seis monitores de vídeo, além de catracas acionadas por cartões magnéticos. “Foi a melhor coisa que fizemos”, acredita Simone.

Segundo o diretor da escola, com 900 alunos matriculados, padre Abelardo Benito Rica, o sistema permite também que os pais consultem a Internet para saber se os filhos realmente entraram nas salas de aula. “Os jovens passam boa parte do dia aqui, cabe a nós garantir que nada de mau aconteça a eles”, diz. O padre refere-se à ação de traficantes e outros tipos de violência que se tornaram comuns nas escolas estaduais.

O esquema de segurança é semelhante ao que vigora há cinco anos no Colégio Albert Sabin, no Butantã, onde estudam cerca de 2 mil crianças. Ao todo, há 12 câmeras, instaladas pelo pátio, na cantina, nos laboratórios e nas áreas externas. Há também seguranças nos portões e nas calçadas. “Investimos na prevenção e, felizmen-

te, até hoje, não tivemos problemas”, afirma o diretor Boyadjian.

Filha de Mary Boyadjian Gulian, Fabiana Bernadora pedagoga da Escola Bi. Lá também as câmeras de vídeo são usadas para aumentar a segurança dos pequenos. São 9 equipamentos, que permitem não apenas identificar intrusos em potencial, mas também acompanhar o trabalho dos professores. “O sistema acaba se tornando um diferencial para os pais, na hora de escolher a escola”, diz Fabiana.

Já o presidente do Grupo de Escolas Particulares de São Paulo, Sylvio Gomide, acha que, mais que as câmeras, a melhor medida para conter a violência é investir na formação de profissionais de segurança.

“Esse serviço não deve ser terceirizado, é importante que o funcionário conheça todos os alunos”, acredita.

**ALUNOS
RECLAMAM
DE 'FALTA DE
LIBERDADE'**

Gomide é diretor da Escola Mater Dei, que gastou em torno de R\$ 200 mil por ano com segurança. Quanto semelhante é gasta pelas 37 escolas que integram o Grupo, segundo ele,

Alguns alunos criticam o monitoramento por vídeo. Samirra Bueno, de 14 anos, e Rafael Miller, de 15, estudam no Santo Agostinho. Sentem-se seguros na escola, mas reclamam da “uma certa falta de liberdade”. “Se as câmeras flagram um beijo ou um abraço, por exemplo, logo aparece um supervisor para dar bronca”, diz Samirra. “Não dá para namorar aqui”, confirma Rafael.

PARECER Nº 387/2002 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 051/02.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa dos nobres Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, que visa dispor sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

Segundo a propositura, o Programa consistirá em identificar as áreas de risco e causas mais freqüentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência.

Sob o aspecto jurídico nada obsta o prosseguimento que encontra fundamento no art. 30, I da Constituição Federal e nos arts. 13, I e 37, *caput*, da Lei Orgânica.

Por se tratar de matéria sujeita a maioria simples para deliberação, fica dispensada a votação em Plenário, salvo recurso de 1/10 dos membros da Casa, nos termos do art. 46, X do Regimento Interno.

Ante o exposto somos,

PELA LEGALIDADE

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 24/04/02.

Alcides Amazonas

Antonio Paes - Baratão

Arselino Tatto

Celso Jatene

Laurindo

Wadih Mutran

VOTO VENCIDO DO RELATOR, VEREADOR JOOJI HATO, E VOTO CONTRÁRIO DO VEREADOR ANTONIO CARLOS RODRIGUES, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 051/2002.

Trata-se de projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, que visa dispor sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

Segundo a propositura, o Programa consistirá em identificar as áreas de risco e causas mais freqüentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência.

A propositura não reúne condições para ser aprovada, pois porta vício de iniciativa, violando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2º, da CF; art. 5º, da CE e art. 6º da LOM).

Isso porque roda campanha e/ou programa públicos são, em sua gênese, serviços públicos e, portanto, matéria de iniciativa legislativa do Executivo, nos termos do art. 37, § 2º, IV, da Lei Orgânica Municipal.

Mas não é só. A implantação de tais programas envolve, ainda, órgãos e servidores públicos com atribuições outras já determinadas em lei, interferindo na própria administração do Município, competência exclusiva do Executivo (art. 69, II, da LOM).

Com efeito, somente a Prefeita é quem tem condições de aferir quais órgãos ou servidores poderá disponibilizar para tais ou quais programas sociais. E mais, somente ela, na qualidade de administradora da máquina pública, é quem poderá priorizar e optar pela implementação deste ou daquele programa social segundo o próprio programa de governo pelo qual foi eleita.

Ante o exposto e não obstante os meritórios propósitos de seus autores somos

PELA ILEGALIDADE

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 24/04/02.

Antônio Carlos Rodrigues - Presidente

Jooji Hato - Relator



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº. <u>23</u> do proc.
nº <u>51</u> de <u>02</u>
<u>60</u>

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo

PP 132

REQUERIMENTO

13 - RDS
13-1496/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT

Crianças carentes expõem na Paulista

Mostra de trabalhos de jovens atendidos pela Casa do Zezinho começa hoje e fica até o dia 31 no Conjunto Nacional

Olhar o Mano. Esse é o nome da exposição de trabalhos artísticos, produzidos pelas crianças e adolescentes atendidos pela Casa do Zezinho, que começa hoje no Conjunto Nacional, na avenida Paulista. As obras são o resultado do projeto Oficinas Culturais, que incluem mosaico, arranjos florais, cerâmica, teatro, dança e música.

Ao todo, estarão expostas 21 peças de grandes dimensões. Os destaques da mostra são as instalações de mosaico e cerâmica, muito coloridas e confeccionadas em telhas de amianto. Também poderão

ser vistos pinturas com técnica mista, arranjos florais e painéis com bonecos de plástico. "Essa exposição é uma reflexão do olhar sobre si e sobre o outro", diz Dagmar Garroux, fundadora e presidente da Casa do Zezinho.

Nessas oficinas, além de serem revelados muitos talentos, o jovem resgata a sua auto-estima, trazendo à tona as suas potencialidades", acrescenta Dagmar Garroux. As oficinas culturais são patrocinadas pela Xerox, com apoio institucional da Prefeitura. Este é o terceiro ano consecutivo em que a

Xerox patrocina o projeto

ONG — A Casa do Zezinho é uma Organização Não Governamental (ONG) fundada em 1994 para atender a crianças e jovens de baixa renda. A entidade, que está localizada numa das regiões mais violentas da cidade, na confluência dos bairros Jardim Ângela, Jardim São Luiz e Parque Santo Antônio.

A entidade mantém atualmente 520 crianças e adolescentes, matriculados na rede pública de ensino, oferecendo gratuitamente alimentação, atualização pedagógica, assistência médico-odontológica além de várias atividades educativas, esportivas, artísticas e culturais.

Hoje, a Casa do Zezinho conta com o apoio da iniciativa privada para viabilizar suas atividades. O BNDES, com a colaboração de cooperados e doações, patrocina os projetos pedagógicos, culturais e esportivos.

Além das oficinas culturais

patrocinadas pela Xerox, a entidade dispõe de oficinas de capacitação profissional (informática, padaria, corte e costura, silk-screen, cabeleireiro e reciclagem de papel); atividades esportivas (capoeira, educação física, futebol, vôlei, basquete e natação); atualização pedagógica, educação moral, orientação em saúde, atendimento aos familiares, educação alimentar, além de organizar passeios e excursões diversas.

Quem quiser mais informações sobre o trabalho da Casa do Zezinho pode telefonar para 5512-0878 ou 5819-4481. O endereço eletrônico da entidade é www.casadozezinho.org.br.

Sandra Manfredini

Serviço
A exposição **Olhar o Mano** vai de hoje, a partir das 19h, até o dia 31 de maio. O Conjunto Nacional fica na avenida Paulista, 2073. Entrada gratuita.



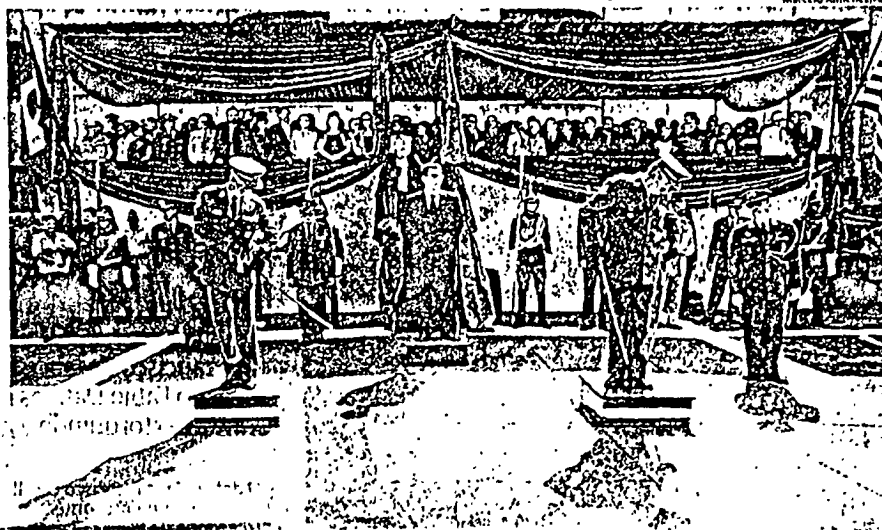
Feitos em telhas de amianto, os trabalhos são resultado das Oficinas Culturais

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo

Folha n.º 24 do proc.
n.º 51 de 02

Operações-relâmpagos, a nova arma da PM

Assumindo o Comando de Policiamento da Capital, o coronel Rubens Casado quer atacar sem aviso os locais mais violentos da cidade. Ele também pretende aumentar o número de blitz



Rui César Melo (à esq.) passou o posto de comandante-geral da PM a Alberto Rodrigues (à dir.)

ANDRÉ LANCHETA
Jornal da Tarde

O novo comandante do Policiamento da Capital, coronel Rubens Casado, assumiu ontem o posto e pretende seguir à risca as orientações do secretário de Segurança Pública, Saulo de Abreu, de aumentar o combate à criminalidade. Além do policiamento integrado (um policial e um carro) e das 400 motos para ajudar no trabalho em regiões muito congestionadas, ele quer fazer "operações-relâmpagos", atacando sem aviso locais considerados mais violentos.

"Vamos nos valer dos levantamentos feitos pelo Infocrime e atacar os pontos negros, onde a violência é elevada. A idéia é levar várias viaturas e fazer operações muito rápidas", conta o coronel. Ele também pretende elevar o número de blitz nos diversos bairros da cidade. "A polícia vai se fazer notar em muito pouco tempo", avisa.

Casado pretende implantar rapidamente o policiamento integrado. Ele está preocupado com as críticas que o programa recebeu de associações de policiais. Segundo essas associações, programas semelhantes foram implementados anteriormente e apresentaram resultados negativos, por deixarem o policial muito exposto ao perigo. Assim, o novo comandante do Policiamento da Capital se apressa em responder às críticas.

Rota vai ganhar 150 policiais

"O policiamento formado por um homem e um carro vai ficar em pontos não-violentos e só atenderá a ocorrências com várias equipes. Estamos pensando em colocar os policiais em distâncias de até 50 metros uns dos outros. Não podemos colocar em risco o policial, pois do contrário vamos acabar armando os marginais. Eles poderão atacar os policiais e levar seus armamentos", explica.

Segundo ele, está sendo feito um estudo para ver onde esse tipo de policiamento poderá ser implementado na capital.

As 400 motos compradas pela Polícia Militar devem estar à disposição nas próximas semanas. Elas ajudarão no policiamento em regiões onde é difícil a locomoção dos carros, por causa dos grandes congestionamentos. "Os policiais com as motos vão atuar na região central da cidade. Acredito que apenas com a presença desses policiais vamos afastar os punhistas e ladrões que fazem pequenos roubos", afirma Casado.

A filosofia de trabalho do novo comandante é idêntica ao do coronel Alberto Silveira Rodrigues, que assumiu oficialmente ontem o Comando-Geral da Polícia Militar: bandido bom é o que respeita a polícia. "Já definimos que os carros do Tático Móvel e da Rota vão fazer o policiamento na periferia. Essa tropa tem equipamentos melhores e armamentos mais pesados", explica Casado.

A Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (Rota) ganha no próximo mês mais um batalhão de patrulhamento, passando a ter mais 150 policiais, que também receberão 45 novos carros. "Temos de lembrar que a Rota e os policiais do Tático são chamados para ocorrências críticas. Por isso, os oficiais têm de estar bem aparelhados", diz.

Antes de assumir o Comando de Policiamento da Capital, o coronel respondia pelo comando da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, que forma os oficiais da PM. Ele não confirma, mas estaria sendo estudada a possibilidade de se utilizar os cadetes de oficiais como os candidatos a soldados para o patrulhamento nas ruas da cidade durante as suas férias.

O coronel Casado também acredita que os 10 mil soldados que devem reforçar o policiamento ajudarão a reduzir a criminalidade em São Paulo.

Desse total, 6 mil soldados que atualmente trabalham na burocracia da corporação vão ser substituídos por jovens que estão sendo contratados. Os outros 4 mil policiais são os que trabalham nas muralhas dos presídios e vão ser substituídos por civis, que também estão sendo contratados.

Novo comando agrada até malufistas

O coronel Alberto Silveira Rodrigues tomou posse ontem como o novo comandante-geral da Polícia Militar. A fama de profissional criativo e de policial "linha de frente" agradou a tropa. Ele recebeu vários elogios até de quem menos se esperava. Malufistas ligados à Polícia Militar - que sempre criticaram a política de policiamento defendida pelo governador Geraldo Alckmin - consideram o coronel a pessoa certa para diminuir a criminalidade.

"O coronel Silveira Rodrigues trabalhou comigo no Choque e sempre teve como qualidade ser um homem de linha de frente. Acho que ele é a pessoa certa para a missão. Tenho certeza que ele vai encarar o problema e não ficará no discurso, vai chegar na solução", afirma o coronel da reserva Ubiratan Guimarães. Ele está sendo processado sob acusação de co-autoria na morte de 111 presos numa rebelião no Carandiru. É candidato a candidato a deputado estadual pelo PPB e apontado como um conselheiro informal do candidato ao governo do Estado Paulo Maluf.

Outro malufista que elogiou o



Contê Lopes: 'tropa estimulada'



Ubiratan Guimarães: 'confiança'

novo comandante é o deputado Contê Lopes (PPB), capitão da reserva. "A experiência de Rodrigues no policiamento de rua está fazendo com que ele anuncie medidas que estimulam a tropa", afirma o deputado. Tanto Lopes como o coronel da reserva lamentaram o fato de uma pessoa com esse perfil não ter assumido o comando da PM há mais tempo.

A decisão do coronel Silveira Rodrigues de mudar as regras do Programa de Atendimento às Ocorrências de Alto Risco (Proar) é elogiada pelos malufistas. "Se o policial se envolver num tiroteio que resultar na morte do bandido, ele tem de passar por uma avaliação psicológica. Mas se a perícia médica constatar que o

policial está bem psicologicamente, não há motivo para ele ficar afastado do serviço. Quero que ele volte a trabalhar no dia seguinte", diz o novo comandante.

Ao contrário do pregam os dois malufistas, que defendem a pena de morte, o novo comandante faz questão de dizer que quer ver os bandidos respeitando a polícia. Mas também adverte que a PM tem de respeitar a população e não cometer excessos.

O secretário de Segurança Pública, Saulo de Abreu, disse ontem que escolheu o coronel Silveira Rodrigues para assumir o comando da PM pelas ações criativas que o policial desenvolveu quando comandou o policiamento da Baixada Santista. Para o secretário, os elogios que o novo comandante recebeu dos malufistas mostram que ele acertou, já que está agradando "gregos e troianos". "Parece que os malufistas estão vendo que somos pessoas boas e trabalhamos bem. Se estão preocupados com o tempo, a solução é votar para que todos nós continuemos trabalhando pelo Estado", disse Saulo de Abreu.

Governador contesta vice-prefeito

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) classificou de "totalmente descabida" a declaração do vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo (PT), de que a operação da Polícia Militar, realizada na Castilho, na região de Sorocaba, teria sido uma execução e não um confronto entre polícia e bandido.

Ex-integrante da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA, Bicudo contesta os laudos oficiais das mortes dos 12 bandidos, membros do PCC.

"O que houve foi um enfrentamento. Os laudos provam que os bandidos reagiram ao cerco policial, há resíduo nas mãos desses

criminosos provando que eles usaram armas, que eles reagiram", disse Alckmin.

O governador voltou a afirmar que a polícia agiu corretamente nesse episódio e que os bandidos, sempre que houver uma situação semelhante, devem jogar as armas no chão. "Do contrário, a polícia vai enfrentar", disse.

O vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo, havia dito anteriormente, baseado na necropsia do Instituto Médico Legal, que houve execução dos policiais que participaram do bloqueio na Castilho, na região de Sorocaba.

Segundo o vice-prefeito, 10 dos 12 mortos foram executados

com tiros na cabeça.

Exames resíduo gráficos

Bicudo indagou sobre os exames resíduo gráficos (que constata se há vestígios de pólvora) que deveriam ser feitos nos corpos dos bandidos mortos.

Mas o delegado do Deinter de Sorocaba, Ivaney Caires de Souza, contrariou a opinião do vice-prefeito e disse que o exame resíduo gráfico foi feito e está incluído no inquérito. O delegado disse que os tiros na cabeça aconteceram porque eram a única parte do corpo no campo visual de tiro.

Mais uma bomba em escola

Aulas no Colégio Alfredo Castro foram suspensas por causa da brincadeira de mau gosto. É o terceiro caso em uma semana

CAMILA HADDAD
Jornal da Tarde

Parecia mais um atentado a bomba. Mas, na verdade, a explosão que aconteceu ontem de manhã no Colégio Alfredo Castro, em Perdizes, zona oeste, não passou de uma brincadeira de mau gosto, feita com uma garrafa contendo três produtos químicos. Por volta das 10h, alunos do ensino médio desfilaram para o intervalo e ouviram a explosão. Em um dos armários de aço do segundo andar do prédio, uma garrafa plástica de refrigerante com álcool e cloro havia estourado.

A diretora da escola, Marcia Castro Freire, que estava em sua sala, no primeiro andar, saiu correndo e viu que dois alunos com idades entre 16 e 17 anos estavam ao lado do armário. Nervosa, ela perguntou qual deles tinha feito a bomba, mas nenhum admitiu. Com medo de novas brincadeiras, ela chamou a polícia para investigar o caso. "Esses episódios não podem passar em branco. Achei que, com a presença dos policiais, um deles ficaria com medo e entregaria o autor da bomba."

Nem mesmo a presença da PM intimidou os alunos. Eles foram levados ao 23.º DP, mas ainda assim não confessaram. Isso vai servir de lição para que não aconteça novamente. Dessa vez, não houve vítima, mas a explosão poderia ter machucado alguma criança", disse a diretora. Os pais dos dois garotos compareceram ao DP. Segundo Marcia, eles já passaram pela diretoria por indisciplina.

A garrafa foi levada pela periferia para que fossem tiradas impressões digitais. Durante a tarde, as aulas foram suspensas. "Nunca tive problemas com vandalismo. Aqui é sossegado e temos apenas seis classes com 15 alunos cada uma."

Marcia contou que agora vai alertar os pais para que venham às reuniões com os filhos. "A gente imagina que esse tipo de bomba só acontece na periferia, mas agora virou moda em colégios de classe média."

O professor de Química Edison de Barros, do Etapa, revela que a mistura entre álcool e cloro é perigosa e a reação acontece mesmo que não haja chama. "O cloro é um agente oxidante que, em contato com o álcool, proporciona o surgimento de gases. Num recipiente fechado, explode mecanicamente."

Bombas caseiras nas escolas viram rotina. Na última semana, foram dois casos. No dia 23, na Escola Esperidião Buarque, zona norte, a direção levou um susto com uma explosão no banheiro. A polícia foi chamada e não houve feridos. No dia seguinte, foi a vez da Escola Depuado Ciro Albuquerque, zona sul. A bomba estourou no banheiro e causou danos materiais.

A droga, mais longe dos alunos

Agir enquanto as drogas ainda não entraram na escola pode ser a melhor saída para combate do tráfico e o consumo em estabelecimentos de ensino. A Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (Uniad) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) montou um curso que ensina como os professores de 5.ª a 8.ª séries da rede pública podem prevenir a dependência química entre seus alunos.

A escola estadual Maestro Fabiano Lozano, na Vila Mariana, foi a primeira a entrar no Programa Independência. Outras 19 também participam. "Prevenir é o melhor caminho", diz a coordenadora pedagógica, Vera Maria Fonseca Soares. "Saber lidar com esse problema faz parte da realidade de hoje."

Os professores da Maestro Lozano já passaram pelas duas etapas iniciais do curso da Unifesp. Aprenderam características de cada droga, como podem prevenir o abuso e o que devem fazer ao se depararem com casos de dependência. O próximo passo é desenvolver atividades contínuas com os alunos.

"O professor acredita que precisa de resolver o problema do aluno que usa drogas", conta Neliane F. gli, coordenadora do Programa Independência. Segundo Neliane, a primeira droga que os adolescentes experimentam é o álcool. Em seguida, usam os solventes (cola de sapateiro) e depois vão para maconha.



O advogado Joanin Del Sant (acima) executado na quarta-feira, seria o defensor do preso Silva

ouviram.

A Delegacia Seccional investigará o caso e só a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública do Estado se manifestará; segundo Spadafora, que não ignorou a hipótese de policiais terem participado do crime. "A polícia parte para um leque muito amplo de opções de investigação e nenhuma hipótese pode ser descartada."

Silva teve proteção especial da polícia na noite de quarta-feira, quando surgiu a informação de que um grupo invadiria o 1.º DP para matá-lo. Equipes do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) e do Grupo Especial de Resgate (GER) cercaram o 1.º DP.

Com as informações do depoimento de Silva, a polícia deve, na tarde de anteontem, dois criminosos. O delegado Odacir Cesário da Silva suspeita de que o PCC estaria vingando-se de autoridades após as mortes de integrantes na região.

Testemunhou contra o PCC. E morreu na cela

Jovem é assassinado em delegacia de Ribeirão Preto. Ele confessou participação em atentado a delegado e revelou planos da facção criminosa

João Paulo Alves da Silva, de 21 anos, que estava detido provisoriamente por cinco dias no anexo do 1.º Distrito Policial de Ribeirão Preto, foi encontrado morto, com quatro cortes nas regiões da cabeça e do pescoço, em sua cela na manhã de ontem. Ele havia sido preso pela polícia, por roubo, na tarde de quarta-feira e teria confessado sua participação no atentado à casa do delegado Paulo Pereira de Paula no início do mês. Ele também revelou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) planejava assassinar autoridades do município, como delegados, juizes e promotores.

Silva seria defendido pelo advogado Joanin Del Sant, que, depois de visitá-lo, foi morto no início da noite da mesma quarta-feira com três tiros de fuzis, além de uma granada ter sido jogada em sua camionete e falhada. Outro detalhe: O corpo de Silva só foi percebido pelo carcereiro Antonio Carlos Mar-

tins no início da manhã. Então, a sede do 1.º DP tornou-se agitada, com a presença de vários delegados, juizes e advogados.

A mãe e o irmão de Silva acusaram a polícia de ter feito uma "queima de arquivo". "Ele estava sendo torturado para confessar algo que não tinha feito", disse Júlio Alves da Silva. O delegado Luiz Roberto Spadafora, da Delegacia do Interior (Deinter-3), afirmou que houve uma falha na segurança e que o carcereiro interno Martins, que havia dormido e nada ouviu durante a madrugada, foi afastado preliminarmente.

Símbolo do PCC foi escrito com sangue da vítima

A necropsia do corpo de Silva indicou quatro ferimentos profundos, feitos por um instrumento corte-contuso (machadinha ou cutelo). O corpo estava deitado de costas e uma lesão na mão indica que ele tentou reagir.

O médico-legista Mário Abeid acredita que o crime tenha ocorrido aproximadamente às 2 horas da madrugada. O cadeado da cela estava intacto e o autor do crime entrou na cela. Depois, usou o sangue da vítima para inscrever a numeração 15.3.3, indicando as letras do alfabeto que identificam o PCC. Outros três detidos nada viram ou



Alckmin participa da inauguração de unidade da Febem no Brás

Em visita à Febem, OAB encontra 18 feridos

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) visitou ontem uma ala da unidade Paralelos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e encontrou 18 internos com hematomas. A ala abriga 70 adolescentes. Também constatou casos de doenças de pele e ouviu a denúncia de que as celas foram pintadas e os uniformes e roupas de cama trocados para a visita. A Justiça determinou no mês passado o fechamento da unidade.

A assessoria de imprensa da Febem informou que a presidente da fundação, Maria Luiza Granado,

conversou com oito adolescentes e não recebeu nenhuma denúncia. Também negou que a unidade tenha sido preparada para a visita.

No Brás, centro da cidade, foram inauguradas ontem as Unidades de Internação Provisória (UIP) 10 e 11 da Febem, pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Juntas, as duas unidades custaram R\$ 1,498 milhão e contam com 3.904 metros quadrados de área construída.

A Unidade 10 já abriga 50 garotos. Cada uma das duas unidades tem capacidade para atender até 140 adolescentes, que ficarão detidos por até 45 dias, prazo para que a Justiça decida o destino dos jovens.

Seminários Macrorregionais sobre Violência Urbana e Saúde Pública

Comissão Intersetorial de Trauma e Violência do CNS

Identificar fatores que estão associados com o crescimento da violência no cotidiano e mobilizar diversos setores da sociedade e do governo - com destaque para a área da saúde - na tentativa de aprofundar a discussão sobre o tema no âmbito dos três níveis de governo. Com este objetivo, a Comissão Intersetorial de Trauma e Violência do Conselho Nacional de Saúde, aprovou na 117ª Reunião Ordinária, a realização de cinco seminários macrorregionais, que serão realizados no período de 10 de maio a 10 de junho deste ano. A atividade contará com o apoio dos Conselhos Estaduais de Saúde e das assembleias legislativas.

O tema de todos os encontros será *Violência Urbana e Saúde Pública* e as conclusões servirão de subsídios para a formulação de políticas de saúde pública. Esses seminários ocorrerão em cinco cidades pólos, nas quais se espera obter um diagnóstico regional sobre a relação entre a violência urbana e a saúde pública. Os encontros acontecerão, respectivamente, nas seguintes cidades: Recife/PE (Região Nordeste) nos dias 27 e 28 de maio; Goiânia/GO (Região Centro-Oeste); Belém/PA (Região Norte); Belo Horizonte/MG (Região Sudeste) nos dias 13 e 14 de maio; e Curitiba/PR (Região Sul).

Pretende-se que em cada região seja formulada uma carta com diagnóstico, situação atual, situação desejada, parcerias e resultados esperados. Os documentos serão enviados para os diversos níveis deliberativos, como, por exemplo, a Comissão Mista de Segurança Pública, instalada no Congresso Nacional. Também deverão receber as propostas presidentes e líderes das Assembleias Legislativas, da Câmara, do Senado, dos Conselhos Nacionais de Segurança Pública, dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, universidades, além de outras entidades representativas dos segmentos de usuários, prestadores e profissionais de saúde que também reúnem dados para a formulação de políticas. A Comissão deverá propor ao CNS que os resultados também sejam encaminhados aos candidatos à Presidência da República.

A discussão do elo entre violência e saúde deve crescer ainda mais nos próximos meses. Antes mesmo da realização dos seminários, o representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Major Miguel Libório, apresentou os pontos do Plano Nacional de Segurança Pública, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em abril, e já sugeriu uma maior integração dos Conselhos de Saúde e de Segurança Pública. De acordo com

ele, isso pode impulsionar as discussões sobre o tema e apresentação de propostas às instâncias regulamentadoras das políticas públicas, inclusive enfatizando a necessidade da mudança nas diversas normas existentes. Entre elas, ele citou como exemplos os Códigos Penal e da Criança e do Adolescente.

Durante reunião do CNS no dia 03 de abril, após acompanhar uma apresentação de técnicos do Ministério da Justiça sobre o Plano Nacional de Combate à Violência, o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Aloysio Mercadante, ficou entusiasmado com a possibilidade de uma ação intersetorial nesta área. Segundo ele, propostas do Plano - como o estímulo à participação popular na definição de políticas públicas e o estabelecimento de um pacto entre os gestores federal, estadual e municipal - já vêm sendo implementadas pelo Sistema Único de Saúde há alguns anos. Mercadante acredita que, pela experiência acumulada, o Ministério da Saúde pode contribuir para o aperfeiçoamento da estratégia coordenada pela Justiça.

No ano passado, o CNS aprovou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, tendo a Comissão Intersetorial de Trauma e Violência do Conselho (CITV) - coordenada pelo repre-

sentante da Abrasco, José Noronha - a determinação de acompanhá-la. Desde então, foram realizadas quatro audiências públicas e o *Seminário Nacional sobre Violência Urbana e Segurança Pública*, organizados em parceria pelo CNS, Ministério da Saúde e Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, e com o apoio dos Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, respectivamente Conass e Conasems.

Durante o Seminário realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2001, em Brasília, estiveram representantes de diversas ONGs, institutos de pesquisa de várias universidades, dos Executivos Federal, Estaduais e Municipais, além do Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, entre outras entidades. Segundo Noronha, as chamadas "causas externas", como homicídios, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho doméstico, suicídios e outras lesões constituem hoje, no Brasil, o segundo grupo de causas de morte. Esta situação responde por quase 120 mil óbitos a cada ano perdidos somente para as doenças do aparelho circulatório - como o derrame e infarto - e matando mais que os cânceres.



Câmara Municipal de São Paulo Legislativo
RF 11.132

Folha nº. 28 do proc.
nº 51 de 02

REQUERIMENTO - 13 - RDS
13-1825/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT

O retrato de quem morre assassinado em São Paulo

A mais abrangente pesquisa sobre homicídios na cidade oferece um perfil da vítima, de sua família e do ambiente em que ela vivia. Uma das conclusões: muitos crimes poderiam ser evitados

MARCELO GODOY
JT/AE

O homicídio em São Paulo é um crime sem solução. Para 69,6% das famílias de vítimas, a morte do parente é um crime ainda não resolvido. As vítimas viviam em bairros com rede de esgoto clandestina e sem bibliotecas, teatros, cinemas e praças públicas. Em quase metade dos locais nem mesmo havia ronda policial. Em cada quatro casos de assassinato, um deles já era esperado pela família. A metade foi morta na rua e o autor do crime conhecia a família de sua vítima em 39% dos casos. Eles eram quase todos homens, a maioria parda, nascida em São Paulo, sem carteira assinada e se excedia no consumo de álcool.

Esse é o retrato dos assassinatos em São Paulo, segundo o perfil que começa a ser traçado pela mais abrangente pesquisa sobre esse delito na cidade. O homicídio emerge do levantamento feito pelas professoras Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira e Graziela Acquaviva Pavez, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como um crime de pobres contra pobres. Casos que poderiam ser evitados, como diz a pesquisadora Flávia Schilling, com políticas públicas que criassem formas de mediar conflitos, tidos como banais na periferia, como brigas entre vizinhos, discussões familiares que se arrastam por muito tempo antes de se transformarem em um delito etc.

Poderiam ser evitados, mas não são. Surpreendente é a constatação dos pesquisadores de que 46,3% dos bairros visitados, todos nas zonas norte, sul e oeste da cidade, não contam com ronda policial.

A pesquisa é uma parceria entre a PUC e o Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), órgão da Secretaria da Justiça e Cidadania que atende parentes de vítimas, como o menino G.T.S., de 2 anos, e sua mãe, a costureira L.T.S., de 25. O marido de L. e pai da criança foi assassinado por bandidos na zona leste.

As conclusões divulgadas na quinta-feira no lançamento do primeiro livro ligado ao projeto (*Reflexões sobre Justiça e Violência, o Atendimento de Vítimas de Crimes Fatais*, editoras Educ-Imprensa Oficial, 248 páginas, R\$ 25) são a primeira parte da pesquisa que analisou 3.993 homicídios de setembro de 1998 a outubro de 1999. A amostra

envolvia 813 famílias de vítimas.

A pesquisa divide-se em cinco itens: o bairro onde ocorreu o crime, a família da vítima, a vítima, como foi a morte e o processo judicial. O primeiro dado importante: a maioria morre perto de onde mora — um mapa mostra a coincidência. O perfil dos bairros mostra que a rede de esgoto de 8,9% é clandestina, 78% não têm centro esportivo e 73,6% não têm praças. O único lazer está relacionado aos crimes: 77% dos bairros tinham mais de quatro bares num raio de 1 quilômetro.

O assassino: um velho conhecido

O pesquisa quantifica outra realidade da periferia: a lei do silêncio. Ao todo, 39,7% dos parentes conheciam o assassino. "São raros os que os denunciaram à polícia", afirma Graziela. O estudo mostra que 47,7% foram mortos em ruas, 16% na frente de testemunhas e que sua morte era esperada por 24,9% das famílias, porque estavam envolvidos com crimes, eram dependentes de drogas ou tinham amizade com dependentes ou bandidos.

Segundo a pesquisa, 37,9% das vítimas usavam drogas, 58,5% consumiam álcool e, segundo as famílias, 41% tiveram infância difícil. Ainda 40,7% tiveram a vida influenciada pelas drogas como dependentes ou amigos de traficantes e dependentes. O impacto dos homicídios na sociedade pode ser medido pela quantidade de vítimas que tinha filhos (55,8%) e pelos que não deixaram pensão às viúvas, pois 66% não trabalhavam com carteira assinada.

A impunidade e o medo são outra marca desses casos. Ao todo, 32% dos casos não resultaram em processo judicial porque o assassino não foi descoberto. Para 69,6% das famílias, o caso não foi resolvido porque o assassino não foi preso ou a polícia nem mesmo sabe quem foi o autor do crime.

A polícia procurou a família de 76% das vítimas, 32% dos entrevistados não sabiam nem mesmo se a polícia havia instaurado inquérito para apurar o caso e 26% reclamaram das dificuldades encontradas na relação com os investigadores do crime. Por fim, 37,5% das famílias não acompanhavam o andamento do processo judicial. Para as professoras, o medo de represálias foi a principal causa dessa conduta.



M.R.S.S. viu o marido ser assassinado por homens que invadiram sua casa: ela levou 16 facadas

Prefeituras terão dados dos crimes

Prefeitos da Grande São Paulo e o secretário da Segurança Pública, Saulo Abreu, assinam hoje convênio para permitir às prefeituras o acesso aos dados e mapas do Infocrim (sistema de mapeamento da criminalidade com base em informações das ocorrências registradas pela polícia).

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública, que reúne as prefeituras, decidiu que o protocolo será assinado pelos 39 prefeitos da

região e pelo secretário.

A primeira prefeitura a receber o mapeamento das ocorrências criminais será a de São Paulo, pois todas as delegacias policiais da cidade já estão informatizadas. Os outros municípios devem ter acesso aos dados do Infocrim até outubro, depois da informatização dos distritos policiais.

Em relação à pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Secretaria da Segurança Pública e a

Polícia Militar informaram que não iriam se manifestar sobre o dado que mostrou a ausência de ronda policial em 46,3% dos bairros da periferia onde ocorrem homicídios. No entanto, ambas afirmaram que a PM patrulha todos os bairros da capital.

Também informaram que seria preciso que a pesquisa divulgasse a lista de bairros em que foi constatada a deficiência para que a secretaria e a Polícia Militar pudessem se manifestar.

Homicídio de motorista terá prioridade

A Secretaria da Segurança Pública determinou à Polícia Civil que dê prioridade à investigação do assassinato do motorista José, marido de M.R.S.S., 35 anos. O caso foi relatado na quinta-feira em reportagem que contou como os crimes mudam a vida dos parentes das vítimas. Os bandidos estão impunes desde 31 de agosto, quando invadiram a residência do casal, em uma cidade da Grande São Paulo, amarraram José e a mulher, esfaquearam ambos e dispararam um tiro na cabeça do motorista. Fugiram com o carro das vítimas, um Monza, e tudo o que conseguiram apanhar dentro da casa.

M. era casada havia 11 anos com José. Ela o conheceu no trajeto de casa para o trabalho; o marido era o motorista do ônibus que ela apanhava todos os dias. Depois que se aposentou, montaram um bar na frente da casa que haviam construído. Não tiveram filhos. Um dia, o bar foi invadido por ladrões e o casal decidiu que era hora de mudar de cidade. Iam vender tudo para morar em uma cidade do interior. Cinco dias antes da mudança, os bandidos invadiram sua casa.

O casal preparava-se para dormir quando a porta foi arrombada. Os bandidos estavam armados com facas e um revólver. Queriam vingança, pois pensavam que ela e o marido haviam sido os responsáveis pela denúncia que levou à prisão de dois de seus comparsas, realizada dias antes pela polícia. M. nega.

Os bandidos amarraram José com fios de telefone e obrigaram a mulher a mostrar onde estavam o dinheiro e os documentos do Monza. Mandaram os dois ficarem quietos para que os vizinhos não fossem alertados. Mesmo com as vítimas implorando para que levassem tudo, e não fizessem nada com elas, os bandidos apagaram as luzes e começaram a esfaqueá-las. M. levou 16 facadas. José foi acertado por outras tantas e também levou um tiro na cabeça — os ladrões só não balearam a mulher porque imaginaram que estivesse morta. De fato, M. foi até chutada pelos assaltantes, mas não se mexeu, fingindo estar morta.

A violência não parou por aí. Depois que os bandidos fugiram, a mulher saiu de casa para procurar ajuda. Nem mesmo seu primo, que morava na frente de sua casa, teve coragem de socorrê-la: ninguém queria se expor a uma vingança dos bandidos do bairro.

Ela caminhou quase 1 km até encontrar alguém disposto a levá-la a um hospital. Seu marido ficou na casa. "Sabia que ele estava morto." M. não teve nem coragem de acender a luz para conferir.

Depois do crime, M. teve de abandonar a casa, que até hoje não conseguiu vender. Hoje vive escondida, mas quer Justiça. Ela conhecia um dos matadores, um vizinho que participava de um grupo de ladrões que agia no bairro. Ela afirma ter passado a informação à delegacia de polícia, mas até agora nem ele nem os outros bandidos foram presos.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº. <u>30</u> do proc.
nº <u>51</u> de <u>02</u>
<i>de</i>

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo

REQUERIMENTO 13 - RDS
12-2127/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2002.

Carlos Neder
Vereador - PT

“O Estado tem deixado um estado paralelo (como o narcotráfico) tomar conta da periferia”, EDUARDO REALE, advogado

Uma trágica herança para o eleito

O próximo presidente sabe que vai herdar um Brasil pelo menos 36% mais violento do que o de uma década atrás, de acordo com os números mais recentes do IBGE. Para reverter essa situação, os quatro principais candidatos têm programas muito semelhantes

RITA MAGALHÃES
Jornal da Tarde

O novo Presidente da República e os próximos governadores assumirão, em 2003, um Brasil pelo menos 36% mais violento. É o que apontam os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, o mais recente documento do IBGE sobre a realidade brasileira. Entre os anos de 1992 e 1999, a proporção de assassinatos no País cresceu de 19,12 por 100 mil habitantes para 26,18.

Números atualizados do Ministério da Justiça indicam que as capitais com maior ocorrência de homicídios dolosos são Vitória, ES (63,2), Porto Velho, RO (57,0), Recife, PE (49,6) e São Paulo (49,3).

Além dos assassinatos, as estatísticas revelam, em números absolutos, a elevação do número de roubos, latrocínios e seqüestros na maioria das capitais. O número de latrocínios em Porto Velho, por exemplo, saltou de apenas três em

1999 para 17 em 2001 – um aumento de quase 500%.

Afora o desemprego e a desigualdade social, especialistas e pesquisadores da área da segurança pública são unânimes em dizer que as principais causas da violência são fatores como o abandono do Estado em áreas que incluem a prevenção dos crimes e o fácil acesso às armas e às drogas. Contribuem para essa situação também o desaparecimento, a desinformação e a desintegração das polícias Civil, Militar e Federal e a corrupção dos agentes públicos que administram a segurança pública.

Para Cláudio Tucci, 60 anos, ex-secretário Nacional da Segurança Pública, “estamos ausentes na área da infra-estrutura e saneamento básico, na educação, na saúde, no lazer, na habitação e na segurança. Infelizmente, o Estado encolheu. Por que o Estado não está presente nos morros cariocas e em algumas favelas de São Paulo? Onde não

existir Estado, haverá violência”.

Um estudo feito pela Comissão de Reforma do Sistema Penal, instituída pelo ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, entre os anos de 98 e 99, endossa as palavras de Tucci. O advogado Eduardo Reale, 33 anos, professor de direito da USP e

“O Estado encolheu. E onde não existir Estado, haverá violência”

CLÁUDIO TUCCI, ex-secretário Nacional da Segurança Pública

existir Estado, haverá violência. Não tem espaço de lazer, não tem espaço cultural, não tem autoridade na periferia. O juiz, o promotor, o advogado, o delegado, todos estão distantes da periferia”.

A guerra do narcotráfico instalada no Rio de Janeiro na última semana é um exemplo claro da au-

sência do Estado e da forte presença do poder paralelo na região. De mãos atadas, as autoridades públicas assistiram à exibição de poder do traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar.

Detido em Bangu 1, considerado o presídio mais seguro do Rio de Janeiro, Beira-Mar promoveu 23 horas de rebelião com único objetivo de matar quatro rivais, entre eles Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê.

A ação de Beira-Mar provocou o caos do lado de fora da prisão. Traficantes adversários dominaram 20 bairros das zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Obrigaram comerciantes, escolas e postos de saúde a encerrar suas atividades, depredaram e incendiaram ônibus.

A chegada da Polícia Militar nos

morros não transmitiu nenhuma sensação de segurança aos moradores. “Daqui a pouco a polícia vai embora e eu fico”, disse um dos comerciantes prejudicados.

Para retomar o controle da situação no presídio, o secretário de Segurança do Rio, Roberto Aguiar, afastou o diretor Ricardo Couto e mais 13 agentes por suspeita de cumplicidade com os delinquentes. Eles teriam facilitado a entrada das armas usadas na ação sangrenta.

Paulo de Mesquita, do Instituto São Paulo Contra a Violência, e Karina Spozato, secretária-executiva do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Ilanud), apontam o despreparo, o baixo salário e a falta de incentivo e de controle dos policiais e agentes públicos como as principais causas da corrupção.

“O policial tem de ser bem selecionado, supervisionado e controlado, para não ficar exposto à corrupção. E o policial que trabalha e apre-

senta resultados deve ser premiado”, defende Mesquita.

Os especialistas concordam que a simples construção de presídios federais, como estão prometendo os quatro principais candidatos à Presidência da República, não é a solução para a falência do sistema penitenciário. “O envolvimento de funcionários com criminosos é fruto de uma gestão inadequada. Não adianta só construir mais presídios, o que é necessário é fazê-los funcionar com boa qualidade”, afirma Mesquita.

O ex-secretário Nacional de Justiça Cláudio Tucci, porém, defende a construção de presídios federais de segurança máxima para conter os presos de grande periculosidade, como Fernandinho Beira-Mar. Para ele, essas prisões devem ter celas individuais e bloqueador de celular ativo. E mais: não deve ser permitido que os presos tenham contato físico com as outras ou com agentes penitenciários.



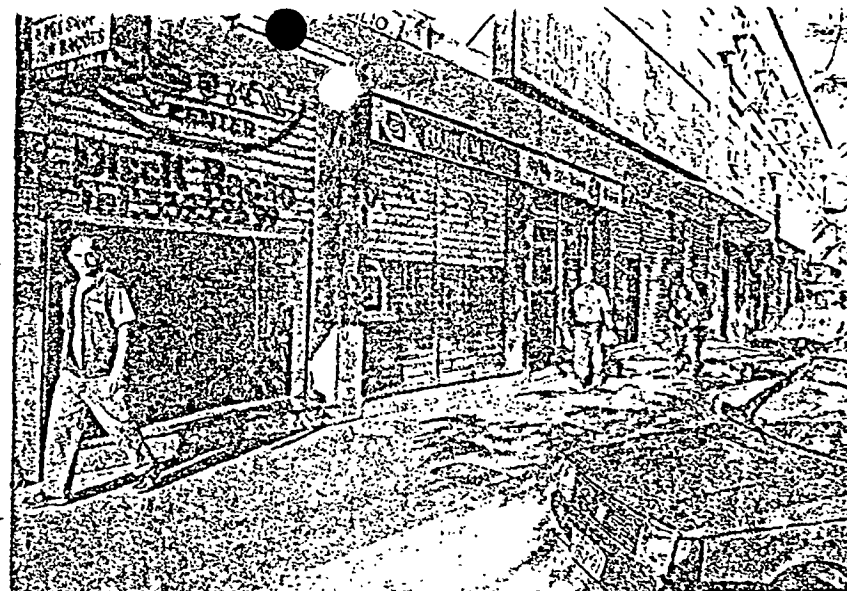
Folha nº. 31 do proc.
nº 51
10 de 0202
RE 11.132
PENSANDO O BRASIL - Of. Legislativo

Ranking de violência no país

Capitais	Números Absolutos			Taxa por 100.000 Habitantes		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Homicídio doloso						
Vitória	288	154	187	106,4	52,7	63,2
Porto Velho	131	171	195	42,3	51,1	57,0
Recife	719	931	713	52,2	65,4	49,6
São Paulo	5.418	5.327	5.174	54,4	51,1	49,3
Rio de Janeiro	2.094	2.216	2.098	37,4	37,8	35,6
Rio Branco	77	95	87	29,7	37,5	33,3
Roubo						
Porto Alegre*	15.353	18.591	19.742	1.168,4	1.366,4	1.437,5
Porto Velho	2.401	3.778	4.903	775,1	1.128,9	1.432,5
São Paulo	110.098	108.815	111.991	1.104,5	1.042,9	1.066,7
Distrito Federal	15.490	18.385	20.572	786,3	896,3	980,8
Goiânia	7.287	7.628	9.797	689,8	697,9	881,3
Belém	8.217	10.727	11.187	692,3	837,6	857,7
Latrocínio (roubo seguido de morte)						
Porto Velho	3	13	17	1,0	3,9	5,0
São Luiz			23			2,6
Rio de Janeiro	61	71	101	1,1	1,2	1,7
São Paulo	298	202	208	3,0	1,9	2,0
Porto Alegre*	62	80	74	4,7	5,9	5,4
Distrito Federal	54	83	78	2,7	4,0	3,7

OBS: Na categoria Outros Roubos estão incluídos todos os roubos, exceto Roubo de Veículos e Roubo Seguido de Morte.
 * Os números absolutos informados pelo Rio Grande do Sul agregam as ocorrências de delitos consumados e tentados.

Fonte: Ministério da Justiça



O crime manda no Rio: lojas de Bonsucesso fecharam em luto por traficantes

Solução é reocupação da periferia

Reocupação das periferias pelo Estado, criação de um modelo nacional de estatística criminal, aparelhamento do sistema prisional e criação da polícia comunitária são soluções apresentadas pelos especialistas – e endossadas pelos candidatos – para a redução da violência no País. Para o advogado Eduardo

Reale, o Estado precisa, junto com a sociedade civil, reocupar o espaço que deixou vazio. Ele cita como exemplo a instalação de Centros Integrados de Cidadania (CIC), que funcionam com ótimos resultados na periferia de São Paulo. Os CIC reúnem, no mesmo prédio, juiz, promotor, delegado, destacamento da

PM, assistente social e psicólogo para atender a população. “Esses centros são importantes para evitar que uma briga de vizinhos não resolvida vire um homicídio. O bairro de de Itaim Paulista é um exemplo”, diz Reale. “Sem o CIC, o bairro registrou 27 homicídios no Carnaval de 98. Em 99, com o CIC, foi zero”.

Companheiro é o principal agressor

Duas recentes pesquisas de âmbito nacional revelam ainda que a violência contra a mulher é um fenômeno que está acima de raça, condição social ou grau de instrução.

O estudo A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado, do Instituto Perseu Abramo, revela que 43% das mulheres brasileiras já foram vítimas de violência psicológica, física ou sexual. A pesquisa de Vitimização 2002, da USP e do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente, divulgada na semana passada, mostra que 33% das mulheres agredidas fisicamente foram atacadas em casa e 30%, nos arredores. O agressor era o companheiro para 43% das que conheciam o autor do crime. Em casos de agressão sexual, que inclui comportamento ofensivo e estupro, 25% das vítimas conheciam o agressor pelo nome.

"As mulheres criadas no campo têm taxas um pouco maiores de violência. Elas estão mais submetidas, de uma forma geral, ao homem", afirma a pesquisadora Marisol Recaman, que coordenou a pesquisa A Mulher Brasileira.

Em relação à escolaridade, 13% das entrevistadas que sofreram agressão física têm ní-

O PRÓPRIO MARIDO

"Não sabia que ele era violento"

É o que afirma Carla, 43 anos, que apanhou do "companheiro" pela primeira vez quando já moravam juntos havia dois anos. Ela tem o 2º grau completo e trabalhava em laboratórios de análises clínicas, mas está desempregada. "Eu me considero inteligente, sei fazer um monte de coisas. E mãe de um menino de um relacionamento anterior e de uma menina com o agressor. Quando ele espancou o filho de Carla, ela decidiu expulsá-

lo de casa. O agressor fez novas ameaças. Carla foi até a delegacia comum, mas "eles não tomaram providência". O companheiro acabou voltando, e Carla tinha que sustentar a casa. "Quando acabava o dinheiro, tinha que sair para catar latinha e comprar cigarros para ele. Carla afirma que chegava a perder os sentidos de tanto apanhar. "Pensei em matá-lo, mas preferi fugir. Sai de casa com os meus filhos, só com a roupa do corpo." (FSP)

vel superior. Para aquelas com escolaridade entre a 1ª e 4ª série, a porcentagem é 26%.

"Atendo uma dentista e uma assistente social que são de classe média", relata Maria Elisa Braga, assistente social da casa Eliane de Grammont, que dá orientação e acompanhamento para mulheres vítimas de violência há 12 anos.

Geralmente, a procura por ajuda ocorre depois de várias agressões. "A mulher nos procura quando chega no limite, no momento em que começa a ficar doente ou quando a a-

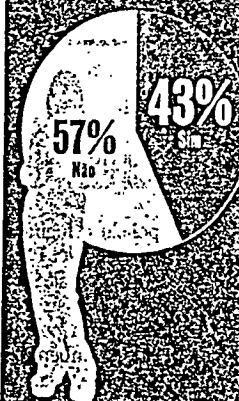
meaça se estende aos filhos".

O número de queixas dos agressores, segundo a pesquisa de vitimização, é muito baixo. Entre as vítimas de agressão sexual, apenas 14% notificaram o crime.

Nas 125 delegacias de defesa da mulher do Estado, no 1º semestre de 2001, foram registrados 37.116 casos de ameaça e 42.890 de lesão corporal dolosa (quando há intenção). No mesmo período em 2002, os números foram 42.852 e 41.695, respectivamente.

(FSP)

Mulheres que já sofreram alguma violência



Tipo de violência	
Física	33%
Ameaça/coerção	24%
Agressão	22%
Estupro/abuso sexual	13%
Psíquica	27%
Assédio	11%

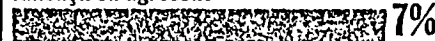
Vínculo da vítima com o agressor, em casos de

Espancamento com mares, cortes ou fraturas	
Mãe	55%
Ex-marido	21%
Namorado/ex-namorado	7%
Paiz/padrasto	6%
Irmão	4%
Relações sexuais forçadas	
Mãe	55%
Ex-marido	15%
Namorado/ex-namorado	10%
Paiz/padrasto	2%
Patrão	2%
Desconhecido	7%

Nos últimos cinco anos, entrevistadas que relataram algum tipo de:

Percentual de entrevistadas da pesquisa sobre vitimização

Ameaça ou agressão



Ofensa sexual



86%

não notificaram a polícia

Fonte: pesquisa de vitimização Marisol Recaman, 2002

Em relação à ofensa sexual, as vítimas relatam:	
Comportamento indecente	50%
Tentativa de estupro	29%
Comportamento ofensivo (cantada)	11%
Estupro	10%

Relação entre vítima e agressor:

72% não conheciam o agressor

25% conheciam pelo nome

3% não viram o agressor

Grau de relacionamento	
Marido ou parceiro	8%
Ex-marido ou ex-parceiro	5%
Namorado	17%
Amigo próximo	21%
Outros graus de parentesco	26%
Colega ou chefe	8%
Nenhum deles	14%
Recusaram a dizer	2%

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice de mortes na "África" paulistana supera guerra civil

► Região que reúne 38 distritos da Capital registra 80 homicídios por 100 mil habitantes, índice maior do que em países em situação de conflito aberto

JAQUELINE FALCÃO

► Na "África" de São Paulo, 38 dos 96 distritos da cidade com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo de 0,5, as pessoas vivem uma espécie de guerra civil, com 80 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, índice superior a países em situação de conflito aberto, como

Israel, Croácia, Irlanda do Norte e Eslovênia. Por outro lado, na "Europa" de São Paulo, o número de homicídios é de 21,14 por grupo de 100 mil habitantes, no mesmo período.

O número na "África" paulistana é quase o mesmo do de homicídios de jovens (15 a 24 anos) no Brasil em 1999: 86,7 mortos por 100 mil.

Soluções

Levantamento da ONU foi adaptado

► A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade fez o estudo para identificar o IDH, que varia de zero a um. Adotado mundialmente, o índice mede a qualidade de vida a partir da longevidade, educação e renda. A Prefeitura criou

quatro classificações, adaptando médias usadas pela ONU, estabelecendo distritos europeus (com IDH acima de 0,8); asiáticos (de 0,651 a 0,799); indianos (de 0,501 a 0,650) e africanos (abaixo de 0,5). O estudo considerou os dados do Censo 2000 e analisou a renda média, alfabetização e anos de estudos dos chefes de domicílio.

Segundo o estudo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, realizado em 2000, ocorreram 4.539 homicídios nos 38 distritos, onde existem 5.654.073 moradores. Em 1991, quando 3.230 pessoas morreram na mesma região, o índice chegava a 76,49. Naquele ano a população era menor, com 4.222.927 moradores.

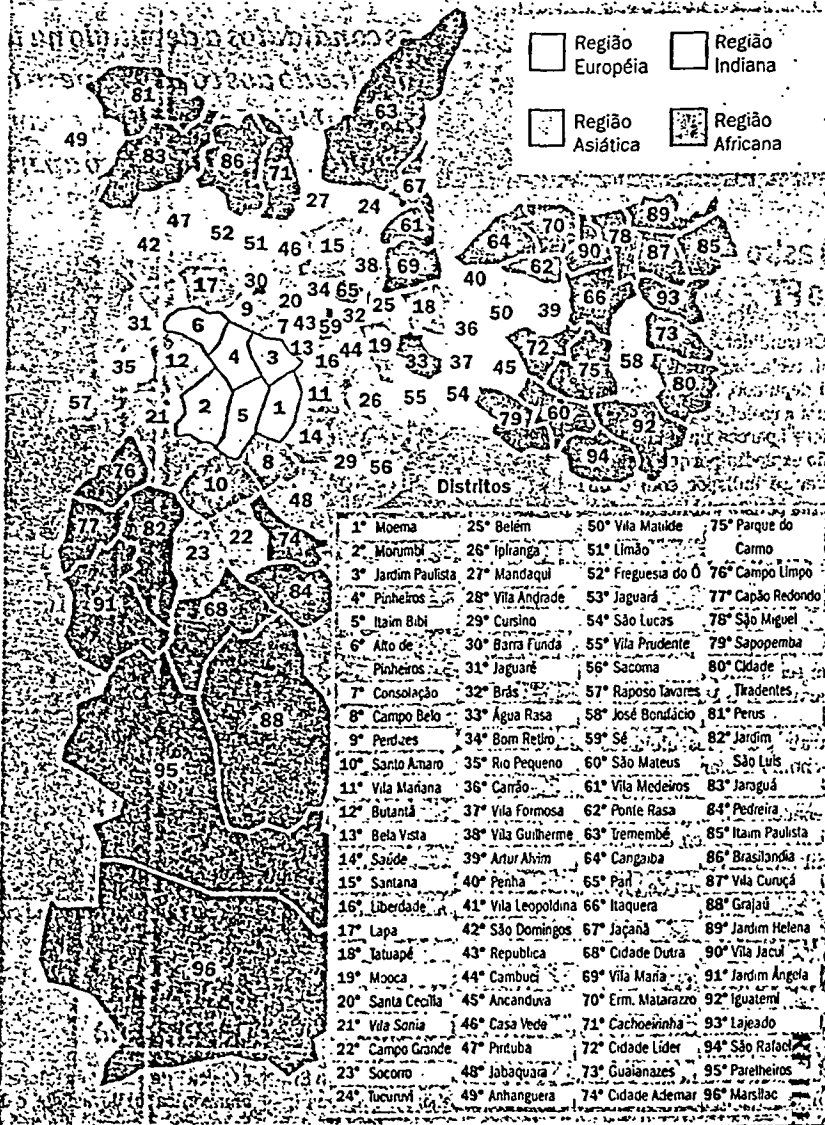
Na faixa etária de 15 a 24 anos, Israel tem 2,5 homicídios por grupo de 100 mil habitantes; a Rússia, 38,6. O número na Croácia chega a 3,6 e na Irlanda do Norte, 5,8 mortes.

Na "África" paulistana estão distritos como Marsilac, Pedreira, Parelheiros, Jardim Ângela, Grajaú, Lajeado, Cangaíba, Itaim Paulista, Itaquera, Ermelino Matarazzo e Perus.

Por outro lado, nos seis distritos que formam a região "europeia" — Moema, Morumbi, Jardim Paulista, Pinheiros, Itaim Bibi, Alto de Pinheiros —, o número de homicídios cai junto com a população, que era de 457.001 em 1991 e passou para 378.438 em 2000. Lá, o índice de homicídios por 100 mil habitantes caiu de 31,94 para 21,14.

CIDADE DESIGUAL

AS 4 DIFERENTES REGIÕES POR QUALIDADE DE VIDA



IMPRESSO VERIFICAÇÃO DE LEGISLATIVO

Folha nº. 34 do proc. nº 51 de 02

SEGURANÇA

Brasil tem 3 vezes mais crimes que o registrado

Pesquisa com vítimas da violência nos últimos 5 anos mostra que apenas 27% notificaram a polícia

MARCELO GODDY

O Brasil tem três vezes mais crimes do que o registrado pelas Polícias Civil e Militar. Isso porque apenas 27,1% das pessoas que foram vítimas nos últimos cinco anos de algum delito notificaram a polícia. Assim, o 1 milhão de crimes contra o patrimônio ocorridos em São Paulo em 2001 se transformaria em 3 milhões caso todas as vítimas procurassem a delegacia ou ligassem para o telefone 190. Ao todo, 51% da população foi vítima de algum delito nos últimos cinco anos e 67% crê que será roubada ou furtada em 2002.

Essas conclusões estão na primeira pesquisa de vitimização feita em quatro capitais brasileiras - São Paulo, Rio, Vitória e Recife. O trabalho é uma parceria entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP) e o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e do Tratamento

delinqüente (Ilanud). A pesquisa servirá para determinar políticas de segurança no País e é parte do Plano Nacional de Segurança Pública. A incidência de crime nos últimos cinco anos é maior entre pessoas que ganham mais de R\$1.600,00 (64%) e entre quem tem curso superior (69%). Os mais pobres sofreram menos - 35% dos que ganharam até R\$ 400,00 foram vítimas no período. A pesquisa, porém, não trata de homicídio, crime cuja maioria das vítimas é pobre.

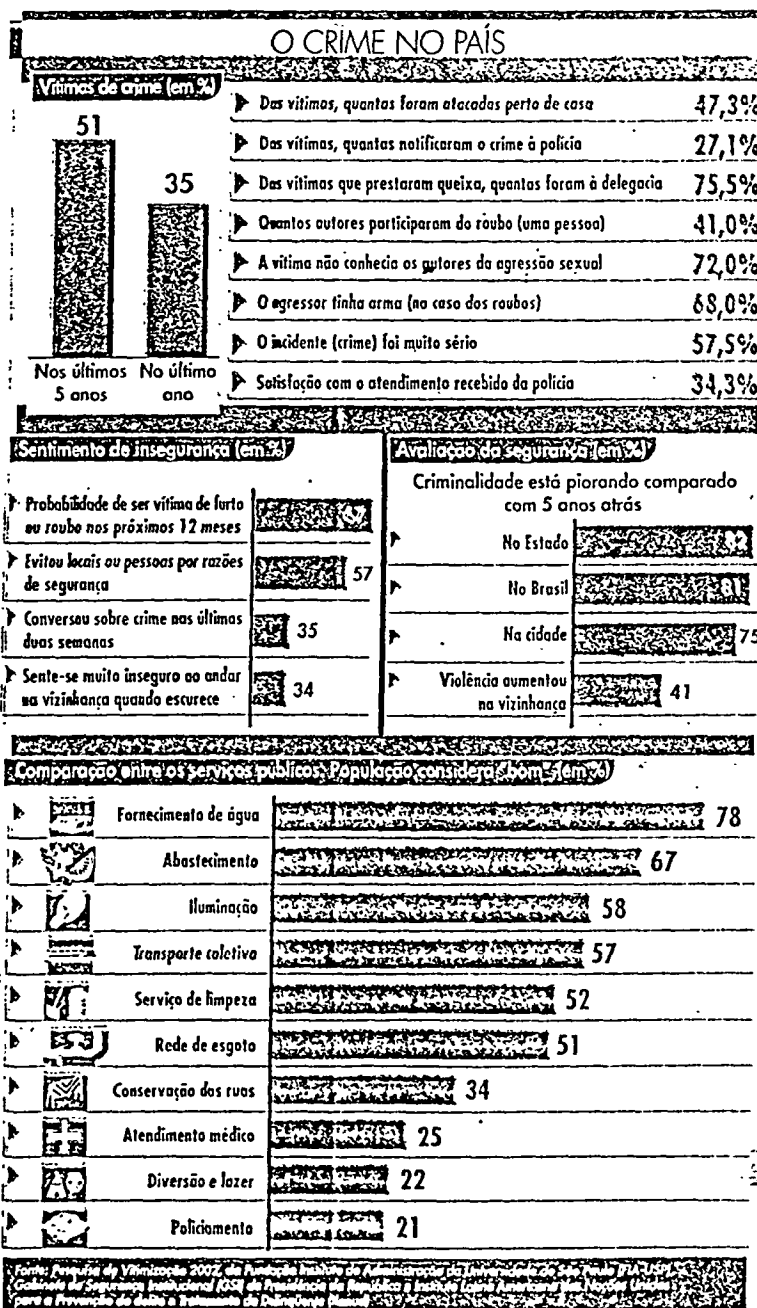
Em São Paulo, 52% da população foi atingida pela criminalidade. No Rio, foram 47% dos

moradores, o número mais baixo entre as cidades - o mais alto foi Recife, com 57%. No último ano, 35% dos moradores das quatro cidades foram vítimas de algum tipo de delito. A pesquisa confirma a tendência de queda de criminalidade no Rio - em 2001, 6 dos 11 crimes pesquisados ficaram abaixo da média dos últimos cinco anos. Também confirma a queda de roubo e furto de carros em São Paulo.

Subnotificação - Em média, menos de um terço (27,1%) das vítimas de crimes nas capitais notificou o fato à polícia. "Isso significa que podem existir casos em que o aumento ou a diminuição da criminalidade registrado nas delegacias seja apenas um crescimento ou decréscimo da notificação de crimes", afirmou pesquisador Túlio Kahn, um dos coordenadores da pesquisa. A média brasileira de notificação de delitos é inferior à obtida por 15 países desenvolvidos (49,5%) e menor do que a da Argentina (35,7%).

"O fenômeno é universal", disse Kahn. Segundo ele, três fatores influenciam na subnotificação. O primeiro é a escolaridade. Quanto mais elevada numa população, maior será a tendência de informar a polícia. O segundo é o tipo de crime. Delitos como roubo de carros têm índice de notificação alto (96% no Brasil), o que diminui segundo o valor do bem ou se o crime envolve pessoas ou costumes. Assim, só 14% das agressões sexuais são informadas à polícia. O último fator é a confiança na polícia. Uma polícia desacreditada não é procurada pela população.

A pesquisa também indagou características dos delitos. Por exemplo, os moradores foram perguntados sobre quantas pessoas participaram do roubo de que foram vítimas - 41% responderam que uma pessoa. A vítima não conhecia o ladrão em 93% dos casos de roubos, ▶



▶ em 72% dos casos de agressões sexuais e em 50% dos casos de agressões físicas. O uso de arma de fogo é quase uma constante nos casos de roubo (68%), mas raro (8%) nos de agressões sexuais.

Insegurança - O trabalho mostra o tamanho da insegurança do brasileiro. Além de 67% das pessoas acharem possível que no próximo ano serão vítimas de roubo ou furto, outras 57% disseram que evitam locais ou pessoas por razões de segurança. "Isso tem consequências econômicas, pois quando alguém deixa de sair à noite consome-se menos, empresas deixam de se instalar no lugar. Essa sensação tem um impacto na qualidade de vida e na economia de uma região", disse o coordenador-geral da pesquisa, professor Isaias Custódio, diretor da FIA-USP.

A sensação de insegurança é maior em São Paulo (72% da população acha que vai ser roubada ou furtada no próximo ano) e menor no Rio (58%). Os cariocas (61%), porém, evitaram mais lugares que os paulistanos (54%). O paulistano (42%) sente-se inseguro para andar na vizinhança quando escurece, temor que toma conta de 28% dos cariocas.

Paulistanos (83%) e cariocas (84%) foram mais severos que os moradores de Recife (78%) e de Vitória (72%) quando responderam que a criminalidade piorou em seus Estados nos últimos cinco anos. Esse índice é bem menor quando a pergunta é se o crime aumentou na vizinhança (41%). "Nem sempre a sensação de insegurança está ligada ao fato de a pessoa ter sido vítima", disse Kahn.

Das pessoas que procuraram a polícia para notificar o crime, só 26,8% ficaram contentes com o atendimento recebido em São Paulo. Já a polícia carioca agradou a 48,5% das pessoas e a de Vitória a 41,3%. A polícia é o serviço pior avaliado no País. Em São Paulo, ela tem 24% de bom e ganha só da diversão e lazer (20%). A pior avaliação da polícia é no Rio (16%) e a melhor em Vitória (38%).

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

Folha nº 35 do proc.
nº 51 de 02
de

SERVIDORES



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal de Gestão Pública
SINP - SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SINP.

PROTOCOLO DA MESA CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO.
REVISÃO GERAL NA DATA BASE - 1º DE MAIO DE 2002.

ACORDO COLETIVO DE SERVIÇO

A Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Pública, e as entidades de classe dos servidores públicos municipais, a saber: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo - SINDSEP, CNPJ nº 59.950/0001-64, sito à Rua Francisco Cruz, 256, CEP 04117-091 - São Paulo - SP, representado por seu Presidente, Sr. Leandro Valquer J. Leite de Oliveira, RG. 6.072.472-SSP/SP, Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP, CNPJ nº 45.877.446/0001-37, sito à Rua Maria Paula nº78- 2º andar - Bela Vista, CEP 01319-000 - São Paulo - S, representado por seu Presidente, Sr. José Erivaldo Guimarães de Oliveira, RG.13.721.146-SSP/SP, Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - SINDSAÚDE, CNPJ nº 61.410.825/0001-79, sito à Rua Cardeal Arcoverde, 119, Pinheiros - São Paulo-SP, CEP 05407-000 - São Paulo - SP, representado por sua Presidente, Sra. SONIA MARIA TAKEDA, RG.8.720.171, Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, CNPJ 52.169.117/0001-05, situado à Rua Rondinha, 72/74, Chácara Inglesa - CEP 04140-010, São Paulo, representado por sua Presidente, Sra. Solange Aparecida Caetano, RG nº 36.817.253-3; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, CGC 62.448.543/0001-23, situado à Rua Barão de Itapetininga, 255, Conj. 304/305, Centro - CEP 01055-900, representado por seu Presidente, Sr. Marco Aurélio Perelra, RG nº 20.460.336-5, Sindicato dos Inspetores Fiscais da PMSP - SINDIF, CNPJ nº 60.534.138/0001-00, sito à Rua Vieira de Carvalho, 172 - 5º andar, CEP 01210-010 - São Paulo - SP, representado por seu Presidente, Sr. IVAN PEREIRA GOMES PINTO, RG.6.536.380, Sindicato dos Agentes Vistores Municipais de S.P. - SAVIM, CNPJ nº 47.676.390/0001-88, sito à Rua Cel. Xavier de Toledo nº121 - 6º and. cj 62, CEP 01048-100 - São Paulo - SP, representado por seu Presidente, Sr. Waldir Petrócioli, RG.3.105.034, Sindicato dos Motoristas e Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo, CNPJ nº 62.922.174/0001-69, sito à Rua da Abolição, nº 470, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01319-010, representado por seu Presidente, Sr. ARTUR RODRIGUES, RG. 3.764.048, Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo - SGCM/SP, CNPJ nº 71.582.779/0001-49, sito à Rua 7 de Abril, 264 - 1º andar, CEP: 01044-000 - São Paulo - SP, representado por seu Presidente, Sr. CARLOS ALBERTO SOUZA MATOS, RG. 17.840.849, Sindicato dos Professores e Funcionários Públicos Municipais Aposentados - SINAP, CNPJ 03602715/0001/02, situado à Rua Engenheiro Andrade Junior, 516, Belém - CEP 0361-040, São Paulo, representado por sua Presidente, Sra. Diva Spisso Pedrosa, RG 2.231.282, Federação das Associações Sindicais e Profissionais dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo - FASP, CNPJ nº 01.095.749/0001-22, situada à Rua Cel. Xavier de Toledo nº 266 - 2º andar cj- 21/22, CEP 01048-100 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. BERENICE GAZONI, RG. 5.379.394, Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo, CNPJ nº 62.650.536/0001-00, situada à Rua Dr. Lund, nº 37/Liberdade, CEP 01513-020, representada por seu Presidente Sr. ANTONIO BALERINE, RG nº 2034969, Associação dos Servidores Municipais de São Paulo, CNPJ nº 62.228.697/0001-00, situada no Viaduto 9 de Julho, 181- 12º andar, CEP 01050-060 - São Paulo - SP, representada por seu Presidente, Sr. TUUO EXPEDITO LIPORONI, RG. 2.103.636, Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos Municipais - SEAM, CNPJ nº 66.811.631/0001-45, situada à Av. Ipiranga, 318 - Bl. A - 4º andar - Cj. 402 - CEP 01405-002 - São Paulo - SP, representada por seu Presidente, Sr. DÉCIO MALUF, RG. 1.408.177-5 - SSP/SP, Associação dos Contadores Municipais de São Paulo - ACMSP, CNPJ nº 50.675.917/0001-64, situada à Rua Br. de Itapetininga, 255 - 8º andar - Cj. 809/810, CEP 01042-001 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. ALICE COUTINHO MAGRO, RG. 6.188.038, Associação dos Auxiliares de Enfermagem da Saúde Pública dos Municípios e do Estado de São Paulo, CNPJ. nº 53.983.797/0001-50, situada à Rua Brig. Tobias, 118 - 32º andar - sala 3205, 01032-000 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. MARIA LÚCIA SILVA, RG.7.496.433-1, Associação dos Administradores Municipais - ADAM, CNPJ nº 53.500.765/0001-57, situada à Rua Xavier de Toledo nº 266, 13º CJ 1131/132, CEP 03324-040 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. CONCEIÇÃO FALCONI IÓRIO, RG. 6.475.100, Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo - ABM, CNPJ nº 49.875.552/0001-32, situada à Rua Xavier de Toledo, nº 266, 15º - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. FLÁVIA DA SILVEIRA LOBO, RG. 2.735.511, Associação dos

Escriturários Municipais de São Paulo - AEM, CNPJ nº 60.544.327/0001-56, situada à Av. Ipiranga, 877 - 5º andar - Cj. 55, CEP 01039-000 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. MIRTA ARAUJO LOPES, RG.1.053.156, Associação dos Funcionários Aposentados dos Municípios de SP - AFAMSP, CNPJ nº 53.635.355/0001-13, situada à Av. Ipiranga, 877 - 5º andar - cj. 55, CEP 01039-000 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. MIRTA ARAUJO LOPES, RG.1.053.156, Associação dos Pedagogos da PMSP, CNPJ nº 86.859.477/0001-42, situada à Rua Xavier de Toledo, 266 - 13º andar - Cj. 131, CEP 01048-100 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. LILIANE REZENDE JUNQUEIRA, RG. 4.142.260, Associação dos Pensionistas do IPREM - APIPREM, CNPJ nº 71.530.638/0001-82, situada à Alameda Santos, nº 333 - apto 133 - Cerqueira César, CEP 01419-000 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. LAURA MARTINEZ LUCAS, RG.708.106-SSP/SP, Associação Odontológica da Prefeitura de São Paulo - AOSP, CNPJ 58.415.449/0001-09, situada à Rua do Bexiga, 48, Bela Vista, CEP 01315-020 - São Paulo, representada por seu Presidente, Sr. Rubens S. Orlandi, RG nº 2.228.903, União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil - UNSP - Sindicato Nacional, CNPJ 33.721.911.0003-29, situado à Rua Vicente Prado, nº 74/84, Bela Vista - CEP 013.010-000 - São Paulo, representado por seu Presidente, Sr. Hélio de Mello; Associação dos Médicos da Rede Municipal de Saúde do Município de São Paulo - AMRMSMP, situada à Rua Iaia, 173, Itaim Bibi - CEP 04542-060, São Paulo, representada por seu Presidente, Sr. Mario de Moraes Rossetti, RG nº 3.146.156, neste ato representadas pela Bancada Sindical da Mesa Central de Negociação do Sinp,

CONSIDERANDO:

1. A obediência aos princípios que informam e regem a administração pública, especialmente os explicitados no artigo 37, "caput", da Constituição Federal, a saber, os princípios da legalidade, impossibilidade, moralidade, publicidade e eficiência, pelo qual incumbe à gestão administrativa o dever da "boa administração", conceito que inclui, além do respeito à lei e à moralidade, a produtividade, o profissionalismo e a adequação técnica do exercício funcional à satisfação do interesse público;
2. As garantias e determinações prescritas na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso VI, que assegura ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, e inciso X, que determina a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos;
3. O disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, em seu artigo 92, inciso I, que determina a fixação do piso salarial do funcionalismo municipal a ser "definido em comum acordo entre a administração e a representação sindical dos servidores municipais", e inciso IV que assegura reajuste geral da remuneração dos servidores, sem distinção de índices, sempre na mesma data, e artigo 93, que garante ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical, nos termos do art. 8º da Constituição da República;
4. O disposto no Art. 8º, inciso VI, da Constituição Federal que torna obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
5. O disposto na Lei Municipal nº 13.303, de 18/01/2002, artigo 1º, que estabelece a data base dos servidores públicos municipais, em 1º de maio de cada ano, e artigo 6º, que determina ao Executivo Municipal a instituição de "... sistemas participativos, de caráter permanente, visando dar tratamento aos conflitos decorrentes dos vínculos funcionais e de trabalho...", sistemas estes "... capazes de motivar o envolvimento e promover a participação efetiva dos servidores municipais, de suas entidades de classe e sindicais e de usuários dos serviços públicos, podendo ser constituídos por meio de contratos, convênios ou outras formas...";
6. O disposto no Art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal e nos artigos 92, 96 e 97 da Lei Orgânica do Município de São Paulo;
7. O disposto no Convênio do Sistema de Negociação Permanente da PMSP, SINP, celebrado em 06/02/2002 (D.O.M. 08/02/02), que instituiu metodologia de tratamento e negociação de demandas e conflitos funcionais e do trabalho, nos termos da política conjugada de valorização dos servidores públicos com o aprimoramento da eficiência e da qualidade dos serviços;
8. A política das entidades de classe, de unidade da ação sindical e de defesa intransigente dos interesses dos servidores públicos municipais, compreendidos no contexto dos interesses gerais dos trabalhadores, manifestados na construção do "Estado-cidadão", capaz de assegurar direitos e serviços essenciais ao exercício da cidadania;
9. A opção e o compromisso da atual gestão democrática e popular de promover a democratização do processo interno de tomada de decisões administrativas, coerente com a concepção que defende, de democratização das relações de trabalho, de busca permanente da qualidade e da eficácia dos serviços e de construção do "Estado Democrático da Eficiência";
10. Que, transcorridos mais de três meses do início das negociações para a definição de índice geral de reajuste salarial do funcionalismo, decorrente da aplicação da Lei 13.303/02 (data base), as partes não chegaram a um consenso quanto à fixação desse percentual, estabelecendo-se um impasse nas negociações;

11. Que a Lei 13.303 determina ao Executivo Municipal envio de Projeto de Lei à Câmara Municipal de São Paulo para proceder ao reajuste salarial dos servidores públicos municipais;
12. A concordância de ambas as bancadas da Mesa Central de Negociação em torno de cláusulas de natureza social que beneficiam o conjunto do funcionalismo público municipal, embora a proposta e a forma de pagamento do índice de reajuste salarial tenham sido consideradas insuficientes pela bancada sindical;
13. A existência de outros itens na pauta do Sinp, de extrema importância e urgência para ambas as partes, os quais, em razão de suas especificidades, não estão sendo tratados nesta fase de negociação da data base;
14. Que o Convênio do Sistema de Negociação Permanente prevê processo contínuo de negociação, para além do período de data base, que permite à bancada sindical dar continuidade à defesa das suas reivindicações por melhorias salariais e de condições de trabalho;

ESTABELECEM:

CLÁUSULAS DE NATUREZA ECONÔMICA

CLÁUSULA PRIMEIRA - ÍNDICE GERAL DE REAJUSTE

Não havendo consenso quanto à fixação de percentuais de reajuste salarial, referentes ao período da data "base" do "funcionalismo" público municipal, em cumprimento às determinações legais, a Administração encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal de São Paulo, em regime de urgência, para a fixação do índice geral de reajuste, nos termos das propostas apresentadas ao Sinp, ou seja: 2% (dois por cento) a serem pagos retroativamente a maio de 2002, a segunda parcela de 2,62% (dois e sessenta e dois por cento), a ser paga em janeiro de 2003, a terceira parcela de 2,62% (dois e sessenta e dois por cento) a ser paga em janeiro de 2004, e bônus de R\$ 300,00 (trezentos reais) para servidores que percebem vencimentos até 3 (três) salários mínimos, a ser pago em 3 (três) parcelas, sendo 2 (duas) neste exercício e uma em janeiro de 2003.

CLÁUSULA SEGUNDA - TERMO DE ENCERRAMENTO DE ETAPA NEGOCIAL

Ambas as partes reconhecem o esgotamento das negociações, referentes à fixação do índice geral de reajuste salarial específico da data base, dando por encerrada essa etapa da negociação na Mesa Central do Sinp.

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A Administração se compromete a elevar os vencimentos de Nível Básico para R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais) e de Nível Médio para R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), como vencimento padrão dessas carreiras, por ocasião da implementação do PCCS.

CLÁUSULAS DE NATUREZA SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA - CESTA BÁSICA

No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do presente Acordo, a Administração enviará Projeto e Lei ao Legislativo visando a Instituição do direito à Cesta Básica aos servidores municipais que percebem remuneração (padrão de vencimento) até 3 (três) salários mínimos.

CLÁUSULA QUINTA - AUXÍLIO REFEIÇÃO

No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do presente Acordo Coletivo, a Administração se compromete a enviar Projeto de Lei ao Legislativo, visando à extensão do direito ao pagamento integral do Auxílio Refeição diário para os servidores municipais que cumprem jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais e para os que trabalham em jornadas de dias alternados (12x36 horas) como GCMs, Agentes de Vigilância, Motoristas, Plantonistas e outros.

CLÁUSULA SEXTA - GRATUIDADE DE MEDICAMENTOS

No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do presente Acordo, as partes assumem o compromisso de constituir Grupo de Estudo e Propositura, com a finalidade de criar as condições técnicas, operacionais e legais para a instituição da gratuidade de medicamentos de uso continuado para funcionários que percebam remuneração bruta até R\$1.000,00 (um mil reais);

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS DE TRABALHO

No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do presente Acordo Coletivo, as partes assumem compromisso de constituir Grupo de Estudo e Propositura, com a finalidade de apresentar diagnóstico e propostas para melhorar condições de trabalho, indicar medidas preventivas sobre segurança, higiene e saúde do trabalho e promover medidas de apoio permanente à implementação e ao funcionamento das CIPAs, propostas essas que serão encaminhadas para apreciação da Mesa Central de Negociação.

CLÁUSULA OITAVA - GRUPO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

No prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados da assinatura do presente Acordo Coletivo, as partes assumem compromisso de constituir Grupo de Prevenção da Violência, de caráter permanente, com a finalidade de apresentar diagnóstico, estudos e propostas para prevenir situações de violência contra servidores e usuários nos equipamentos da Prefeitura, propostas essas que serão encaminhadas para apreciação da Mesa Central de Negociação.

CLÁUSULA NONA - ABSENTEÍSMO

No prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente Acordo Coletivo, as partes assumem compromisso de constituir Grupo de Estudo e Propositura, que terá a finalidade de diagnosticar origem e causas do absenteísmo e apresentar propostas para superação do problema, a serem encaminhadas à apreciação da Mesa Central de Negociação.

CLÁUSULA DÉCIMA - AVALIAÇÃO FUNCIONAL E DOS SERVIÇOS

No prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente Acordo Coletivo, as partes assumem compromisso de constituir Grupo de Estudo e Propositura, com a finalidade de instituir um Sistema Participativo de Avaliação Permanente de Desempenho Funcional e gerenciamento administrativo dos Serviços Municipais.

CLÁUSULAS PROCEDIMENTAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REGISTRO DE PAUTA

Ambas as partes se comprometem a realizar, no período de agosto a dezembro de 2002, discussões internas em suas respectivas instâncias e na Mesa Central, sobre "Princípio geral de reajuste", "Reestruturação de PCCS" e "Estatuto do Funcionalismo", podendo, a qualquer tempo, apresentarem estudos e propostas a serem debatidas na Mesa Central do Sinp.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRIORIDADES SETORIAIS

Ambas as partes se comprometem a realizar, a partir de agosto de 2002, discussões sobre os critérios de gratificações aos Profissionais da Saúde e da Educação.

O presente Acordo Coletivo de Serviço, firmado por prazo indeterminado, cumpre a finalidade de dar tratamento aos conflitos, encaminhamento às demandas apresentadas e cumprimento às prerrogativas e determinações legais estabelecidas para as partes, evidenciando-se, pelos seus termos, a primazia dos interesses maiores da sociedade e dos usuários, ao objetivarem a eficiência e a qualidade dos serviços públicos municipais, razões pelas quais a Administração Municipal e as entidades de classe dos servidores, por seus representantes infra-assinados, assumem o compromisso do máximo empenho à efetivação das medidas acordadas.

São Paulo, 20 de agosto de 2002.

PELA BANCADA GOVERNAMENTAL

Rui Sá Silva Barros
Secretaria Municipal de Gestão
Pública

EDSON APARECIDO DA SILVA
Secretaria Municipal de Governo

LEDA MARIA PAULANI
Secretaria Municipal das Finanças

ARLIND RODRIGUES TEIXEIRA
Secretaria Municipal da Saúde

LUZ DE SOUZA CARDOZO
Secretaria Municipal da Educação.

PELA BANCADA SINDICAL

BERENICE GAZONI
Federação das Assoc. Sind. e
Prof. dos Serv. da P.M.S.P.

LEANDRO VALQUER J. LEITE DE OLIVEIRA
Sindicato dos Serv. Pub. Munic.
de São Paulo

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Sindicato dos Médicos de S.P.

JOSÉ CARLOS JORGE
Sindicato dos Agent. Vist.
Munic. de S.P.

JOEL PEREIRA DA SILVA
Sindicato dos Motoristas e
Serv. da P.M. de S.P.

DOUGLAS GERSÔN BRAGA
OMBUDESMAN DO SINP - VOLUNT.

Folha nº 36 do proc.
nº 57 de 02
INACIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

VIOLENCIA

Cresce o roubo seguido de morte

► Números divulgados pela Secretaria da Segurança mostram que os casos de latrocínio na Capital aumentaram 14,8%. Os seqüestros diminuíram

CRISTINA CHRISTIANO

► Os latrocínios (roubos seguidos de morte) subiram 14,8% na cidade de São Paulo entre abril e junho deste ano. Segundo estatística divulgada ontem pela Secretaria da Segurança Pública, houve 49 casos no primeiro trimestre e 62 no segundo. No estado, a alta foi de 4,5%. Também aumentou 6,6% o número de roubos na Capital. No primeiro trimestre houve 31.485 ocorrências e 29.706 de janeiro a março. No estado, os casos subiram de 55.499 para 59.069 no mesmo período.

O tráfico de entorpecentes foi o crime que mais subiu no segundo trimestre: 30,2%. Passou de 520 casos na Capital, ocorridos entre janeiro e março, para 677. No estado a alta foi

de 9,3%, sendo 2.986 ocorrências no segundo trimestre contra as 2.731 do primeiro. Os estupros também aumentaram 7,3% na Capital e 3% no estado, no mesmo período.

Já os seqüestros na cidade de São Paulo caíram 23,6% entre abril e junho deste ano em relação ao primeiro trimestre. Houve 49 casos na Capital e 89

no estado, contra os 63 e 140 ocorridos, respectivamente, entre janeiro e março. Os roubos de veículos também tiveram queda de 8% entre abril e junho, quando foram registrados 11.395 casos na Capital. No estado houve 23.609 de janeiro a março e 22.193 no segundo trimestre. Os furtos também tiveram ligeira redução de 0,8% na Capital, entre abril e junho, passando de 43.110 para 42.762. No estado a queda foi ainda maior: 2,3%.

A surpresa da estatística ficou por conta dos homicídios, que caíram 22% na Capital,

passando de 1.295 casos registrados no primeiro trimestre, para 1.138 no segundo. No estado, a queda foi de 4,5%. As tentativas de homicídios também baixaram, passando de 695 casos entre janeiro e março, para 632 de abril a junho.

Segundo os dados da Secretaria, no primeiro trimestre 6.534 pessoas foram presas na Capital e 22.350 no estado. No segundo, o número subiu para 6.993 na Capital, mas caiu para 21.608 no estado. Na Capital, 79 pessoas morreram em confronto com a PM no primeiro trimestre e 56 no segundo.

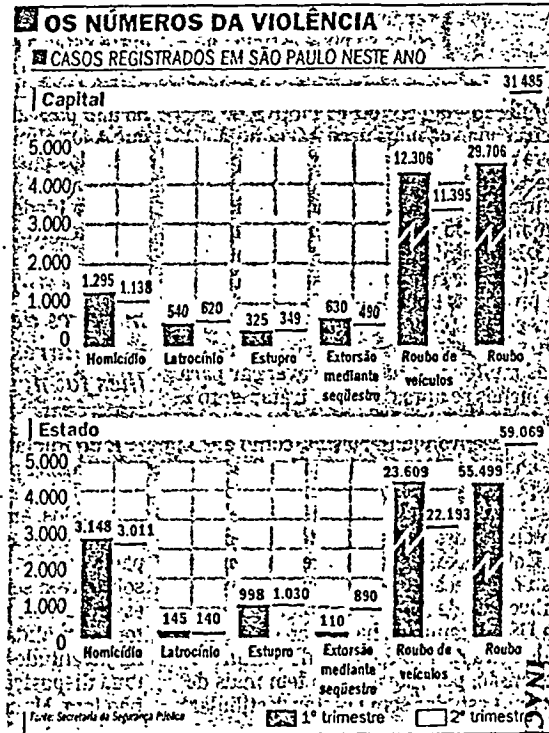
Aumenta o número de pessoas mortas pela polícia

► O número de pessoas mortas em confronto com a Polícia Militar, na Capital, aumentou 27,6% nos seis primeiros meses deste ano em relação a igual período de 2001, passando de 106 mortes para 135. Também os seqüestros na cidade de São Paulo subiram 119,7% no mes-

mo período. Entre janeiro e junho de 2001 ocorreram 51 casos, contra os 112 deste semestre. Na mesma região, os latrocínios também tiveram alta de 34% no período, passando de 86 ocorrências nos primeiros seis meses de 2001 para 116.

Já os homicídios na Capital

caíram 11,6% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2001. No ano passado houve 2.716 assassinatos contra os 2.433 de 2002. Mas os roubos aumentaram 10,2%, passando de 55.489 casos no primeiro semestre de 2001 para 61.191 este ano.



INACIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

Folha nº 34 do proc.
nº 51 de 02
de

Entenda como funciona o mecanismo da exclusão

GUILHERME WEKNECK
DA REPORTAGEM LOCAL

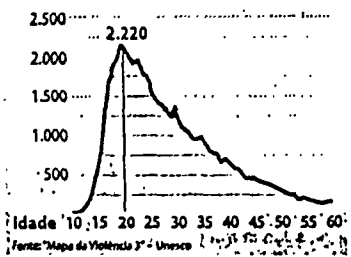
RF 11.132

Ao afastar as pessoas do centro, entra em operação um sistema perverso de exclusão. "Como a urbanização das cidades brasileiras está vinculada ao crescimento econômico, a forma como a sociedade se organiza no espaço é concentradora de renda e excludente", diz Ferreira, que dá o exemplo da lei de zoneamento. "Ela é ultra-restritiva nas regiões ricas, mas, se você vai ao Jardim Ângela, não há zoneamento. Vale tudo porque o Estado não chega a essas regiões."

Faroeste

Como no filme, a quase ausência do poder do Estado na periferia acaba se transformando em violência. Segundo Marcelo Daher, 24, do NEV (Núcleo de Estudos da Violência) da USP, a dificuldade de acesso à saúde, ao lazer, à cultura e ao trabalho é um dos fatores que faz crescer a violência entre jovens na periferia. Ao lado disso, Daher diz que a situação é agravada pela dificuldade de acesso à justiça e pela atuação da polícia.

A VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS
Número de homicídios por idade, em 2000



Em relação aos homicídios de jovens, o sociólogo Jacobo Waiselfisz, 62, coordenador da Unesco em Pernambuco e um dos autores da série de pesquisas "Mapa da Violência", aponta que nos últimos 20 anos a violência homicida no Brasil avançou exclusivamente entre os jovens.

Os dados de 2000 da pesquisa mostram que o número de homicídios no Brasil sobe a partir dos 15 anos e atinge seu pico aos 20 (veja gráfico).

Com o passar dos anos, esse números ficam mais assustadores. Considerando a população jovem como aquela que vai de 15 a 24 anos, o mapa mostra que, em 1980, havia 30 homicídios de jovens por cada 100 mil habitantes. Em 2000, esse número já chegava a 50,1.

Enquanto essa curva não parar de subir fica difícil discordar de rappers como os da Faccão Central, quando cantam: "Isso aqui é uma guerra".

Quem pensa que "Cidade de Deus" apresenta um problema apenas carioca não viu nada. O envolvimento de jovens com a violência a partir da instalação de famílias de desabrigados em um conjunto habitacional na periferia do Rio de Janeiro traduz a realidade de outros centros urbanos brasileiros.

Segundo João Sette Whitaker Ferreira, 35, professor de planejamento urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, o que aconteceu com a Cidade de Deus segue um modelo de segregação que tem origens ainda no século 19 e ganhou força no século passado.

Tomando São Paulo como exemplo, é fácil entender como os pobres foram empurrados para lugares cada vez mais distantes das regiões onde estão as elites.

No século 20, enquanto as elites se movimentam da região central para a da Paulista e, depois, para as regiões da Faria Lima e do Morumbi, as periferias vão ganhando áreas cada vez mais distantes, principalmente nas zonas sul e leste.

As primeiras ocupações de bairros periféricos ocorrem nos anos 30, acompanhando a industrialização, e se tornam mais intensas nos anos 50. Com o crescimento econômico de São Paulo, a cidade passa a receber cada vez mais migrantes e a falta de moradias se agrava.

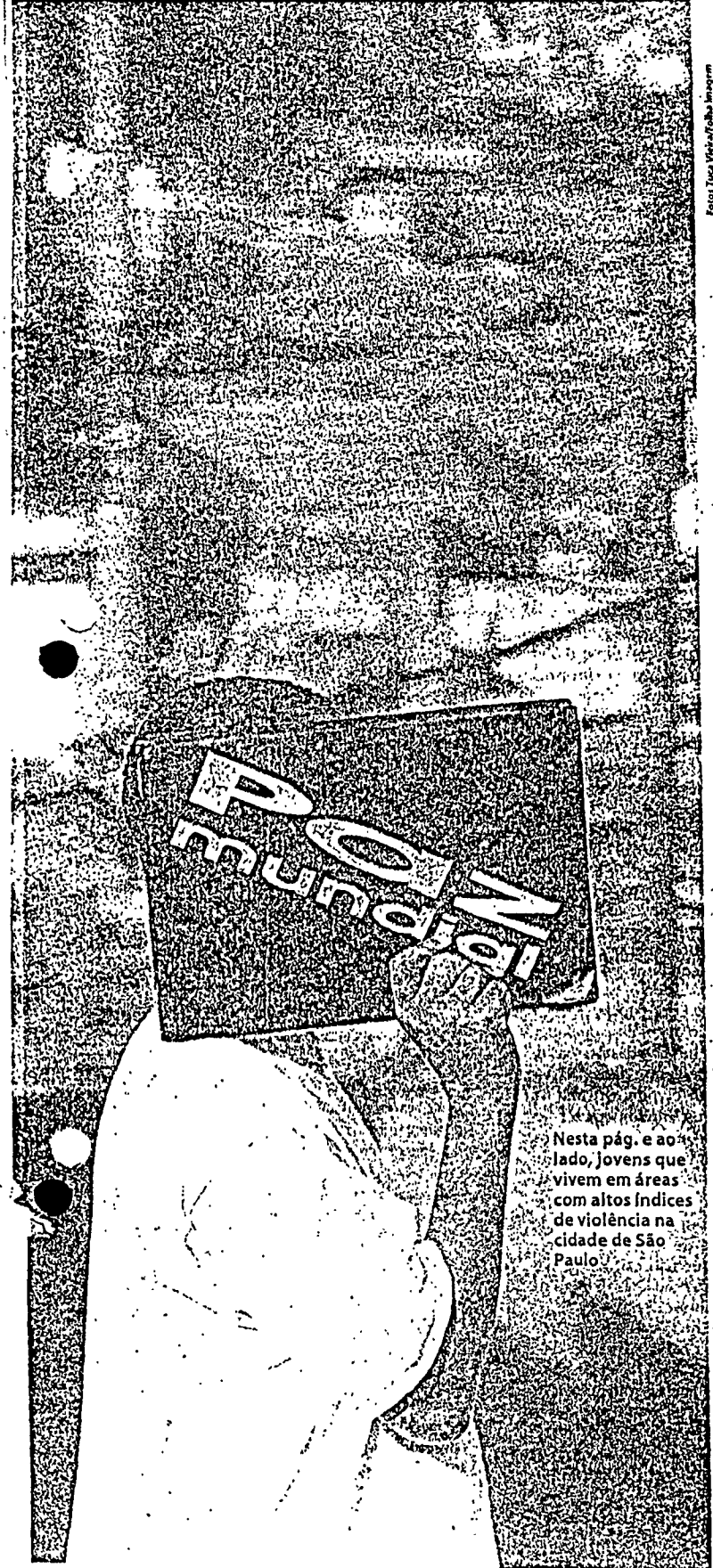
Durante o regime militar (1964-1985) são feitos grandes investimentos em habitações populares, e as Cohabs são criadas, quase sempre distantes do centro. Porém, "como os programas de habitação baseavam-se na compra de casa própria, eles nunca conseguiram atingir quem tivesse renda inferior a cinco salários mínimos", explica Ferreira.

O resultado dessa deficiência na atuação do poder público se traduz na favelização da cidade. Nos anos 70, 1% das moradias eram favelas, hoje já são 20%.

A partir dos anos 80, uma série de favelas foi retirada da região central e seus moradores foram expulsos para regiões mais distantes. Um exemplo de como esse mecanismo funciona está no livro "Parceiros da Exclusão" (editora Boitempo), de Mariana Fix, 31, pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da USP.

No livro, ela descreve o processo de retirada dos moradores da favela Jardim Edith, na região da avenida Água Espraiada. "Só 5% conseguiram ir para conjuntos habitacionais. A maior parte foi para favelas", diz Mariana.

Nesta pág. e ao lado, jovens que vivem em áreas com altos índices de violência na cidade de São Paulo





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PARECER Nº 1297/02 DA COMISSÃO DE POLÍTIKA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 51/02

Trata-se de projeto de lei nº 51/02 de autoria dos Nobres Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

Os autores, na justificativa que acompanha a proposta, esclarecem que com a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência poder-se-á identificar as áreas de risco e causas mais freqüentes da violência, diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e de seus agressores, conhecer melhor a face da violência urbana e suas peculiaridades podendo assim, elaborar ações diretas que efetivamente contribuam no combate à violência.

A partir de dados coletados em todos os hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e demais serviços públicos que possam atender as vítimas da violência; serão estabelecidas ações intersetoriais de prevenção de agravos e de atenção às vítimas, bem como políticas públicas de segurança.

Estabelece aos profissionais de saúde e aos demais responsáveis pela assistência e atendimento às vítimas de violência preencher instrumento próprio, para a definição minuciosa do perfil da violência ocorrida, ressaltados os aspectos éticos.

Obriga, também, hospitais da rede pública ou privada localizadas no Município de São Paulo, a encaminhar, periodicamente, as fichas próprias preenchidas, ao órgão da Administração Pública Municipal competente, impondo penalidades pelo não cumprimento da propositura.

A Comissão de Constituição e Justiça, no parecer nº 387/2002, manifestou-se pela legalidade da propositura, entendendo que o projeto reúne condições de prosperar, amparado no artigo 30, I da Constituição Federal e nos artigos 13, I e 37, *caput* da Lei Orgânica do Município.

Pelo exposto, esta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente manifesta-se **favoravelmente** a propositura.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 11-09-02

JOSÉ OLÍMPIO - Presidente

MARCOS ZERBINI - Relator

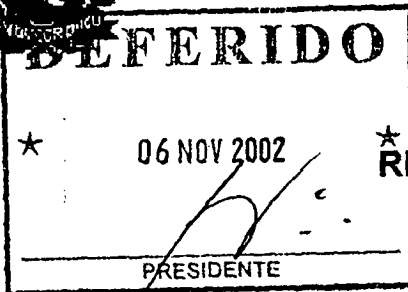
JOÃO ANTONIO

NABIL BONDUKI

TONINHO PAIVA



Câmara Municipal de São Paulo



13 - RDS
13-2516/2002

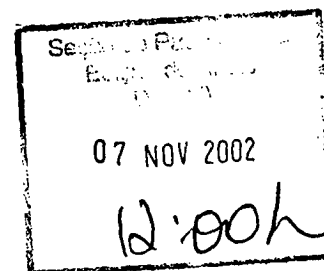
REQUERIMENTO

sanide

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

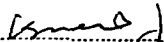
Sala das Sessões, em 05 de novembro de 2002.

Carlos Neder
Carlos Neder
Vereador - PT



A Com. de SASDE

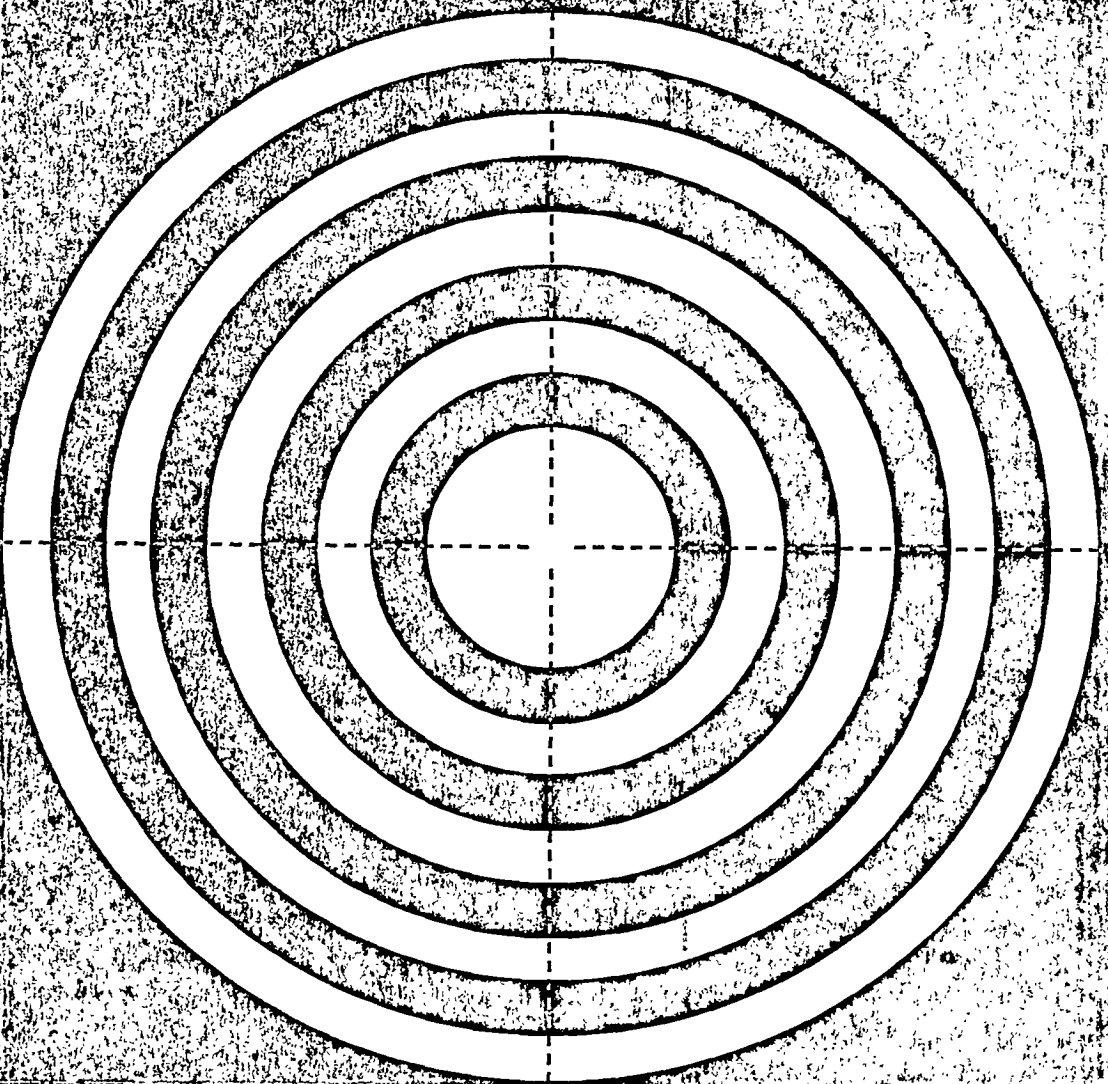
08/11/92



BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Saude Pr. Soc. e Trabalho
Em 06-11-92 as 16:30 h,


Rosaura Aparecida Ferralol
Secretária



VIOLÊNCIA

O IMPACTO NA SAÚDE DE 100 MIL ANOS

O NÚMERO DE CIRURGIAS PLÁSTICAS REPARADORAS CRESCERAM O ESTRESSO, A PROLIFERAÇÃO DE DESENCADIA UMA SÉRIE DE DISTÚRBIOS COMO A ANSIEDADE, QUE GERA O MEDO, QUE PARALISA A VIDA. A VIOLÊNCIA ESTÁ PRESENTE MESMO QUANDO NÃO A VIVEMOS. NÃO É UM TESTEMUNHAMOS, É UMA EPIDEMIA QUE NOS FAZ ADOECER DIA A DIA.

COM LÁPIS E CANETA

A violência é a segunda principal causa de morte no Brasil, só perdendo para as doenças cardiovasculares. Nos países desenvolvidos, as causas externas estão em quinto ou sexto lugar. Em uma comparação breve, o Estado de São Paulo, por exemplo, tem um índice de homicídios 65 vezes superior ao de Espanha. Enquanto aqui são registrados 65 assassinatos por grupo de 100 mil pessoas, na terra espanhola há menos de um por 100 mil. As agressões físicas e os acidentes de trânsito custam caro para o sistema público de saúde. Além dos milionários gastos diretos com as internações hospitalares, há o gasto dos distúrbios psicológicos. A violência dispara os gatilhos do estresse pós-traumático, das fobias, da depressão. A saúde está integrada à vida, não adianta mais mudar de cidade. A solução está na luta pela cidadania. Como disse Martin Luther King Jr., o líder negro americano defensor dos direitos humanos e do princípio da não violência, assassinado em 1968, "não é a violência a que poucos que me assustam, mas o silêncio de muitos".

REDAÇÃO

de

de

de

de

de

de

de

de



Uma das maneiras de mostrar que a violência cresce é o aumento das cirurgias plásticas reparadoras. Em 1994, das 100 mil plásticas realizadas, 80% eram estéticas e 20% reparadoras. Em 2001, passados sete anos, a proporção de plásticas estéticas e reparadoras se igualou: 50% cada uma. "É o resultado da vida moderna", diz Lydia Masako Ferreira, professora titular e chefe da disciplina de Cirurgia Plástica da Unifesp. "No consultório particular, onde havia exclusivamente pacientes de cirurgia para correção estética, notamos um aumento de quase 20% das cirurgias reparadoras por seqüelas de traumas (acidentes e agressão física)." Além disso, o paciente está mais informado e as técnicas de correção melhoraram. "Qualquer parte do corpo pode ser reconstruída. Nos casos de enxerto de tecidos, no entanto, precisa haver uma evolução das drogas imunossupressoras, que evitam a rejeição", informa a cirurgiã-plástica.

No Pronto-Socorro do Hospital São Paulo, que atende aproximadamente 1,5 mil pessoas por dia, cerca de 30% dos atendimentos são referentes às vítimas de violência

é o de jovens e homens. Segundo o Mapa da Violência editado em fevereiro deste ano pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a mortalidade entre os jovens não só aumentou como mudou de figura. Acima de 70% dos menores de 18 anos morreram por causas externas (acidentes de trânsito e principalmente homicídios) no ano de 2000.

A violência e os acidentes são a principal causa de morte de crianças e adolescentes na faixa dos 5 aos 19 anos. Além disso, as crianças e os adolescentes são explorados sexualmente, sofrem maus-tratos, são vítimas de agressões em suas próprias casas e de negligência da sociedade.

No dia 27 de julho, Dia do Pediatra, a Sociedade de Pediatria de São Paulo lançou uma iniciativa na tentativa de alertar, pelo menos o médico, para o problema. A criação do Núcleo de Estudos Contra Violência em Crianças e Adolescentes da Sociedade de Pediatria, presidida pelo médico Fábio Ancona Lopez, tem uma missão importante: capacitar o pediatra para fazer um diagnóstico correto de abuso contra a criança. O objetivo é criar um centro de apoio interdisciplinar com psicólogos, enfermeiros,

A VIOLÊNCIA ABALA A SAÚDE E A ECONOMIA. NO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 1996, O GASTO AMBULATORIAL COM ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CHEGOU A R\$ 61 MILHÕES. NO BRASIL, ESSES GASTOS ULTRAPASSARAM OS R\$ 182 MILHÕES.

urbana e doméstica. No Hospital das Clínicas, no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2002, foram registrados 194.863 atendimentos, sendo 2.352 vítimas de acidentes de trânsito com múltiplos traumas e 1.570 vítimas de agressões domésticas e urbanas.

A violência abala a saúde e a economia. No Estado de São Paulo, em 1996, o gasto ambulatorial com atendimento às vítimas chegou a R\$ 61 milhões. No Brasil, esses gastos ultrapassaram os R\$ 182 milhões segundo um estudo publicado em 1998 em conjunto pelo Conselho Regional de Medicina, a Associação Paulista de Medicina e o Sindicato dos Médicos.

Segundo dados do Centro Latino-Americano de Estudos da Violência (Claves), 7,6% das internações hospitalares são por causa de agressões físicas e acidentes de trânsito e 80% delas ocorrem por traumatismo de membros. "Essas internações custam mais caro porque os tratamentos são especializados, necessitam de cirurgia plástica e reabilitação.

"Há uma epidemia de violência já reconhecida pela Organização Mundial da Saúde", diz Maria Fernanda Peres, médica sanitária e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP. E o grupo mais afetado

juristas, membros do conselho tutelar e centro de referência da saúde da criança e do adolescente, para que o profissional aprenda como proceder e cumprir sua missão de denunciar as agressões.

Distúrbios do sono e do apetite, comportamento arreado ou agressivo, recusa em participar de atividades que antes eram prazerosas são alguns dos sintomas que indicam a possibilidade de a criança estar sendo vítima de abuso.

A importância de flagrar o problema logo no começo, durante uma consulta, é vital. Algo em torno de 50% dos pacientes infantis que morrem por violência dentro de casa, pelo menos uma vez já tinham passado por atendimento por causa de agressões físicas. Mas tudo indica que nada foi feito além dos curativos. "A sociedade tem chegado tarde no sentido de proteger a criança e o adolescente", diz Ancona Lopez.

No momento em que o médico é conscientizado, as denúncias tendem a aumentar. Foi assim no Hospital Geral de Grajaú. Em 1999, foram 33 casos de maus-tratos contra crianças. Em 2000, 95, e em 2001, 95. "Este ano, como houve uma ruptura na equipe que fazia palestras explicando como diagnosticar o problema, tivemos uma queda nas

notificações", diz Ricardo Kemura, membro da Sociedade de Pediatria e professor-adjunto do Departamento de Pediatria da Universidade Santo Amaro (Unisa).

Dormindo com o inimigo

Embora a constatação do crescimento da mortalidade feminina por causas violentas estar sendo verificada no Brasil desde o início dos anos 90, dados nacionais e internacionais provam que os assassinatos vitimam principalmente homens. Em 2000, por exemplo, apenas 8,3% dos óbitos por homicídio foram do sexo feminino. Em compensação, esse é o sexo frágil quando se fala de violência doméstica, que inclui agressão moral, sexual, emocional e econômica. Uma estimativa do Claves, da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, indica que 35% das idas das mulheres ao serviço de saúde está ligado à violência doméstica.

Em 2001, um estudo na clínica de dor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro levantou a hipótese de que a dor crônica feminina estava relacionada ao abuso sofrido dentro de casa. "Constatou-se que 83% das mulheres atendidas pelo serviço tinham uma história de violência doméstica", diz Maria Cecília de Souza Minayo, coordenadora do Claves.

O resultado não ficou apenas no papel. Depois desse trabalho, a clínica de dor começou a incluir o tema da violência nos questionários das pacientes e já se nota uma pequena mudança. "Só de falar a respeito, as mulheres se sentem menos oprimidas e isso colabora com a diminuição nas dores que estavam sentindo", diz Maria Cecília.

No país, 70% das agressões à mulher resultam de pessoas conhecidas e, em 50% dos casos, do próprio parceiro. Na Casa de Saúde da Mulher Prof. Dr. Domingos Delascio, do Complexo Unifesp/SPDM, em média 20 a 50 mulheres são atendidas por mês vítimas de agressões sexuais. A casa, inaugurada em 1999, conta com uma equipe multiprofissional que inclui psicóloga, auxiliar de enfermagem, médicos, sociólogos, assistente social e neurolinguísta para acolher a vítima. A boa-nova é que a 'casa' acabou de assinar um convênio com o Instituto Pro Bono (rede internacional em defesa das mulheres vítimas de violência), para prestar também assessoria jurídica à mulher. Afinal, atualmente, apenas uma parcela insignificante das queixas (2%) resulta em processo.

Para o setor de saúde, as marcas da violência podem ser medidas pelo gasto milionário com internações, cirurgias plásticas e reabilitação em geral. Essas são as consequências visíveis. As invisíveis estão consumindo o ser humano de outra forma. Várias pesquisas com vítimas diretas ou indiretas de agressões mostram que elas estão mais sujeitas a apresentar tantos proble-

folha nº 51
p. 02
p. 02

"Minisseqüestros, seqüestros, assaltos - a mão armada, estupro, violência doméstica, abuso na infância. Vivemos o terrorismo em doses menores no nosso dia-a-dia",

Pode-se estimar o tamanho da encrenca tomando por base o desdobramento da tragédia no World Trade Center, em Nova York. Oito meses após o ataque terrorista de 11 de setembro, uma pesquisa da Time/CNN revelou que dois terços dos americanos pensam em atos terroristas várias vezes por semana.

No Brasil, o medo também permeia os pensamentos de milhões de habitantes. Uma pesquisa realizada em 1999 pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, colocou o holofote sobre o problema e detectou uma lamentável realidade: o brasileiro deixou de sair à noite por receio de ser agredido. Dos 1,6 mil entrevistados, 93% disseram constatar um aumento da violência nas cidades, 35% presenciaram uma agressão física e 12%, um assassinato. A percepção do perigo impressiona. Na Pesquisa de Vitimização 2002, realizada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, pela USP e pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, 67% dos brasileiros entrevistados disseram acreditar que poderão ser vítimas de furto ou roubo nos próximos 12 meses.

Em outras palavras, isso significa que a violência social provoca um aumento do sentimento de insegurança. É como uma pedra jogada no lago que vai formando círculos cada vez maiores na água. "Você passa não só a ter medo, mas a ter problemas afetivos, a achar que todos são perigosos e a agredir primeiro para se defender", diz Maria Cecília, do Claves. "Muitas vezes você acaba cometendo violência porque sofreu violência."

“Ou ainda, o resultado pode ser a insensibilidade. Não ligar mais para o que acontece a sua volta. “Submetidos a muitas formas de violência crônica, somos obrigados a ficar insensíveis para não paralisarmos”, lembra Miguel Jorge. Mas uma coisa é ver alguém ser assaltado, outra é ter uma arma encostada à cabeça ou ainda ficar sob ameaça várias horas. O reflexo desse impacto na saúde de cada um depende da intensidade da agressão e das condições psicológicas da vítima.

O medo de tudo também é uma consequência comum depois de um trauma. Para a maioria dos pacientes que não viveram diretamente uma situação de perigo extremo, a violência presente nas ruas e nos noticiários pode gerar o conhecido estresse crônico. E esse sim pode levar a desenvolver uma série de doenças psíquicas, como a ansiedade e a depressão, ou físicas. A hipertensão, a queda da resistência e o aumento dos quadros infecciosos são os mais comuns. "Há estudos mostrando que o paciente fica mais sujeito à angina e infarto do miocárdio. E, se estamos com o sistema imunológico *em baixa*, existem teorias associando um aumento da possibilidade de desenvolver câncer já que nossas defesas não estão tão aptas a combater as células displásicas que produzimos constantemente", explica Miquel Torreg.

O número de homicídios é mais elevado em áreas periféricas, principalmente na zona sul da capital paulista. Estudos mostram que as áreas periféricas são caracterizadas por uma série de privações, tanto sociais como urbanas, ausência de áreas de lazer, parques, insuficiência de postos de trabalho e áreas de exclusão. “Se reconhecermos que a privação dos Direitos Humanos produz doenças e que, inversamente, a promoção desses direitos produz saúde, estaremos bem próximos de um belo recomeço”, diz Auro Lescher, coordenador do Projeto Quixote, afiliado ao Complexo Unifesp/SPDM. Para Maria Fernanda, do Núcleo de Estudos da Violência, “é a desigualdade social e de direitos de acesso ao serviço público que gera a violência”. Inclusive a violência contra o profissional de saúde que, em tese, existe para salvar vidas e, portanto, está do mesmo lado da vítima. Uma pesquisa do Sindicato dos Médicos de São Paulo mediu a violência sentida pelos profissionais da área. Por meio de entrevistas constatou que 40,8% deles já tinham vivenciado ou testemunhado algum tipo de violência no local em que trabalham. No Hospital de Vila Maria,

"SE RECONHECERMOS QUE A PRIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PRODUZ DOENÇA E QUE, INVERSAMENTE, A PROMOÇÃO DESSES DIREITOS PRODUZ SAÚDE, ESTAREMOS BEM PRÓXIMOS DE UM BELDO RECOMEÇO". DIZ AURO LESCHER, DO PROJETO QUIXOTE

No Hospital São Paulo, há 15 anos funciona o Ambulatório de Crise, que atende pessoas que sofreram algum tipo de problema que desencadeou uma crise nervosa. Em breve, em parceria com o Instituto do Sono, será montado também o ambulatório de estresse pós-traumático, específico para o tratamento desses casos. O mesmo tipo de serviço funciona no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas. No Instituto foi criado recentemente um grupo de psicoterapia para o atendimento de vítimas de seqüestro. A terapia, baseada no psicodrama, estimula os pacientes a dividir suas experiências e, assim, reduzir um pouco o trauma sofrido.

Para não submergir no mar violento das ruas e noticiários e se prevenir de uma situação inusitada, algumas medidas simples ajudam. "Tudo que aumente o bem-estar e a qualidade de vida contribui no sentido de deixar a pessoa mais preparada para, na eventualidade de ser exposta diretamente à agressão, reagir da forma menos drástica e prejudicial possível", aconselha Miguel Jorge. Mal, não faz. Outra dica é apostar no trabalho voluntário, meio eficaz de ajudar aqueles que vivem na exclusão a sair dela.

também afiliado ao Complexo Unifesp/SPDM, zona norte da cidade de São Paulo, há muita história para contar. Em 1996, um acordo com os diretores de uma cadeia paulista estabeleceu que 80 presos com colostomia (abertura no abdômen por meio da qual se faz uma ligação direta com o intestino) seriam operados no hospital. "Logo no primeiro paciente já foi uma confusão. Seus comparsas entraram no hospital ameaçando matar todo mundo se não o liberássemos", conta Ricardo Kawamoto, diretor superintendente do Vila Maria. "Depois desse resgate o projeto foi abortado", diz.

Os pronto-socorros costumam ser um teste de resistência para o residente. No Hospital São Paulo, eles até criaram a expressão ficar "livre das mãos", para descrever o alívio que sentem quando passam de estágio e saem do pronto-socorro. A expressão traduz o quanto os médicos são puxados, segurados pelo brico, muitas vezes até quando eles estão fazendo uma brevíssima parada para o lanche. É um grande desgaste, embora se saiba que atrás dessas mãos está o pedido de um paciente abandonado. ■

Número 262 – 21 de outubro de 2002 – Ano VI

Relatório da OMS aponta violência como problema de saúde pública

No início deste mês, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou o *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. O estudo é o primeiro a relacionar a violência como um problema de saúde pública e tem como objetivo contribuir para que o setor de saúde tenha um papel mais pró-ativo na prevenção desse problema. De acordo com o relatório, todo ano morrem no mundo cerca de 1,6 milhão de pessoas vítimas da violência. A OMS acredita que, atuando em conjunto com outros setores, pode replicar, para combater a violência, as quatro etapas tradicionalmente aplicadas na saúde pública: definir e observar a magnitude do problema, identificar suas causas, formular e colocar à prova modos de enfrentá-lo e aplicar amplamente as medidas de eficiência detectadas.

O estudo também ressalta que ações coordenadas e complementares entre os diversos setores da sociedade são fundamentais para efetivar atividades de prevenção. Para a OMS, a sociedade civil tem um relevante papel, pois possui grande volume de conhecimento e experiência, enquanto os governantes devem trabalhar no controle da violência e para que todos possam contribuir no processo.

Algumas das atividades sob o patrocínio do GIFE

GIFE realiza encontro exclusivo para associados

Entre quarta (23) e sexta-feira (25/10), o GIFE realiza em São Paulo, na Fundação BankBoston, a terceira edição do *Encontro GIFE*.

Exclusivo para associados, o evento é uma oportunidade de capacitação e troca de experiências entre os membros da rede. Temas como filosofia do Direito, marco legal, ética no terceiro setor e as prioridades para o GIFE em 2003 serão apresentados por especialistas nacionais e internacionais.

Uma das atividades do *Encontro* será a oficina *Desenvolvimento de Conselhos*. Realizada em parceria com o Instituto Synergos (EUA), a capacitação oferecerá ferramentas para aprimorar a relação entre os conselheiros de organizações sem fins lucrativos e suas equipes técnicas.

Encontro de cultura será na próxima semana

Restam poucos dias para os interessados em participar do seminário *Cultura e Investimento Social Privado* realizarem suas inscrições. O encontro acontece na quinta-feira da próxima semana (31/10), em São Paulo.

Entre os temas que serão debatidos estão as alternativas de investimento privado em cultura por meio dos incentivos fiscais e as relações com as políticas públicas.

O seminário é promovido pelo GIFE, pelo Instituto Pensarte e pelos Centros de Estudos do Terceiro Setor e da Cultura e do Consumo, ambos da Fundação Getúlio Vargas/EAESP.

Inscreva-se e faça sua inscrição.

Projeto da Demócrito Rocha incentiva leitura

Incentivar a leitura nas escolas públicas do Ceará. Este é o objetivo do projeto *Eu sou Cidadão - Amigos da Leitura*, da Fundação Demócrito Rocha. Lançada durante a 5ª Bial Internacional do Livro em Fortaleza (CE), a ação pretende formar estudantes de 9 a 13 anos como multiplicadores de leitura. Inicialmente, 1.500 crianças vão levar a literatura às escolas públicas e às comunidades cearenses. Já aderiram ao projeto 60 municípios que indicarão grupos de 10 a 30 multiplicadores e um profissional de educação para coordenar o projeto na cidade.

Aces lança projeto que beneficia adolescentes

Ação Comunitária do Espírito Santo (Aces), em parceria com a Fundação Otacílio Coser, o Instituto Criação e o Cefetes (Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo), lançou no início do mês, em Vitória (ES), o projeto *Fazendo Arte: Oficinas de Mosaico*. Com a proposta de promover o desenvolvimento de valores da cidadania por meio da cultura, a iniciativa beneficiará cerca de 40 adolescentes, sendo 20 alunos do curso de construção civil do Cefetes e outros 20 moradores dos bairros vizinhos ao Centro, que aprenderão a fazer trabalhos artesanais utilizando o mosaico como instrumento.



Bondinho em festa
Cartão-postal do Rio completa 90 anos de existência no dia 27. Pág. 6

Cidades

DOMINGO, 20 DE OUTUBRO DE 2002

Folha 45 do proc.
 Revitalização da Estação das Docas, que virou espaço cultural, agrada a maioria dos moradores. Pág. 8
 INACIO VEIGA - Of. Legislativo
 RF 11.132

Conviver com o medo, a nova rotina urbana

Mal urbano atinge grandes cidades tanto no Brasil quanto no Primeiro Mundo

CLÁUDIO VIEIRA

Um rapaz com problemas psiquiátricos é confundido com um ladrão de banco. Um exercício realista de simulação de incêndio. As duas situações, ocorridas em São Paulo, extrapolaram o efeito de quebra de rotina. Deixaram funcionários de grandes empresas assustados. É o reflexo de uma sociedade cada vez mais refém do medo, em São Paulo, no Rio, mas também no Primeiro Mundo – em Washington, por exemplo, crimes de um assassino em série impuseram um tipo de toque de recolher num bairro nobre.

No Brasil, episódios de violência urbana ocorridos nas últimas semanas confirmaram o diagnóstico de uma pesquisa realizada em abril e maio em quatro cidades pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud) e pela Fundação Instituto de Administração de São Paulo da Universidade de São Paulo (FIA-USP). Dois terços dos 2.800 entrevistados sobre a sensação de insegurança no Rio, em São Paulo, no Recife e em Vitória disseram acreditar que seriam vítimas de roubo ou furto nos 12 meses seguintes. O índice é mais que o dobro do registrado no Primeiro Mundo, até porque metade dos moradores das quatro cidades tinha sido vítima de alguma modalidade de crime nos cinco anos anteriores.

Conforme o estudo, um em cada três brasileiros teme sair na rua, número quase seis vezes superior ao dos países desenvolvidos e muito próximo do apurado na Argentina (39%), dilacerada pela crise econômica. “O problema é que a pessoa deixa de sair na rua, deixa de gastar, deixa de visitar os amigos, deixa de procurar educação. As indústrias também evitam instalar-se em áreas com essa sensação de que se trata de um lu-

gar violento”, diz o pesquisador Túlio Kahn, do Ilanud.

Provavelmente, a série de ações do crime organizado no Rio, iniciada em 11 de setembro, ampliará a sensação de insegurança na cidade, que já supera a de Nova York, traumatizada pelos atentados ocorridos exatamente um ano antes. Apesar disso, o Rio, felizmente, ainda não chega aos níveis de Cabul, onde o medo é considerado doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Na capital afegã, 90% das crianças e adolescentes de 8 a 18 anos ouvidos pela OMS disseram acreditar que vão morrer em conflito armado.

As conclusões da Pesquisa de Mapeamento da Vitimização 2002 podem parecer contraditórias à primeira vista. Kahn alerta, por exemplo, que o fator insegurança não tem relação direta com os índices de criminalidade. “No Rio, os números de crimes em algumas áreas vêm caindo nos últimos anos. Mas o temor vem aumentando”, afirma.

**EM CADA 3
BRASILEIROS,
1 RECEIA ATÉ
SAIR NA RUA**

“O que amplia o medo é a aleatoriedade, o risco de a pessoa ser vítima de um crime em qualquer lugar.”

O raciocínio talvez explique por que o atirador solitário tenha deixado Wa-

shington mais acuada, em certo sentido, que os terroristas da Al-Qaeda. Estes atacaram o Pentágono, inacessível ao cidadão comum, enquanto o serial killer tem surpreendido suas vítimas em locais como estacionamentos de shoppings.

Jardim Ângela – Outro paradoxo da pesquisa: quanto mais violenta a região onde a pessoa mora, menor a sensação de medo. Quem reside em áreas mais violentas tende a considerar o crime “parte do cenário”, explica Kahn. “Esse tipo de pessoa acredita que só ocorrem problemas com quem se mete com quem não deve. Se ela ficar ‘na dela’ nada vai ocorrer. Está segura.” Uma pessoa abordada num bairro de classe média alta não reage da mesma forma. Nesse sentido, o morador do Jardim Ângela, na periferia paulistana, vive menos sobressaltado que o do Pacaembu.

O medo também desafia o

senso comum noutro quesito. As capitais onde mais ocorrem roubos e furtos (por 100 mil habitantes) são Brasília e Porto Alegre e não, como faz supor o noticiário, São Paulo e Rio.

A conclusão da pesquisa serve como alerta: o medo pode transformar-se em doença nas cidades brasileiras, sobretudo se os boatos prosperarem, provocando histeria coletiva. No

Rio, esse efeito pôde ser notado nos toques de recolher impostos pelo tráfico recentemente. “Hoje a PM está na rua, mas e amanhã?”, indagava o dono de uma padaria da zona sul no dia 30. “É um efeito cascata: se um fecha, também fecha.”

“A maior arma para diminuir o sentimento de insegurança é a informação”, ressalta Kahn. Essa informação, po-

rém, precisa ter qualidade. O pesquisador cita um caso clássico, ocorrido anos atrás, quando *The New York Times* passou a noticiar crimes de um serial killer de idosos. Outros jornais levantaram mais casos e a população de Nova York ficou revoltada com o crescimento da violência. “Quando a polícia foi ouvida, mostrou que a criminalidade contra idosos estava cain-

do nos últimos anos.”

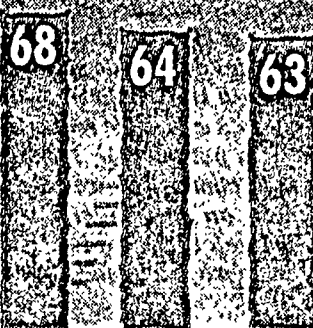
Kahn adverte que as estatísticas de violência no País são um prato cheio para equívocos semelhantes. Muitas vezes, por exemplo, o aumento nas notificações de crimes pode demonstrar aumento da confiança na polícia – e não, necessariamente, maior violência.

■ Mais informações nas pág. 3, 4 e 5

INSEGURANÇA

TEM MEDO DE ANDAR NA RUA

(% da população)

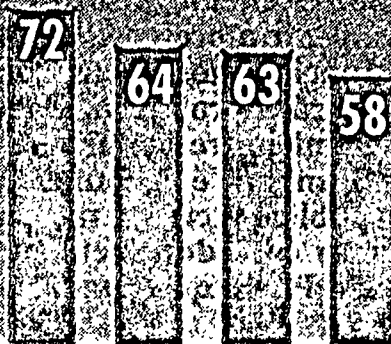


RECIFE RIO SÃO PAULO

Fonte: Ibope TGI (2001)

ACREDITA QUE PODE SER VÍTIMA...

...de roubo ou furto nos próximos 12 meses, em % da população

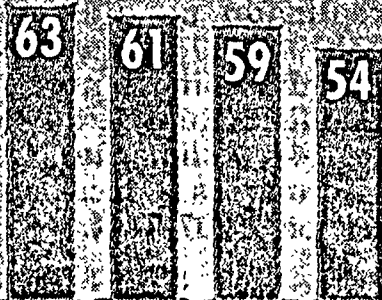


SÃO PAULO RECIFE VITÓRIA RIO

Fonte: FIA/Ilanud/Gabinete de Segurança Institucional (2002)

EVITA LOCAIS OU PESSOAS...

...por razões de segurança, em % da população

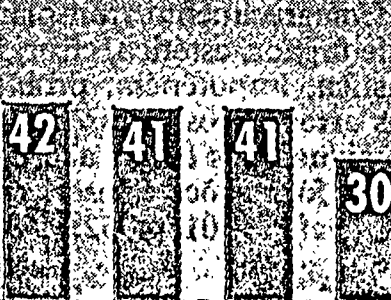


RECIFE RIO VITÓRIA SÃO PAULO

Fonte: FIA/Ilanud/Gabinete de Segurança Institucional (2002)

CONVERSOU SOBRE CRIME...

...nas últimas duas semanas, em % da população



RIO RECIFE VITÓRIA SÃO PAULO

Fonte: FIA/Ilanud/Gabinete de Segurança Institucional (2002)

Temem ser vítimas de roubo ou furto nos próximos 12 meses:

31% das pessoas que vivem em países desenvolvidos

67% dos brasileiros

Temem sair na rua:

6% das pessoas que vivem em países desenvolvidos

34% dos brasileiros

Fonte: FIA/Ilanud/Gabinete de Segurança Institucional (2002)

Publicação: FSP
Data: 19 / 10 / 02
Pág.: C-7

Folha nº. 46 do proc.
nº 51 de 02
INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

41% dos médicos foram agredidos no trabalho

BRUNO LIMA

DA REPORTAGEM LOCAL

Entre os médicos da cidade de São Paulo, 41% já foram vítimas de violência física ou verbal em seu local de trabalho. A conclusão é de pesquisa divulgada ontem, Dia do Médico, pelo Simesp (Sindicato dos Médicos de São Paulo).

Foram entrevistados 650 médicos ativos domiciliados no município de São Paulo — 1,74% da população de médicos da capital paulista. A escolha dos profissionais procurou respeitar as proporções populacionais de homens e mulheres, de domicílios por região da cidade e de tempo de atividade profissional.

O tipo de violência mais frequente foi a ameaça (48,36%), seguida pelo assalto (26,18%) e pela agressão física (14,91%). Entre os outros tipos de violência relatados (10,55%), a agressão verbal foi a mais frequente, seguida pelo sequestro relâmpago na saída ou chegada ao local de trabalho.

Para o presidente do Simesp, José Erivalder Guimarães de Oliveira, grande parte da violência con-

tra os médicos é fruto das dificuldades encontradas pela população para receber atendimento nos serviços de saúde. "O paciente não consegue o que precisa. Como não pode agredir o Estado, a cidade de São Paulo, termina agredindo o médico." O presidente critica ainda a falta de policiamento dentro dos hospitais.

Cerca de 77% dos episódios de violência relatados ocorreram em hospitais públicos, e cerca de 60%, em prontos-socorros. As zonas sul (32,4%) e leste (29,5%) são as que mais reúnem ocorrências.

Nas unidades de saúde do município, existe segurança privada contratada pela Secretaria da Saúde — mas a competência é proteger o patrimônio. "A obrigação de proteger as pessoas é da PM", afirma o chefe de gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, Paulo Carrara de Castro.

Segundo a Polícia Militar, nunca houve policiamento efetivo dentro de hospitais. Hospitais e escolas, diz a PM, podem ter unidades específicas, desde que o número de ocorrências na região justifique essa necessidade.

Publicação: FSP
Data: 13 / 10 / 02
Pág.: A-3

Pistas para o combate à violência

CLAUDIA COSTIN

É flagrante a dificuldade que as políticas públicas têm demonstrado em abordar o mundo da violência juvenil

BERTRAND RUSSELL publicava semanalmente crônicas em 1933, posteriormente organizadas em uma coletânea, alertando seus leitores para o risco da guerra e defendendo mudanças no sistema educacional e na organização das cidades para se construir uma cultura favorável à paz. Entre elas, "O Elogio ao Ócio" foi escolhida pelo pensador inglês para título da coletânea recentemente publicada aqui no Brasil pela Editora Sextante.

No texto, Russell preconiza uma educação para o ócio como forma de combate à violência entre os jovens e de igualar acesso a oportunidades. Explica: a elite desfruta, em seu tempo livre, de variadas formas de prazer estético, como ler livros e poesia, ouvir concertos, assistir a peças de teatro.

Os jovens da classe trabalhadora, esclarecia Russell, vêem-se privados desses deleites não apenas por falta de dinheiro para o fazer, mas porque o sistema educacional foca apenas a preparação para o futuro, para o mundo do trabalho. Tornava-se urgente dar-lhes mais tempo livre e educá-los para um ócio construtivo.

Afora a beleza da utopia de Russell, fica a sensação de atualidade. Ao verificarmos, frustrados, o espantoso aumento da violência em São Paulo, constatamos que algo de muito profundo deve ser feito. Não basta apenas mais severidade com os criminosos, essencial para manter a ordem e desincentivar transgressões, é necessário também agir na gênese da violência.

Os jovens, esclarece recente trabalho da Unesco, compõem grupo particularmente vulnerável à situação de pobreza

e a ciclos econômicos desfavoráveis na América Latina. E tornam-se violentos por não ter acesso, por motivos sociais ou psicológicos, à estrutura de oportunidades que a sociedade formal oferece. Então, busca-as em outra parte.

Em outros termos, o jovem quer, aliás como todos, ter seus talentos reconhecidos, destacar-se, ser alguém, dispor de condições de bem-estar. Sente-se, porém, desequipado para, pelas regras dadas, construir seu caminho de sucesso.

Além disso, sente que não tem nada a perder, nem a temer, e forja uma conduta alternativa para obtenção do que deseja, no que é, muitas vezes, vitorioso, mesmo que por curto espaço de tempo. O tráfico lhe dá "salários" que o mercado de trabalho jamais poderá pagar.

É flagrante, nesse sentido, a dificuldade que as políticas públicas têm demonstrado em abordar o complexo mundo da violência juvenil. Complexo porque multifacetado, afeto a áreas de responsabilidade de diferentes ministérios ou secretarias, dos três níveis de governo, que não conseguem se articular na formulação de uma estratégia abrangente de solução do problema. A excessiva departamentalização do aparelho público dificulta muito enfrentar qual-

quer questão que não esteja restrita ao âmbito de atuação de um único setor.

Devem fazer parte dessa estratégia, certamente, a já iniciada expansão da carga horária das escolas, com tempo para orientação a tarefas escolares, o ensino técnico focado em qualificações capazes de criar oportunidades de trabalho, a universalização do ensino médio, a progressiva redução do tamanho das unidades de recuperação de jovens infratores e a manutenção de programas efetivos de reeducação, a fim de evitar sua transformação em escolas de crime. Pode ser igualmente útil pensar em formas de parceria público-privado na gestão dessas unidades, com participação da comunidade em que estão inseridas.

Mas não deixa de ser interessante a lembrança de Bertrand Russell. Jovens com seus talentos musicais e artísticos desenvolvidos, mesmo que apenas para serem platéia apta a apreciar arte de qualidade, jovens que se destacam em esportes ou são capazes de gastar um dia lendo um bom livro terão menos chances de sofrer ou gerar violência. E terão vidas e mentes mais saudáveis.

Talvez seja esta uma boa idéia de conteúdo a ser introduzido na carga horária que a nova Lei de Diretrizes e Bases estabelece que seja expandida. Em 1997, pesquisa realizada com policiais de Los Angeles procurava descobrir o que, para eles, seria mais efetivo para combater a delinquência juvenil. Resposta mais frequente: atividades de "after school" (depois da escola), enfatizando artes e esportes. Ou seja, a educação para o tempo livre, a educação para o ócio.

Claudia Maria Costin, 46, mestre em economia pela FGV-SP, é diretora da Promon S.A. Foi ministra da Administração Federal (governo FHC).

Escolas registram 1.123 casos de violência

► Segundo o Governo, quantidade de ocorrências caiu 7,4% em agosto em relação a maio e junho

JAQUELINE FALCÃO

► As escolas da rede estadual registraram, em agosto, 1.123 casos de violência, envolvendo agressões e ameaças a alunos e professores. Os dados foram divulgados na nova pesquisa da Secretaria Estadual de Educação sobre violência nas escolas, que aponta redução de 7,4% em relação à pesquisa anterior feita pelo Governo. Em agosto, segundo a secretaria, a pesquisa apontou queda foi de 64,6% nos casos de violência. Entre maio e junho, a queda foi de 57,2%.

Para o secretário Gabriel Chalita, as mudanças no comportamento do professor em sala de aula têm contribuído para este resultado. Em uma unidade da Zona Leste, na quinta-feira um estudante foi detido após ameaçar um colega com um revólver em sala de aula.

O levantamento, realizado em 5.919 escolas, em conjunto com a Polícia Militar, abordou as condições físicas das escolas e a quantidade de registros de violência. Foram 2.100 ocorrências no mês passado, sendo 977

casos de depredação, pichação, invasões e até explosões de bomba. No que diz respeito à violência contra a pessoa, os casos mais comuns são agressão física a alunos e ameaça a professor. Das 5.919 escolas, 880 não tiveram ocorrências.

"A postura do educador mudou. A receita é chamar o aluno pelo nome, não enfrentá-lo, não fechar a porta na cara do estudante por atraso. Parece um detalhe, mas isso gera violência. O aluno coloca fogo no carro do professor ou destrói sala de aula por causa disso", explica o secretário.

A presença do policial e a ronda escolar inibem, segundo Chalita, traficantes na porta das unidades. Recentemente, 66 supostos traficantes foram presos perto de escolas. Mas o presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Carlos Ramiro de Castro, critica o Governo: "Escola não é local de polícia. Deveriam colocar pessoas da comunidade. Quem mora na região conhece os alunos e a vizinhança".



REGIANE VALÉRIA MARTINS leva o filho até a porta da escola

Mães preferem acompanhar filhos

► Mesmo com redução nos índices de violência, mães de estudantes das escolas estaduais Professora Marina Cintra e Caetano de Campos, região central, não mudam os costumes e, para elas, segurança só quando a própria mãe leva os filhos até a porta da unidade. Regiane Valéria Martins, mãe de dois filhos, de 9 e 15 anos, que estudam em escolas diferentes, não reclama das cami-

nhadas diárias.

"A Gabriela estuda à tarde. Levo e busco. O Gilberto já tem 15 anos e vai às aulas no período noturno, mas periodicamente apareço de surpresa para buscá-lo. A violência e as drogas me assustam", disse.

Sensação de tranquilidade para Rita Rodrigues de Melo só quando os filhos Raul, de 11, e Raiane, de 8, são entregues por ela mesma à equipe da escola.

soibomais

Estudante é pego com revólver

► Na quinta-feira de manhã, o estudante R.S.P., de 16 anos, aluno da 7ª série da Escola Estadual Jardim das Oliveiras 2, Italm Paulista (Zona Leste), foi pego com um revólver calibre 32 em sala de aula. Ele ameaçou matar o colega Willian Santos Andrade, de 19, por causa de uma poesia escrita por ele à namorada. Para perdoar, o aluno pediu R\$ 30, que seriam pagos na segunda-feira. R. foi detido pelo cabo Osenan, que fazia ronda escolar na região e foi chamado pela direção. O revólver estava na cintura do estudante, que passou as cinco balas da arma ao colega A.L.S., de 15. Para proteger o amigo, o rapaz chegou a esconder a munição na manga da camisa, mas as balas caíram no chão na presença da diretora Iracema Costa da Silva. No 50º DP (Italm Paulista), o aluno negou a ameaça e disse que a arma custou R\$ 150.

Publicação: Diário São Paulo
Data: 21 / 09 / 02
Pág.: A-6

Anualmente, 23 em
cada 100 mil brasileiros
são assassinados

País gasta 1,9% de seu PIB
por ano para tratar vítimas
da criminalidade

OMS: desigualdade social agrava violência no País

Estudo mostra que
fácil acesso a arma e
impunidade também
causam alta nos crimes

JAMIL CHADE
Correspondente

GENEBRA - A desigualdade social no Brasil, a impunidade e o acesso fácil às armas são os principais fatores que explicam o aumento da violência nos últimos anos. A análise é de Etienne Krug, da equipe de autores de um estudo global sobre violência e saúde, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) lança hoje, em Bruxelas. "O número de homicídios aumenta quando a desigualdade social cresce", explica.

O relatório feito pela OMS mostra que a violência consome 1,9% do PIB do Brasil por ano em tratamentos de saúde das vítimas, valor superado na América Latina apenas por Colômbia e El Salvador, onde são consumidos quase 5% do PIB.

O relatório, nos trechos que estabelece comparações, tem suas limitações. Os pesquisadores utilizaram dados de 75 dos 193 países reconhecidos pela Comunidade Internacional. Além disso, o ranking não é baseado no mesmo ano, mas em estudos feitos durante a década de 90. A OMS esclarece que nem todos os países estão no relatório porque em alguns é impossível saber quantos morreram e por quais razões.

NO BRASIL
1,9%
do PIB brasileiro é
consumido para tratar
vítimas da violência

50%
das vítimas de homicídios são
jovens entre 15 e 29 anos

10%
das mulheres afirmam
terem sido abusadas
sexualmente por
seus parceiros em São Paulo
14%
é o índice em Pernambuco

8%
das mulheres acima de 16
anos já foram violentadas
sexualmente no Rio de Janeiro

Art. Estado

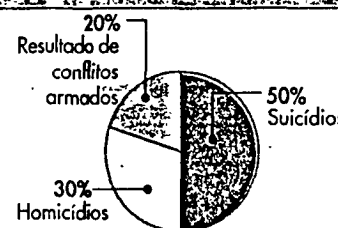
cer os governos sobre a necessidade de atuar na prevenção, principalmente com os jovens, antes que eles se tornem criminosos", afirma Etienne. Outra recomendação é modificar o comportamento policial. Segundo a OMS, estudos apontam que grande parte da violência contra jovens no Rio é conduzida pela polícia. A OMS

não deixa de mencionar que crescimento econômico e redução de desigualdades ajudam a combater a violência

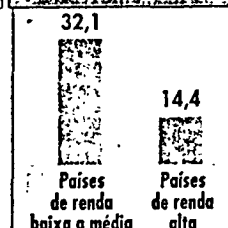
PERFIL DA VIOLÊNCIA NO MUNDO

Além de mortes,
os resultados são
pessoas feridas,
com prejuízos físicos
e psíquicos

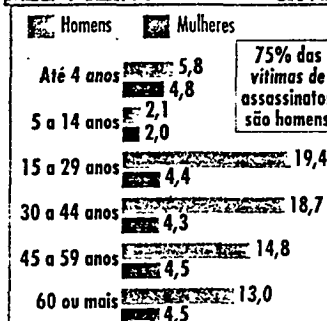
Mais de 1,6 milhão de pessoas morrem
a cada ano por causa da violência



Nº de mortes violentas
(por 100 mil habitantes)



Frequência de homicídios (por 100 mil habitantes)



Infância e juventude

57 mil
crianças e
199 mil
jovens
foram assassinados
no mundo
em 2000.

20%
das mulheres
e de
5% a 10%
dos homens
sofreram abuso
sexual na infância

Mulheres

10% a 34%
delas já foram agredidas
por seus parceiros

Idosos

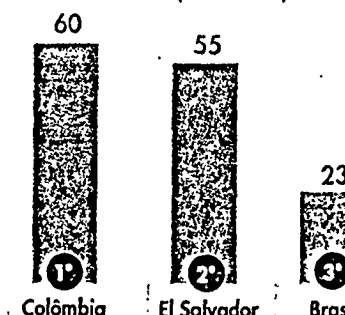
4% a 6%
deles sofrem alguma
forma de abuso em casa

Ranking de homicídios

Número absoluto de assassinatos

País	Número	Ano
1º Brasil	37 mil	1995
2º Rússia	33 mil	1998
3º Colômbia	23,4 mil	1995
4º Estados Unidos	17,8 mil	1998
5º México	13,5 mil	1997
6º Filipinas	7,7 mil	1993
7º Ucrânia	6,6 mil	1999
8º Tailândia	4,1 mil	1994
9º Venezuela	3,3 mil	1994
10º El Salvador	2,4 mil	1993

Número de assassinatos por 100 mil habitantes (a cada ano)



Drogas estão por
trás de crimes
contra jovens

Consumo e tráfico de
entorpecentes são
responsáveis por 90%
dos assassinatos

LUCIANA GARBIN

E.R.R. foi morto aos 15 anos, com nove tiros, no Jardim das Oliveiras, zona sul, a caminho de uma festa. E.P.P. tinha 16 anos quando recebeu seis tiros dentro de uma pizzeria, no Campo Limpo. Chegou a ser socorrido, mas não resistiu. Já o corpo de C.B., de 17 anos, foi encontrado com sete tiros numa escadaria, sem iluminação pública, também na zona sul.

Esses são três casos das dezenas atendidas todos os meses pela Terceira Equipe Especial de Investigações de Crimes contra a Criança e o Adolescente do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de São Paulo, que engloba 29 delegacias da zona sul. A maioria é de homicídios e, segundo o delegado Paulo de Tarso Roggiero, cerca de 90% relacionam-se às drogas. "O resto são casos de vingança, ciúme, traição", diz, destacando que a banalização das armas faz com que "se resolva com tiros o que antigamente se resolvia no braço".

O delegado revela que as mortes de jovens em São Paulo são praticamente diárias e há dias em que há três ou quatro assassinatos. "Tem mais uma ta-

aprovada em 1998, como uma resposta à resolução da Assembleia da Saúde Mundial, que declarou a violência como um grande problema de saúde pública, em 1996. No total, 160 pesquisadores participaram.

Minuto – Mesmo assim, traz informações preocupantes. A cada minuto, uma pessoa morre assassinada no mundo. Por ano, homicídios e outras formas de violência matam 1,6 milhão de pessoas, o que corresponde a 3% do total de mortes no mundo. Outros milhões de pessoas ficam machucadas, com seqüelas físicas e psicológicas que precisam ser tratadas. Nas partes mais pobres da América Latina, a violência representa 5,2% do total das mortes, índice superior ao das doenças cardiovasculares.

O Brasil é o terceiro país no ranking mundial de homicídios. Em números absolutos, é o primeiro. Segundo o documento, 37 mil pessoas foram mortas em apenas um ano.

No Brasil, as principais vítimas são homens, principalmente entre 15 e 29 anos. Esse grupo representa metade das vítimas. Em segundo lugar no ranking dos homicídios está a Rússia, com 33 mil ocorrências em 1998.

Embora lidere o ranking em termos absolutos, o Brasil é o terceiro em relação ao número de homicídios por habitantes. A cada 100 mil brasileiros, 23 são mortos por ano. O número é inferior ao da Colômbia, que ultrapassa 60 mortes para cada 100 mil habitantes. Em El Salvador, a OMS constatou que 55 pessoas são mortas para cada 100 mil habitantes.

Abuso sexual – Outro problema que preocupa a OMS é a violência sexual. O estudo mostra que, em alguns países, 30% das primeiras experiências sexuais das mulheres foram forçadas. Os homens, surpreendentemente, não ficam muito abaixo: 20% deles tiveram sua primeira experiência de forma forçada.

Em São Paulo, 10% das mulheres afirmam ter sofrido abuso sexual por seus parceiros. Em Pernambuco, o índice chega a 14%. No Rio, 8% das mulheres acima de 16 anos já foram violentadas sexualmente.

Para a OMS, não basta polícia na rua. "Temos de conven-

Protestos e show lembram massacre

Dois atos ecumênicos, um show e uma passeata lembraram, ontem, os dez anos do massacre de 111 presos no Pavilhão 9 da Casa de Detenção e a impunidade dos réus. As manifestações foram feitas por entidades de direitos humanos. O chefe da ação, o coronel Ubiratan Guimarães, foi condenado, em 2001, a 632 anos de prisão, mas recorre em liberdade. Às 8h30, no Largo do Paçandu, foi feito ato ecumênico pelo fato, ocorrido em 2 de outubro de 1992. De lá, 250 ativistas e políticos saíram em passeata até a Detenção, onde jovens com camisas manchadas de vermelho deitaram-se no chão, simbolizando os mortos. À tarde, outro ato ecumênico foi feito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e um show na Praça da República.



Integrantes de movimento contra a violência em performance no Carandiru lembram execução

Mulheres e idosos, questão doméstica

Segundo especialistas, agressões podem causar síndromes de dor crônica e depressão

LUCIANA MIRANDA

Era noite de quinta-feira. Virginia fazia aniversário, completava 38 anos. Apesar dos dois anos que já se passaram, as marcas espalhadas por seu corpo não a deixam esquecer a noite em que foi queimada pelo marido. Raimundo esperou que Virginia dormisse para jogar álcool na cama do casal e colocar fogo.

"Nossa filha de 1 ano dormia no mesmo quarto e também soufreu queimaduras", conta Virginia, que já passou por 24 cirurgias de reparação. "E ainda tem mais." Perto de 80% de seu corpo foi atingido por queimaduras graves. Além dos prejuízos estéticos, Virginia perdeu força e capacidade de movimento dos braços. Raimundo está desaparecido.

A dona de casa Marisa, de 34 anos, também escapou machucada por causa de um ataque violento do marido. O saldo da



Virginia teve 80% do corpo queimado: agressão enquanto dormia

noite de domingo é o braço esquerdo e o nariz fraturados, além de hematomas nos dois olhos. "Primeiro, ele me atacou com murros. Depois, com uma faca." Marisa conseguiu desarmá-lo e sair correndo da casa.

"A violência contra a mulher atinge todas as camadas sociais", afirma Rejane Alexandra da Costa, coordenadora jurídica da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), de 10% a 34% das mulheres em todo o mundo já foram agredidas por seus parceiros.

As são as formas de violência contra os idosos. Ao acolher o sobrinho Carlos (os nomes são fictícios) e sua família, Haroldo, de 75 anos, não imaginou que seria colocado para fora da própria casa com a mulher. Desempregado, com mulher e três filhos, Carlos passou a morar na edícula da casa dos tios.

Com o tempo, Haroldo e a mulher ocuparam a edícula, deixando a casa para Carlos e sua família. O casal foi convencido de que seria melhor passar a escritura do imóvel para o sobrinho, evitando a burocracia de inventário e herança. Tempos depois, Haroldo e a mulher foram postos para fora de casa pelo sobrinho.

"Em geral, a violência contra o idoso é praticada dentro de casa, por um filho ou neto", diz Joaquim Scarabelo, da 1.ª Delegacia de Proteção ao Idoso. "É falta de tolerância e carinho." Como no caso das mulheres, a violência contra os idosos ocorre em todas as classes sociais. A OMS calcula que de 4% a 6% dos idosos no mundo já sofreram alguma forma de abuso em casa.

Além dos danos físicos imediatos, essas mulheres podem desenvolver distúrbios gastrointestinais, síndromes de dor crônica e depressão. "O serviço de saúde é o primeiro local onde um ato de violência pode ser detectado", completa Rejane. Pelos cálculos da OMS, metade dos assassinatos de mulheres é praticada pelos atuais maridos ou namorados. Apenas 10% das mortes de homens são provocados por suas mulheres.

Idosos – Falta de respeito, isolamento, agressão física, negligência e abuso econômico. Es-

ção de contabilidade", anima. Ele lembra que há um código moral paralelo ao Estado. "Como no mundo do crime você não pode cobrar as dívidas ilegais na Justiça, você cobra com a vida." O drama aumenta levando-se em conta a conclusão da OMS de que, para cada jovem morto pela violência, 20 a 40 têm ferimentos que requerem tratamento hospitalar.

A solução para o problema, na opinião de Roggiero, é dar mais educação, emprego, lazer e perspectivas de vida para as pessoas, principalmente as que vivem na periferia.

O promotor de Justiça da Infância e da Juventude Wilson Tafner concorda sobre a necessidade de investimentos em políticas públicas na periferia. "Números da Febem mostram que 21% dos internos com endereço na capital vinham de cinco bairros da capital: Cidade Adermar, Jardim Ângela, Jabaquara, Sapopemba e Itaquera, que estão entre os que têm níveis de políticas públicas primárias mais baixos."

Drogas, desagregação familiar e consumismo são outros fatores citados pelo promotor como combustíveis para a delinquência juvenil. "Há duas circunstâncias muito flagrantes: a idade dos garotos assassinados está cada vez mais baixa, assim como são cada vez menores as faixas etárias envolvidas em atividades criminosas."

Infanticídio – A violência contra crianças também assusta. Além das mortes, muitas vezes nem sequer computadas, milhões delas são vítimas de abusos e negligência, sem contar que mais de 130 milhões – 60% meninas –, com idade entre 6 e 11 anos, ainda não estão na escola.

Um exemplo foi o caso de uma tentativa de infanticídio ocorrida em Santo André, no mês passado. Logo após dar à luz, a mãe, de 16 anos, que tinha escondido a gravidez, tentou afogar o bebê num vaso sanitário da maternidade.

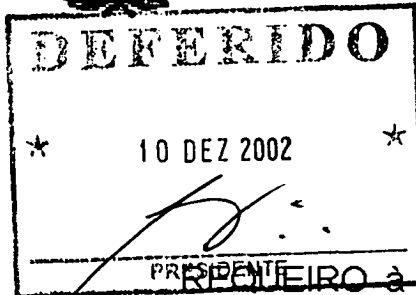
Segundo o Conselho Tutelar, os médicos só descobriram que a criança ainda estava viva no necrotério, pois ela estava com hipotermia. A mãe responde a inquérito policial e a recém-nascida está num abrigo, com seqüelas causadas pela falta de oxigênio no cérebro.

INACIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

Folha nº 50 do proc.
nº 51 de 02
de 02



Câmara Municipal de São Paulo

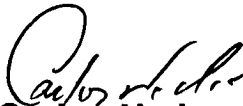


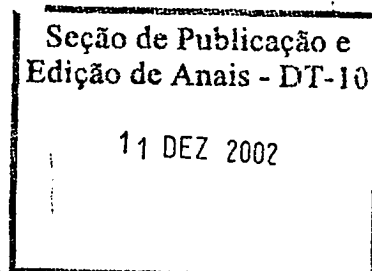
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-2813/2002

REQUEREU à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT



O retrato dos jovens que mais sofrem com a violência

Segundo estudo da polícia, a principal causa dos 3,5 mil homicídios de menores nos últimos cinco anos em São Paulo não é o tráfico, embora muitos estejam envolvidos com ele, mas os motivos fúteis

ALVARO MAGALHÃES
Jornal da Tarde

Mais de 3,5 mil menores foram assassinados na cidade nos últimos cinco anos. Na sua maioria são garotos pobres, filhos de famílias desestruturadas, moradores da periferia das zonas sul, leste e norte de São Paulo. Quase sempre mortos a tiros no período da noite e madrugada, em locais a céu aberto, sobretudo nas grandes favelas, dominadas pelo tráfico de drogas.

Mas um estudo ainda não concluído do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP), da Polícia Civil, tem surpreendido os delegados: o principal motivo dos homicídios não é tráfico, embora muitos dos menores mortos estejam envolvidos com ele.

"O tráfico aparece como motivo indireto da morte", diz o delegado Paulo de Tarso Roggiero, titular de uma das duas primeiras delegacias especializadas no esclarecimento de homicídios de crianças e adolescentes. Enquanto sua equipe investiga os casos ocorridos na zona sul,

o delegado Pedro Buk Forli é responsável pelo resto da cidade.

Segundo Roggiero, grande parte dos jovens assassinados compõe o baixo escalão da hierarquia do tráfico. São ainda iniciantes, mas convivem com pessoas violentas, soldados de "bocas", que matam por motivos fúteis. Por isso, estão sujeitos a morrerem por causa de uma discussão tola sobre futebol ou devido a uma piada ofensiva.

As investigações são feitas com grandes dificuldades. Todo mês, cada uma das delegacias abre cerca de 40 novos inquéritos. Nos bairros onde os assassinatos são comuns, os investigadores precisam vencer a lei do silêncio. As testemunhas muitas vezes têm de ser protegidas pelo anonimato. E a busca por informações deve ser rápida, pois muitas vítimas, embora não sejam a maioria, são migrantes e suas famílias costumam voltar para a terra natal logo após o crime.

Em 1995, um estudo da Secretaria da Saúde alertava para os altos índices de mortalidade de jovens por causas externas (execuções e

acidentes de trânsito). Na época, os homicídios já apareciam como a principal causa de mortes de meninos. Mas, no caso das garotas, os acidentes ainda matavam mais.

De lá para cá, as mortes por atropelamento ou batidas de carro foram controladas e, aos poucos, diminuíram. Mas os assassinatos se tornaram cada vez mais frequentes. Só em 2001, o Pro-Aim, órgão responsável pela estatística, registrou uma pequena queda: de 864, no ano anterior, para 847 menores mortos. Mesmo assim, no acumulado dos últimos cinco anos, os homicídios de crianças e adolescentes aumentaram 35,5%.

Crimes passionais

Entre jovens de classe média, o que assusta a polícia são os crimes passionais. "Na juventude, mata-se mais por causa de mulheres", diz o delegado Roggiero. "O adolescente é mais impulsivo que o adulto, vive suas paixões de forma mais intensa, e torna-se capaz de cometer

crimes e morrer por elas."

Outro fator que contribui para aumentar as mortes violentas de menores em qualquer nível social é a fragilidade física dos adolescentes. O corpo fraco, ainda não plenamente desenvolvido, faz deles alvos mais fáceis para maníacos e assassinos em série.

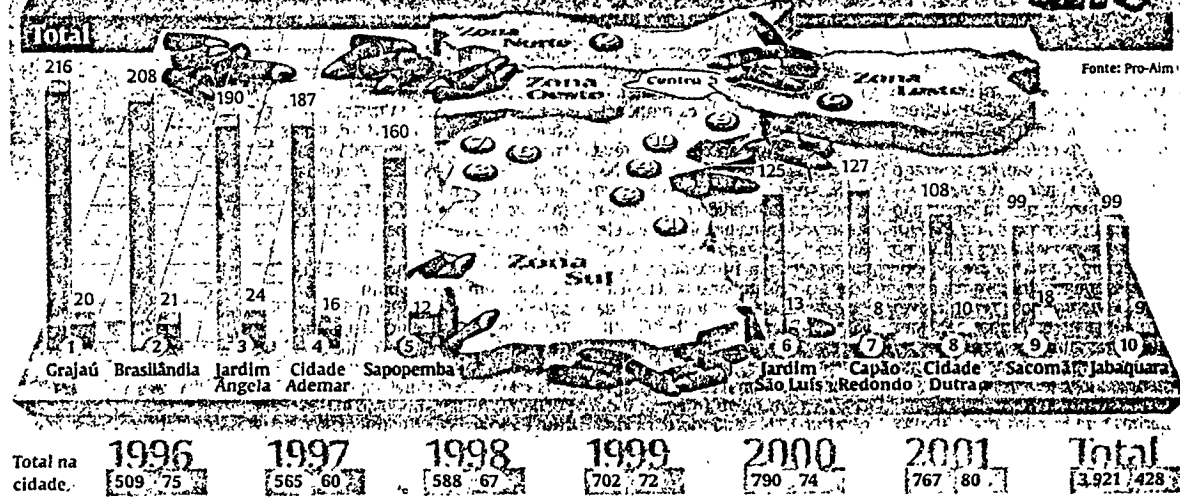
Mas, em todos os casos, a maioria das vítimas já não é criança. Muitos dos mortos são maiores de 14 anos, que abandonaram a escola ou ainda cursam aulas do ciclo básico. Quase todos do sexo masculino (no ano passado, a morte de garotas representava apenas 9,4% dos homicídios de menores).

Segundo Roggiero, mesmo os meninos de rua que costumam cheirar cola e praticar pequenos roubos em regiões deterioradas da cidade estão menos expostos aos perigos de uma execução que adolescentes bem-comportados de classe média baixa. "Essas crianças de rua, que vivem na Praça da Sé ou Largo 13 de Maio, podem apenar, sofrerem agressões, mas dificilmente são executadas."

O ranking da violência entre os jovens

Os bairros onde morrem mais menores assassinados

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1 Grajaú	20	19	26	35	44	72
2 Brasilândia	23	43	35	29	43	35
3 Jardim Ângela	28	25	32	39	34	32
4 Cidade Ademar	18	30	31	42	28	38
5 Sapopemba	19	25	29	21	39	27
6 Jardim São Luís	17	15	24	28	19	22
7 Capão Redondo	16	21	10	30	20	30
8 Cidade Dutra	15	15	19	11	23	25
9 Sacomã	14	11	28	16	12	18
10 Jabaquara	18	23	12	15	19	12



MAPA DA CRIMINALIDADE

Pesquisa mostra que número de seqüestros dobrou em São Paulo

► Ao fazer comparação com outras capitais brasileiras, secretário nacional de Segurança Pública definiu esse crime como tipicamente paulista.

PLÍNIO DELPHINO
EVANDRO ÉBOLI

Dados sobre criminalidade divulgados ontem, em Brasília, pelo secretário nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva, mostram que o número de seqüestros mais do que dobrou em São Paulo. Entre janeiro e junho de 2001, ocorreram 51 crimes desse tipo. No mesmo período de 2002, foram registrados 112 casos.

Proporcionalmente, porém, a cidade de São Paulo registrou a segunda maior taxa de seqüestros por 100 mil habitantes entre as capitais brasileiras. Segundo o balanço, São Paulo registrou 1,1 seqüestro por grupo de 100 mil habitantes. Recife, a primeira colocada, teve taxa de 1,7. O número absoluto de casos na cidade do Nordeste, entretanto, foi inferior, porque a população é menor.

Ainda assim, por conta do total de ocorrências, o secretário nacional definiu o seqüestro como um "crime eminentemente paulista".

Roubos aumentam

Os roubos seguidos de morte também aumentaram em São Paulo. No primeiro semestre do ano passado foram 86 casos

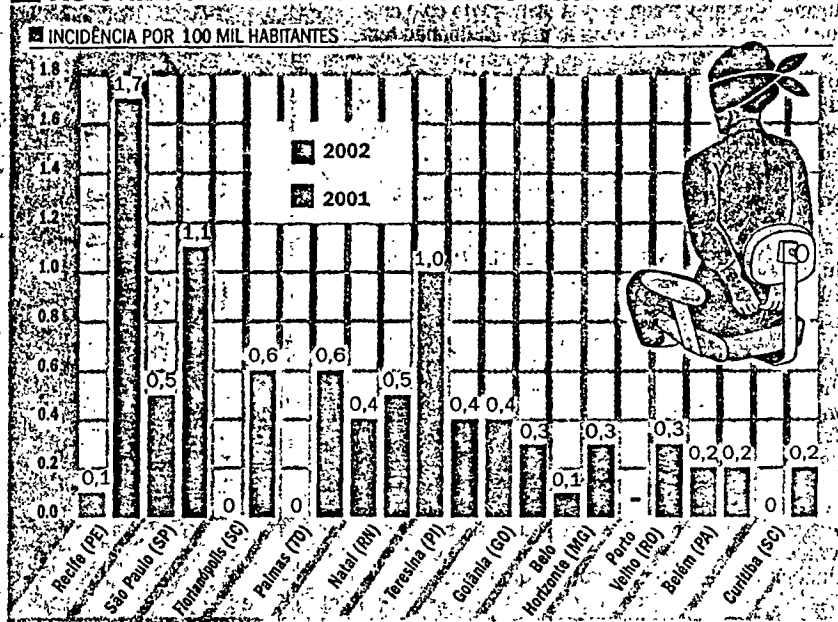
ante 116 em 2002. Os homicídios diminuíram. Em 2001 foram registrados 2.716 assassinatos de janeiro a junho. Neste ano, no mesmo período, a polícia computou 2.503 casos. José Vicente da Silva acredita que os números da violência na capital paulista podem ser ainda maiores, pois a polícia civil tem problemas na contabilidade das ocorrências.

O delegado Godofredo Bittencourt, diretor do Departamento de Investigações Sobre o Crime Organizado (Deic) de São Paulo, rebateu a afirmação do secretário nacional de Segurança Pública. "Somos uma das polícias que têm maior transparência no país", afirmou. José Vicente citou como exemplo de problemas estatísticos alguns casos de vítimas que morrem em hospitais e não são contabilizadas. Ou mesmo, quando em um acidente de trânsito morre mais de uma pessoa e é registrado um caso.

Migração do crime

O delegado Bittencourt disse que os seqüestros aumentaram muito em outubro do ano passado, quando foram registrados 56 casos no estado. "Tínhamos a Delegacia Anti-Seqüestros com cinco delegados e 25

AS ONZE CAPITAIS COM MAIOR NÚMERO DE CASOS



policiais. Criamos a Divisão Anti-Seqüestro, com 15 delegados e 125 policiais", contou.

Em 2001, 230 seqüestradores foram presos. Neste ano, foram 380 e 17 morreram em confronto com a polícia. "Estamos combatendo o seqüestro. O crime migra. Fizemos isso com os ladrões de banco. Eles passaram a roubar pedágios, seqüestrar gerentes de banco e fofos minando essas ações. É a vez do seqüestro, mas a polícia paulista está no caminho certo", disse Bittencourt.

IBGE vai padronizar levantamento

► O secretário nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva, anunciou que pretende fechar convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para ter números confiáveis sobre violência. Segundo ele, falta padronizar os critérios para tabular o número de crimes em cada estado. Em Recife, por exemplo, 14 casos de seqüestro relâmpago entraram para o estatísti-

cas de seqüestro. Em outros estados, esse tipo de crime é considerado, pela polícia, roubo.

O secretário destacou o aumento de homicídios dolosos em 45% em Goiânia, 21,41% em Salvador e 19,35% no Rio. No balanço não entraram dados referentes a Rio Branco, Macapá, São Luís, Fortaleza, Aracaju, Campo Grande e Cuiabá. Para Silva, essas cidades não têm banco de dados confiáveis.

CRIMINALIDADE

Diminui número de mortes violentas em SP

Estatísticas do Ministério da Justiça põem cidade como a 6.ª no ranking nacional

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — O Município de São Paulo teve uma diminuição de 4,15% no número de mortes violentas no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2001. As estatísticas da Secretaria Nacional de Segurança Pública divulgadas ontem indicam que a capital caiu do quarto para o sexto lugar no ranking das cidades com os maiores índices do País, ficando atrás de Porto Velho, Vitória, Rio, Recife e Goiânia. No ano passado, foram registrados 3.372 casos, em comparação com 3.232 em 2002.

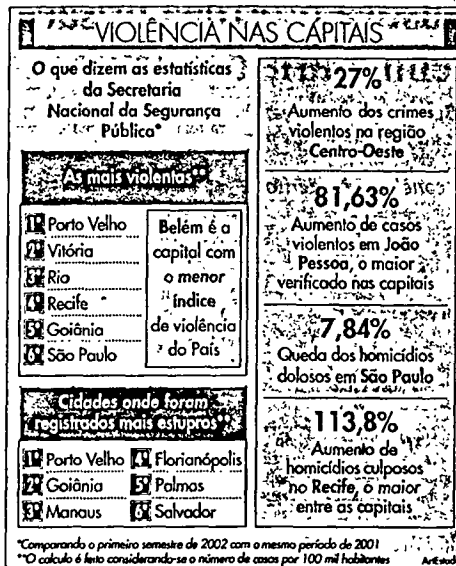
Pelos dados divulgados ontem pelo Ministério da Justiça, houve 30,5 casos para cada 100 mil habitantes em São Paulo; em 2001, eram 32,1. Os maiores índices — somando homicídios dolosos e culposos, lesão corporal seguida de morte, roubo seguido de morte, morte suspeita e resistência seguida de morte —, em números absolutos por região, estão no Sudeste.

Em porcentual, porém, a Região Centro-Oeste mostrou um grande crescimento nos crimes violentos, pouco mais de 27%. A maior elevação está em Goiás, com 60,71% de casos. Na região, houve 912 mortes este ano, ante 718 em 2001.

Mas segundo o secretário nacional de Segurança Pública, coronel José Vicente da Silva Filho, não estão contabilizados os dados de Cuiabá e Campo Grande. Goiânia, com 405 mortes violentas — 35,9 por mil habitantes —, está à frente de São Paulo em casos de violência.

"Temos de levar em consideração alguns pontos que podem aumentar os índices de algumas regiões, como de São Paulo, onde uma chacina é considerada como um caso único", afirma José Vicente. Segundo ele, outro índice que elevou bastante os números está no Recife, onde a polícia modificou a metodologia. "No Recife, os homicídios dolosos, por exemplo, cresceram 45,70%."

No comparativo da Secretaria



ria Nacional de Segurança Pública, entre o primeiro semestre de 2001 e o de 2002, São Paulo também apresenta uma diminuição nos índices de homicídios dolosos.

No ano passado, foram 2.716 casos, caindo para 2.503 em 2002, uma queda de 7,84%. No Rio, o crescimento foi de 19,35%, e na capital fluminense o número de mortes aumentou de 1.106 no ano passado para 1.320. Mas a cidade com maior crescimento de criminalidade foi João Pessoa, com 81,6% de incremento. Teresina (-34,84%) e Belo Horizonte (-21,32%) apresentaram índices significativos de queda.

Porto Velho — O líder do ranking continua sendo Porto Velho, considerada hoje a cidade mais violenta do País. Essa capital teve 29 homicídios dolosos e 51 mortes violentas para cada 100 mil habitantes. "Quando os dados atingem mais de um dígito, a situação é preocupante", afirma José Vicente. Belém é

hoje a capital com menor índice de violência. De um ano para outro, houve diminuição de 41,30% nos homicídios dolosos. "A mudança da polícia contribuiu para isso", afirma.

Em homicídio culposo, causado quase que na maioria das vezes por acidentes de trânsito, destaca-se o Distrito Federal. Em 2001, foram 147 registros, ante 168 em 2002, acréscimo de 14,29%. "Isso nos preocupa, levando em conta que a polícia de Brasília é hoje a melhor do mundo, pois há um policial para cada 98 habitantes", afirma o secretário. O maior aumento desse tipo de homicídio, porém, ocorreu no Recife, que registrou 113,8% de acréscimo, passando de 58 casos para 124.

Quatro capitais do Norte ficaram nos primeiros lugares em estupros. Porto Velho, Boa Vista, Manaus e Palmas registraram taxas preocupantes. Segundo o levantamento, nessas capitais — e também em Florianópolis —, a cada 100 mil pessoas, 8 foram estupra-

'Bonde' do tráfico ataca duas vezes casal de políticos

Vereador bloqueou carro roubado pelos bandidos, que voltaram para ameaçá-lo

RAPHAEL GOMIDE e CLARISSA THOMÉ

RIO — Um comboio com mais de 15 criminosos, 6 seriam menores, atacou duas vezes seguidas a deputada estadual Graça Pereira (PT do B) e seu marido, o vereador Jorge Pereira (PFL), na Linha Amarela (zona norte), na madrugada de ontem. Depois de roubar a caminhonete Dodge do casal, que parou logo depois, bloqueada por satélite, o bando voltou e quase matou o político. Os criminosos só desistiram quando Pereira disse fazer trabalho social no Complexo da Maré, perto do local.

O "bonde" já vinha atuando naquela noite em bairros vizinhos. A comerciante Maria do Socorro Mendes teve o carro atingido por uma bala ao passar pela via. Até o fim da tarde de ontem, doze carros roubados haviam sido recuperados na Favela Nova Holanda. A Linha Amarela tem sido palco de frequentes roubos. Foi lá que, nesta semana, Sandy e Junior sofreram tentativa de assalto comandada por traficantes da Vila dos Pinheiros, na Maré.

O casal de políticos voltava de madrugada de uma reunião na Barra da Tijuca (zona oeste) para casa, na Ilha do Governador (zona norte) quando foi abordado pelos marginais. Pereira acionou um dispositivo de emergência do carro, alertando a SAS Car, responsável pelo bloqueador. Funcionários da empresa passaram a escutar as conversas por um microfone e ouviram os gritos durante o assalto. Quando acharam que os bandidos estavam longe, bloquearam o veículo.

Muito nervosos e aterrorizados, Pereira e Graça pediram socorro para o motorista de van Francisco de Assis e seguiram de carona com ele quando foram nova-



Jorge e Graça Pereira: "Pensei que fosse morrer", disse vereador

mente parados pelo grupo. "É o dono do carro vermelho que fez o bloqueio", reconheceu um dos bandidos. "Mata ele logo, mata!", gritavam os outros.

Mesmo apavorado, Pereira explicou que é vereador e dirige o Grupo Comunitário Equipe, centro médico e dentário na Maré. Foi poupado. Ainda devolveram um celular que julgaram ser o seu. "Pensei que fosse morrer."

O motorista Assis tentou fugir a pé quando viu a cena, mas foi detido por um homem armado, que também o ameaçou de morte. "Achei que fossem matar todo mundo." Ele presta serviços para a Varig, mas garante que vai abandonar o trabalho. "Não volto nunca mais. Nos últimos três meses, vi três tiroteios na Linha Amarela."

O vereador pensa em processar a SAS Car, porque correu risco de vida por causa do sistema. "A gente pensa que está protegido, mas acaba se arriscando mais." A direção da empresa não quis comentar o caso.

A polícia informou que fazia uma blitz na região uma hora antes do incidente. O comandante-geral da PM, coronel Francisco Braz, lamentou a participação de crianças na ação. "Vejo com profundo pesar crianças serem usadas no crime." Braz prometeu usar o Batalhão de Operações Especiais (Bope) na Linha Amarela para evitar "bondes".

TRABALHO SOCIAL NA MARÉ SALVOU AS VÍTIMAS

Classe média — A polícia investiga a participação de jovens da classe média nos bondes. Um deles, já identificado, é funcionário da Imprensa Oficial e filho de um policial. Nilton André Paes Baeta de Faria, o Nilton Playboy, de 22 anos, foi reconhecido nas imagens gravadas pela polícia na Favela Barreira do Vasco.

Segundo o delegado Cláudio Nascimento, Nilton Playboy está em condicional. A polícia tenta identificar o jovem Pio. "Eles participam dos bondes pela emoção e porque querem dinheiro. Ontem, a polícia havia recebido a informação de que Playboy estaria morto."

SP, Salvador e Porto Alegre: recorde de medo

Pesquisa da FGV comparou a sensação das pessoas em 9 capitais e 92 municípios

**BÁRBARA SOUZA
e LUCIANA GARBIN**

Quem vive em São Paulo tem mais medo da violência que moradores de outras cidades da Região Sudeste, segundo pesquisa inédita realizada pelo setor de Opinião da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo divulgado ontem foi feito entre os dias 13 e 17 de novembro, em 9 capitais e 92 municípios. Numa escala de 0 a 100, a pontuação da capital paulista foi 62, contra 51 na Região Sudeste. A média no País é de 48 pontos.

São Paulo deixou para trás outras capitais consideradas violentas, como Rio e Vitória, com 56 e 53 pontos, respectivamente. Outra surpresa foi o alto índice observado em Curitiba, com 61 pontos. A média na Região Sul foi de 47 pontos. Segundo o pesquisador Alberto Carlos de Almeida, o índice mais baixo no Rio pode ser explicado pelo fenômeno anestesia, por conta da convivência com altos índices de criminalidade há décadas. "É como se estivéssemos no piloto automático."

A sensação de medo do paulistano pode estar ligada ao destaque dado à violência nos últimos sete anos, na opinião do pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) Luís Antônio de Souza. "Mas é importante salientar que esse tipo de pesquisa deve ser observado com cautela, porque reflete aquilo que as pessoas estão sentindo no momento da entrevista,

ta, não o risco real."

Salvador e Porto Alegre apresentaram o mesmo índice de São Paulo na pesquisa, que ouviu 4.430 pessoas. Como é o primeiro estudo desse tipo, ainda não há termos de comparação e, portanto, é impossível saber se o medo cresceu ou diminuiu. Também não há equivalentes internacionais. "Não podemos saber se é muito ou pouco", disse o pesquisador Zairo Cheibub. Chamada Índice do Medo, a pesquisa ouviu 300 pessoas em cada uma das capitais.

Semestre - As regiões com mais medo são a Sudeste, com 51 pontos, e Centro-Oeste/Norte, unidas para a pesquisa por causa da baixa densidade populacional, com 50. O Sul teve 47 e o Nordeste, 43. A pesquisa será refeita a cada seis meses.

Variáveis individuais, como idade, escolaridade e cor, não influenciam no índice do medo. A exceção é o sexo dos entrevistados. Em todos os locais pesquisados, as mulheres se dizem mais amedrontadas. A média nacional feminina é 50 e a masculina, 46. Em São Paulo, a pontuação das mulheres ficou em 65, contra 58 para homens. "O medo é um fenômeno social complexo e variado, mas independe de características individuais", afirma Cheibub. Em todo o País, circular por bairros desconhecidos é percebido como uma das situações mais arriscadas.

Outra conclusão é de que o medo cresce nas cidades maiores. Nas cidades com 30 mil habitantes a média é de 35 pontos e nas que têm mais de 130 mil habitantes, 56. Naquelas com mais de 800 mil pessoas, o índice chega a 59. Morar perto ou em favelas e em bairros pobres

CAPITAIS	
A pontuação de cada capital resultou da avaliação feita pela população num conjunto de 8 questões sobre segurança. A escala de notas foi de 0 a 100 e quanto maior o número de pontos maior o medo da população	
1º São Paulo, Salvador e Porto Alegre	62
2º Fortaleza, Curitiba e Belo Horizonte	61
3º Recife	60
4º Rio de Janeiro	56
5º Vitória	53

RANKING DO MEDO	
O que a população mais teme	
1º Assalto à mão armada	51%
2º Carteira ou bolsa furtada	41%
3º Ser assassinado em assalto	40%
4º Assalto à mão armada em ônibus	38%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Opinião

Paulo Pinto/AE



Miriam tem medo de assalto nos ônibus: "Alguém pode reagir"

também aumenta o medo.

Essa questão é que leva a população a optar por apartamentos na hora de escolher onde morar. A professora Maria Angela Del Vinha, de 50 anos, desistiu de viver numa casa depois que o filho foi seguido e levado para a sala com os assaltantes. "Meus filhos não têm horário para chegar em casa e você fica mais vulnerável", diz.

Outro fator estudado é o uso de transportes públicos. Nacio-

nalmente, os que nunca usam esses meios de transportes apresentaram média 44. Já os que usam uma vez por semana ficaram acima da média nacional, com 49 pontos. O valor chega a 54 para os que os usam todos os dias. Em São Paulo, esse tipo de medo soma 38 pontos.

Sem chance - A educadora social Miriam Duarte Pereira, de 40 anos, confirma a sensação de insegurança do ônibus. Ape-

sar de já ter um carro roubado, ela diz que num ônibus não há como escapar. "De repente, alguém pode reagir, atirar. E a bala não procura quem." Seu marido, que é motorista, foi baleado em um assalto.

Para os pesquisadores, o aumento da percepção do medo cria um círculo vicioso. "As pessoas perdem a confiança e deixam de circular pelos espaços públicos. O impacto do medo também reduz a colaboração com a polícia. O resultado é que é mais difícil combater o crime. Os bandidos tomam conta da rua", afirma Almeida.

O pesquisador confere à imprensa um papel importante. "Quanto mais notícia de crimes a pessoa lê, mais medo tem." Para ele, no geral, a qualidade de vida dos brasileiros é muito ruim. "O papel básico do Estado não está sendo cumprido. O normal, o ideal, é você se sentir seguro andando na rua."

Os pesquisadores acreditam que, a partir da pesquisa, políticas públicas de segurança mais adequadas poderão ser desenvolvidas no País. Outras informações podem ser obtidas no site www.fgv.com. (Colaborou Rodrigo Moraes)

JUSTIÇA

Brindeiro sugere extradição de Gloria Trevi

Cantora desistiu dos recursos contra a decisão do STF de mandá-la para o México

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA - O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, informou ontem que não existem mais obstáculos para a extradição da cantora mexicana Gloria Trevi. Em seu parecer, Brindeiro sugeriu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que comunique oficialmente ao Ministério da Justiça que Gloria desistiu dos recursos contra a decisão do Supremo, que determinou sua extradição.

Com isso, a decisão de extraditá-la transitou em julgado, ou seja, tornou-se definitiva. O parecer será analisado pelo relator do caso no STF, ministro Carlos Velloso, que deverá definir o destino dela esta semana. A decisão da cantora de aceitar a extradição surpreendeu o STF. Desde a decisão, ocorrida em dezembro de 2000, Gloria apresentou diversos recursos.

Em meados de 2001, a artista engravidou na Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Ela insinuou que a gestação teria sido fruto de um estupro carcerário. Mas um exame informou que Angel Gabriel é filho do ex-marido e empresário de Gloria, Sergio Andrade. Os dois e a ex-produtora da cantora, Maria Raquel, estão presos em Brasília desde o início de 2000. Eles são acusados no México de corrupção de menores e rapto.

Violência encurta vida dos homens

As mulheres estão vivendo quase oito anos a mais que os homens no Brasil, principalmente devido a fatores externos, como violência e acidentes de trânsito, que andam roubando anos de vida dos homens, segundo estudo divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De maneira geral, a expectativa de vida do brasileiro subiu três meses de 2000 para 2001, chegando aos 68,9 anos, uma taxa ainda distante dos campeões da longevidade global, como o Japão, com 81,5 anos, e a Suécia, com 80,1 anos.

Segundo o IBGE sobre a expectativa de vida do brasileiro, em média, as mulheres estão vivendo até os 72,9 anos, enquanto os homens não passam dos 65,1 anos, uma diferença de 7,8 anos. No Rio de Janeiro e em São Pau-

lo, os centros urbanos mais violentos do País, os dados são ainda mais alarmantes. Em São Paulo, as mulheres vivem mais 9,4 anos do que os homens e, no Rio, mais 11,5 anos. "Isso exemplifica bem essa onda de violência verificada nos últimos anos, onde o tráfico de drogas e a marginalidade ganharam destaque", disse a jornalista o técnico do departamento de população e indicadores sociais Juarez de Castro Oliveira, um dos responsáveis pela elaboração da Tábua da Vida, como o trabalho do IBGE é conhecido.

Oliveira ressaltou que a explicação para a diferença entre a expectativa de vida entre os sexos é reflexo do aumento da violência conjugado com o aumento da população. Cobrou também providências das autoridades

para estancar esse fenômeno. "Precisamos da implementação de um plano de segurança pública eficiente, principalmente nos centros urbanos, para que as pessoas se sintam mais seguras", declarou.

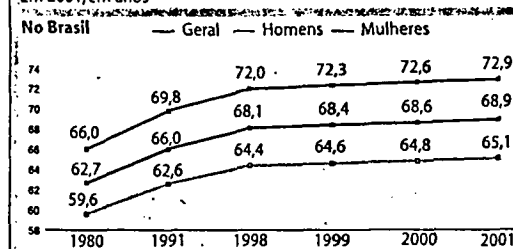
Mortalidade—O IBGE aponta que nos últimos anos as taxas de mortalidade masculinas na faixa dos 20 a 29 anos foram mais de três vezes superiores às das mulheres. Se fossem descontadas as mortes por causas externas, os homens ganhariam 2,5 anos de vida. As causas externas foram responsáveis pela morte de 1,913 milhão de pessoas entre 1980 e 2001—11 por hora—, sendo 1,5 milhão homens. Apesar do aumento da violência, a expectativa de vida do brasileiro aumentou em 6,2 anos nos últimos 21 anos.

O Brasil ocupa a 108ª posição da lista sobre expectativa de vida dentre os 187 países pesquisados pela Organização das Nações Unidas (ONU). As piores taxas ficaram com Botsswana, com 36,1 anos, e Moçambique, com 38. Mesmo países vizinhos, também sujeitos a crises econômicas que geram violência, ultrapassam o Brasil no quesito expectativa de vida. Segundo o IBGE, as pessoas na Argentina vivem em média 73,8 anos; no Uruguai, 75 anos e no Chile, 75,6 anos.

"São países menores, mais fáceis de serem administrados, porém essa diferença da esperança de vida reflete a desigualdade social que no Brasil é muito maior do que nesses países", disse o chefe do departamento de indicadores sociais, Luiz Antonio Oliveira. (Reuters)

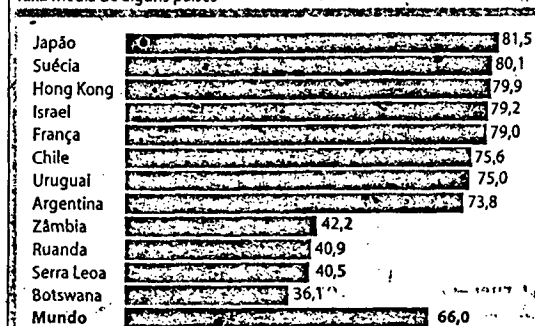
Expectativa de vida

Em 2001, em anos



No mundo

Taxa média de alguns países



Fonte: IBGE

Violência mata três vezes mais homens do que mulheres no país

► IBGE revela que em 21 anos morreram 1,9 milhão de pessoas de causas violentas no Brasil, 1,5 milhão desse total eram homens jovens

BRASÍLIA - A violência está diminuindo a expectativa de vida do homem brasileiro. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado ontem, a mortalidade masculina já é três vezes maior do que a feminina na faixa dos 20 aos 29 anos. No Brasil, os homens estão vivendo quase oito anos a menos do que as mulheres. A Tábua de Vida da população, nome da pesquisa do IBGE, mostra que a esperança de vida no Brasil já é de 68,9 anos, um ganho de 6,2 anos desde 1980.

A média, relativa a 2001, só não foi mais elevada justamente pelo alto índice de mortes por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, suicídios, quedas, afogamentos etc.) no país. De acordo com o IBGE, em 21 anos morreram 1,9 milhão de pessoas, vítimas de homicídios, acidentes de carros e outras causas violentas. Se este tipo de morte fosse excluído da estatística, a esperança ao nascer poderia ter ultrapassado os 70 anos.

Dos 1,9 milhão de casos de mortes por causas externas em 21 anos, 1,57 milhão vitimaram homens (1,25 milhão de homens de 10 a 39 anos). Segundo os pesquisadores, o número total de mortes violentas no Brasil representa 91 mil óbitos por ano, 253 por dia, 11 por hora e um a cada intervalo de tempo de cinco a seis minutos.

Apesar disso, a Tábua de Vida indica que os brasileiros estão vivendo cada vez mais, embora em ritmo moderado. Quem nasceu em 1998, tinha a expectativa de vida de 68,1 anos. No ano seguinte, a idade subiu para 68,4 anos. Em 2000, foi de 68,6 anos. E, no ano passado, chegou a 68,9.

O crescimento, contudo, não é igual entre homens e mulheres. A pesquisa revela que, enquanto a esperança de vida da mulher está em 72,9 anos (acréscimo de 6,9 em 21 anos), para o homem é de 65,1 anos (acréscimo de 5,5 anos no mesmo período). Isso significa que a média masculina é inferior à expectativa de vida dos brasileiros há 10 anos. A mortalidade masculina, na faixa dos 20 aos 29 anos, por exemplo, é três vezes maior que a feminina.

"A diferença está relacionada ao crescimento da mortalidade por causas externas em homens", explicou Juarez de Castro Oliveira, do Departamento de Populações e Indicadores Sociais do IBGE.

Apesar do crescimento da esperança de vida, o Brasil ainda ocupa, segundo a Organização das Nações Unidas, a posição 108 no ranking dos 187 países para os quais foram estimadas as esperanças de vida ao nascer no período 2000-2005. A lista é encabeçada pelo Japão, com expectativa de vida de 81,5 anos.

São Paulo lidera ranking de mortes

► O levantamento feito pelo IBGE mostra que São Paulo lidera o ranking de mortes violentas de jovens no Brasil. Segundo a pesquisa, 85,63% das mortes de homens de 15 a 24 anos no estado foram provocadas por causas externas. Em dez anos, o

número de mortes violentas em jovens paulistas cresceu 21,16 pontos percentuais. Baseada em dados extraídos de outras pesquisas do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o Censo Demográfico, a Pesquisa de Registro Civil e a Contagem da População, a Tábua de Vida organizou um ranking da violência para os 27 estados brasileiros (1999-

2000). Depois de São Paulo, aparece o Amapá, com 76,06% de mortes violentas entre o total de óbitos em jovens de 15 a 24 anos, seguido do Rio de Janeiro (com 75,5%) e Mato Grosso do Sul (72,8%). A Bahia, de acordo com o IBGE, é o estado menos violento do país, com 46,84% de causas violentas entre o total de óbitos de jovens do sexo masculino.

COMPONENTO

Violência assusta mais paulistano do que carioca

► Assalto à mão armada é o crime mais temido pelos moradores da Capital paulista, segundo o levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas

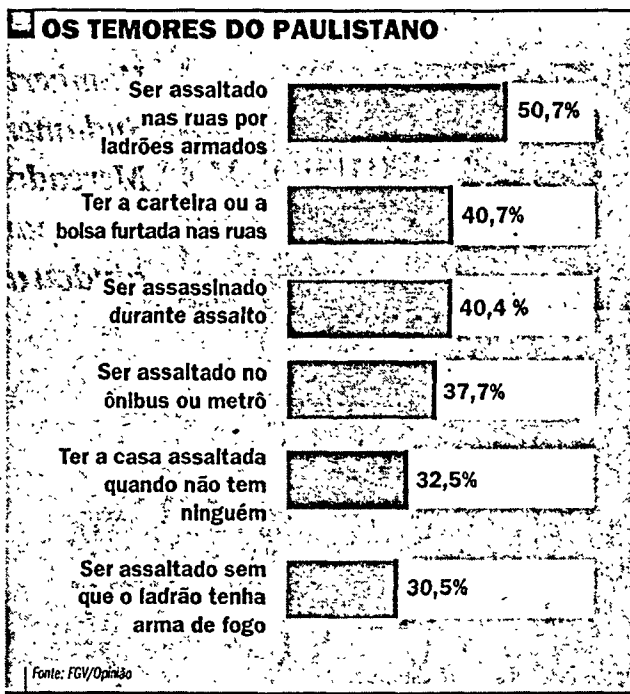
► Em São Paulo, o medo da violência é maior do que em outras 89 cidades brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro, segundo a pesquisa inédita "Índice do Medo", realizada pela Fundação Getúlio Vargas

(FGV). O índice foi medido pelo Opinião, o novo centro de pesquisa da FGV, voltado para a área social. O maior medo do paulistano é o de ser assalto à mão armada. Em uma escala de zero a

cem, o índice do medo na Capital paulista chega a 62, superando o do Rio de Janeiro (56). Moradores de Porto Alegre e Salvador sentem tanto medo quanto os paulistanos. O índice médio do país fica em 48. **Medo democrático**

Em São Paulo foram entrevistadas 300 pessoas e 51% disseram que o crime mais temido é assalto com arma. A pesquisa revela que 46% dos paulistanos

acreditam que correm risco de ser vítima de algum crime. "Os paulistanos se sentem inseguros e acham que o risco de serem vítimas de uma série de delitos é grande. O medo em São Paulo se distribui democraticamente. Não há diferença entre rico e pobre. A única diferença está no sexo. As mulheres têm mais medo", diz o pesquisador Jairo Cheibub. O índice de medo das mulheres é 65. O dos homens é 58.



RANKING POR CIDADE

ÍNDICE VAI DE ZERO A CEM

São Paulo	62
Porto Alegre	62
Salvador	62
Belo Horizonte	61
Curitiba	61
Fortaleza	61
Recife	60
Rio de Janeiro	56
Vitória	53
Região Sudeste (média)	51
Brasil (média)	48

Fonte: FGV/Opinião

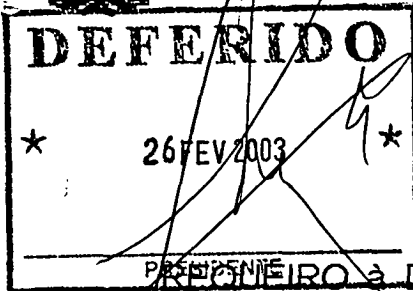
solbomais

Pesquisa será feita duas vezes por ano

► A pesquisa "Índice do Medo" será realizada de seis em seis meses, segundo os pesquisadores da FGV. Opinião Alberto Carlos Almeida e Jairo Cheibub. O centro pretende que o estudo sirva para os governos elaborarem políticas de segurança pública. Segundo os pesquisadores, um dos objetivos é fornecer aos órgãos públicos informações para diminuir na população a sensação de insegurança. A pesquisa, acredita Cheibub, pode apontar em que locais e situações as pessoas têm maior insegurança, para que essa impressão possa ser combatida. "O índice em São Paulo é alto, se vimos o índice do medo como uma questão de cidadania. Entre as tarefas básicas do estado, além de prover saúde e educação, está também a segurança. E, se o indivíduo não tem segurança, ele não consegue desempenhar as tarefas básicas", afirma Cheibub. Em São Paulo, 91% dos entrevistados afirmaram que a criminalidade aumentou no ano passado e apenas 1% disseram que diminuiu. Foram ouvidas pessoas em 92 cidades do país.



Câmara Municipal de São Paulo

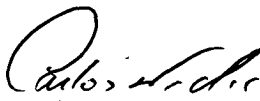


REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0161/2003

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o Incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 51/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2003.


Carlos Neder
Vereador - PT

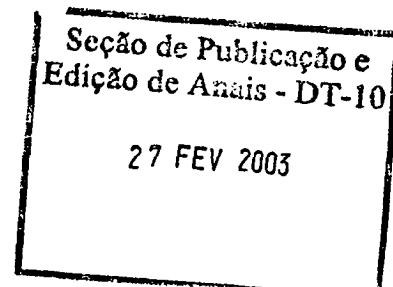


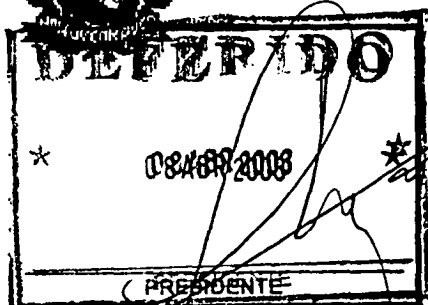
Tabela - Município de São Paulo - Distritos atendidos pelos programas da SDTS- Homicídios, População Residente, Taxa de Homicídios por 100 mil hab e variação da taxa, 2001 e 2002.

Ano Atendim ento	Dist Adm Resid	Homicídios		População Residente		Taxa de Homicídio por 100 mil hab		Taxa Cresc
		2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001/2002
2001 Anhangüera		10	5	43.755	49.082	22,9	10,2	-55,4
2001 Brasilândia		212	154	252.243	257.157	84,0	59,9	-28,7
2001 Capão Redondo		186	203	245.973	251.154	75,6	80,8	6,9
2001 Cidade Tiradentes		139	105	205.571	220.486	67,6	47,6	-29,6
2001 Grajaú		369	330	353.599	373.762	104,4	88,3	-15,4
2001 Iguatemi		75	84	107.791	113.801	69,6	73,8	6,1
2001 Jardim Angela		277	231	254.032	262.258	109,0	88,1	-19,2
2001 Lajeado		95	86	163.331	168.889	58,2	50,9	-12,5
2001 Marsilac		2	5	8.703	9.002	23,0	55,5	141,7
2001 Parelheiros		129	125	109.987	117.137	117,3	106,7	-9,0
2001 Sacomã		130	97	229.524	230.766	56,6	42,0	-25,8
2001 São Lucas		40	41	137.555	135.777	29,1	30,2	3,8
2001 Vila Prudente		22	27	100.519	98.934	21,9	27,3	24,7
Atendidos 2001		1.686	1.493	2.212.582	2.288.205	76,2	65,2	-14,4
2002 Barra Funda		3	3	12.631	12.297	23,8	24,4	2,7
2002 Bom Retiro		11	10	25.642	24.687	42,9	40,5	-5,6
2002 Brás		16	25	24.304	23.449	65,8	106,6	61,9
2002 Cachoeirinha		106	120	149.823	151.998	70,7	78,9	11,6
2002 Campo Limpo		96	104	194.862	198.198	49,3	52,5	6,5
2002 Cidade Ademar		230	165	244.022	244.671	94,3	67,4	-28,5
2002 Cidade Dutra		131	141	193.460	195.532	67,7	72,1	6,5
2002 Cidade Líder		52	48	118.964	120.887	43,7	39,7	-9,2
2002 Ermelino Matarazzi		53	46	107.820	108.801	49,2	42,3	-14,0
2002 Guaianazes		96	118	100.356	102.167	95,7	115,5	20,7
2002 Itaim Paulista		149	107	218.449	224.164	68,2	47,7	-30,0
2002 Itaquera		124	108	204.002	206.493	60,8	52,3	-14,0
2002 Jabaquara		105	109	213.377	212.659	49,2	51,3	4,2
2002 Jacanã		53	36	92.082	92.354	57,6	39,0	-32,3
2002 Jaguaré		18	12	42.140	41.801	42,7	28,7	-32,8
2002 Jaraguá		84	77	153.023	160.146	54,9	48,1	-12,4

2002 Jardim Helena	84	58	141.180	143.254	59,5	40,5	-32,0
2002 Jardim São Luís	215	219	242.626	246.090	88,6	89,0	0,4
2002 José Bonifácio	60	38	107.116	107.150	56,0	35,5	-36,7
2002 Pari	6	5	14.206	13.589	42,2	36,8	-12,9
2002 Parque do Carmo	31	46	64.993	65.918	47,7	69,8	46,3
2002 Pedreira	83	76	132.794	138.163	62,5	55,0	-12,0
2002 Perus	42	31	73.923	77.158	56,8	40,2	-29,3
2002 Raposo Tavares	26	32	91.883	92.561	28,3	34,6	22,2
2002 Rio Pequeno	28	34	112.437	113.118	24,9	30,1	20,7
2002 Santana	19	14	122.900	121.145	15,5	11,6	-25,2
2002 São Mateus	103	99	154.809	154.769	66,5	64,0	-3,9
2002 São Miguel	75	80	96.463	95.552	77,8	83,7	7,7
2002 São Rafael	90	81	129.424	133.760	69,5	60,6	-12,9
2002 Sapopemba	173	154	284.202	286.166	60,9	53,8	-11,6
2002 Sé	15	14	19.403	18.691	77,3	74,9	-3,1
2002 Socorro	19	7	38.546	37.994	49,3	18,4	-62,6
2002 Vila Andrade	20	33	78.150	82.651	25,6	39,9	56,0
2002 Vila Curuçá	99	96	148.714	150.948	66,6	63,6	-4,5
2002 Vila Jacuí	60	50	147.004	152.049	40,8	32,9	-19,4
2002 Vila Leopoldina	11	12	26.788	26.706	41,1	44,9	9,4
2002 Vila Maria	56	45	112.548	111.252	49,8	40,4	-18,7
Atendidos 2002	2.642	2.453	4.434.966	4.488.987	59,6	54,6	-8,3
Total Atendidos	4.328	3.946	6.647.548	6.777.192	65,1	58,2	-10,6
Não Atendidos	1.151	1.050	3.878.549	3.840.751	29,7	27,3	-7,9



Câmara Municipal de São Paulo



REQUERIMENTO

13 + RDS
13-0472/2003

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 51/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2003.


Carlos Neder
Vereador - PT

Seção de Publicação e
Edição de Anais
DT - 10

09 ABR 2003

VIOLÊNCIA

A EPIDEMIA DO INÍCIO DE SÉCULO

*As vidas salvas com a redução de morte por doenças infecciosas
são perdidas quase em dobro por causas externas*

JOSÉ NORONHA *

O novo século começou com uma espécie de celebração macabra da violência: o atentado às Torres Gêmeas em Nova Iorque seguido do massacre no Afeganistão. Depois das duas grandes guerras do século



O "pacífico" Brasil, um dos grandes protagonistas da violência.

passado, a violência parecia que iria ficar circunscrita a alguns conflitos regionais. O que não se imaginava é que lentamente, à margem da persistência daqueles conflitos, uma insidiosa e crescente onda de violência iria se infiltrar em muitos recantos de nosso planeta. Países tidos como "pacíficos e ordeiros", como o Brasil, iriam ser grandes protagonistas desse processo. Os atentados e as guerras chamam atenção pela brutalidade instantânea e pela repercussão que provocam no jogo geopolítico internacional. A violência do cotidiano, embora freqüentando diariamente o noticiário de jornais, rádios e televisão, parece provocar uma anestesia nas pessoas, aparentemente impotentes diante da omissão das elites dirigentes na implementação de políticas sérias de enfrentamento da questão.

As chamadas "causas externas", que provocam o trauma e incluem homicídios, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e domésticos, suicídios e outras lesões e envenenamentos, constituem hoje, em nosso país, o segundo grupo de causas de morte, respondendo por quase 120 mil óbitos a cada ano e a 13% do total. Só perdem para as doenças do aparelho circulatório (infarto, derrame e outras) e matam mais que os cânceres. Se examinarmos causa por causa isoladamente, os homicídios constituem a quarta causa de morte atingindo 41 mil brasileiros a cada ano e os acidentes de trânsito vêm logo atrás, levando anualmente quase 36 mil vidas. Se juntarmos todas as vítimas fatais da guerra no Oriente Médio e da Bósnia, não atingiremos o total de vítimas de homicídio no Brasil. É muita morte! Se adicionarmos a esses números a quantidade de pessoas que fica incapacitada por perda de membros, lesão irreversível do sistema nervoso ou perda parcial de sentidos e as perdas temporárias de capacidade produtiva por longos processos de

recuperação, não é difícil chegarmos à conclusão de que estamos diante de uma verdadeira epidemia. Nos últimos anos, temos assistido algum ganho na diminuição das mortes pelas doenças infecciosas e parasitárias. Entretanto, o que ganhamos em vidas por essa redução perdemos quase o dobro com as mortes por causas externas.

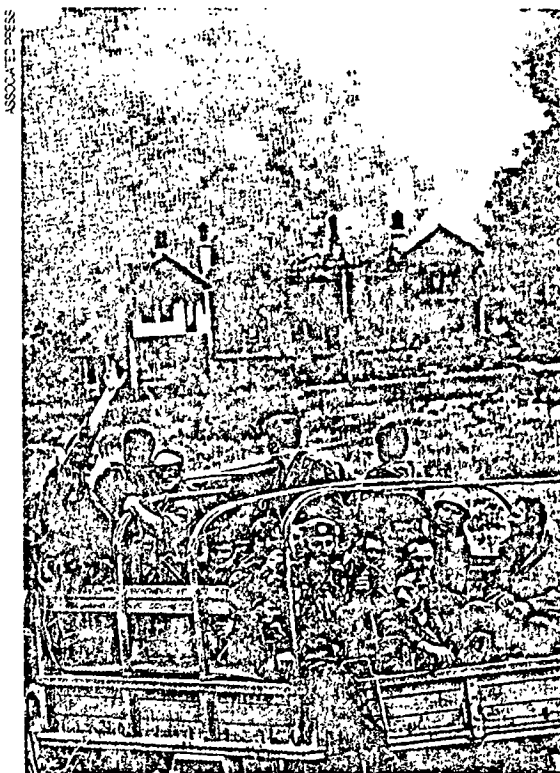
Que fatores estão associados a esse crescimento vertiginoso da violência? É preciso deixar claro que não é a pobreza. Nossos irmãos mais pobres não são violentos. Não é apenas uma causa isolada, é a confluência de vários fatores, e um deles parece propiciar o caldeirão em que a violência captura os agentes e as vítimas: a desigualdade social. Outro fator relevante é o tráfico de drogas e de armas.

O ganho fácil dos traficantes e seus agentes facilitados por uma política apenas repressiva de combate ao uso de drogas, associado a uma oferta de armas, freqüentemente agenciadas por mecanismos de corrupção policial, disseminam as ferramentas de morte. Os beneficiários finais do dinheiro de armas e drogas raramente são capturados, e os recursos fluem em uma rede internacional de lavagem de dinheiro.

Donos do mundo

Outro conjunto de fatores pode ser encontrado na mudança de princípios que os donos do mundo foram impondo às civilizações no final do século passado. Ideais de solidariedade, universalismo, interesse público, desenvolvimento e busca da igualdade foram substituídos por pro-

postas de competição, predomínio dos interesses privados, crescimento e afirmação das diferenças. A idéia do homem companheiro de seu semelhante cedeu lugar à idéia de homem adversário do outro homem.



Guerras e conflitos regionais disseminam a morte.

Podemos fazer algo? Certamente. No que toca à saúde, o Conselho Nacional de Saúde aprovou uma Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências que propõe o monitoramento do problema e lista uma série de ações de diversos setores do governo e da sociedade para minimizar o impacto do problema. Também propõe um conjunto de providências que toquem as causas subjacentes: controlar e limitar o comércio internacional de armas; reduzir a promoção, o uso e

a disponibilidade de armas de fogo; desenvolver métodos eficazes de lidar com o comércio de drogas; combater a glorificação e a mercantilização da violência, particularmente através dos meios de comunicação; promover uma cultura de tolerância e administração de conflitos sem recurso à violência e a igualdade entre os gêneros; educar para respeito e garantia dos direitos humanos; e reduzir a pobreza, em particular as desigualdades intra-societárias podem contribuir para o controle da epidemia. Talvez mais importante seja mobilizarmos todos para mudanças mais profundas em nossa sociedade que recomponham os ideais de justiça, igualdade e soberania. ■

*Jose Noronha é médico, pós-graduado em saúde pública, coordenador da Comissão de Trauma e Violência do Conselho Nacional de Saúde e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Dados Estatísticos

INÁCIO YEIGA - Of. Legislativo

RF 11.132

As reproduções gráficas e tabelas adiante estampadas revelam a tendência da criminalidade em nível nacional, regional e, de forma mais detalhada, na capital, correspondente ao triênio de 99/01, considerando-se os crimes de *homicídio doloso, tentado e consumado, roubo seguido de morte e homicídios múltiplos* (chacinas). Possibilitam ainda aferir, no mesmo triênio, a média diária de deslocamento das equipes de serviço para atendimento de local, a produção cartorária, os índices de esclarecimento e o número de prisões efetuadas.

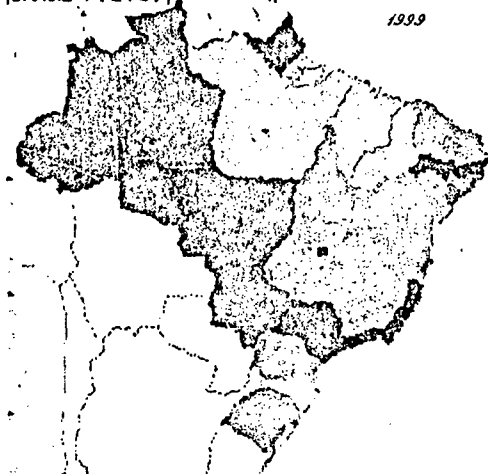
Homicídio

A região sudeste é responsável pela maciça maioria dos homicídios dolosos. Nos anos de 1999 e 2000, em média, nesta região foram registrados cerca de 21.500 casos, de um total de aproximadamente 39.000 ocorridos em todo o país.

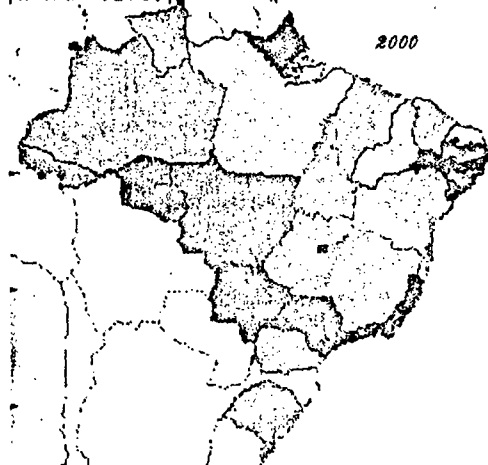
HOMICÍDIOS DOLOSOS

	1999		2000	
	Absolutos	100 mil hab	Absolutos	100 mil hab
Brasil	38.091	23,23	39.407	23,24
Reg. Norte	1.966	16,20	2.071	16,03
Reg. Nordeste	9.279	20,05	10.233	21,46
Reg. C. Oeste	2.712	24,17	2.704	23,29
Reg. Sudeste	21.469	30,73	21.531	29,80
Reg. Sul	2.665	10,90	2.868	11,44

BRASIL - POLÍTICO



BRASIL - POLÍTICO

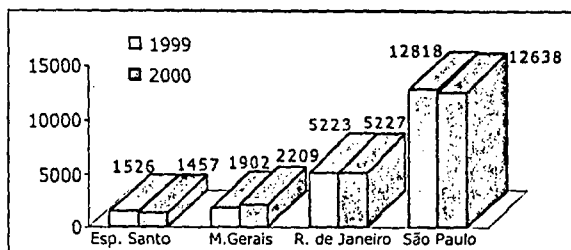


Estados	1999		2000	
	Absoluto	100 mil/hab	Absoluto	100 mil/hab
Acre	132	25,00	101	18,12
Alagoas	627	23,11	700	24,84
Amapá	189	42,98	229	48,13
Amazonas	526	20,38	538	18,94
Bahia	1857	14,29	2283	17,47
Ceará	1312	18,46	1292	17,42
Distrito Federal	473	24,01	577	28,24
Esp. Santo	1526	51,94	1457	47,10
Goiás	890	18,36	880	17,62
M.G. Sul	551	27,19	655	31,56
Maranhão	356	6,57	637	11,30
Mato Grosso	798	33,59	592	23,70
Minas Gerais	1902	11,00	2209	12,39
Pará	397	6,74	480	7,76
Paraíba	611	18,10	901	26,22
Paraná	1297	13,83	1373	14,36
Pernambuco	3640	48,02	3567	45,09
Piauí	108	3,95	126	4,44
R.G. Norte	271	10,21	235	8,48
R. Grande Sul	1138	11,41	1246	12,24
Rio Janeiro	5223	37,83	5227	36,38
Rondônia	443	34,16	484	35,13
Roraima	103	38,59	55	16,97
São Paulo	12818	35,79	12638	34,19
Sergipe	497	29,02	492	27,65
Sta. Catarina	230	4,51	249	4,67
Tocantins	176	15,51	184	15,93

Homicídio Doloso

	1999	2000
Região Sudeste	1.526	1.457
Espírito Santo	1.902	2.209
Minas Gerais	5.223	5.227
Rio de Janeiro	12.818	12.638
São Paulo	21.469	21.531

- De 41 a 52 p/100 mil habitantes
- De 31 a 40 p/100 mil habitantes
- De 21 a 30 p/100 mil habitantes
- De 10 a 19 p/100 mil habitantes
- De 1 a 9 p/100 mil habitantes



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (2001)

Os quadros comparativos revelam que em 2001 foram registrados no Estado de São Paulo 12.475 casos, portanto queda de 1.3% em relação ao ano anterior, conseqüentemente a taxa por 100.000 habitantes caiu de 34.24 para 33.22.

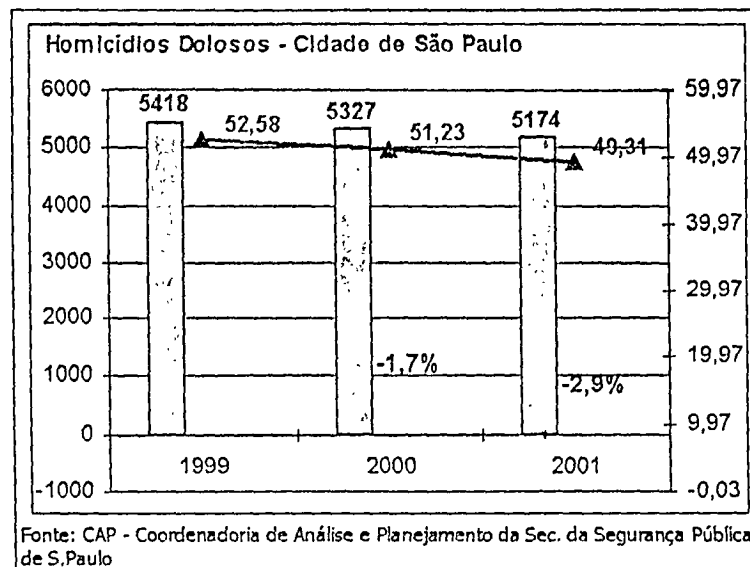
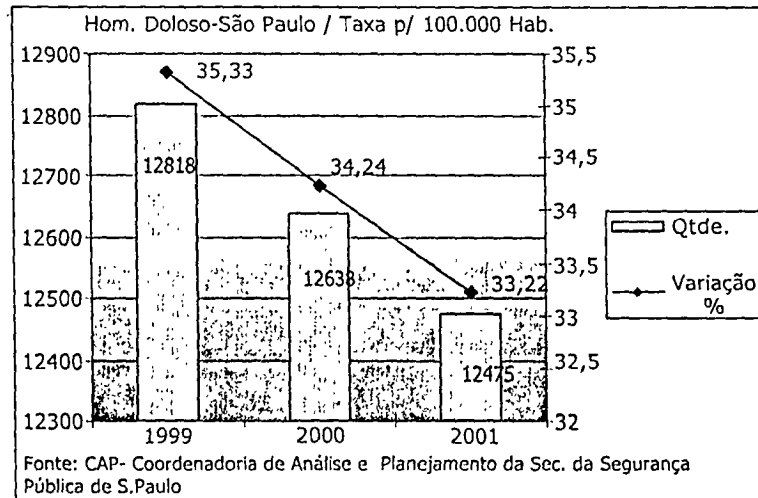
RF 11.132

Homicídio Doloso no Estado de São Paulo				
Ano	Qtde.	Variação %	Taxa p/ 100 mil habit.	Variação %
1999	12.818	-	35,33	-
2000	12.638	-1,4	34,24	-3,1
2001	12.475	-1,3	33,22	-3,0

Homicídio Doloso no Estado de São Paulo				
Interior				
Ano	Qtde.	Variação %	Taxa p/ 100 mil habit.	Variação %
1999	3.791	-	20,21	-
2000	3.825	0,9	20,02	-0,9
2001	3.884	1,5	19,97	-0,3
Região Metropolitana (Gde.S.Paulo)				
Ano	Qtde.	Variação %	Taxa p/ 100 mil habit.	Variação %
1999	3.609	-	50,04	-
2000	3.486	-1,7	47,05	-6,0
2001	3.417	-2,0	44,88	-4,6

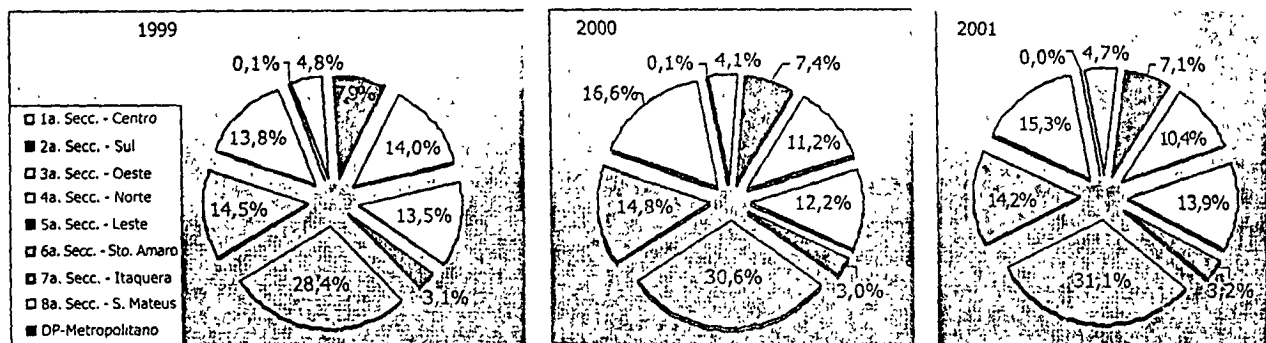
Fonte: CAP - Coordenadoria de Análise e Planejamento da Sec. da Segurança Pública de S.Paulo

Homicídio Doloso na Cidade de S.Paulo				
Ano	Qtde.	Variação %	Taxa p/ 100 mil habit.	Variação %
1999	5.418	-	52,58	-
2000	5.327	-1,7	51,23	-2,6
2001	5.174	-2,9	49,31	-3,8



A distribuição dos homicídios dolosos segundo as Delegacias Seccionais de Polícia da Capital está concentrada na região da 6ª. Seccional - Santo Amaro, situada no extremo sul da cidade, responsável por cerca de 30% dos casos. Da análise dos gráficos verifica-se ser muito desigual a distribuição da violência no espaço urbano, o que denota áreas de maior ou menor risco.

Homicídios Dolosos na Cidade de São Paulo por Seccional



Fonte: Núcleo de Análise de Dados do DAP - Polícia Civil de S.Paulo

Homicídios Dolosos/Vítimas nos Finais de Semana na Capital de São Paulo – Ano 2001

Finais de Semana	1ª Seccional Centro		2ª Seccional Sul		3ª Seccional Oeste		4ª Seccional Norte		5ª Seccional Leste		6ª Seccional Sto. Amaro		7ª Seccional Itaquera		8ª Seccional S. Mateus		TOTAL	
	HD	VT	HD	VT	HD	VT	HD	VT	HD	VT	HD	VT	HD	VT	HD	VT	HD	VT
TOTAL GERAL	123	129	190	197	266	284	334	371	76	80	707	764	354	385	372	394	2422	2604
MÉDIA GERAL	2,4	2,5	3,7	3,8	5,1	5,5	6,4	7,1	1,5	1,5	13,6	14,7	6,8	7,4	7,2	7,6	46,6	50,1

ANO	1999	média
HDs	2547	48,1
Vítimas	2728	51,5

ANO	2000	média
HDs	2545	48,0
Vítimas	2727	51,5

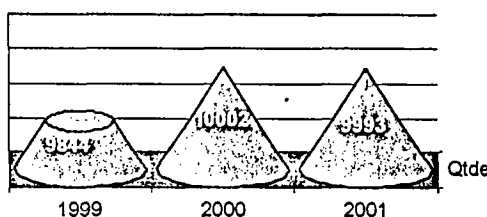
ANO	2001	média
HDs	2422	46,6
Vítimas	2604	50,1

Tentativa de Homicídio

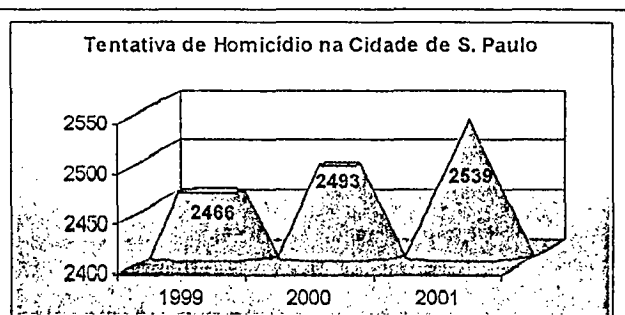
Foram registrados no Estado de São Paulo 9.844, 10.002 e 9.993 ocorrências de tentativa de homicídio, respectivamente, nos anos de 99/01, portanto houve queda de 0,1% no ano de 2001.

Tentativa de Homicídio no Estado de S. Paulo		
Ano	Qtde.	Variação %
1999	9.844	-
2000	10.002	+1,6
2001	9.993	-0,1
na Cidade de S. Paulo		
Ano	Qtde.	Variação %
1999	2.466	-
2000	2.493	+1,1
2001	2.539	+1,8

Tentativa de Homicídio no Estado de São Paulo



Fonte: CAP - Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública de S. Paulo.



Fonte: CAP/SSP - Resolução 150/95 e Resolução 160/01

Deste universo de cerca de 10 000 casos/ano, o interior do Estado é responsável por aproximadamente 50%, distribuindo-se os outros 50%, de forma quase homogênea, pela Grande São Paulo e Capital.

Roubo Seguido de Morte

Em todo o país nos anos de 99/00 foram registrados, respectivamente, 1510 e 1597 casos de roubo seguido de morte. A região sudeste foi responsável por mais de 50% dos casos.

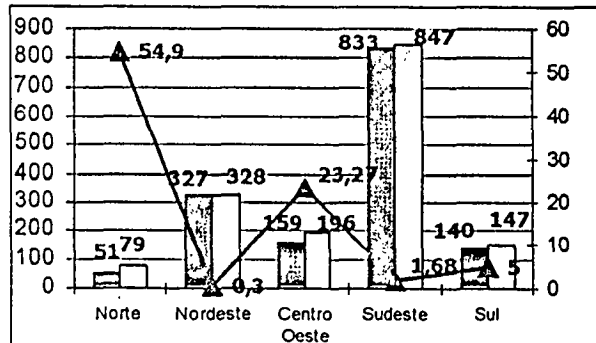
Apesar do aumento do número de casos de roubo seguido de morte, no Estado de São Paulo, no ano de 2001, em 2000 houve queda de 22,7% em relação ao ano anterior.

Na Capital, no ano de 2001, houve aumento do número de casos na ordem de 3,0%. Já no ano de 2000 queda de 32,2% em relação ao ano anterior.

Roubo Seg. de Morte (Latrocínio) no Brasil			
Região	1999	2000	Variação %
Norte	51	79	54,9
Nordeste	327	328	0,3
Centro Oeste	159	196	23,27
Sudeste	833	847	1,68
Sul	140	147	5,0
	1.510	1.597	

Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)					
No Estado de S. Paulo			Na Cidade de S. Paulo		
Ano	Qtde.	Variação %	Ano	Qtde.	Variação %
1999	670	-	1999	298	-
2000	518	-22,7	2000	202	-32,2
2001	562	+8,5	2001	208	+3,0

Fonte: CAP/SSP - Resolução 150/95 e Resolução 160/01



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

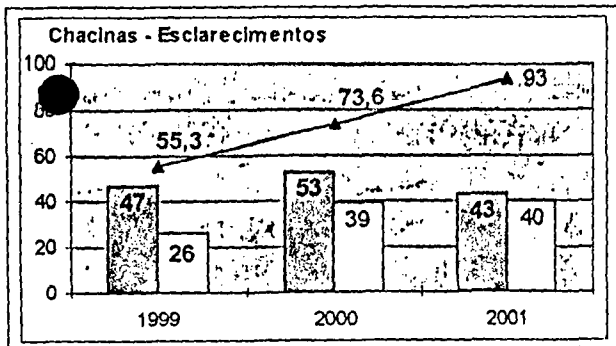
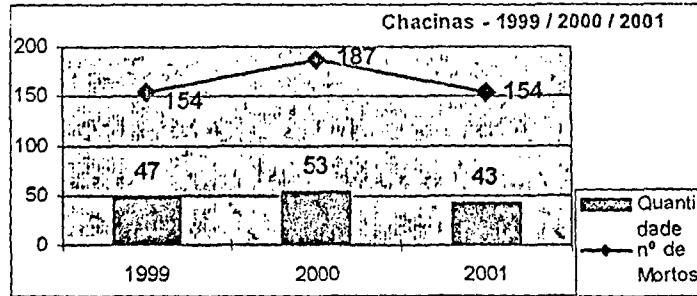
CHACINAS

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

O número de registro de homicídios múltiplos na Capital, vulgarmente denominados chacina, caiu 18.8% no ano de 2001, conseqüentemente houve redução de 53 para 43 casos, dos quais 40 tiveram a autoria estabelecida, perfazendo o índice de esclarecimento de 93%.

Chacinas na Cidade de S.Paulo				
Ano	Qtde	nº Mortos	Vítimas Sobreviv.	Variação %
1999	47	154	39	-
2000	53	187	20	12,7
2001	43	154	25	-18,8

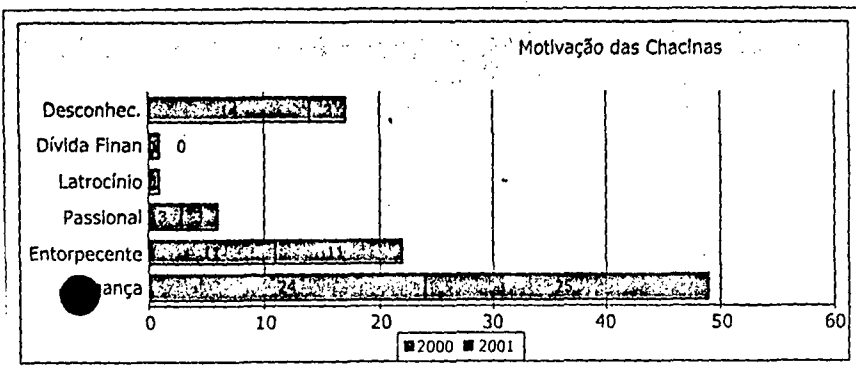
Fonte: SIA - Serviço de Inteligência e Análise do DHPP



Homicídios Múltiplos - Esclarecimentos

Homicídios Múltiplos - Esclarecimentos			
Ano	Qtde.	Esclarecimentos	%
1999	47	26	55,3
2000	53	39	73,6
2001	43	40	93

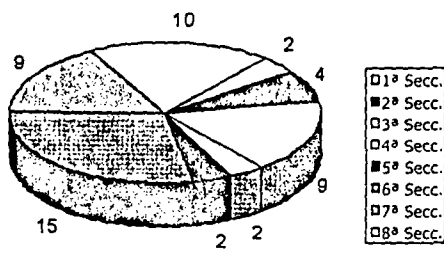
Fonte: SIA - Serviço de Inteligência e Análise do DHPP



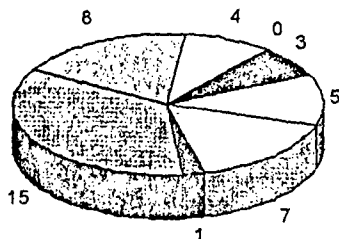
Chacina - Motivação		
Motivo	2000	2001
Vingança	24	25
Entorpecente	11	11
Passional	3	3
Latrocínio	0	1
Dívida Financ.	1	0
Desconhecido	14	3

Fonte: SIA - Serviço de Inteligência e Análise do DHPP

Áreas de Ocorrências de Chacinas - 2000



2001



Área de Ocorrências de Chacinas p/Seccional		
Seccionais	2000	2001
1ª. Centro	2	0
2ª. Sul	4	3
3ª. Oeste	9	5
4ª. Norte	2	7
5ª. Leste	2	1
6ª. Sto. Amaro	15	15
7ª. Itaquera	9	8
8ª. São Mateus	10	4
Total	53	43

Fonte: SIA - Serviço de Inteligência e Análise do DHPP

A distribuição das chacinas pelas Delegacias Seccionais de Polícia da Capital está concentrada na 6ª seccional, tendo a vingança como principal motivo desencadeador, seguido do entorpecente.

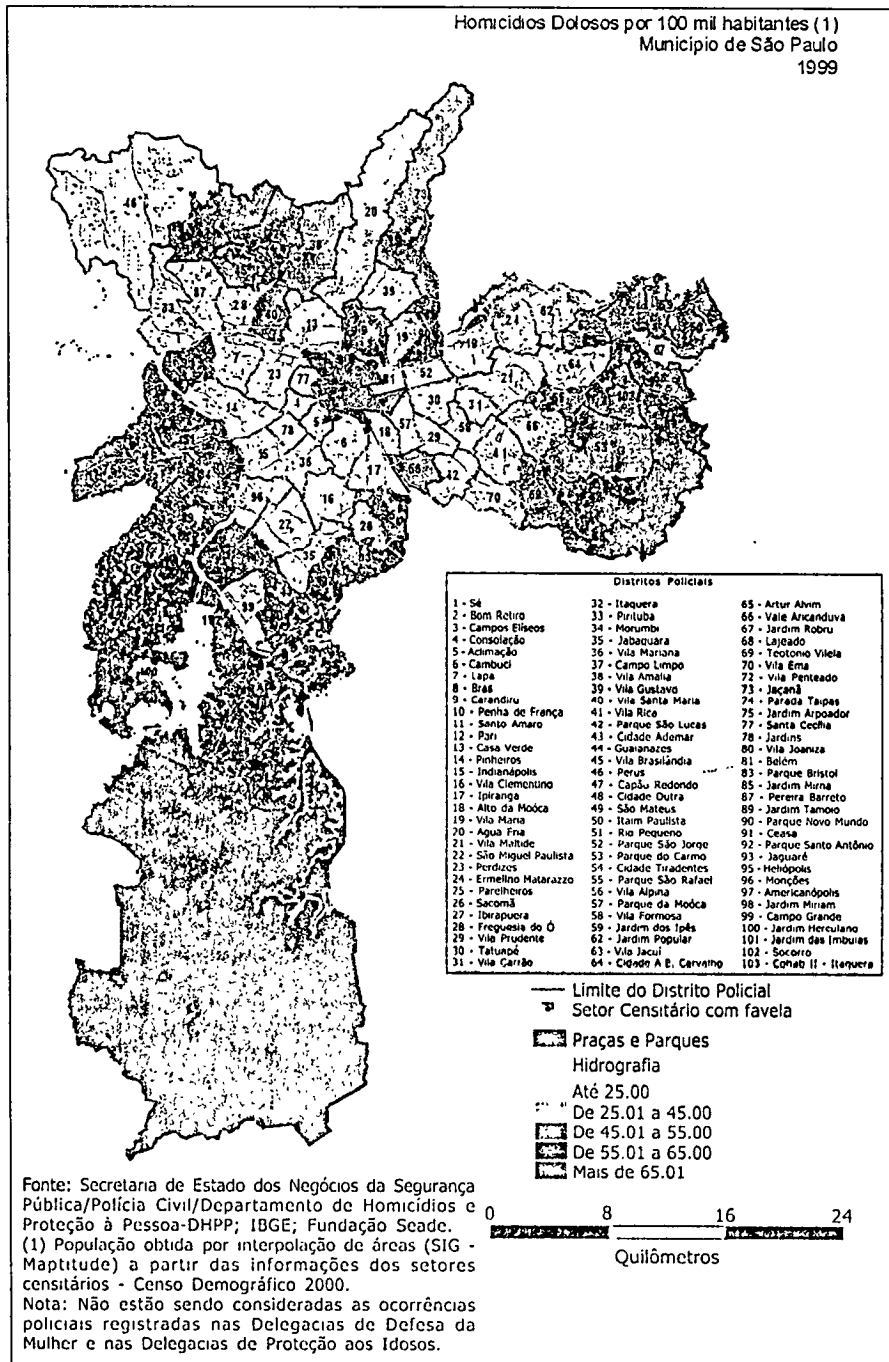
INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo

RF 11.132

Por iniciativa do Diretor do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa foi estabelecida uma parceria entre o Departamento e a Fundação SEADE com o intuito de intercambiar informações relativas a crimes contra a pessoa e dados sócio-econômicos da Capital Paulista.

O SEADE iniciou pioneiro trabalho de levantamento da população residente na circunscrição de cada Distrito Policial da Capital. O resultado do trabalho possibilitou a análise e o cruzamento de diversos aspectos sócio econômicos e demográficos com dados criminais de cada Distrito Policial.

Os mapas abaixo trazem uma visão geral dos homicídios na Capital, mostrando as regiões com baixa e com alta taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes.



Depreende-se dos mapas a alta taxa de homicídios/100 mil hab. nos Distritos Policiais localizados em bairros mais modernos ou periféricos, providos em grande parte por loteamentos clandestinos ou com densa ocupação irregular do solo (por exemplo, 47º, 49º, 55º, 74º, 92º, 100º, 85º, 25º), bem como nos Distritos com elevada população flutuante em aglomerações urbanas (1º DP – Praça da Sé, 11º DP – Largo Treze de Maio). Nestes Distritos Policiais a taxa excede a 65 homicídios por 100 mil habitantes. De outra forma, os Distritos Policiais localizados em bairros mais tradicionais, ainda que com densidade demográfica elevada, possuem índices inferiores a 25 homicídios por 100 mil habitantes.

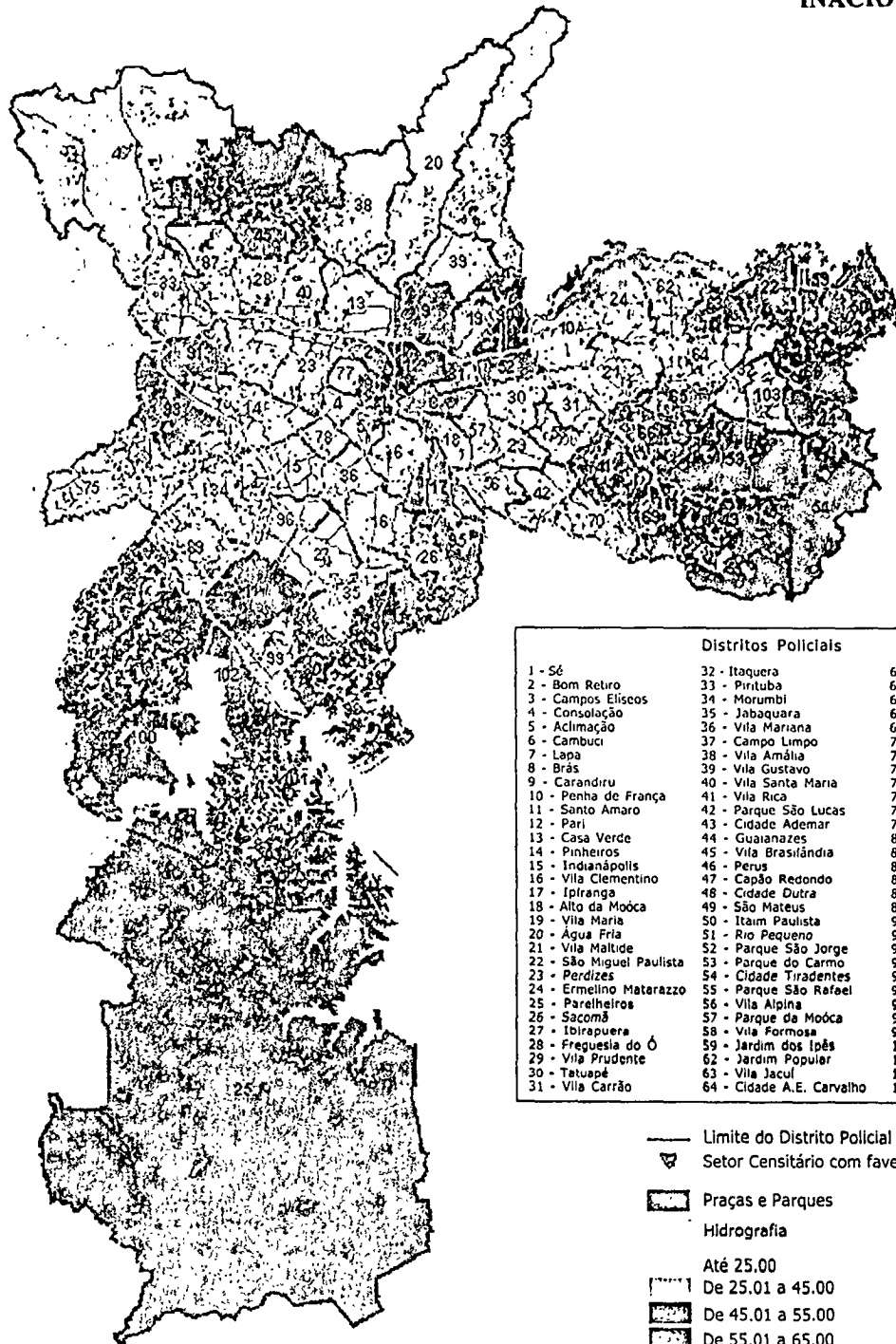
O 47º Distrito Policial – Capão Redondo e o 101º Distrito Policial – Jardim das Imbuías foram, no ano de 2001, os Distritos da Capital com mais ocorrências de homicídio. O primeiro encerrou o ano com 249 casos de homicídios e o segundo com 212. Os menores índices foram registrados pelos 31º DP (Vila Carrão), 52º DP (Parque São Jorge) e 78º DP (Jardins): os dois primeiros com 4 casos e o último com duas ocorrências.

Homicídios Dolosos por 100 mil habitantes (1998)

Município de São Paulo

INÁCIO VEIGA 2001. Legislativo

RF 11.132



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa-DHPP; IBGE; Fundação Seade.

(1) População obtida por interpolação de áreas (SIG - Maptitude) a partir das informações dos setores censitários - Censo Demográfico 2000.

Nota: Não estão sendo consideradas as ocorrências policiais registradas nas Delegacias de Defesa da Mulher e nas Delegacias de Proteção aos Idosos.

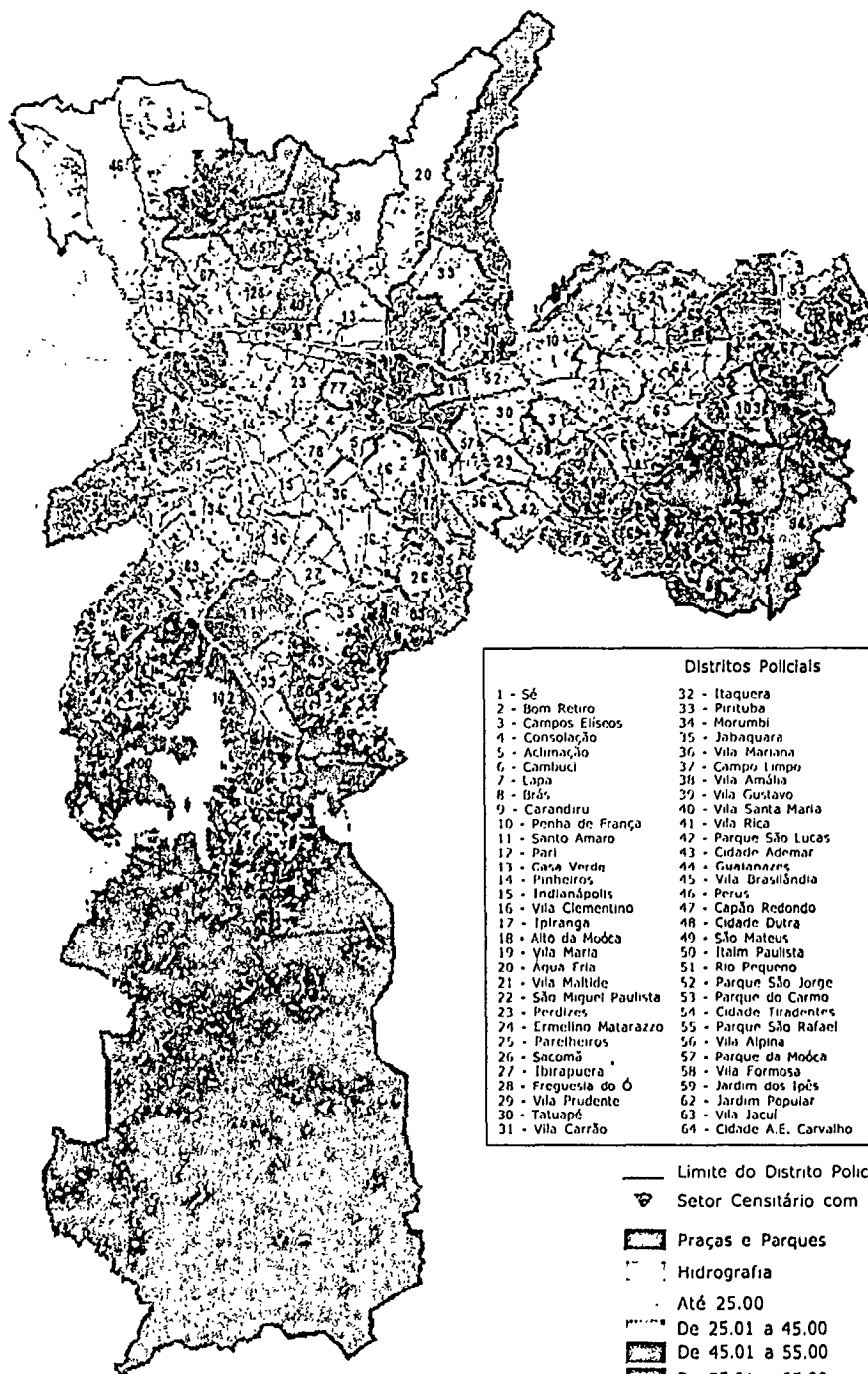
08

Homicídios Dolosos por 100 mil habitantes (1)
Município de São Paulo - 132
2001

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo

132

2001



Distritos Policiais

- | | | |
|--------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1 - Sé | 32 - Itaquera | 65 - Artur Alvim |
| 2 - Bom Retiro | 33 - Pirituba | 66 - Vale Aricanduva |
| 3 - Campos Eliseos | 34 - Morumbi | 67 - Jardim Robru |
| 4 - Consolação | 35 - Jabaquara | 68 - Lajeado |
| 5 - Aclimação | 36 - Vila Mariana | 69 - Trótonio Vilela |
| 6 - Cambuci | 37 - Campo Limpo | 70 - Vila Ema |
| 7 - Lapa | 38 - Vila Amália | 71 - Vila Penteado |
| 8 - Brás | 39 - Vila Guará | 72 - Japans |
| 9 - Carandiru | 40 - Vila Santa Maria | 73 - Parada Taipas |
| 10 - Penha de França | 41 - Vila Rica | 74 - Jardim Arpoador |
| 11 - Santo Amaro | 42 - Parque São Lucas | 75 - Santa Cecília |
| 12 - Pari | 43 - Cidade Ademar | 76 - Jardins |
| 13 - Casa Verde | 44 - Guianazes | 77 - Vila Joaniza |
| 14 - Pinheiros | 45 - Vila Brasilândia | 78 - Uielém |
| 15 - Indianópolis | 46 - Perus | 79 - Parque Bristol |
| 16 - Vila Clementino | 47 - Capão Redondo | 80 - Jardim Muna |
| 17 - Ipiranga | 48 - Cidade Dutra | 81 - Pereira Barreto |
| 18 - Alto da Moça | 49 - São Mateus | 82 - Jardim Tamoio |
| 19 - Vila Maria | 50 - Itaim Paulista | 83 - Parque Novo Mundo |
| 20 - Água Fria | 51 - Rio Pequeno | 84 - Ceasa |
| 21 - Vila Matilde | 52 - Parque São Jorge | 85 - Parque Santo Antônio |
| 22 - São Miguel Paulista | 53 - Parque do Carmo | 86 - Jaguaré |
| 23 - Perdizes | 54 - Cidade Tiradentes | 87 - Heliópolis |
| 24 - Ermelino Matarazzo | 55 - Parque São Rafael | 88 - Monções |
| 25 - Parelheiros | 56 - Vila Alpina | 89 - Americanópolis |
| 26 - Sacomã | 57 - Parque da Moça | 90 - Jardim Miriam |
| 27 - Ibirapuera | 58 - Vila Formosa | 91 - Campo Grande |
| 28 - Freguesia do Ó | 59 - Jardim dos Ipês | 92 - Jardim Herculano |
| 29 - Vila Prudente | 60 - Jardim Popular | 93 - Jardim das Imbuías |
| 30 - Tatuapé | 61 - Vila Jacul | 94 - Socorro |
| 31 - Vila Carrão | 62 - Cidade A.E. Carvalho | 95 - Cohab II - Itaquera |

— Limite do Distrito Policial

Setor Censitário com favela

Praças e Parques

Hidrografia

Até 25.00

De 25.01 a 45.00

De 45.01 a 55.00

De 55.01 a 65.00

Mais de 65.01

0 8 16 24

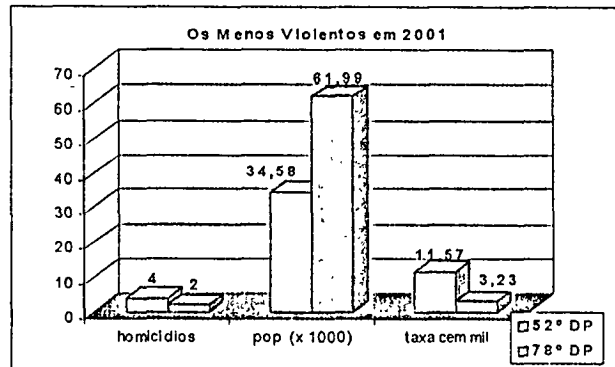
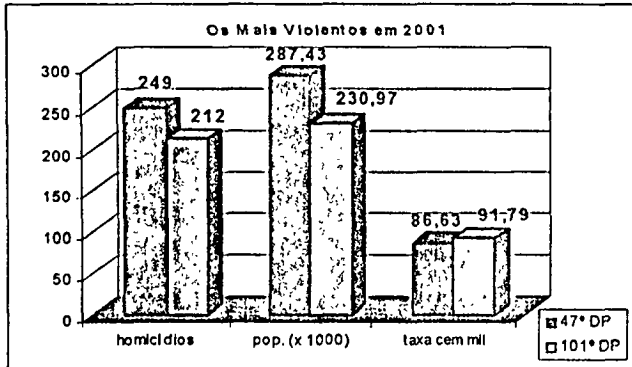
Quilômetros

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa-DHPP; IBGE; Fundação Seade.

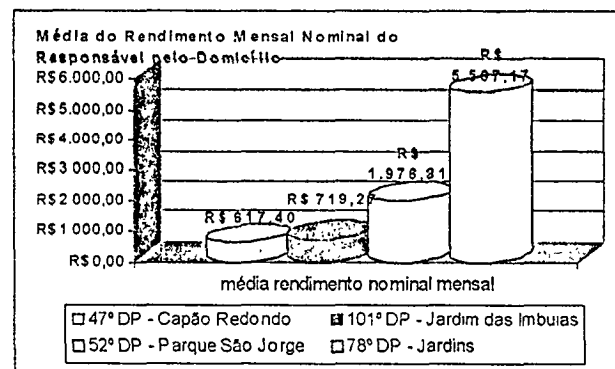
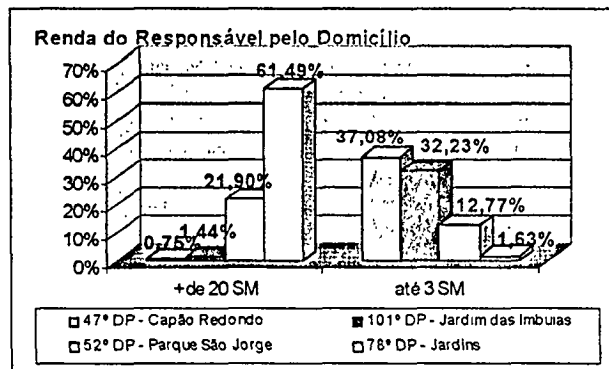
(1) População obtida por interpolação de áreas (SIG - Maptitude) a partir das informações dos setores censitários - Censo Demográfico 2000.

Nota: Não estão sendo consideradas as ocorrências policiais registradas nas Delegacias de Defesa da Mulher e nas Delegacias de Proteção aos Idosos.

Destacamos abaixo algumas variáveis sócio econômicas referentes a esses Distritos Policiais. Os dados foram fornecidos pelo SEADE, que os obteve através de interpolação de áreas de setores censitários do "Censo 2000" do IBGE.



O fator pobreza, por si só, não gera violência, mas, como demonstram as gritantes distorções representadas nos gráficos que seguem, contribui em muito para os números de homicídios da periferia paulistana. Os números se referem a dados do responsável pelo domicílio, seguindo critérios do "Censo 2000".



By an initiative of the Director of the Department of Homicides and of Protection of Persons a partnership has been established between the Department and the Foundation SEADE (State System of Analysis of Data) with the purpose of exchanging information in connection with crimes against the persons and the socioeconomic data of the Capital of the State of São Paulo.

The SEADE has begun a pioneering work of surveying the population residing in the circumscription of each Police District of the Capital. The result of the work has enabled the analysis and the crossing of the several socioeconomic and demographic aspects with the criminal data of each Police District.

The maps below bring an overview of the homicides in the Capital, showing the regions with high and low murder rates by 100 thousand inhabitants.

From the maps it can be understood that there is a high murder rate/100 thousand inhabitants in the Police Districts located in the most recently occupied and peripheral neighborhoods, overwhelmingly comprised by clandestine land parceling or with a dense irregular occupation of the land (for instance, 47th, 49th, 55th, 74th, 92nd, 100th, 85th and 25th), as well as in the Districts with high floating population in urban gatherings (1st Police District - Praça da Sé, 11th Police District - Largo 13 de Maio). In these Districts the rate exceeds 65 murders per 100 thousand inhabitants. Otherwise, the Districts located in more traditional neighborhoods, although having a high demographic density, present rates of less than 25 murders per 100 thousand inhabitants.

The 47th Police District - Capão Redondo and 101st Police District - Jardim das Imbuías have been the Districts with the highest murder rates in the Capital in the year 2001. The first one has ended the year with 249 murder cases and the second with 212. The lowest rates were recorded at the 31st Police District (Vila Carrão), 52nd Police District (Parque São Jorge) and 78th Police District (Jardins): the two first ones with 4 cases and the last with two occurrences.

We highlight some socioeconomic aspects in connection with these Police Districts. The data were obtained by the SEADE with the support of the State Institute of Statistics and the data were from the "Census 2000" of the Brazilian Institute of Geography and Economy - IBGE.

The poverty factor, on its own, does not generate violence, but, as shown by the screaming distortions represented in the graphs below, it greatly contributes towards the murder numbers in the São Paulo peripheral areas. The numbers are about the data of the person responsible for the domicile, according to the "Census 2000" criteria.

Perfil do Crime de Homicídio

INÁCIO VEIGA - OT. Legislativo
RF 11.132

O que leva uma pessoa a suprimir a vida de outra?

Pode-se dizer ser esse o questionamento que mais incita o pesquisador dedicado ao estudo dos homicídios intencionais.

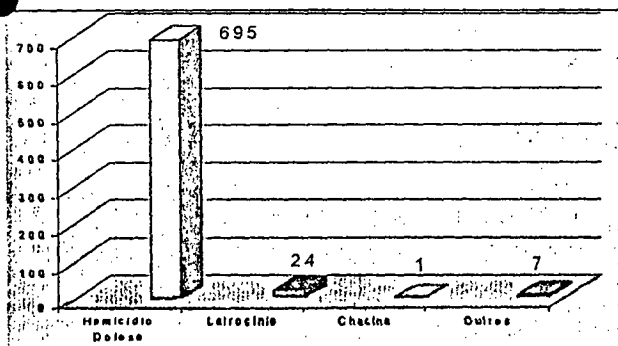
Caso limite da agressividade física, o homicídio pode mesmo até aproximar-se das agressões que não resultam em morte, das quais, no mais das vezes, apenas se distingue no campo da eficácia dos meios empregados e não da intencionalidade da ação. O agente deseja inequivocamente o resultado morte.

Pois bem, como então explicar não só o aumento do índice dos crimes de morte, mas também os padrões de agressividade exteriorizada, em determinado meio social?

propósito de sedimentar o perfil das vítimas de homicídios dolosos e seus algozes, bem assim de seus motivos determinantes.

A matéria-prima básica para a indagação do tema resumiu-se, preliminarmente, nos 727 (setecentos e vinte e sete) inquéritos policiais concluídos até o mês de abril do ano em fluência, extraídos do total de 2.203 (dois mil, duzentos e três) procedimentos investigatórios regulares, instaurados no período determinado entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2000 pela Divisão de Homicídios, relativos aos eventos diretamente atendidos pelo DHPP, no seu estrito campo de atuação.

Do Crime



Delitos	Quantidade	%
Homicídio Doloso	695	95,6
Latrocínio	24	3,3
Chacina	1	0,1
Outros	7	1,0
TOTAL	727	

Inquéritos Policiais Relatados-2000

Mês	IP's Relatados	%
Janeiro	128	17,6
Fevereiro	105	14,4
Março	72	9,9
Abril	88	12,1
Maio	79	10,9
Junho	70	9,6
Julho	47	6,5
Agosto	44	6,1
Setembro	39	5,4
Outubro	27	3,7
Novembro	13	1,8
Dezembro	15	2,1
TOTAL	727	100,0

Inquéritos Policiais/2000

IP's Instaurados	Qtd IP's Relatados	%
2 203	727	3,3

Individualização

Autoria	Qtd	%
C/Autoria	125	17,2
S/Autoria	602	82,8
TOTAL	727	

De um lado, figuram os fatores denominados microambientais, exemplificados no uso imoderado do álcool, no uso de drogas, na disponibilidade de armas eficazes e na desagregação familiar.

De outro, erigem os fatores chamados macroambientais, traduzidos, resumidamente, na radicalização das desigualdades sócio-econômicas, que não encontram equacionamento pacífico frente ao consumismo irrefreado e à frustração pelos obstáculos à ascensão social.

Partindo dessas premissas é que foi articulado estudo estatístico promovido na Divisão de Homicídios do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa - DHPP, a

No entanto, alguns dos mais relevantes elementos informativos, essenciais à solidificação da pesquisa proposta, tais como os horários, os dias, da semana e do mês, de maior frequência dessas ocorrências, os bairros da Capital, os Distritos Policiais, as Delegacias Seccionais de Polícia, cujas áreas registram mais elevada incidência criminal, as condições climáticas então vivenciadas, se os crimes ocorreram próximo às moradias de seus autores ou vítimas e a correspondente cor da pele dos mesmos, deixaram de ser indicados, de um lado, simplesmente porque à sua detecção vinha se olvidando no curso do tempo, por diretrizes então vigorantes; de outro, porquanto o programa de computador empregado os ignorou.

Não obstante essas limitações, os dados hauridos da coleta efetivada na Divisão de Homicídios revelaram o doravante sumariado:

Quanto à natureza dos eventos atendidos despon-taram os homicídios intencionais, com 95,6%, isto é

695, dos 727 examinados. Destes, 125, ou seja, 17,2% tiveram a autoria delitiva individualizada.

Predominaram os crimes de uma só vítima (96,3%), num total de 700 casos.

Sucederam, em maioria, em locais externos (85,8%), desses destacando-se a via pública com 71,6% das ocorrências. Dos locais considerados internos

(14,2%), a moradia restou majoritariamente com 71,8%, ou 74 eventos.

8,4% dos locais atendidos pela Divisão de Homicídios situavam-se nas proximidades de pontos de mercancia de entorpecentes, apreendendo-se em 8,3% do total de locais perquiridos petrechos ou substâncias entorpecentes.

Local/Número de Vítimas

	Qtde	%
Uma Vítima	700	96,3
Duas Vítimas	26	3,6
Mais de 2 Vítimas	1	0,1
	727	

Vínculo do crime com Entorpecentes

Local Próx. a Ponto de Droga:	Sim:	61	8,3%
	Não:	625	86,0%
Aptrechos utilizados em Entorpecente no Local do Crime:	Sim:	60	8,3%
	Não:	656	90,2%
	Prez:	11	1,1%

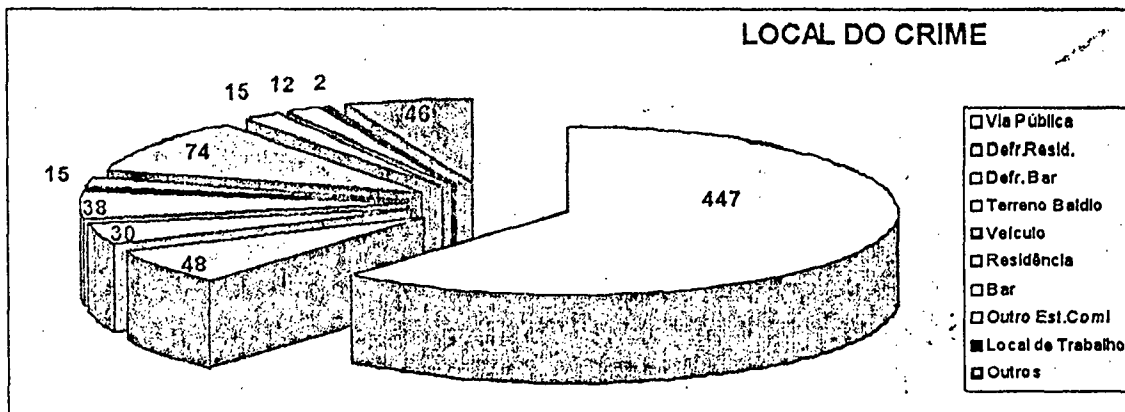
Exterior

	Qtde	%
Via Pública	447	71,6
Defr. a Residência	48	7,7
Defronte a Bar	30	4,8
Terreno Baldio	38	6,1
Veículo	15	2,4
Outros	46	7,4
	624	85,8

Tipos de Local

Interior

	Qtde.	%
Residência	74	71,8
Bar	15	14,6
Outro Estab. Coml.	12	11,7
Local de Trabalho	2	1,9
	103	14,2



Em 584 homicídios analisados, o equivalente a 80,3%, as vítimas foram mortas por arma de fogo.

Ressalvados os assassínios cuja causa determinante ainda perdura ignorada, que perfazem 72,5% do total

examinado, ou 527 ocorrências, em 40% dos 200 restantes, precisamente 11% do universo base da pesquisa, revelaram-se as drogas sua motivação preponderante. Desses, há que se salientar, 67,5% foram deri-

vados de dívidas contraídas pelas vítimas com narcotraficantes.

No que diz respeito à vítima, evidenciou-se que 92,1% do total, são homens, solteiros (53%), entre 18 e 25 anos (33,9%) ou entre 26 e 35 anos (32,8%), de instrução limitada ao ensino fundamental (40,1%), desempregados (19,5%) ou sem qualificação profissional (18,8%), usuários de drogas (28,2%), no momento do infortúnio não se encontravam embriagados (42,6%) e não contavam com antecedentes criminais (58,9%).

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF II.132

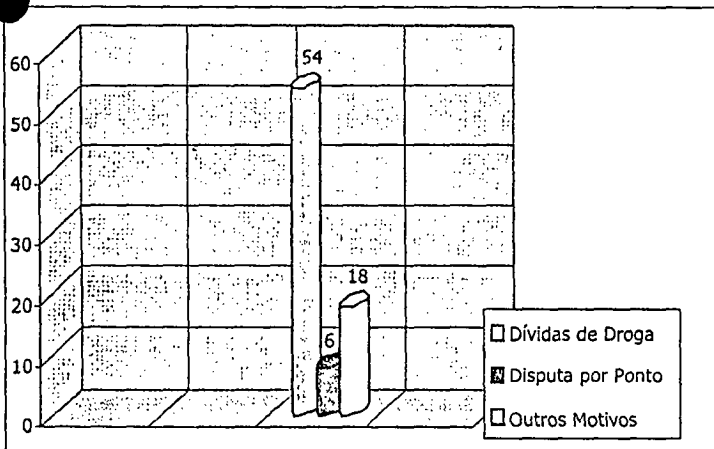
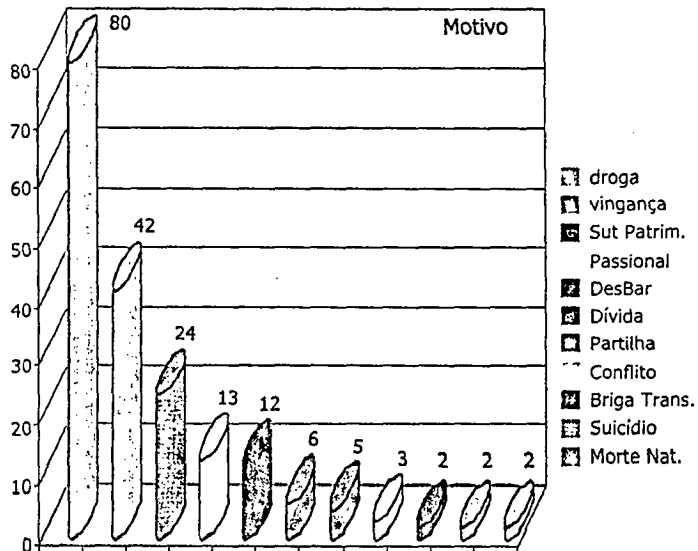
Daqueles que os possuíam, apenas 1,1% eram produzidos pelo aparato repressivo, por força de mandado de prisão. 17,2% registravam passagem pela FEBEM, por ocasião da menoridade.

Relativamente aos autores dos homicídios dolosos, podemos afirmar que se cuidavam de homens (97,2%), solteiros (57,7%), entre 18 e 25 anos (40,1%) ou entre 26 e 35 anos (35,2%), de instrução restrita ao ensino fundamental (40,1%), privados de qualificação profissional (12,9%), usuários de drogas (28,9%), não se

Tipo de Arma	Qtde.	%
Arma de Fogo	584	80,3
Arma Branca	35	4,8
Outros	108	14,9
	727	

MOTIVAÇÃO DO CRIME

Motivo	Qtde.	%
Drogas		
Dívidas	80	11,004
Disputa p/Ponto		
Outros		
Vingança	42	5,8
Subtração Patrim.	24	3,3
Passional	13	1,8
Desent.em Bar e/ou	12	1,7
Dívida Financeira	6	0,8
Partilha Prod.Roubo/Furto	5	0,7
Conflito Familiar	3	0,4
Briga de Trânsito	2	0,3
Suicídio	2	0,3
Morte Natural	2	0,3
Outros	9	1,2
Ignorado	527	72,5
	727	



Motivação do Crime - Entorpecente

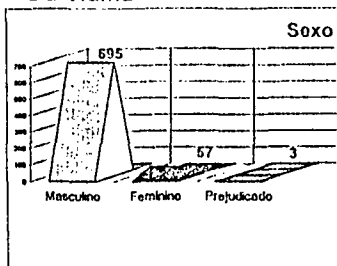
	Qtde.	%
Dívida de Drogas	54	67,5
Disputa p/Ponto	8	10
Outros Motivos	18	22,5
	80	

encontravam embriagados no momento da ação delitiva (27,5%), possuíam antecedentes criminais (34,5%), dos quais 4,2% contavam com mandado de prisão. 26% registravam anterior passagem pela FEBEM quando da menoridade.

Vale destacar que nos 125 casos onde a descoberta foi a autoria, em 72% vítimas e algozes já se conheciam anteriormente.

A complementação do vertente levantamento está ainda a sujeitar-se à finalização dos remanescentes 1.476

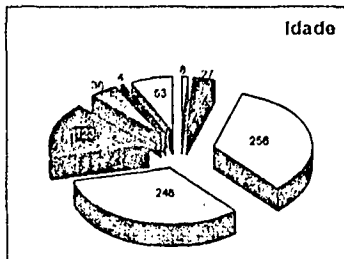
Da Vítima



SEXO

	Quantidade	%
Masculino	695	92,1
Feminino	57	7,5
Prejudicado	3	0,4
Total	755	

Idade

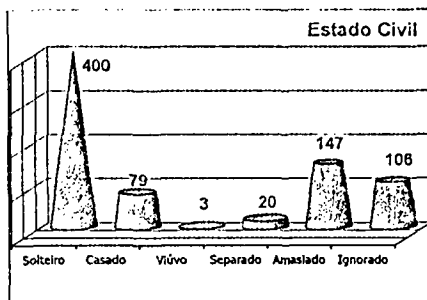


IDADE

	Qtde.	%
0 a 14 anos	8	1,1
15 a 17 anos	27	3,6
18 a 25 anos	256	33,9
26 a 35 anos	248	32,8
36 a 45 anos	123	16,3
46 a 60 anos	36	4,8
acima de 60 anos	4	0,5
não identificadas	53	7,0
Total	755	

ESTADO CIVIL

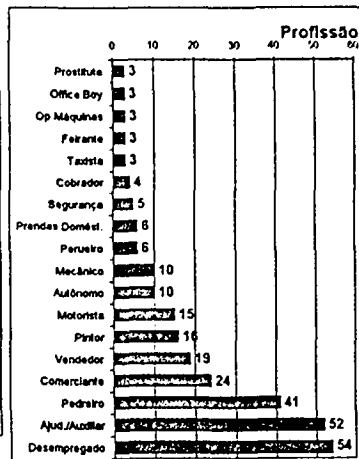
	Qtde.	%
Solteiro	400	53,0
Casado	79	10,5
Viúvo	3	0,4
Separado	20	2,6
Amasiado	147	19,5
Ignorado	106	14,0
Total	755	



Estado Civil

PROFISSÃO COM MAIOR INCIDÊNCIA

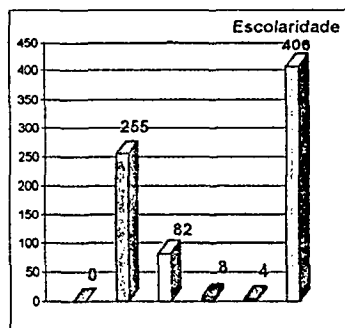
Profissão	Qtde.	%
Prostituta	54	19,5
Desempregado	52	18,8
Ajud. Auxiliar	41	14,8
Pedreiro	24	8,7
Comerciante	19	6,9
Vendedor	16	5,8
Pintor	15	5,4
Motorista	10	3,6
Autônomo	10	3,6
Mecânico	6	2,2
Perucino	6	2,2
Prendas Domést.	5	1,8
Segurança	4	1,4
Cobrador	3	1,1
Taxista	3	1,1
Feirante	3	1,1
Op. Máquinas	3	1,1
Office Boy	3	1,1
Prostituta	3	1,1
Total	277	



Profissão

ESCOLARIDADE

	Qtde.	%
Analfabeto	0	0
Ensino Fundam.	255	33,8
Ensino Médio	82	10,9
Ensino Superior	8	1,1
Pós Graduação	4	0,5
Prejudicado	406	53,8
Total	755	



Escolaridade

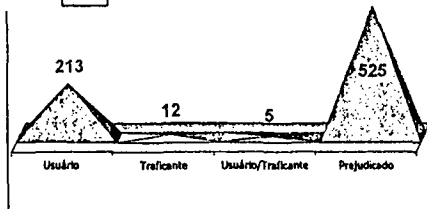
ANTECEDENTES CRIMINAIS

Antecedentes criminais	Sim	305	40,4	%
	Não	445	58,9	%
	Prejudicado	5	0,6	%
Procurados pela Justiça	Sim	8	1,1	%
	Não	617	81,7	%
	Prejudicado	130	17,2	%
Passagem pela FEBEM	Sim	130	17,2	%
	Não	540	71,5	%
	Prejudicado	85	11,3	%

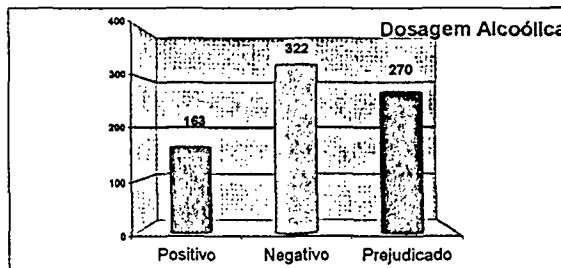
ENVOLVIMENTO COM DROGAS

	Qtde.	%
Usuário	213	28,2
Traficante	12	1,6
Usuário/Traficante	5	0,7
Prejudicado	525	69,5
Total	755	

Envolvimento c/Drogas



Dosagem Alcoólica



DOSAGEM ALCOÓLICA (RESULTADO)

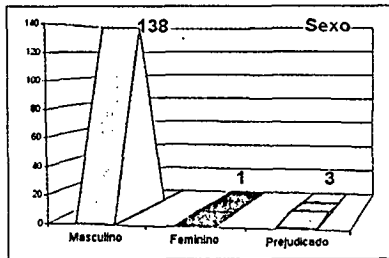
	Qtde.	%
Positivo	163	21,8
Negativo	322	42,8
Prejudicado	270	35,8
Total	755	

(um mil, quatrocentos e setenta e seis) inquiridos e ao saneamento das defectíveis condições já apontadas.

Feito isso, poderemos ambicionar o aprofundamento das percepções e sugestões tendentes ao oferecimento

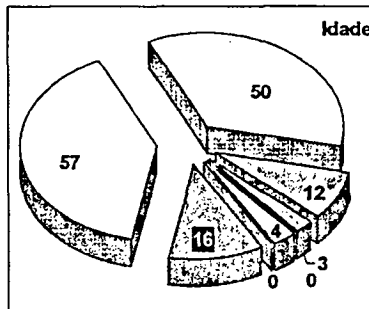
de resposta à dúvida reinante inicialmente apontada, propiciando, consequentemente, o precedente desencadeamento de ações viáveis à contenção dos crimes dolosos contra a vida.

Do Autor



SEXO

	Qtd.	%
Masculino	138	97,2
Feminino	1	0,7
Prejudicado	3	2,1
Total	142	

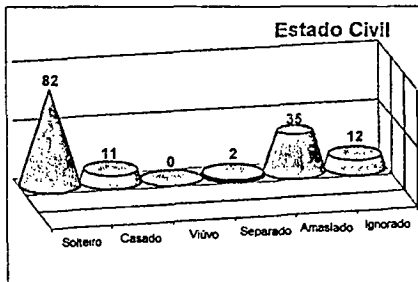


IDADE

	Qtd.	%
0 a 14 anos	0	0,0
15 a 17 anos	16	11,3
18 a 25 anos	57	40,1
26 a 35 anos	50	35,2
36 a 45 anos	12	8,5
46 a 60 anos	3	2,1
acima de 60 anos	0	0,0
não identificados	4	2,8
Total	142	

ESTADO CIVIL

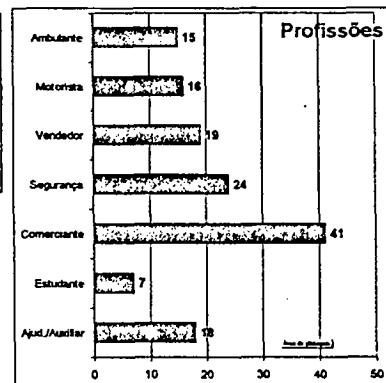
	Qtd.	%
Solteiro	82	57,7
Casado	11	7,7
Viúvo	0	0,0
Separado	2	1,4
Amasiado	35	24,6
Ignorado	12	8,5
Total	142	



Estado Civil

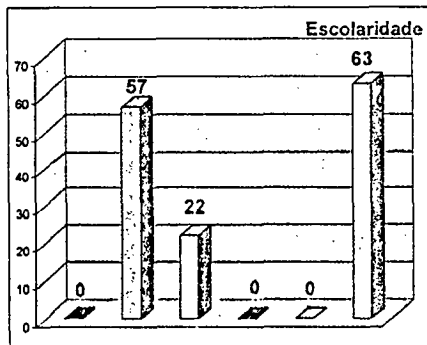
PROFISSÕES COM MAIOR INCIDÊNCIA

Profissões	Qtd.	%
Ajud./Auxiliar	18	12,9
Estudante	7	5,0
Comerciante	41	29,3
Segurança	24	17,1
Vendedor	19	13,6
Motorista	16	11,4
Ambulante	15	10,7
Total	140	



Profissões

Escolaridade



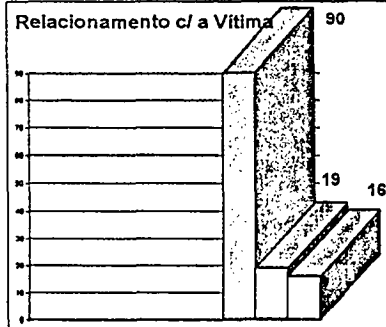
ESCOLARIDADE

	Qtd.	%
Analfabeto	0	0,0
Ensino Fundam.	57	40,1
Ensino Médio	22	15,5
Ensino Superior	0	0,0
Pós Graduação	0	0,0
Prejudicado	63	44,4
Total	142	

Relacionamento com a Vítima

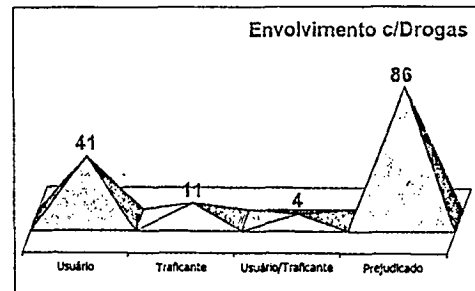
	Qtd.	%
Conhecia a vítima	90	72
Não conhecia a vítima	19	15,2
Prejudicado	16	12,8
Total	125	

(pesquisado entre os 125 fatos)



Relacionamento c/ a Vítima

Envolvimento c/Drogas



ENVOLVIMENTO COM DROGAS

	Qtd.	%
Usuário	41	28,9
Traficante	11	7,7
Usuário/Traficante	4	2,8
Prejudicado	86	60,6
Total	142	

ANTECEDENTES CRIMINAIS

Sim	49	34,5	%
Não	0	0	%
Prejudicado	93	65,5	%

Antecedentes criminais

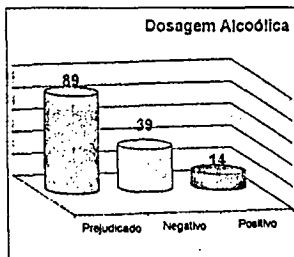
Sim	6	4,2	%
Não	118	83	%
Prejudicado	18	17,2	%

Procurados pela Justiça

Sim	37	17,2	%
Não	92	71,5	%
Prejudicado	85	11,3	%

Passagem pela FEBEM

Dosagem Alcoólica

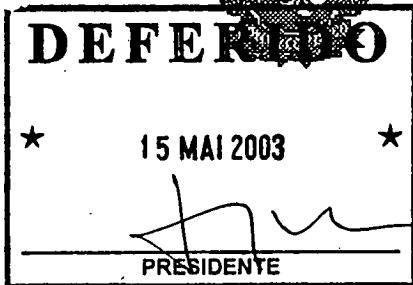


DOSAGEM ALCOÓLICA

	Quantidade	%
Positivo	14	9,9
Negativo	39	27,5
Prejudicado	89	62,7
Total	142	



Câmara Municipal de São Paulo



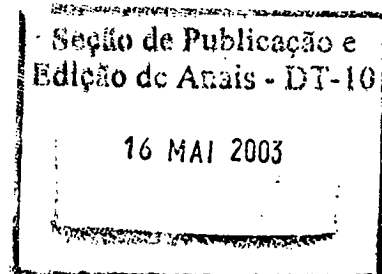
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0907/2003

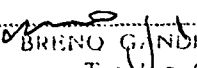
REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do Projeto de Lei nº 51/2002, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2003.

Carlos Neder
Carlos Neder
Vereador - PT



A Com. de saúde, promoção social e Trabalho
19 / 05 / 2003


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Saúde Pr. Soc. e Trabalho
Em 19-5-03 às 18:00 h.


Rosaura Aparecida Ferraiol
Secretária

Publicação. OESP
Data: 24 / 04 / 05
Pág.: A-12

Novo estudo mostra impacto da violência na saúde do brasileiro

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz, população perde 10% dos anos de vida por causas externas

LÍGIA FORMENTI

BRASÍLIA – Um estudo inédito da Fundação Oswaldo Cruz demonstra o impacto exercido pela violência nos anos que brasileiros deixam de viver. Pela pesquisa, intitulada Estudo da Carga Global de Doença no Brasil, vê-se que causas externas são responsáveis por 10% dos anos de vida perdidos pelos habitantes do País. “É preciso que o sistema de saúde se prepare para atender vítimas de violência, de acidentes. O estudo mostra que o assunto é um grave problema de saúde pública”, afirma uma das coordenadoras do trabalho, a pesquisadora Joyce Schram.

O trabalho dividiu doenças e causas externas em três grandes grupos. O primeiro formado por doenças infecciosas e parasitárias, condições maternas e perinatais, deficiências nutricionais. O segundo grupo foi formado por doenças não transmissíveis e o terceiro, por causas externas. Ao todo, foram 110 tópicos, chamados pelos pesquisadores de agravos. “A pesquisa calcula não só os anos perdidos, mas também os anos vividos com incapacidade”, ex-

plica a pesquisadora. O item é de fundamental importância, diz Joyce, para estabelecer prioridades de atendimento à saúde e prevenção das doenças.

Entre os países da América Latina, Chile, Uruguai e Argentina fizeram trabalhos com o mesmo método, desenvolvido na Universidade de Harvard. Os resultados completos serão apresentados hoje em Brasília. A pesquisa demonstra, por exemplo, que o Nordeste é a região onde as pessoas mais perdem anos de vida por causa de mortes prematuras. Em todo o País, as causas de mortalidade apresentaram diferenças importantes. O primeiro grupo de doenças, por exemplo, foi bem mais importante nas Regiões Norte e Nordeste. Já as doenças não-transmissíveis foram as causas mais frequentes no Sul e Sudeste.

Outras – Além da violência, dois aspectos chamaram a atenção da pesquisadora. A importância das doenças mentais – fundamentalmente a depressão – nos anos de vida com incapacidade dos brasileiros. E também o impacto provocado pela hepatite C. “Trata-se de uma verdadeira bomba-relógio. Pacientes têm cirrose, depois câncer de fígado e entram na fila do transplante. Ou seja: implicam tratamento de alto custo e alta complexidade.”

A Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho
05/06/03 Em conformidade com o
nos 992/03.

Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN
Ass. Téc. Leg. Chefe - ATM

Recebido na Comissão de
Saúde Pr. Soc. e Trabalho
Em 05-06-03 as 16:00 h.

Rosaura Aparecida Ferraz
Rosaura Aparecida Ferraz
Secretária

AO NOBRE VEREADOR Flávia
PARA RELATAR.
SALA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO
SOCIAL E TRABALHO.

10 06 2003
[Assinatura]
PRESIDENTE

* 08

MUNICIPAL DE SÃO PAULO
nos nesta data 10 06 2003 rubricados sob
1882 1 12 106/03

Rosaura Aparecida Ferraz
Rosaura Aparecida Ferraz
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº - 81 - do
Processo 51/02
Rosaura Aparcida Ferraiol
Reg. 101217

16 - PAR
P 16-0846/2003 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL
E TRABALHO AO PROJETO DE LEI Nº 0051/2002

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa dos nobres Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, que dispõe sobre *a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo e dá outras providências.*

Submetido à avaliação da Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer pela legalidade.

Ao ser analisado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, recebeu parecer favorável.

O projeto em análise cria um Programa que visa identificar as áreas de risco e causas mais frequentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência.

Este Programa objetiva o desenvolvimento de ações do Poder Público local no sentido de estabelecer ações intersetoriais de prevenção de agravos e de atenção às vítimas, bem como políticas públicas de segurança.

O projeto em apreço deve prosperar, na medida em que se trata de uma iniciativa que tutela interesse dos munícipes.

A violência urbana, sem dúvida alguma, é um dos principais problemas que atingem o nosso país e, em particular, a cidade de São Paulo. Trata-se de um mal que atinge a todos os munícipes, igualmente, independente de sexo, raça, idade ou classe social. Assim sendo, dada a gravidade da situação, é

induvidoso que o Poder Público deve adotar medidas urgentes para solucionar, ou pelo menos para conter, o problema do avanço da violência urbana.

Ocorre que, antes de qualquer medida ser implementada, faz-se indispensável que o problema da violência urbana seja conhecido em sua plenitude pelo Poder Público Municipal, identificando-se os principais focos dessa violência, *seu perfil sócio-econômico, suas causas e efeitos*. Daí a relevância da presente iniciativa, uma vez que a mesma visa implementar um mecanismo de coleta de dados sobre a violência na cidade de São Paulo, com vistas a fornecer ao Poder Público competente as informações necessárias ao pleno conhecimento e aprofundamento da questão em apreço.

Por todo o exposto, é **FAVORÁVEL** o nosso parecer.

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho, 12 de junho de 2003.


Flávia Pereira
Relatora


Manoel

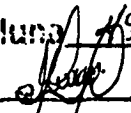

Gilberto Natalini
Presidente



Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de F184 1 Junho 2003

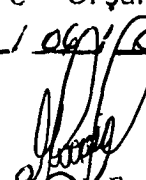
página F84 coluna 11ª

Conferido: 

Rosaura Aparecida Ferralol
Secretária

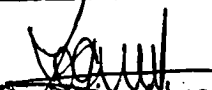
4 Douta Comissão de
Finanças e Orçamento

Em 18/06/03


Rosaura Aparecida Ferralol
Secretária

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento.

em 18/06/03 às 16 h00.


Rogério Alves
Reg. 11.084

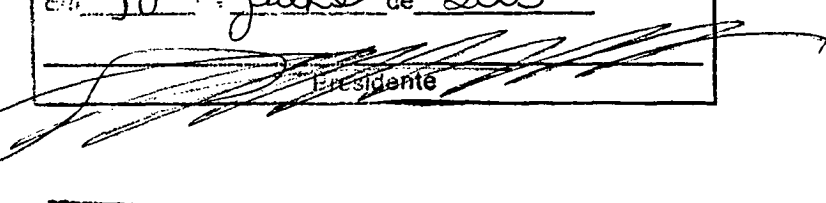
Ao nobre Vereador

ODILON GUEDES

Para Relatar.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento

Em 10 de julho de 2003


Presidente

Segue _____ juntado _____, nesta data

Documento _____ e papel de informação

Rubricado _____ sob folha _____ nº 83

Em 03/10/03

Odilon Guedes
Vereador - PT
18/08/03



16 - PAR

PARECER 16-1433/2003

PROJETO DE LEI Nº 51/02

PUBLIQUE -

Folha nº 83 do

Processo nº 51/02

Washington O. Viana

Reg. 100.812

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

Segundo o art. 2º da propositura, o Programa consiste em identificar as áreas de risco e causas mais frequentes da violência, além de diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violências.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 01.10.03.

Presidente -

Relator -

Publicação de Matéria de
Deliberação Pelas Comissões:
Parâmetros (Ps. 21 39 81 83)
publicados no D.O.M. de 18/01/2003
página(s) 134, coluna 3 e 4
conforme art. 82 § 1º, do R.
Conferido: [assinatura]

À Leg. 3
Em, 21/10/03
Elaine Gonçalves Gavioli
Assistente Parlamentar
Registro 100.465

RECEBIDO EM LEG 3
Em 21/10/03
Às 14:15
ORLANDO ROCHA MENDES
Assistente Técnico

00.01.10

Sra. Kathya,

Oficiar ao Executivo encaminhando cópia autêntica. Preparar registro e carta de lei.

04/11/2003

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe da Seção Técnica IV

Sr. Chefe,

Oficiado, conforme solicitação de V. S^a.

04/11/2003

KATHYA REGINA MENDONÇA DE SOUZA
Assistente Parlamentar

SEGUE m juntado 1 nesta data
documento 1 e papel de informação
rubricado 1 sob folha 1 nº 84/90
Em 21/11/03

ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnica

Saúde discutida em gênero, número e grau

Encontro realizado neste mês pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo aborda com coragem alguns dos temas que mais afetam a condição feminina hoje no Brasil – gravidez na adolescência, aborto e violência sexual

No dia 3 de setembro, uma terça-feira, mostrava-se fora do comum o movimento no bar da esquina da rua Barra Funda com a Albuquerque Lins, em São Paulo. Incomum também a freguesia daquele local: muitas mulheres vestidas de branco, que pediam sanduíche de queijo ou frango grelhado à hora do almoço. Motivo: das 9 às 18 horas, o seminário "Contraceção – Direitos sexuais e reprodutivos e cidadania", organizado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, ocupou toda a plateia, mais camarotes e frisas do Teatro São Pedro.

Médicas (e médicos), enfermeiras, assistentes sociais e interessados na saúde da mulher debateram temas emergentes: gravidez na adolescência, aborto e violência sexual. Esses problemas afetam não apenas as populações de baixa renda. Meninas e mulheres das classes média e alta sofrem os mesmos dilemas que as da periferia, com uma única e essencial diferença: possuem mais recursos para cuidar do bebê não-planejado (em 72% dos casos, posto a cargo da avó materna), para se cuidar em caso de complicações com o aborto ou para contratar um advogado que acuse o violador (justiça seja feita, entretanto, às ONGs que velam pelos direitos da mulher pobre).

A doença da palavra

Não falta informação sobre planejamento familiar, até sobra – o psicólogo norte-americano James Hillman chama esse fenômeno de "intoxicação hermética" e o comunicólogo Uchtmann, de "incomunicação". O alemão quer dizer que, quanto mais curto o caminho da informação, maior o grau de incomunicação. Sabe-se que informação e conhecimento não carregam o mesmo significado. Milhões de mulheres padecem porque sabem conscientemente como prevenir a gravidez mas falta-lhes coragem para discutir com o parceiro e exigir o uso de preservativo, por exemplo. Nas palavras de Albertina Duarte, coordenadora da Saúde da Mulher da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, o bombardeio de informação sem critério leva à "doença da palavra". Que chega a absurdos, como ocorreu numa certa novela, em que uma jovem com transplante cardíaco recente dava à luz na praia. Algo impensável e de alto risco, pois uma paciente assim tomaria anticoagulantes e poderia literalmente morrer na praia sangrando.

Uma médica atuante no Plano de Saúde da Família de São Pau-

lo conta que uma paciente de apenas 11 anos consultou-a preocupada por não sentir prazer na relação. Perplexa, a ginecologista pediu um tempo para responder. Na consulta seguinte, a mãe pressionou a médica para que receitasse um contraceptivo.

Albertina relatou a história de uma paciente que solicitou cirurgia do perineo. "Meu namorado é experiente, ele tem 15 anos e disse que sou larga."

Teme-se que o excesso de orientação desperte a curiosidade. "Somos acusadas de falar muito e incentivar, mas está na mídia, nos hormônios, é biopsicossocial", ressaltou Albertina. Sua parturiente mais nova até hoje no

Hospital das Clínicas contava nove anos e meio, e no consultório particular, 11. "Cada vez mais eu dou pílula", afirmou. "Contraceção não é mais prescrição", avisaria, mais tarde, Simone Diniz, médica da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

Anibal Faundes, presidente da Cemicamp, de Campinas, lembra que nos Estados Unidos se insiste muito nos programas de abstinência, isto é, educar o adolescente para que inicie a vida sexual não por pressões dos amigos, mas por uma decisão madura. Isso ajuda, porém não basta: na Europa, esses programas somam-se à disseminação efetiva dos métodos contraceptivos.

A contracepção depende de dois

Muitas vezes a mulher leva a culpa porque não usou anticoncepcional e engravidou. Especialmente na adolescência, ela busca uma solução mágica, a exemplo das injeções de hormônios. Porém, dessa maneira fica de lado a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. "É o mesmo com as drogas. Os adolescentes sabem muito mais que os adultos quanto custa, onde se encontra, qual o genérico", assinalou Albertina. As mães adolescentes sofrem o impacto de, ao voltarem à escola após o período de amamentação, serem tratadas como mulheres. O menino não interrompe seu projeto de vida, mas a menina sim. "Ainda falta muito para a

paternidade ser dos dois e que haja equidade de gênero na contracepção", disse Albertina.

Doença da palavra vira violência...

...E não se restringe apenas aos despossuídos. Albertina Duarte atende moças de classe média-

alta que apanham e dizem: "Meu namorado transou com minha amiga e disse que gostou mais dela. O que eu faço?". Muitas arranjam namorados na cadeia. "Uma estudante de Direito garantiu que vai fazer de tudo para livrar o namorado da prisão. Ela falou assim: 'Eu fui na favela falar para a mãe dos filhos dele que eu sou a mulher dele. Ela veio com uma garrafa, mas agora estou aprendendo jiu-jitsu para

me defender'". No Hospital das Clínicas, 10% de suas pacientes foram violentadas.

A advogada Miriam Ventura, do Rio de Janeiro, afirmou: "a pena para o adolescente hoje é muito maior do que para o adulto. A todo momento se mostra o que é a Febem", observou, acrescentando que é contra a redução da idade penal. Ela lembra que o Estatuto da Criança e do Adolescente obriga médicos e professores a comunicar às autoridades suspeitas de maus-tratos. "Existem países que estupram as filhas e obrigam as meninas a tomar anticoncepcional porque não suportariam engravidá-las", contou. A advogada recomenda seminários multidisciplinares entre Secretarias de Saúde, Ministério Público, Secretarias de Segurança e Justiça e Conselhos Tutelares. "Um parecer do Ministério Público ampara a ação do médico, que deve sempre se orientar pela preservação da saúde da mulher."

Aborto aberto

Anibal Faundes apresentou um estudo realizado na Colômbia: 60% das mulheres que frequentavam a igreja mais de uma vez por semana abortavam, contra 31% daquelas que iam semanalmente e 20% das que nunca compareciam. "A mulher vai interromper a gravidez independentemente das condições aqui na terra e depois da morte. Ela sabe que Deus há de perdô-las. Isso





dizer que as proibições le-
religiosa não são eficientes.
orto provocado é um fenô-
social. Proibir o aborto é
proibir a existência de me-
s de rua tirando a rua", com-
Faundes. Miriam Ventura
oro: "Os fenômenos sociais
se evitam com leis proibiti-

entender de Faundes, evita-
gravidez indesejada com a
ção dos seguintes fatores:

igualdade de poder entre
êneros, e
a mulher
capaz de
lir quando,
quem e em
condições
exercitar a
alidade;

conhe-
nto e aces-
métodos de
ejamento
miliar.
anto a essa
da sobre se
alestras de
enção po-
um estimu-
sexualida-
há pelo me-
15 trabalhos
boa meto-
provan-
duca-
mi-



de parceiros", afir-
es da primeira re-
o início da vida
índice de gravi-
de aborto;
r a grávida com
rego, assistência
ção social de um
ntrímônio e em

mãe e filho: licen-
apoio ao aleita-
s gratuitas e aces-

Químicas o feminino

terrupções de gra-
recebi um tostão
me assegurar de
plesmente garan-

tindo o direito da mulher. Mas é
extremamente difícil. O aborto
farmacológico facilita a resistên-
cia honesta do médico", desaba-
fou Faundes. Albertina também
falou de sua prática: "Hoje mes-
mo duas pacientes tomaram Cyto-
tec. As mulheres compram, falsi-
ficado ou não, e o aborto sempre
existiu para quem tem dinheiro".
(Basta lembrar as narrativas de
Nelson Rodrigues...)

Uma médica da platéia lembrou
que algumas pacientes introduzi-

am Cytotec na
vagina. Ela con-
tou que apenas
um comprimido
custa entre 70 e
100 reais e, na
periferia, muitas
vezes o dinheiro
do mês vai em-
bora nessa com-
pra. "É um peri-
go, podem che-
gar ao choque
séptico", alertou.
Faundes devolveu:
"Ainda que o uso do Cytotec
seja empírico, ele diminui os
problemas de in-
fecção".

"É a primeira
vez que ouço,
numa mesa, falar
de aborto, esse

ato solitário. Parabéns pela cora-
gem", disse outra médica da pla-
téia à coordenadora da sessão, a
ginecologista Ana Lúcia Caval-
canti, que vai defender em no-
vembro mestrado em Ginecologia
Endócrina na USP sobre um tema
também polêmico atualmente - a
terapia de reposição hormonal.
Ela estudou mulheres que sofre-
ram histerectomia (retirada do
útero) e concluiu que a adminis-
tração de estrógenos aumentou o
desejo sexual, a excitação e o or-
gasma; mas o grupo placebo, que
engoliu pilulas de farinha, tam-
bém sentiu melhora. "Isso resul-
tou de muita conversa, elas vira-
ram minhas confidentes", comen-
tou Ana Lúcia, fora do debate.
Ela percebeu que mulheres com
boa qualidade de vida sexual an-

tes da menopausa cirúrgica man-
tiveram o grau de satisfação com
o uso de estrógenos.

E a pílula do dia seguinte?

Por que tantas mulheres recor-
rem ao abortivo Cytotec, original-
mente usado para tratamento de
úlceras gástricas, se existe a pílu-
la do dia seguinte? Mais uma
questão alheia ao campo científi-
co, escondida na complexa inti-
midade feminina. A ginecologis-
ta Simone Diniz recordou que, já
na metade dos anos 80, usavam-
se doses altas das pilulas de pri-
meira e segunda geração para sur-
tir efeitos semelhantes ao da atu-
al contracepção de emergência.
São dois comprimidos, tomados
num intervalo de 12 horas, no li-
mite de até 72 horas após a rela-
ção com falha do método contra-
ceptivo. "Quanto mais cedo, mais
eficiente o resultado de evitar a
maternidade involuntária e o
aborto ilegal", ponderou Simone
Diniz. Faundes acrescentou que
o efeito se dá no espermatozoide
e não sobre a implantação do-ovo
no útero. Porém, não há consen-
so sobre a atividade bioquímica
da pílula do dia seguinte. É certo
que se trata de uma poderosa ali-
ada no controle da concepção.
"Existem contra-indicações, em
patologias graves pioradas pelos
hormônios. Eles também podem
causar alterações menstruais, mas
o fato de permitirem uma gravi-
dez desejada supera em muito os
contras. A pílula do dia seguinte,
por ser método de emergência, de
fim de semana, quando o posto
está fechado, deve estar disponí-
vel no boteco, na banca de revis-
ta", disse Faundes.

Simone Di-
niz comentou:
"O uso da con-
tracepção de
emergência
não é neutro,
pode ser solu-
ção ou proble-
ma, dependen-
do do contexto.
Muita gente
conta que a ca-
misinha rom-
peu, mas a gen-
te sabe que não
é bem assim. A
negociação do
uso da camisi-
nha é uma es-
colha amorosa
com o próprio
corpo".

S i m o n e
aconselhou as
colegas: "Vo-
cês, que são
mães, não jul-
guem a priori,
não projetem
seus filhos nas pacientes". Aten-
ta ao simbolismo psicológico, ela
acentua a importância de uma
abordagem delicada "para abrir
a caixa de Pandora que é a sexu-
alidade, especialmente nos ado-
lescentes. A relação com os pais
e com a violência abre outro con-
junto de complicadores". E levan-
ta um dilema: "Como o médico
que atende 20 pacientes por dia
para garantir seu sustento pode
conversar a fundo?"

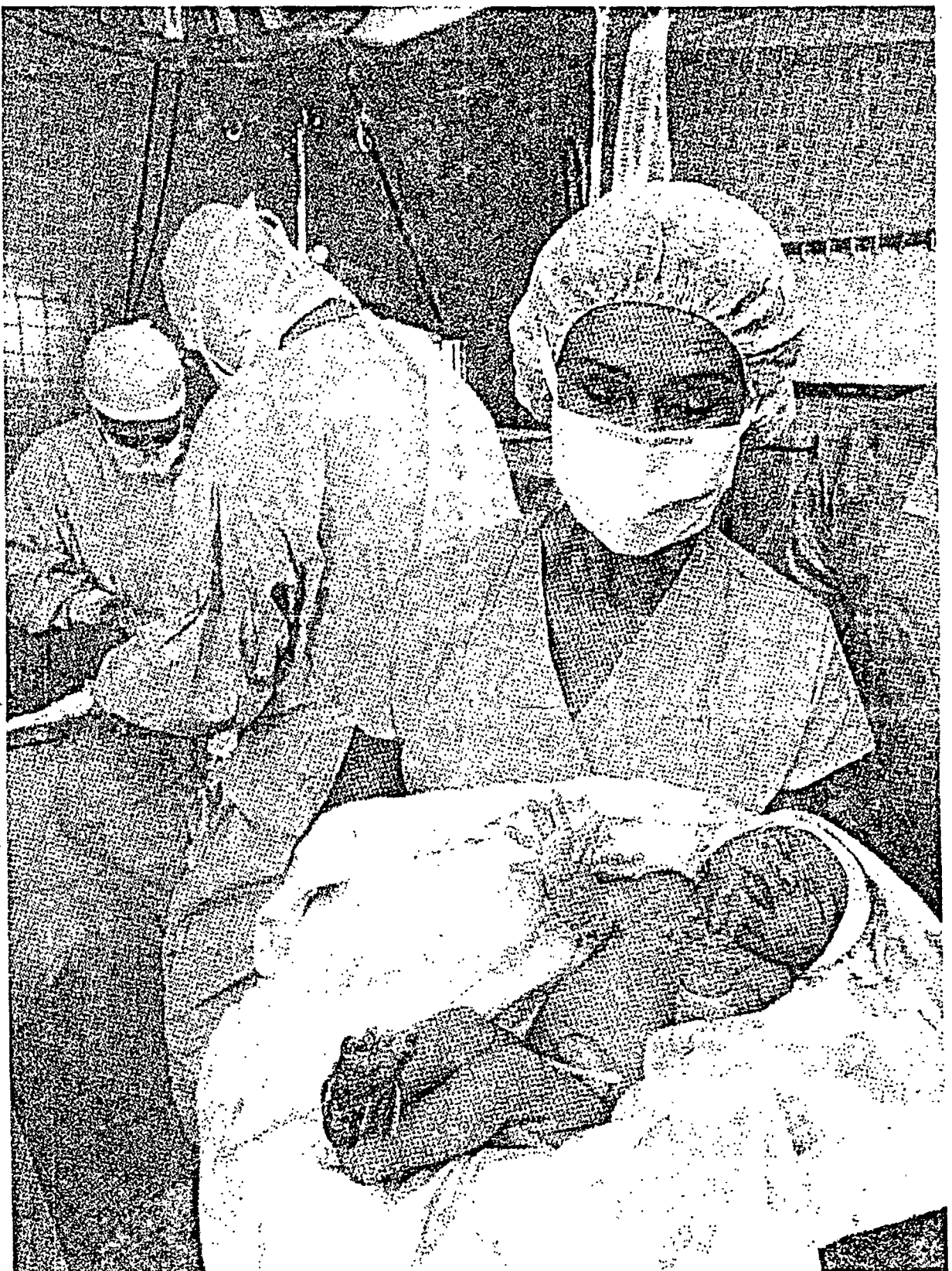
Eis a derradeira lição de Simone
Diniz, que assim a desenvolveu:
"Precisamos ver a gravidez como
um trabalho social e, da mesma
forma que qualquer atividade pro-
dutiva, pode ser visto como livre,
criativo, ou escravo. As mães go-



zam de direitos desde a Antigüida-
de - os egípcios, por exemplo, da-
vam uma série de regalias às mu-
lheres no pós-parto".

Faundes reconheceu que a mu-
lher tem sido usada nos programas
de saúde na gravidez e no puerpé-
rio. "Antigamente só existia o pré-
natal, e seu único objetivo era ge-
rar uma criança sadia. Veio o pla-
nejamento familiar para vencer a
explosão demográfica, e mais uma
vez a mulher era um meio. O alei-
tamento materno se dirige à mu-
lher mas visa ao bem da criança."

No século 21, a mulher precisa
deixar de ser objeto e tornar-se
sujeito protagonista do próprio
corpo, um corpo que só gera ou-
tro quando pleno de si.





Folha nº 84 do proc.
nº 01-51 de 02
CUR: LUCAS DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnico

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 04 de novembro de 2003.

18 - OF-LEG3
OFÍCIO: NL 0646/2003

Senhora Prefeita,

Encaminho a Vossa Excelência cópia autêntica da lei aprovada pela Câmara em 29 de outubro do corrente, de acordo com o inciso I do Art. 84 do Regimento Interno, relativa ao Projeto de Lei nº 51/02, de autoria dos Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo e dá outras providências.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ARSELINO TATTO
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Doutora Marta Suplicy
Digníssima Prefeita do Município de São Paulo.

ABA/krms



18 - OF - LEG3
OFÍCIO N. 0646/2003

Folha nº 85 do proc.
nº 01-51 de 22
ROBERTO CUR... DOS SANTOS
Assessor de Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-----Cópia autêntica. LEI DECRETADA NOS TERMOS DO INCISO I DO ARTIGO 84 DO REGIMENTO INTERNO. Cópia extraída de fls. nº 02/04 do Processo. (PROJETO DE LEI Nº 51/02). (Vers. Carlos Neder - PT e Lucila Pizani Gonçalves - PT). Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta: Art. 1º - Fica criado no Município de São Paulo o Programa de Informações sobre Vítimas de Violência. Art. 2º - Consiste o Programa em identificar as áreas de risco e causas mais freqüentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência. § 1º - O objetivo do Programa é o desenvolvimento de ações do Poder Público local no sentido de estabelecer ações intersetoriais de prevenção de agravos e de atenção às vítimas, bem como políticas públicas de segurança. § 2º - Para os fins desta lei, entende-se por violência qualquer ação ou omissão que resulte em dano à integridade física, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano. Art. 3º - Deverão os profissionais de saúde e os demais responsáveis pela assistência e atendimento às vítimas de violência preencher instrumento próprio, sem prejuízo do preenchimento de outros instrumentos previstos em lei, para a definição minuciosa do perfil da violência ocorrida, ressalvados os aspectos éticos. Art. 4º - Ficam os hospitais de rede pública ou privada localizados no Município de São Paulo obrigados a encaminhar, periodicamente, os instrumentos referidos no artigo anterior, preenchidos, ao órgão da Administração Pública Municipal competente. § 1º - Ficam os hospitais da rede privada que não atenderem ao disposto no "caput" deste artigo sujeitos às seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente, em caso de reincidência: I - multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); II - multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). § 2º - As multas a que se referem o "caput" serão atualizadas em 1º de janeiro de cada exercício, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior e, em caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

legislação federal que reflita a perda do valor aquisitivo da moeda. Art. 5º - Fica o órgão da Administração Pública Municipal competente obrigado a compilar os dados sobre a violência constantes nos instrumentos recebidos dos hospitais e dos demais serviços municipais, de forma a constituir banco de dados e identificar o perfil sócio-econômico das vítimas de violência e de seus agressores, as áreas de risco e causas mais freqüentes, disponibilizando os dados referidos em sítio próprio da rede mundial de computadores (Internet). Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação. Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Eu, **ROSAMARIA REGINA MORAES DE SOUZA**, Assistente Parlamentar, padrão "QPA-05-A" extraí a presente cópia fielmente de fls. do livro competente nº 55 e digitei. Eu, **ZUZASSATO**, Assistente de Chefia Técnica, padrão "QPA-10-C" a conferi. São Paulo, 30 de outubro de 2003. **ANGELA BORDINI ANDREONI**, Visto **Luis Fernando Braz de Araújo**, Diretor do Departamento dos Serviços Legislativos da Câmara Municipal de São Paulo. -

aa) Arselino Tatto; Jooji Hato; Cláudio Fonseca; Celso Cardoso; Myryam Athie; Eliseu Gabriel; Edivaldo Estima.

ABA/krms



Folha nº 87	do proc.
nº 01.51	de 02
Assistente de Chefe Técnica	

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LEI Nº 13671 DE 26 DE novembro DE 2003.

Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara, nos termos do inciso I, do art. 84 do Regimento Interno, decretou a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado no Município de São Paulo o Programa de Informações sobre Vítimas de Violência.

Art. 2º - Consiste o Programa em identificar as áreas de risco e causas mais freqüentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência.

§ 1º - O objetivo do Programa é o desenvolvimento de ações do Poder Público local no sentido de estabelecer ações intersetoriais de prevenção de agravos e de atenção às vítimas, bem como políticas públicas de segurança.

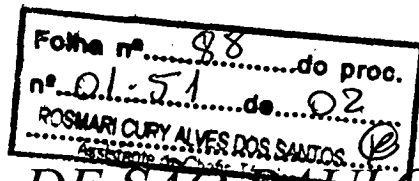
§ 2º - Para os fins desta lei, entende-se por violência qualquer ação ou omissão que resulte em dano à integridade física, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano.

Art. 3º - Deverão os profissionais de saúde e os demais responsáveis pela assistência e atendimento às vítimas de violência preencher instrumento próprio, sem prejuízo do preenchimento de outros instrumentos previstos em lei, para a definição minuciosa do perfil da violência ocorrida, ressalvados os aspectos éticos.

Art. 4º - Ficam os hospitais de rede pública ou privada localizados no Município de São Paulo obrigados a encaminhar, periodicamente, os instrumentos referidos no artigo anterior, preenchidos, ao órgão da Administração Pública Municipal competente.

§ 1º - Ficam os hospitais da rede privada que não atenderem ao disposto no "caput" deste artigo sujeitos às seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente, em caso de reincidência:

✓



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

I - multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 2º - As multas a que se referem o “caput” serão atualizadas em 1º de janeiro de cada exercício, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior e, em caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal que reflita a perda do valor aquisitivo da moeda.

Art. 5º - Fica o órgão da Administração Pública Municipal competente obrigado a compilar os dados sobre a violência constantes nos instrumentos recebidos dos hospitais e dos demais serviços municipais, de forma a constituir banco de dados e identificar o perfil sócio-econômico das vítimas de violência e de seus agressores, as áreas de risco e causas mais frequentes, disponibilizando os dados referidos em sítio próprio da rede mundial de computadores (Internet).

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 30 de outubro de 2003.

O Presidente,

ABA/krms



Folha nº	89	do proc.
nº	01-51	de 02
ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS		

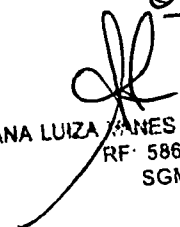
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 04 de novembro de 2003.

Recebi ofício Leg. 3 nº 646, de 04/11/03, encaminhando ao Executivo cópia autêntica de lei decretada pela Câmara, relativa ao Projeto de Lei nº 51/02, de autoria dos Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, de acordo com o inciso I do Art. 84 do R.I.

RECEBIDO
SGM/ATL

07/11/03


ANA LUIZA NUNES TORRES FERREIRA
RF: 586.083.1.01
SGM-ATL



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

90

do processo nº 01-51 de 2002, 27/11/03

(a) OSMARI LOPES DOS SANTOS
Assessoria e Gestão Técnica

LEI Nº 13.671, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2003

(Projeto de Lei nº 51/02, dos Vers. Carlos Neder - PT e Lucila Pizani Gonçalves - PT)

Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo e dá outras providências.

MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, nos termos do disposto no inciso I do artigo 84 do seu Regimento Interno, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado no Município de São Paulo o Programa de Informações sobre Vítimas de Violência.

Art. 2º - Consiste o Programa em identificar as áreas de risco e causas mais frequentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência.

§ 1º - O objetivo do Programa é o desenvolvimento de ações do Poder Público local no sentido de estabelecer ações intersectoriais de prevenção de agravos e de atenção às vítimas, bem como políticas públicas de segurança.

§ 2º - Para os fins desta lei, entende-se por violência qualquer ação ou omissão que resulte em dano à integridade física, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano.

Art. 3º - Deverão os profissionais de saúde e os demais responsáveis pela assistência e atendimento às vítimas de violência preencher instrumento próprio, sem prejuízo do preenchimento de outros instrumentos previstos em lei, para a definição minuciosa do perfil da violência ocorrida, ressalvados os aspectos éticos.

Art. 4º - Ficam os hospitais de rede pública ou privada localizados no Município de São Paulo obrigados a encaminhar, periodicamente, os instrumentos referidos no artigo anterior, preenchidos, ao órgão da Administração Pública Municipal competente.

§ 1º - Ficam os hospitais da rede privada que não atenderem ao disposto no "caput" deste artigo sujeitos às seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente, em caso de reincidência:

I - multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 2º - As multas a que se referem o "caput" serão atualizadas em 1º de janeiro de cada exercício, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior e, em caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal que reflita a perda do valor aquisitivo da moeda.

Art. 5º - Fica o órgão da Administração Pública Municipal competente obrigado a compilar os dados sobre a violência constantes nos instrumentos recebidos dos hospitais e dos demais serviços municipais, de forma a constituir banco de dados e identificar o perfil sócio-econômico das vítimas de violência e de seus agressores, as áreas de risco e causas mais frequentes, disponibilizando os dados referidos em sítio próprio da rede mundial de computadores (Internet).

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 26 de novembro de 2003, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPPLY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

GONZALO VECINA NETO, Secretário Municipal da Saúde Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 26 de novembro de 2003.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 27/11/2003
página 01 coluna 1ª
Conferido:

Ao

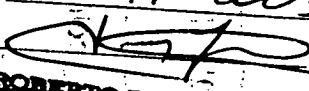
DT.94

Sra. Chefe,

Para arquivar.

Em, 27.11.2003.


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe da Seção Técnica IV

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado c/	90 fls
Arquivo em	27-11-2003
O Func.º	
JOSÉ ROBERTO FERREIRA Assistente Parlamentar - RF 100.702	

S E G U E juntado nesta data, documento e papel para Informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a)



01 - PL
01-0051/2002

PRESID-NTS

CHSP - ATM -14Feb-2002-18:07-002365

J2: 45h.



Câmara Municipal de São Paulo

§ 2º.- Para os fins desta lei, entende-se por violência qualquer ação ou omissão que resulte em dano à integridade física, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano.

Art. 3º - Deverão os profissionais de saúde e os demais responsáveis pela assistência e atendimento às vítimas de violência preencher instrumento próprio, sem prejuízo do preenchimento de outros instrumentos previstos em lei, para a definição minuciosa do perfil da violência ocorrida, ressalvados os aspectos éticos.

Art. 4º - Ficam os hospitais da rede pública ou privada localizados no Município de São Paulo obrigados a encaminhar, periodicamente, os instrumentos referidos no artigo anterior, preenchidos, ao órgão da Administração Pública Municipal competente.

§ 1º - Ficam os Hospitais da rede privada que não atenderem ao disposto no *caput* deste artigo sujeitos às seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente, em caso de reincidência:

I - multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

§ 2º - As multas a que se referem o "caput" serão atualizadas em 1º de janeiro de cada exercício, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior e, em caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal que reflita a perda do valor aquisitivo da moeda.



Câmara Municipal de São Paulo

Art. 5º - Fica o órgão da Administração Pública Municipal competente obrigado a compilar os dados sobre a violência constantes nos instrumentos recebidos dos Hospitais e dos demais serviços municipais, de forma a constituir banco de dados e identificar o perfil sócio-econômico das vítimas de violência e de seus agressores, as áreas de risco e causas mais freqüentes, disponibilizando os dados referidos em sítio próprio da rede mundial de computadores (Internet).

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 2002.


Carlos Neder

Vereador - PT


Lucila Pizani Gonçalves

Vereadora - PT



Folha nº <u>04</u> do proc.
Nº <u>51</u> de <u>02</u>

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Câmara Municipal de São Paulo

JUSTIFICATIVA

A violência no Município São Paulo atingiu, nos últimos anos, índices alarmantes.

A solução do problema passa, inexoravelmente, por melhorias e reformas no sistema legal, judiciário e penitenciário, bem como pelo melhor treinamento da polícia e, principalmente, pela solução dos graves problemas sociais no Brasil.

Deve-se salientar, no entanto, que a questão da violência não será resolvida com ações isoladas, sendo necessária a participação e o engajamento de todos os setores da sociedade civil.

A falta de dados sobre a violência urbana, ou a imprecisão destes, é apontada por especialistas como uma das grandes dificuldades encontradas pelo Poder Público na solução do problema da violência urbana.

É preciso, pois, conhecer melhor a face da violência urbana, suas peculiaridades, para que as ações diretas de combate à violência surtam melhor efeito.

A presente iniciativa visa a identificar os principais focos de violência na cidade, seu perfil sócio-econômico, suas causas e efeitos, através de dados coletados em todos os Hospitais da cidade, serviços de urgência e emergência e demais serviços que possam atender as vítimas da violência, pois com a compilação e disponibilização destes dados, a sociedade civil e o Poder Público, em todos os seus níveis, terão melhores condições de conhecer e, conseqüentemente, solucionar o problema da violência na Cidade de São Paulo.

Publicação: Diário S Paulo
Data: 06 / 01 / 02
Pág.: 1-2

Estudo sobre a violência na cidade

Estudo realizado pela Secretaria Municipal de Saúde no Hospital dr. Arthur Ribeiro de Saboya, no Jabaquara, revelou que, das 3.077 internações registradas entre janeiro e abril de 2001, 24% dos casos estavam relacionados à violência. A principal vítima, 79,8%, é do sexo masculino, cuja média de idade é de 32 anos. Os pacientes mais atingidos, 56,1%, estão na faixa dos 20 aos 49 anos. Atualmente, 60% dos leitos da UTI são ocupados por pacientes que sofreram algum tipo de violência.

Mortes violentas crescem em São Paulo

Segundo estudo, morte por fator externo reduz expectativa de vida na Grande SP em 4 anos

LUCIANA GARBIN

Um morador da Grande São Paulo tem 40 vezes mais risco de morrer assassinado do que um habitante da Espanha, país com população equivalente à do Estado. Além disso, os homens da região metropolitana perdem em média 4,4 anos de sua expectativa de vida por homicídios, acidentes e suicídios. Em Santos, são 4,7. Esses são alguns números mostrados na pesquisa Mortalidade por Causas Externas no Estado de São Paulo e suas Regiões, do demógrafo Antonio Benedito Marangone Camargo.

Resultado de uma tese defendida na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo na semana passada, o estudo mostra que, até o fim dos anos 70, as causas externas de morte eram superadas de longe por doenças. Mas, com a explosão da criminalidade, tornaram-se o segundo fator mais importante de morte, após problemas no sistema circulatório.

Para chegar aos números, Camargo usou declarações de óbito preenchidas pelos Institutos Médicos-Legais do Estado e enviadas pelos cartórios para a Fundação Seade, onde ele trabalha. Depois, usou essas informações para fazer análises por regiões, grupos etários, sexo, municípios. O resultado é, no mínimo, preocu-

DADOS DO ESTUDO

Um morador da Grande São Paulo tem 40 vezes mais chances de morrer assassinado que um habitante da Espanha

Homens da região metropolitana perdem em média 4,4 anos de sua expectativa de vida por homicídios, acidentes e suicídios

Acidentes com veículos causam 20 óbitos por cem mil habitantes

Nos países desenvolvidos as causas externas respondem por cerca de 5% da mortalidade; aqui, representam 15%

Taxa de mortalidade masculina por cem mil habitantes

Diadema: 138,3

Embu: 99,3

Itapeverica: 93,9

da Serra

São Paulo: 40,0

pante. "Enquanto nos países desenvolvidos as causas externas respondem por cerca de 5% da mortalidade, aqui representam 15%", compara o pesquisador. "Nossos níveis de violência estão entre os maiores do mundo."

Homens - Segundo Camargo, nos homens, os índices são mais graves, sobretudo pelos homicídios - o principal fator externo de morte desde os anos 90 no Estado e anos 80 na capital. Para se ter uma idéia do tamanho do problema, a mortalidade passou de cerca de 10 óbitos por 100 mil habitantes no fim da década de 70, para mais de 25 a partir de metade dos anos 90. Em São Paulo, as taxas, que se mantiveram abaixo de 10 até o fim dos anos 70, ultrapassaram nos últimos anos os 40 óbitos por 100 mil pessoas.

"O que chama a atenção são os níveis de homicídios em alguns municípios, que passam ou estão próximos de 100 óbitos por 100 mil habitantes", diz, citando Diadema (138,3 mortes),

Embu (99,3) e Itapeverica da Serra (93,9). "Surpreende a inclusão nessa faixa de regiões que antes não apareciam, como Guarujá, Santos, Praia Grande, São José dos Campos."

As taxas ainda vêm aumentando, nos últimos anos, nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto. Entre as áreas mais tranquilas, estão Franca, Baretos e São José do Rio Preto.

"Espero que esses dados contribuam para que se comece a reverter a tendência. Se não for possível eliminá-la totalmente, que se chegue a patamares no mínimo aceitáveis."

Os acidentes de veículos também apresentam coeficientes elevados, mas vêm mantendo-se com certa estabilidade com cerca de 20 óbitos por 100 mil habitantes. "Entre 1997 e 1998, com a entrada em vigor do novo Código de Trânsito Brasileiro, houve queda nos índices, mas depois disso eles voltaram a se estabilizar."

Os níveis mais altos de mortes violentas estão sempre entre os jovens.

Aumento da pobreza em SP atrai violência

Estudo da prefeitura mostra que crescimento da concentração de miseráveis torna áreas mais sujeitas à ocorrência de homicídios

JOÃO CARLOS SILVA

DA REPORTAGEM LOCAL

Cruzamento de dados feito pela Prefeitura de São Paulo mostra que pobreza e violência andam de mãos dadas nos 96 distritos da cidade. Ou seja: quanto maior a taxa de crescimento anual do número de chefes de família pobres de um distrito, maior a chance de essa região ter de conviver com aumento das mortes violentas.

Situação oposta ocorre em áreas onde houve arrefecimento da pobreza. Nelas predominam também decréscimo das taxas de mortes violentas.

A conclusão é apontada no estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo", feito pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.

No estudo, primeiro chegou-se ao número de chefes de família que viviam em 2000 e em 1991 com renda inferior a 1,47 e 1,46 salário mínimo, respectivamente (cerca de R\$ 264, atualmente). Esse nível de renda foi adotado para definir e qualificar o que seria a linha de pobreza.

Desse número saiu a primeira conclusão: um em cada cinco chefes de família de São Paulo (598,1 mil) vivia em 2000 com renda abaixo da linha de pobreza. O número é 19,7% maior que os que tinham essa situação financeira em 91, de acordo com o IBGE.

Depois, foi calculada a média anual da taxa de crescimento do número de chefes de família pobres, por distrito da cidade, entre 91 e 2000. Isso foi feito para tornar possível a comparação do dado

com outra média, a de crescimento da taxa de mortes violentas.

Essas mortes ocorreram em um período diferente — em 1994 e em 2000, segundo dados do Proaim (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade).

O resultado mostrou que, dos dez distritos com maior média anual de taxa de crescimento de chefes de família pobres, em oito a taxa média de aumento do número de homicídios e de mortes no trânsito também cresceu.

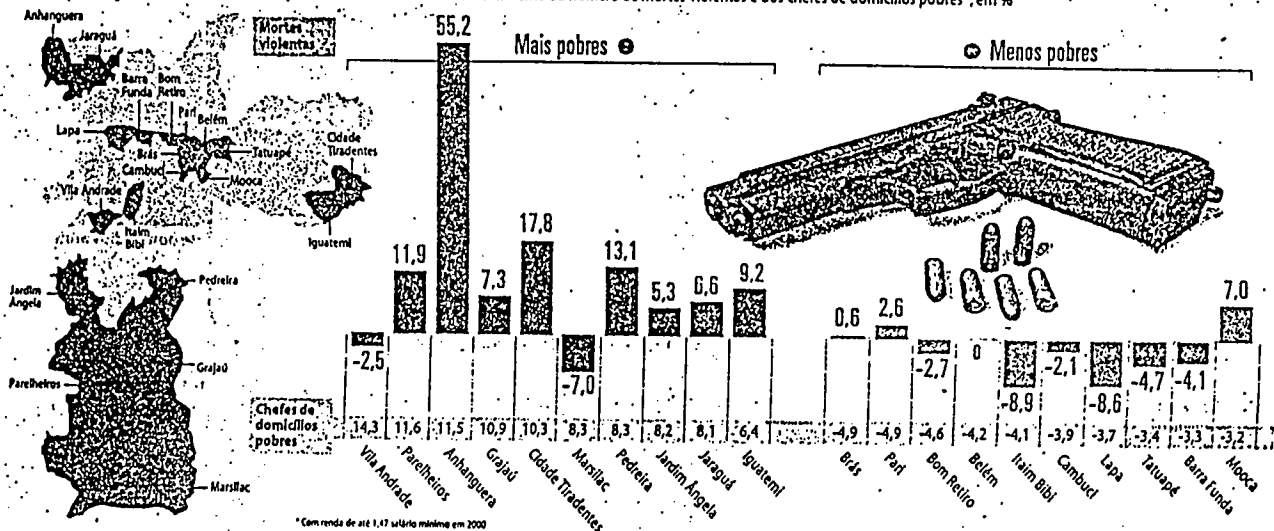
Um exemplo dessa realidade vive Parelheiros. O bairro tem 11,6% de taxa anual média de crescimento de chefes de domicílio pobres. Parelheiros também tem taxa média anual de crescimento de violência de 11,9%, segundo o estudo.

Dá a necessidade da média anual de crescimento, pois a variação absoluta do número de chefes de família pobres no bairro foi de 167,7%, considerando os dados de 91 e os de 2000. E a de mortes violentas foi de 96,7%, comparando os números de 94 e os de 2000.

Na outra ponta estão os distritos com menor número de pobres. Dos dez distritos onde houve decréscimo da taxa de pobreza, apenas três tiveram aumento médio da violência — um deles de 0,6%.

POBREZA E VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO

Variação média anual das taxas de crescimento do número de mortes violentas e dos chefes de domicílios pobres*, em %





Distrito industrializado é menos violento

Estudo indica que taxas de crescimento de violência e de pobreza são maiores onde predominam atividades primárias e terciárias

Edição de Arte e Folha Imagem

DA REPORTAGEM LOCAL

Pobreza e violência estão diretamente associadas ao nível de industrialização de um distrito. Se ele tem característica predominantemente industrial, as taxas médias de crescimento anual de pobreza e de violência são menores, comparadas às de um que concentra atividades econômicas primárias (agropecuárias) e terciárias (comércio e serviços).

Essa conclusão do estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo" repete-se em outras duas situações.

As taxas de pobreza e de violência também são menores e até negativas quanto maior é a escolaridade dos chefes de família pobres e quanto menos populosos são os distritos onde vivem, entre os 96 existentes na cidade de São Paulo.

No estudo, o patamar de comparação para esses três casos sempre é um só: taxas médias anuais de crescimento de pobreza e de violência na cidade de São Paulo de 2% e 2,4%, respectivamente.

É só comparar essas porcentagens com as de distritos não-industriais para chegar à mudança de comportamento dos índices. Nessas regiões, a taxa de crescimento de pobreza é de 2,8%, e a de violência, de 4,3%.

Essas taxas são mais altas do

que a média de São Paulo, mas o contraste maior sai da comparação com as regiões industrializadas. Nesses distritos, há decréscimo das taxas de pobreza e de violência, respectivamente de 0,5% e 0,4%, segundo o estudo.

Escolaridade

É o mesmo que acontece quando se associa violência, pobreza e nível de escolaridade dos chefes de família pobres. Se for baixo o nível de escolaridade, serão altos os índices de pobreza e de violência, em relação aos dos chefes de família com mais anos de estudo (veja quadro nesta pág.).

No estudo, esse critério de escolaridade é baseado nos anos de estudo dos chefes de família pobres. Se tiver até sete anos de estudo, independentemente da série que foi completada, o chefe de família terá baixa escolaridade. Média escolaridade (8 a 14 anos de estudo) e alta (14 anos de estudo ou mais) são os outros perfis possíveis.

No caso dos distritos, o critério envolveu separação em quatro faixas. Nos menores, com até 50 mil moradores, estão as menores taxas médias de crescimento de pobreza e de violência. Houve decréscimo dos índices, respectivamente de 2% e 2,7%, de acordo com o cruzamento de dados feito pela prefeitura. (UCS)

Dados devem orientar projetos, diz Pochmann

DA REPORTAGEM LOCAL

Os dados cruzados pela Prefeitura de São Paulo tiveram por objetivo orientar a implantação dos programas sociais da administração petista, mas deveria ser usado também para orientar a política de combate à violência na cidade, segundo avalia o secretário Márcio Pochmann (Trabalho).

"Com esses dados, é possível constatar que, quanto mais cresce a pobreza, mais há estímulos à violência. Portanto, o combate à violência requer também uma melhor distribuição de renda e, sobretudo, um combate à pobreza", disse.

Para Pochmann, essa necessidade justifica parcerias entre os governos municipal, estadual e federal.

"A ampliação da escolaridade e o desenvolvimento econômico são funções que apenas a prefeitura pode cumprir. Ela depende do apoio dos governos estadual e federal."

No caso do município de São Paulo, a prefeitura precisaria hoje de 12,3 vezes o que investiu em 2001 em programas sociais (R\$ 64 milhões) para atender os 589,1 mil chefes de família que vivem em situação de pobreza na cidade.

Em recursos, daria um total aproximado de R\$ 789 milhões por ano, embora haja tentativa de gastar cerca de R\$ 300 milhões neste ano. "O combate à pobreza é relativamente barato, quando comparado a outros gastos", disse Pochmann.

A análise que o secretário fez ontem do estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo" envolveu também uma crítica indireta ao governo federal e a outras administrações de São Paulo.

"O combate à inflação e as políticas econômicas [do governo federal] demonstraram ser ineficientes no que diz respeito ao combate ao tamanho da pobreza na cidade de São Paulo", afirmou.

Sobre a responsabilidade do município, Pochmann disse: "É frustrante reconhecer que as tentativas realizadas no passado não detiveram o avanço da pobreza". (UCS)

'Quem morre aqui é bandido', diz morador

Segundo habitantes do Jardim Anhanguera, violência se deve à migração de criminosos, não à pobreza, que cresceu 300%

RF. 100.406

DA REPORTAGEM LOCAL

"Quem morre aqui é bandido." A frase é uma das mais ouvidas nos loteamentos clandestinos e nas favelas que compõem o Jardim Anhanguera, na zona norte de São Paulo.

Moradores dizem que a guerra pelo comando do tráfico e a migração de criminosos de outros bairros e cidades são os principais responsáveis pelos homicídios e roubos. Segundo pesquisa da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, na região do Jardim Anhanguera, a pobreza cresceu 300% e o número de homicídios, 1.800%.

Na grande maioria desempregados, os moradores afirmam que não há relação direta entre o crescimento do desemprego, por exemplo, e o número de crimes praticados na região.

"Não somos nós que roubamos e matamos. Geralmente são bandidos de fora, que se escondem aqui. Os moradores são honestos e fazem bicos para pagar as contas", diz Gerson de Souza, 52, desempregado há mais de sete anos.

O medo faz o comércio ser fechado às 20h. No bairro, não há postos de gasolina e agências bancárias. "Seria mais um atrativo para os bandidos", afirma Marli Gonçalves, 32, moradora do Anhanguera há quatro anos.

Oswaldo Rodrigues Santana, 52, tem um bar no bairro Santa Fé há mais de 18 anos. Há quatro meses, teve a porta do estabelecimento arrombada. "Eu conheço gente que já foi assaltada mais de dez vezes. Para me prevenir disso, peço a ajuda de Deus e ando armado. Quem faz 'bagunça' aqui são os donos dos pontos de tráfico de drogas, e não os moradores."

Desempregada há dois anos, Naelza Chagas, 45, faz bicos. Ganha no máximo R\$ 50 por semana. "O desemprego está acabando com o país. A gente vê um monte de pai de família desesperado, bebendo no bar para esquecer que em casa está todo mundo passando fome. E, para piorar, a gente vive com medo de tomar um tiro."

Moradores lincham para ter 'justiça' veloz

RENATO ESSENFELDER

DA REPORTAGEM LOCAL

A Justiça chegou atrasada na madrugada de ontem em Lajeado (zona leste de São Paulo) e não conseguiu deter um linchamento em plena rua. A vítima foi Ednaldo Lima da Silva, 24, suspeito de ter estuprado uma mulher da mesma idade. Ele morreu com diversas pedradas na cabeça.

Segundo a polícia, os moradores da rua Catarina Cubas, local do crime, teriam ouvido os gritos da mulher e atacado o suspeito.

Ouvidos pela Folha, moradores da região mostraram dificuldade em avaliar o ato de linchamento. "Estamos no nosso direito. Se o bandido está na nossa frente, por que perder tempo?", indaga uma vizinha do local do crime. "É justo pegar, mas não matar", diz outra moradora. Um terceiro morador declarou que "não é certo fazer justiça com as próprias mãos". "E se pegam um inocente?", questionou. Nenhum dos entrevistados quis se identificar.

Para o delegado Aloizio Leal de Carvalho, do 68º DP, o que aconteceu em Lajeado foi um clamor por "justiça imediata". O ato não estaria ligado ao descrédito na polícia ou na Justiça, mas sim ao "calor dos acontecimentos".

"Violências sexuais e contra crianças sempre geram muita revolta. Nessas horas, a ação de linchamento é descoordenada e até

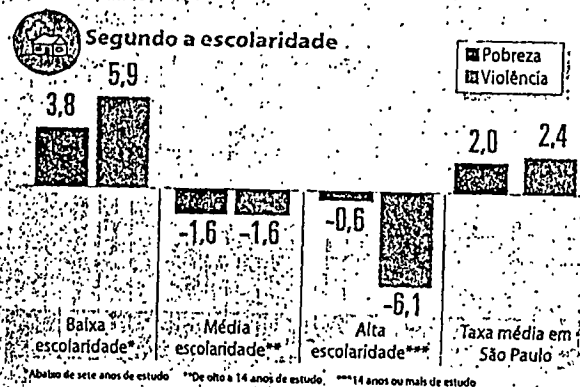
pai de família pode aderir", disse.

Muitos moradores dizem confiar na polícia, mas completam que "não dá para ver um estupro sem reagir". Este é o quarto caso de estupro neste ano em Lajeado.

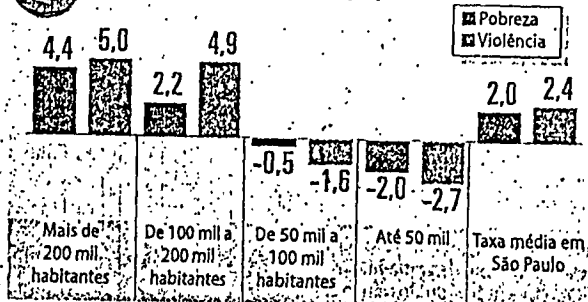
Sem saber, os moradores do bairro repetem os argumentos do capitão norte-americano William Lynch, que, em 1780, declarava que criminosos deveriam ser mortos sumariamente, sem julgamento prévio. Do seu nome derivou a expressão "linchar".

A VIOLÊNCIA E A POPULAÇÃO

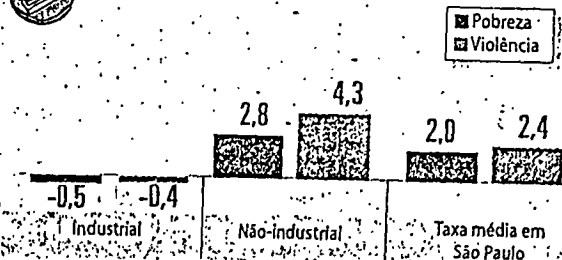
Variação média anual da pobreza entre chefes de domicílios e da violência, em %



Segundo a concentração populacional



Segundo a concentração de atividade econômica



Fonte: Dados do IBGE de 1991 e 2000 e do Proim de 1994 e 2000 compilados no estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo"

Pobreza e violência andam juntas em São Paulo

Estudo aponta que baixa renda se associa com mortes violentas

JOÃO CARLOS SILVA
DA REPORTAGEM LOCAL

Um estudo realizado pela Prefeitura de São Paulo a partir de cruzamento de dados mostra que pobreza e violência andam de mãos dadas nos 96 distritos da cidade. A principal conclusão do estudo é que quanto maior a taxa de crescimento anual do número de chefes de família pobres de um distrito, maior a chance de essa região ter de conviver com aumento das mortes violentas.

Já nas áreas onde houve uma queda nos índices de pobreza foram registradas reduções nas taxas de mortes violentas.

O critério que serviu para definir o que foi considerado linha de pobreza foi a renda dos chefes de família nos anos de 1991 e de 2000. Foram considerados pobres aqueles que recebiam menos que 1,46 salário mínimo em 1991 e menos que 1,47 salário mínimo em 2000 (cerca de R\$ 264 nos valores de hoje).

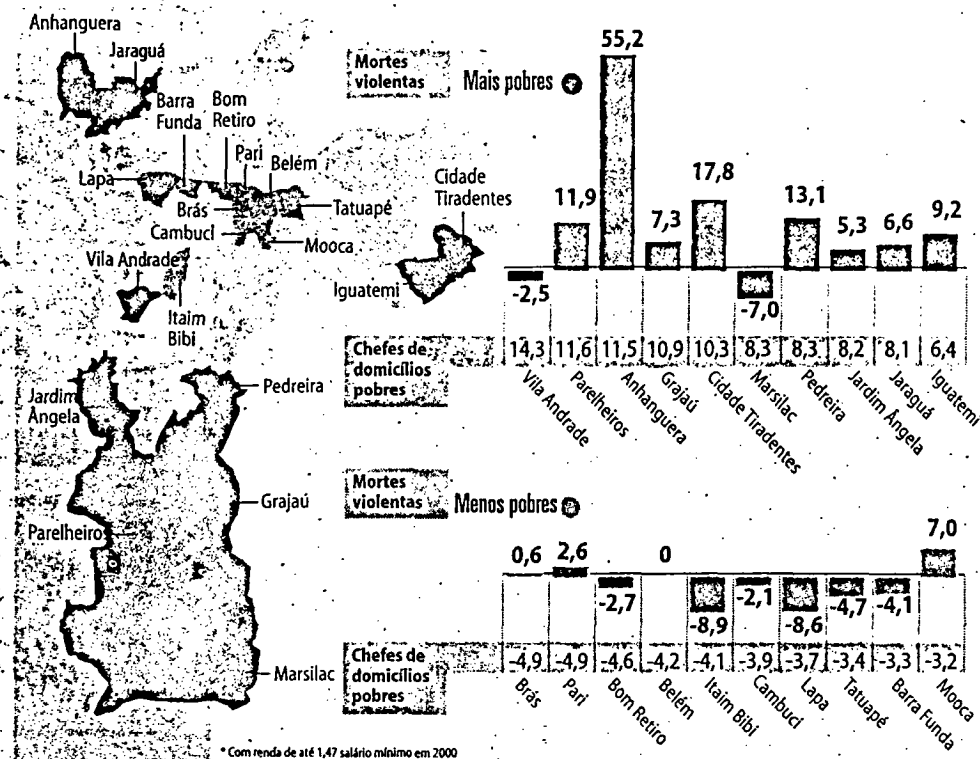
Depois, foi calculada a média anual da taxa de crescimento do número de chefes de família pobres, por distrito da cidade, entre 91 e 2000. Isso foi feito para tornar possível a comparação do dado com outra média, a de crescimento da taxa de mortes violentas.

O resultado mostrou que, dos dez distritos com maior média anual de taxa de crescimento de chefes de família pobres, em oito a taxa média de aumento de homicídios e de mortes no trânsito também cresceu.

Um exemplo claro dessa coincidência é Parelheiros. O bairro tem 11,6% de taxa anual

POBREZA E VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO

Variação média anual das taxas de crescimento do número de mortes violentas e dos chefes de domicílios pobres*, em %



* Com renda de até 1,47 salário mínimo em 2000

média de crescimento de chefes de domicílio pobres e taxa média anual de crescimento de violência de 11,9%, segundo o estudo.

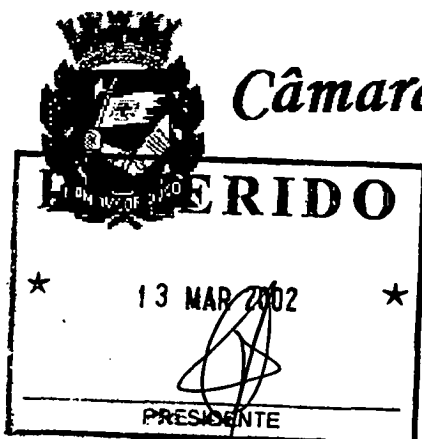
Na outra ponta estão os distritos com menor número de pobres. Dos dez distritos onde houve decréscimo da taxa de pobreza, apenas três tiveram aumento médio da violência.

Outra revelação importante do estudo mostra que quanto maior é a escolaridade dos chefes de família pobres e quanto menos populosos são os distritos onde vivem menores

são as taxas de pobreza e de violência.

Se for baixo o nível de escolaridade (até sete anos de estudo), serão altos os índices de pobreza e de violência quando comparados aos registrados nas regiões com chefes de família com mais anos de estudo.

O estudo, intitulado "Pobreza e Violência no Município de São Paulo", foi feito pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade para orientar a implantação dos programas sociais da administração petista.



Câmara Municipal de São Paulo

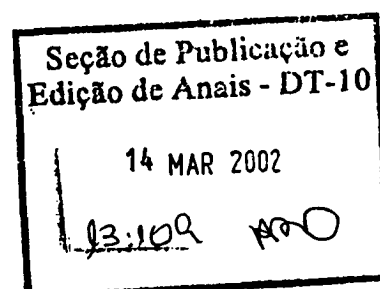
Folha nº 11
nº 01-051 de 2002
Mirandolina M.T. Luccas
Chefe de Chefia Técnica
Registro 10.913

REQUERIMENTO 13 - RDS
13-0395/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 05 de março de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT



Seminário Nacional sobre Violência e Segurança Pública

O fenômeno da violência requer uma postura ampla na realização dos diagnósticos e a implementação de políticas públicas intersetorializadas

Carta de Brasília

1. Nos dias 30 e 31 de Outubro de 2001 realizou-se, em Brasília, Distrito Federal, o Seminário Nacional sobre a Violência Urbana e Segurança Pública, promovido pela Subcomissão que trata desses temas vinculada à Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados.

2. Participaram deste evento pessoas de 15 estados brasileiros representando diversas organizações não-governamentais, institutos de pesquisa de diversas universidades, Executivo Federal, Estadual e Municipal, Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, entre outros.

3. A Constituição Federal de 1988 consagra a segurança como um direito social, individual e coletivo.

4. As estatísticas estão longe de revelar a verdadeira face da violência nos seus mais diversos tipos: interpessoal, institucional, formalmente organizada.

5. As dificuldades geradas pela resistência à informação sobre a violência, a falta de efetiva vontade política do poder público, as visões setoriais, os fatores culturais, e tantos outros, levam a uma não-confiabilidade nos dados sobre a violência em nosso país. Não obstante, sabemos ser o Brasil o segundo país em índice de mortalidade por violência na América Latina. Só perdemos para a Colômbia. A maioria dos mortos é de jovens entre 15 e 29 anos que são assassinados por arma de fogo.

6. As estatísticas revelam também que não há correlação direta entre pobreza e violência, mas, podemos dizer que os maiores índices estão nas populações desassistidas. Os assentamentos humanos feitos sem respeito às relações entre as pessoas geram violência e criminalidade.

7. Há que se ressaltar ainda o fato de que a inexistência de um planejamento urbano e de uma política intersetorial, integrada e inovadora, o enfoque parcial das questões humanas, muitas vezes moralista, dificultam e tornam ineficiente o combate à violência.

8. A ampla representatividade da sociedade civil neste Seminário demonstra a existência de uma vontade política de diversos atores de compreender o fenô-

menos causas e consequências numa visão intersetorial, chamando a atenção para a realidade em toda a sua complexidade.

9. Os diagnósticos parciais e as políticas setoriais por si só não respondem à gravidade do momento no que diz respeito à violência em suas mais diversas formas. Não basta, portanto, identificar déficit habitacional ou carências nutricionais. O fenômeno da violência requer uma postura ampla na realização dos diagnósticos e a implementação de políticas públicas intersetorializadas.

10. Os debates neste Seminário apontaram para a necessidade de quebra de resistências para a construção de consensos, que favoreçam o planejamento e a execução de políticas públicas que ampliem a democratização do Estado e dos espaços de cidadania, onde saúde e vida, justiça e paz sejam os parâmetros das ações do poder público.

11. O núcleo das discussões deste Seminário centrou-se nas questões relacionadas com os temas: Sistema de Justiça e Segurança; Saúde, Drogas e Violência no Trânsito; Educação, Comunicação e Violência; e, Violência, Desigualdades Sociais e Discriminação.

12. Considerando que é evidente a crise no Sistema de Justiça e Segurança Pública e que, a violência e a criminalidade têm como principais causas questões de ordem social, econômica e cultural. Considerando também outras causas relacionadas à administração da Justiça, além da cultura da impunidade e corrupção reinantes. Considerando ainda que todas essas questões, embora complexas, devem ser enfrentadas com medidas concretas à curto, médio e longo prazo visando profundas modificações no sistema de Justiça e de Segurança Pública, propõe-se: 1) criar fóruns permanentes de discussão sobre o Sistema de Justiça e Segurança Pública visando a proposição de ações preventivas de combate à violência priorizando a juventude e a violência doméstica; visando também repensar o modelo penitenciário nacional; visando, ainda, ações de sensibilização que promovam mudanças na cultura da impunidade e de corrupção que permeiam todos os níveis de convivência da sociedade.

13. Considerando que a violência não

portamento apreendido, que possui múltiplas causas relacionadas aos indivíduos e à vida em sociedade, que não tem no fenômeno da pobreza sua causa determinante e atinge todos os grupos e classes sociais, propõe-se: 1) estimular a cultura da paz no processo educativo de crianças, adolescentes e jovens; 2) retomar na Câmara Federal a discussão do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos; 3) incluir nos Parâmetros Curriculares Nacionais a questão da ética moral visando ações que superem a violência nas escolas; 4) estimular, no Parlamento Brasileiro, a discussão sobre a implantação do sistema de cotas para estudantes racial e socialmente discriminados quando chegarem o momento do ingresso no Sistema de Ensino Superior, visando a concretização da política de ações afirmativas em nosso País; 5) criar junto ao Parlamento Brasileiro um Fórum Nacional Permanente de Diálogo e Aprendizagem Coletivo na Superação da Violência.

14. Considerando a existência de um hiato entre o Brasil legal, que assume posições progressistas nos fóruns internacional e nacional de proteção e garantia dos direitos humanos e dos direitos das minorias (negros, mulheres e homossexuais) secularmente discriminadas e a operacionalização e efetivação de políticas públicas que dêem conta desses compromissos. Considerando também a necessidade real de controle social na implementação dessas políticas, propõe-se: 1) elaborar projeto de lei instituindo os Conselhos Estaduais e Municipais de Superação da Discriminação; 2) estimular o debate sobre a criação de Comissão Permanente de Relações Étnicas, de Gênero e Orientação Sexual da Câmara dos Deputados; 3) criação de uma rede informatizada de apoio às minorias; 4) implementar imediatamente o Conselho Social de Comunicação visando através dele promover o combate à divulgação de estereótipos de mulheres, negros e homossexuais; 5) estimular a implementação de programas de capacitação e sensibilização dos profissionais da educação voltados para os direitos humanos; 6) estimular a inclusão na formação dos policiais militares e civis das temáticas do combate à discriminação

dos demais aspectos dos direitos humanos; 7) garantir a representação de mulheres, negros e homossexuais no Conselho Nacional de Educação e no Conselho Nacional de Saúde.

15. Considerando, no que diz respeito à saúde e violência, que as chamadas "causas externas", que provocam o trauma, e incluem os homicídios, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e domésticos, os suicídios e outras lesões e envenenamentos, constituem hoje, em nosso país, o segundo grupo de causa de morte, respondendo por quase 120 mil óbitos a cada ano e a 13% do total de mortes. Considerando também que os fatores associados a este crescimento vertiginoso da violência não têm uma causa isolada, pois, na verdade, são a confluência de vários fatores, tais como a desigualdade social, o tráfico de drogas e de armas, propõe-se: 1) implementação de uma Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidente e Violências a partir de uma série de ações articuladas e integradas de diversos setores do governo e da sociedade para minimizar o impacto da violência; 2) implementação de um conjunto de providências que toquem as causas subjacentes deste problema, como: a) controlar e limitar o comércio internacional de armas; b) a redução de promoção, uso e disponibilidade de arma de fogo; c) o desenvolvimento de métodos eficazes de lidar com o comércio de drogas; d) o combate à glorificação e mercantilização da violência, particularmente através dos meios de comunicação; e) a promoção de uma cultura de tolerância e administração de conflitos sem recurso à violência; f) a promoção da igualdade entre os gêneros; g) a educação para a garantia do respeito aos direitos humanos; h) a redução da pobreza, em particular das desigualdades intra-sociais; i) criar núcleo interdisciplinar de estudo do trânsito; j) criar uma base de dados sobre trauma e violência como início de um esforço nacional de dar prioridade a informações visando a implementação das políticas públicas de combate à violência; l) desenvolver ações educativas que conscientizem a inadequação da ingestão de bebidas alcoólicas e direção de veículos automotores; m) empreender campanhas de

do Código de Trânsito, contrapondo a movimentos pelo abrandamento das punições relativas aos delitos de trânsito.

16. Considerando que a superação da violência urbana só será alcançada através de um trabalho conjunto do Estado e da sociedade civil como já anteriormente assinalado. Considerando também que a repressão, por si só, não resolve o problema da violência e que a prevenção é muitas vezes mais eficaz, propõe-se: a) um trabalho articulado, integrando o Programa de Segurança Pública a outros programas sociais existentes no país; b) a alteração de legislações que tratam de diversos aspectos envolvendo a segurança pública e a violência urbana, como a lei do crime organizado, o Código Penal e o Código de Processo Penal; c) criação de centros de referências para tratar da questão da violência, com a participação do Estado e setores da sociedade civil mais vulneráveis à violência urbana, a partir de levantamento de problemas e estabelecimento de diretrizes prioritárias; d) criação e/ou incremento de instrumentos que coibam a violência doméstica, como delegacias especializadas em atendimento às mulheres vítimas de violência e casas de abrigo, devidamente equipadas, providas de recursos humanos capacitados e com estrutura multidisciplinar e multisetorial; e) criação de programas de recuperação de agressores; capacitação do pessoal que trabalha nos Pronto Socorros, para detectar em diversas patologias, seu relacionamento com a violência.

17. Por fim, este Seminário Nacional construído a partir de quatro audiências públicas realizadas pela Subcomissão de Violência Urbana e Segurança Pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, com representantes da administração do governo federal e de instituições de pesquisa, não se esgota com sua realização, pois o segundo passo deste debate nacional sobre a violência urbana se concretizará com a implementação dos seminários macro-regionais que vão ser realizados a partir de março de 2002. Nesta segunda etapa pretende-se também parcerias já existentes, que possibilitaram a realização deste Seminário Nacional, desenvolver sob a coordenação do Conselho

GILBERTO DIMENSTEIN

Procura-se o mosquito transmissor da violência

A PROPOSTA mais inovadora para enfrentar a violência no Brasil é de autoria não de um policial, de um político, de um sociólogo ou de um magistrado, mas de um pediatra.

Representante do Brasil no Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde e diretor da Faculdade de Saúde da Universidade de São Paulo (USP), João Yunes propõe que se enfrente a violência exatamente como se enfrenta uma epidemia.

Na condição de diretor da Organização Pan-Americana da Saúde, em Washington, Yunes acompanhou o envolvimento de epidemiologistas nos EUA, com seus guetos, e na Colômbia, país líder da violência na América Latina, na montagem de planos contra a delinquência. Eles estão por trás, entre outros profissionais das mais diversas áreas, a começar dos policiais, da queda dos índices de criminalidade.

Na Colômbia, médicos, influenciados pelas experiências em saúde pública nos guetos de Nova York, Chicago e Washington, analisaram o horário dos conflitos, os bairros e até mesmo as ruas em que ocorreram. Cruzaram tais informações com dados como idade dos envolvidos, presença de álcool no sangue no momento do crime, escolaridade, existência de antecedentes criminais, tipo de estrutura familiar. Sugeriram um pacote de medidas, entre elas a proibição da permanência de jovens em bares depois das 22 horas. Funcionou. É visível o resultado em Bogotá.

"A taxa de homicídios revela uma epidemia", comenta Yunes, comparando a elevação contínua da violência com a da dengue, que só poderá ser debelada se se encontrarem os focos contaminados pelos mosquitos transmissores da doença.

res da doença.

Como a dengue, a violência passou da condição de epidemia (localizada e estável) para a de epidemia (espalhada e crescente) porque não se detectaram e não se enfrentaram os seus focos.

Nas últimas semanas, registraram-se notícias positivas na captura dos "mosquitos": libertaram-se sequestrados, foram desativados cativados, prenderam-se chefes de quadrilhas (como Andinho), coletaram-se indícios significativos para o esclarecimento da morte de Celso Daniel.

Lula exibiu um plano consistente de segurança pública — elogiado até por adversários do PT — que foca a unificação dos aparelhos policiais e enfatiza a geração de inteligência investigativa; o

presidencial José Serra comprometeu-se a criar um ministério da segurança. O Legislativo se mostra mobilizado para aprovar leis. Em São Paulo, os deputados autorizaram a contratação de 6.000 funcionários para liberar policiais de funções burocráticas, devolvendo-os para as ruas; os parlamentares parecem dispostos a aprovar projeto que facilita o desligamento de policiais corruptos.

As boas notícias merecem aplausos, mas são epidêmicas. Não se chegou aos focos. João Yunes condiciona a eficácia repressiva à aplicação de conhecimentos usados no combate à Aids, ao sa-

rampo ou à malária. "A verdade é que estamos diante de uma doença, combatendo a esmo os seus efeitos, sem saber onde estão os seus focos. É como brigar com os mosquitos da dengue sem mexer nas águas contaminadas."

Falar em focos, no caso, é muito mais que falar vagamente em causas sociais, pedindo o fim da pobreza, o crescimento econômico, a distribuição da renda etc. É medir a maneira como diversos fatores se mesclam, impactando, em determinado lugar, os níveis de violência.

Quando um paciente chega a um hospital com sintoma de Aids, ele é investigado. Todos os seus dados são coletados, sistematiza-

dos e transferidos para um mesmo banco de dados em Brasília.

Yunes defende que o poder público deveria registrar, em profundidade, o perfil da vítima e o do agressor. Isso significa colher a seu respeito dados como nível de escolaridade, eventual consumo de drogas, tipo de vida familiar, possíveis passagens anteriores pela polícia, faixa de renda, ocorrência de gravidez precoce.

Os analistas precisariam saber, com precisão, o horário e o local do crime. E, ao mesmo tempo, conhecer a estrutura do bairro, a coesão de entidades religiosas, o nível de desemprego, a realização de programas de renda mínima.

Com base nesse tipo de infor-

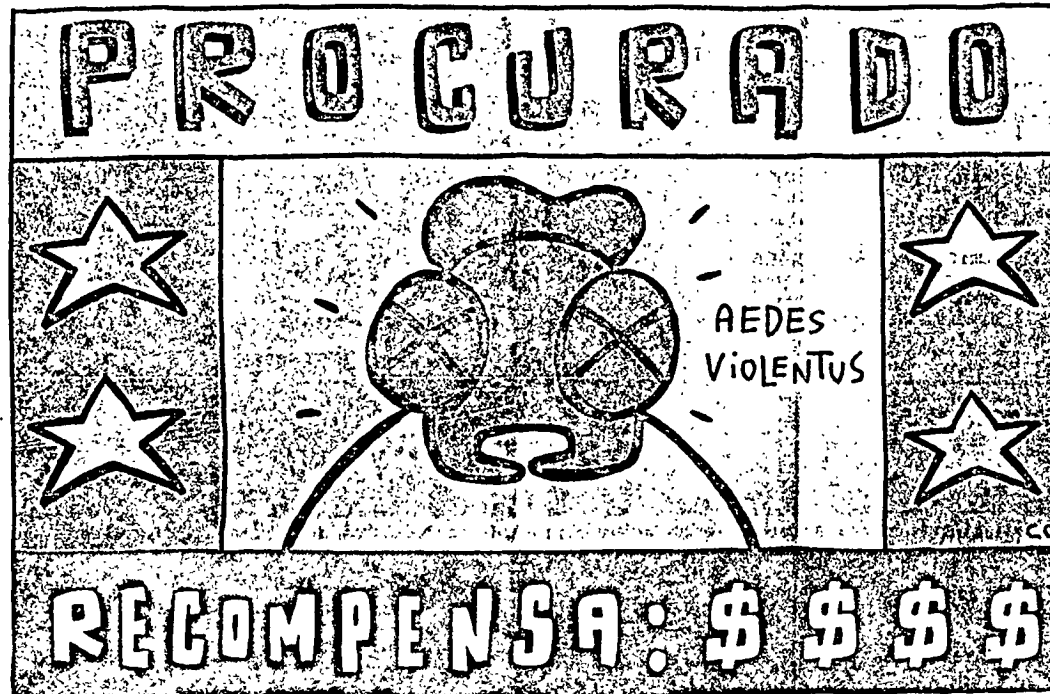
mação, bairro por bairro, o poder público aplicaria programas que chegassem ao foco transmissor, em vez de sair matando mosquitos no ar. "A epidemia de violência fez do jovem que vive nas periferias um público de risco", diz Yunes, que, mantendo a comparação, lembra que, graças a dados precisos, as campanhas contra a Aids foram acertando o foco e mudando o conceito de grupo de risco: primeiro, o homossexual, depois, o drogado que usa seringa e, posteriormente, maridos que contaminam suas mulheres.

De posse desses dados, os programas oficiais poderiam articular, na dosagem correta, ações de renda mínima, esportes, reforço escolar, policiamento comunitário, recuperação de dependentes de drogas, auxílio aos pais e por aí vai. Assim, a ofensiva contra o crime seria como um problema de saúde pública. De um lado, seriam atacados os "focos" transmissores e, de outro, os efeitos, incumbência da polícia.

O objetivo realista de Yunes não é acabar com a doença. "Impossível", diz. Mas fazer com que a epidemia volte a ser uma epidemia.

PS - A polícia é vítima não só da corrupção e da ineficiência, mas também de desperdícios monumentais. Diariamente, apenas em São Paulo, 6.000 policiais militares fazem escolta de presos, encaminhando-os aos juizes para prestar depoimentos. Na era da tecnologia da informação, não mesmo o obsoletismo mental impede que os presos sejam interrogados por meio da internet, dentro da prisão, numa sala especial.

@ -> E-mail - gdimen@uol.com.br



Folha nº 13 do proc.
nº 01-051 de 2002
Assistente de Chefe Técnica
Mirandolina M. T. Luccas

Epidemia de violência atinge o Brasil

Os crimes são os responsáveis por 130 mil mortes por ano no País. Por causa do número, considerado alarmante, o médico João Yunes, diretor da Faculdade de Saúde Pública, é um defensor da notificação compulsória desse tipo de ocorrência, como acontece com as doenças infecção-contagiosas

As marcas que o crime deixou na vida de Julinho

O cabeleireiro de famosos Júlio César do Carmo, o Julinho do Carmo, de 28 anos, viu, cair por terra alguns valores de vida que considerava essenciais. Ao mesmo tempo, passou a priorizar situações que antes ele não considerava tão importantes, como o convívio com a família. Todas essas transformações profundas aconteceram rapidamente, depois de um seqüestro, no qual ele ficou cinco horas sob a mira de um revólver. Os pais de Julinho também foram feitos reféns. Por coincidência, Julinho foi levado para a Favela Pantanal, na zona sul, a mesma que abrigou o cativado do prefeito de Santo André, Celso de Daniel. Os seqüestradores já negociavam o valor do resgate R\$ 100 mil com a irmã do cabeleireiro quando a polícia

conseguiu prender o bando, no momento que eles circulavam com Julinho e os pais em direção ao cativado dentro da favela.

Passados seis meses do seqüestro, o cabeleireiro ainda se sente assustado. Raramente sai depois das 22h e não anda sem segurança. Dias atrás, voltava sozinho para casa e teve a certeza que estava sendo seguido: "Quase bati o carro duas vezes. Tinha a impressão que um carro me seguia. Era uma sensação muito forte".

Também há pouco tempo, ele relembrou o seqüestro ao conversar por telefone com uma amiga. Só de falar sobre o caso, começou a sentir muito medo: "Comecei a ter a sensação de que os seqüestradores estavam no mesmo andar do prédio em que eu". Julinho só conseguiu dormir

com calmantes.

Logo após o seqüestro, ele foi vítima da chamada Síndrome de Estocolmo, problema que surge no momento em que a vítima se identifica com o agressor e passa a ter empatia por ele. Tanto que, cinco dias depois, Julinho voltou na Favela Pantanal e realizou a "Blitz da Beleza", cortando os cabelos dos moradores: "Eu estava grato a tudo por ter saído vivo".

Com a ação, ganhou a simpatia dos moradores que, dois dias depois, o convidaram para um forró na favela. A festa durou toda a noite: "Eu me diverti muito". Hoje, ele não se conforma com a própria atitude: "Eu faria a 'blitz' novamente, mas não iria para a festa sem segurança". Segundo ele, só depois de uns 15 dias do seqüestro é que começou

a ver a situação sob outro enfoque.

Julinho, que costumava usar roupas de marcas famosas e carros importados, uma realização dos sonhos de infância - ele nasceu em uma família muito pobre -, mudou de comportamento: "Essas coisas perderam o valor. Para mim, tanto faz assinar um papel com uma caneta com grife ou com uma simples, andar de carro importado ou de Fusca. Nada disso importa. A vida pode acabar a qualquer momento".

Julinho continua fazendo as mesmas ações voluntárias que já realizava antes do seqüestro. Mas o perfil das entidades que ajuda também mudou: "Estou preferindo trabalhar em entidades que atendam pessoas em situações muito difíceis".

Folha nº 14 do livro
nº 01-051 de 2002
Mirandolina M.T. Lucas
Assistente de Chefe Técnica
Registro 10.913
113

Socorro às vítimas de seqüestro

MARIANA SKAZUFKA BERGEL e
MARICI CAPITELLI
Jornal da Tarde

Causa de 130 mil mortes ao ano, a violência no Brasil já atinge índices de epidemia. E a medicina tem buscado novos caminhos para tratar dessa doença. O médico João Yunes, diretor da Faculdade de Saúde Pública e integrante do comitê da Organização Mundial de Saúde (OMS), defende a notificação compulsória das mortes violentas, à exceção do que acontece com as doenças infecto-contagiosas.

A vigilância epidemiológica da violência vai ser debatida em um seminário organizado pela Secretaria Estadual de Saúde no próximo mês na capital e que reunirá vários especialistas. Também nessa época, o Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas vai inaugurar um serviço para atender vítimas de seqüestro.

Ao mesmo tempo, pela primeira vez o relatório anual da OMS terá como tema a saúde e a violência, que atinge seis milhões de vítimas por ano no mundo. "A violência é um problema global", observa João Yunes. Ele defende que a notificação compulsória poderá fornecer elementos para que haja atuação na prevenção das causas das ações violentas.

"Sabemos que as causas são multifatoriais, mas precisamos qualificá-las. Só assim poderemos ter um programa de prevenção eficiente", afirma o especialista. A tese, no entanto, é polêmica. O médico Dário Birolini, primeiro professor-titular de cirurgia de trauma do País, não acredita que a segmentação da medicina clínica, voltada especialmente para vítimas da violência, seja uma saída para o problema.

O argumento dele é o de que a especialização ocorra na medicina psiquiátrica. "O fato de a lesão ter ou não sido intencional não reflete nenhuma diferença no tratamento físico da pessoa", argumenta.

O cirurgião plástico Juares Avelar, especialista em correção de orelhas mutiladas, tem operado pacientes vítimas de seqüestro. São pessoas que tiveram partes das orelhas ou lóbulos cortados pelos seqüestradores para pressionar as famílias a acelerar o pagamento dos resgates. Na avaliação do cirurgião, esse tipo de procedimento ajuda tanto na recuperação estética como na emocional.

Aumenta busca em hospitais por vítimas da violência

Seny Kirillos Sauda, coordenador do Plantão Sul da Secretaria Estadual da Saúde, setor encarregado de procurar vagas em hospitais para atendimentos de urgência, afirma que tem crescido a busca de leitos por vítimas da violência: "Cerca de 20% das solicitações são para pessoas que sofreram violência."

O Pronto-Socorro do Hospital da Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte, por exemplo, atende cerca de 1.200 pessoas diariamente. Como uma região marcada pelo alto índice de violência, o hospital conta com um plantão policial. "A maior parte dos casos daqui é relacionada ao tráfico de drogas. A presença da polícia é um fator de segurança, que faz com que eu me sintam mais tranquilo. Só hoje (ontem) de manhã, já atendi três baleados", relata o cirurgião Carlos Alexandre Guerra Fonseca, de 28 anos.

O cirurgião aponta que os piores dias no PS são as sextas-feiras à noite e as segundas-feiras de manhã. "O grande vilão é o alcoolismo, que acaba gerando uma maior suscetibilidade à violência", afirma Fonseca. Segundo ele, a maioria dos casos causados pelo excesso de bebida são discussões em bares e maridos que agredem as mulheres.

Segundo Fonseca, em plantões sem muito movimento, ele e dois colegas atendem uma média de 30 pacientes de menor gravidade e 10 pacientes que chegam em estado grave. "É realmente muito estressante. Tenho 28 anos e já estou cheio de cabelos brancos, além de ser hipertenso", diz.

Certa ocasião, chegaram 12 vítimas de uma chacina no pronto-socorro. "Os casos aqui têm aumentado muito, principalmente os que são decorrentes da violência", afirma o cirurgião.

Outro fato que impressiona Fonseca é a quantidade de casos de violência contra a mulher: "O mais alarmante é que os casos são reincidentes. Isso sem contar nas mulheres que não procuram ajuda médica."

O cirurgião afirma que prefere não saber a história do paciente antes do atendimento de emergência: "Independente de ser bandido ou vítima, o importante para nós é salvar a vida da pessoa."

No mês que vem, começa a funcionar no Instituto de Psiquiatria do HC atendimento para quem passou por esse trauma

MARICI CAPITELLI
Jornal da Tarde

As vítimas de seqüestro já podem contar com um serviço que irá ajudá-las a superar o trauma psicológico da violência. No próximo mês, começa a funcionar no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas um atendimento especializado e gratuito para seqüestrados. Os pacientes participarão de sessões de psicoterapia em grupo, onde poderão compartilhar suas experiências. O serviço deverá receber o nome de Grupo de Resgate da Vida.

O psiquiatra Eduardo Ferreira Santos, de 49 anos, que coordenará o serviço, estuda casos de pessoas em situações de crise, decorrentes de perdas, lutos e tragédias, chamadas de estresse pós-traumático. O assunto foi tema da sua dissertação de mestrado.

Com o crescimento dos seqüestros, o psiquiatra observou que havia mais ênfase quanto à personalidade dos seqüestradores e a que tipo de distúrbios eles teriam para cometer esses crimes. "Mas em nenhum momento se abordava as consequências para a vítima", afirmou Eduardo.

Há poucos dias, ele leu uma entrevista com o relato de um seqüestrado. A vítima afirmava que ninguém seria mais a mesma pessoa depois da experiência do cativeiro. A afirmação do rapaz foi de encontro a toda experiência do psiquiatra: a de que todas as pessoas saem modificadas de uma situação de crise. "Seja para melhor ou pior", observa.

O médico, autor de quatro livros, acreditou que já era tempo de oferecer esse serviço. O objetivo da terapia é o de que as pessoas transformem a experiência traumática em crescimento interior. Em outras palavras, que elas revertam o jogo e saiam fortalecidas.

De acordo com ele, o seqüestrado é colocado em situação de vulnerabilidade e também se confronta com o risco de morrer. Essa seria uma das principais dificuldades das vítimas de seqüestro.

A descoberta da insegurança

"As pessoas descobrem que não existe segurança absoluta. Em segundos, a vida pode ser mudada. E isso costuma cair como um trovão na cabeça", aponta o psiquiatra.

Ele alerta que os seqüestradores usam a estratégia de despersonalizar as vítimas, fazendo com elas se tornem totalmente fragilizadas, presas em cubículos.

Essa estratégia, segundo o psiquiatra, diminui a possibilidade de reação e até dificulta um possível reconhecimento posterior. "O seqüestrado tem a brutal sensação de que a vida dele está por um fio que ele é um morto vivo".

Embora o psiquiatra não tenha conversado com o publicitário Washington Olivetto, que ficou 53 dias em um cativeiro, afirma que o ele conseguiu manter o controle da personalidade justamente para não entrar no jogo dos seqüestradores, que era o de despersonalizá-lo: "Para isso, ele usou a criatividade, que é uma característica dele".

O psiquiatra explica que é importante as pessoas procurarem o serviço logo após o seqüestro, como se fosse um pronto-socorro. A seleção dos interessados em participar do grupo vai levar em conta o tempo em que o seqüestro aconteceu: "Tem de ser recente, no máximo acontecido há três meses, porque, em um período maior, a vítima já pode ter desenvolvido um quadro crônico".

Dependendo do número de interessados, ele espera dividir os grupos entre as vítimas de seqüestro relâmpago e de cativeiro. Serão 10 sessões, uma vez por semana, com duração de uma hora e meia. O número de participantes ficará entre 15 a 20 pessoas.

O grupo também está aberto a psicólogos e estudantes de psicologia, que poderão participar do grupo de estudos que será criado junto com o serviço. Os interessados deverão se inscrever no telefone 3069-6576, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h.

“O grande vilão é o alcoolismo, que acaba proporcionando mais suscetibilidade à violência”

Carlos Alexandre Guerra, cirurgião

“As pessoas descobrem que não existe segurança absoluta. Em segundos a vida pode ser mudada”

Eduardo Ferreira Santos, psiquiatra

“Quase bati o carro duas vezes. A impressão era que um carro me seguia. Era uma sensação forte”

Júlio Cesar Carmo, vítima de seqüestro

CREATION OF THE AURICLE



JUAREZ M. AVELAR

O livro sobre cirurgias especializadas em orelhas foi escrito pelo médico Juarez Avelar, que já atendeu várias vítimas de seqüestro

Robson Fernandez/AE



Washington Olivetto: torturado psicologicamente durante os 53 dias em cativeiro

Helvio Romero/AE



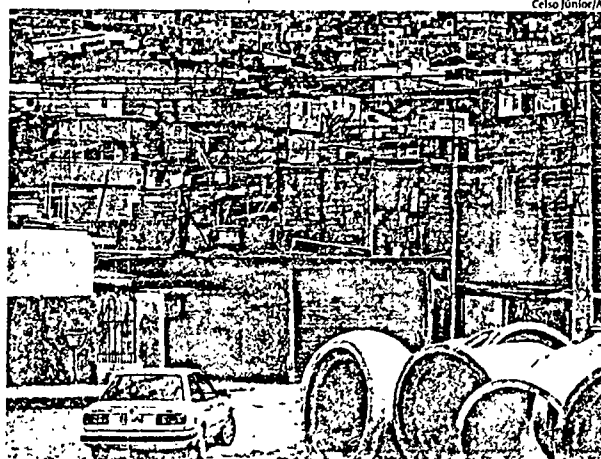
Seis meses depois do seqüestro, o cabeleireiro Julinho ainda continua assustado

Epitácio Pessoa/AE



Alguns prontos-socorros atendem 1,2 mil pacientes por dia

Celso Júnior/AE



O cabeleireiro foi levado para a Favela Pantanal, na zona sul

Paulo Liebert/AE



3/3

Folha de
nº 01-03/1-2002
do proc.
M. Luccas
Cliffia Técnica
0.913

Violência avança sobre bairros nobres de SP

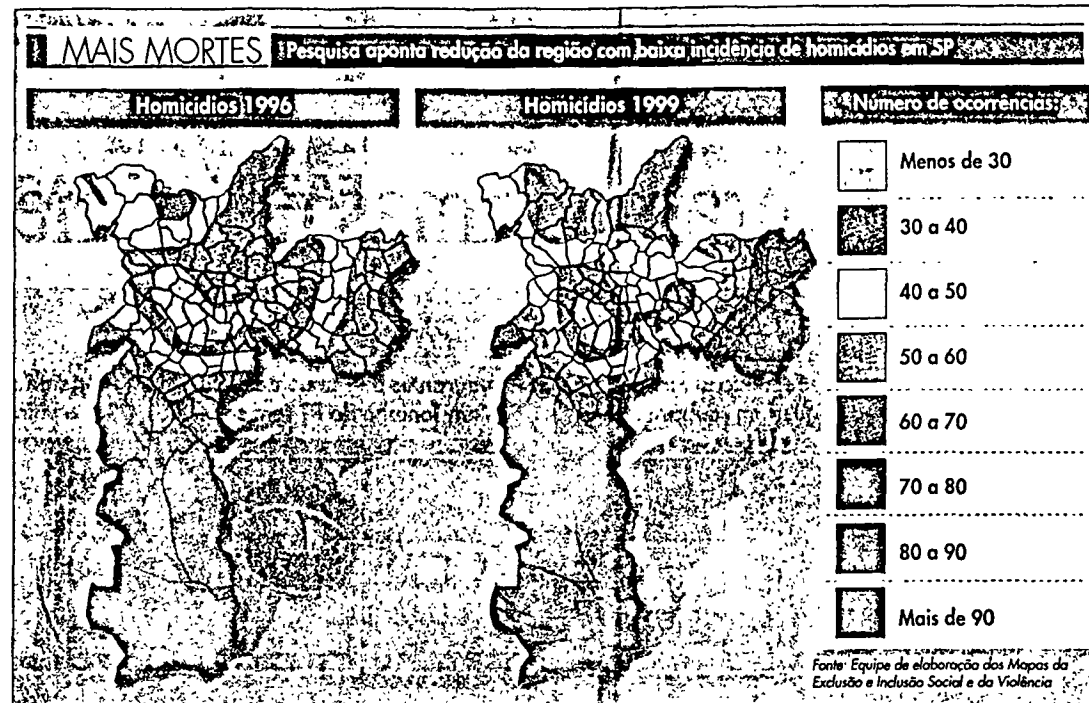
Pesquisa mostra que área com menos de 30 homicídios anuais encolheu em 3 anos

IVARI PITTA

Pesquisa comparativa entre estatísticas de homicídios na capital mostra que existe uma tendência de crescimento no número de ocorrências nas regiões centrais da cidade. De acordo com a análise da equipe que prepara a versão atualizada do Mapa da Exclusão Social – coordenada pela vereadora e futura secretária municipal de Assistência Social, Aldaíza Sposati (PT) –, a chamada “área de segurança”, onde é menor a incidência desse tipo de crime, reduziu sensivelmente em três anos. As estatísticas da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) são relativas aos anos de 1996 e 1999.

Além de medir indicadores econômicos e sociais, o trabalho estuda a incidência de crimes nos 96 distritos da capital. Dessa observação surgiu o Mapa da Violência. “Principalmente na região central, em distritos como Sé e República, houve aumento de homicídios. A área de segurança era um sorriso em 96, mas transformou-se em um ‘sorriso murcho’ em 99”, descreve a pesquisadora Dirce Koga, doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e integrante da equipe.

Dirce levará os dados hoje a um seminário promovido pela Arquidiocese de São Paulo. “Queremos avaliar a atuação da Igreja na cidade e a melhor maneira de se fazer isso é conhe-



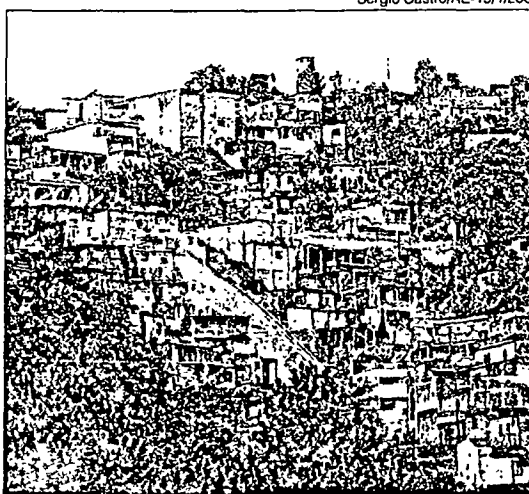
Sérgio Castro/AE-15/1/2002

cendo a realidade de São Paulo”, afirma a coordenadora da Subcomissão Universidade da Arquidiocese, Eva Turim, que articula a relação entre a arquidiocese e instituições de ensino superior.

**JOVEM É
AUTOR E
VÍTIMA
PREFERENCIAL**

Ranking – Quando a análise de ocorrências de homicídios é feita respeitando-se os limites geográficos de cada distrito, Dirce ob-

serva que são sempre as mesmas regiões que integram o ranking das dez mais violentas. “Embora mude ano a ano, não há grandes alterações. Se Brasília, por exemplo, estava em uma posição em tal ano, no se-



Favela no Jardim Angela: sobra violência e falta infra-estrutura

guinte pode cair ou subir uma posição, mas estará lá de qualquer maneira.”

A coleta de dados da Seade difere da feita pela Secretaria de Segurança Pública. De acordo com informações disponíveis na página da pasta na Internet, a partir de 2000 houve uma estabilização do número de homicídios cometidos na capital. No balanço anual daquele ano, registrou-se queda de 1,7% em relação aos números de 1999, último ano analisado pela pesquisa. A Assessoria de Imprensa da secretaria afirmou que todas as medidas necessárias para o combate à criminalidade estão sendo colocadas em prática, como blitz e policiamento ostensivo nas ruas.

Não bastasse sofrer com a violência em si, moradores de bair-

ros estigmatizados como violentos – caso dos Jardins Angela e São Luís, na zona sul, e Cidade Tiradentes, na região leste, entre outros – sentem-se constrangidos. Vem também a carência de políticas públicas e acesso a serviços básicos, como saúde, educação, cultura e lazer.

Essa ausência do poder público atuante explicaria em parte porque os jovens de 15 a 24 anos são os protagonistas da maior parte dos homicídios, tanto no papel de autores como no de vítimas. “A juventude é a faixa etária com menos serviços de atendimento na cidade. É a que mais morre e mata”, avalia Dirce. “Os jovens não têm perspectiva de futuro. Eles preferem viver bem hoje, ainda que, por pouco tempo, do que ter a vida que os pais levam.”

Os distritos onde é maior a porcentagem populacional dessa idade são justamente os que mais apresentaram crescimento nos últimos anos. Enquanto o centro teve queda de até 30% no número de moradores, Anhangüera tem três vezes mais habitantes.

Tanta discrepância faz surgir carências diversificadas e exige trabalhos diferenciados. Pela análise de renda na capital, observa-se que apenas 5,98% dos quase 3 milhões dos chefes de família ganham acima de 30 salários mínimos, ou R\$ 5.400. Na comparação entre o melhor e o pior distrito nesse item, há uma distância social de 400 vezes entre Morumbi e Cidade Tiradentes.

Para a pesquisadora PUC, a solução para criminalidade e violência social são bastante semelhantes, embora da região da cidade necessite saída própria. “Não dá para ter políticas públicas homogêneas e únicas porque a cidade não é assim”, argumenta Dirce. “A solução é investimento pesado, com qualidade. Dar a essas pessoas excluídas a chance de sonhar.”

Folha nº 17 do proc.
nº 01-057 de 2002
Assistente de Chefe Técnica
Mirandolina M.T. Luccas
Revisão 10/913

Dificuldade de buscar ajuda da mãe não abusiva
Dificuldade de buscar amigos

Confusão na identidade sexual
Bloqueio ou exacerbação do impulso sexual

Dificuldade, nos adolescentes, de estabelecer uma relação aberta e positiva com meninas

Tendência a tornar-se abusador ou a repetir o papel de vítima, prostituindo-se

Agressividade ou apego em relação ao agressor

Fonte: Pava, (trabalho de Atuação em Vítimas de Abuso Sexual) - 2001

nº 01-051 de 20 012

Refêns do segredo

Mirandinha M.P. Luccas

Assistente de Chefia Técnica

Editoria de Arte/Folha Imagem

Registro 10.913

Na maioria dos casos, abuso é doméstico e o autor é o pai ou padrasto

FERNANDA MENA
GUILHERME WERNECK

DA REPORTAGEM LOCAL

Quando o assunto é abuso sexual, as estatísticas são apenas a ponta do iceberg. Mesmo assim, elas são alarmantes: mais de 80% dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes acontecem dentro da casa da própria vítima, segundo dados de 2001 da organização não-governamental Abrapia (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência). Pior: mais de 50% dos casos denunciados têm como autor do abuso o pai do adolescente ou seu padrasto.

Está dado o nó que explica por que a maioria das vítimas prefere ficar calada e quase nunca chega a denunciar a violência que sofre. Seja ela menina ou menino, a vítima do abuso é também refém do silêncio, do medo e da vergonha.

"As meninas são as grandes vítimas. Mas não dá para dizer que elas sofram mais abusos que os meninos. Se elas já têm dificuldade em denunciar, porque a família resiste para evitar um escândalo ou para não perder o provedor da família, no caso dos meninos, o abuso ganha uma conotação de homossexualismo", explica Irene Pires Antônio, 36, psicóloga

ga do Cerca (Centro de Referência da Criança e do Adolescente). A socióloga Marlene Vaz, 59, concorda: "A sexualidade das meninas faz barulho. Com os meninos, tudo é mais silencioso".

Toda forma de poder

Os casos de abuso são mais complexos que o estupro ou o atentado violento ao pudor. Especialistas identificam uma série de situações que podem configurar essa prática, que inclui o incesto (relação sexual entre membros da mesma família), as carícias erotizadas, a masturbação forçada, o exibicionismo, a violência psicológica (ameaças e chantagens) e a sedução com presentes e prêmios.

"Quando se fala em abuso, coloca-se tudo no mesmo saco", alerta Théo Lerner, 34, coordenador do Pavas (Programa de Atenção às Vítimas de Abuso Sexual), serviço da Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo). "O estupro, por exemplo, pode ser comparado a um atropelamento, apesar de ser pior. É uma violência urbana que acomete mulheres de todas as idades. Tem personagens bem marcados e tempo e espaço delimitados, o que torna a denúncia mais fácil", explica. "Já no caso do abuso sexual crônico, que acontece com uma certa frequência, os personagens tornam-se indefinidos porque os papéis familiares são perdidos numa grande confusão que toma a cabeça de todos os envolvidos."

De qualquer forma, o abuso sexual se traduz no uso, por parte do agressor, de alguma forma de poder para submeter ou constranger a vítima a ponto de conseguir dela favores sexuais. "O abuso implica uma relação de violência — seja com o uso de força física, seja por submissão psicológica", diz Marisa Cambráia, 44, psicóloga do Bem-Me-Quer, projeto que atende às vítimas de abuso sexual do hospital Pérola Byington. Segundo Irene, do Cerca, qualquer dessas formas de uso do poder é suficiente para paralisar a vítima e mantê-la em silêncio.

Esse silêncio é responsável pelo mito de que o abuso sexual é uma prática comum



nas camadas mais baixas da sociedade, alimentado pela pobreza e pela promiscuidade. Contudo especialistas advertem que o abuso sexual é universal e atinge todas as classes sociais. "O abuso acontece nas classes média e alta com uma frequência surpreendente. Só que esses casos não vêm à tona porque são barrados pela família", confirma Cláudio de Castro, 52, diretor do Centro de Saúde Escola Geraldo de Paula Souza, da USP.

Comigo, não

Além da subnotificação, o enfrentamento da questão encontra barreiras no próprio comportamento dos jovens. "O adolescente e a criança têm o pensamento mágico de que nada vai acontecer a

eles. Uma vez que nada vai acontecer, eles não querem saber de nada", aponta Marlene Vaz. Soma-se a isso a falta de diálogo a respeito da sexualidade dentro da família e a quase ausência de programas nas escolas e em postos de saúde que alertem para o problema.

Com a proliferação dos serviços de atendimento médico, psicológico e social às vítimas de abuso sexual, o problema, que hoje é tratado como questão de Justiça e de saúde pública, conta com ferramentas de amparo e de solução. "O abuso não é uma relação dual, envolve toda a família, e todos os envolvidos devem receber tratamento", defende Cláudio Cohen, 54, coordenador do Cearas (Centro de Estudos Relativos ao Abuso Sexual).

Fobias, pânico,
personalidade múltipla,
depressão com idéias
ou tentativas de suicídio

Sentimento de
impotência
isolamento social
Ansiedade e tensão

Distúrbios alimentares
Revitimização pelo
mesmo agressor ou por
outros

Distúrbios sexuais
Prostituição

(Fonte: Pavas (Programa de Atenção
às Vítimas de Abuso Sexual))

19 de pro

nº 01-011 de 2007

EFEITOS IMEDIATOS DA VIOLÊNCIA

Sociais

- Mudanças súbitas de comportamento
- Baixa no rendimento escolar, baixa concentração
- Discussões familiares frequentes
- Fuga
- Condutas anti-sociais
- Delinquência
- Abuso de crianças menores
- Prostituição

Psicológicos

- Medo e ansiedade
- Hostilidade frente ao sexo do agressor
- Culpa
- Angústia
- Depressão
- Baixa auto-estima
- Conduta sexual anormal (excesso de curiosidade, masturbação compulsiva, exibicionismo)
- Agressividade

Físicos

- Distúrbios do sono (de 17% a 20%)
- Mudanças nos hábitos alimentares
- Inflamações, esquimoses, fissuras
- Infecções urinárias e vaginais
- Gravidez (de 1% a 11%)
- Aborto
- Morte por tentativa de aborto ou suicídio

Vítima desenvolve um tipo de comportamento sexual ou agressivo

DA REPORTAGEM LOCAL

Romper o silêncio que envolve a situação de abuso sexual é o passo mais difícil para a vítima. O medo, a culpa, a vergonha e a baixa auto-estima gerados pelo abuso isolam o jovem e o afastam de qualquer ajuda possível.

No entanto a vítima dá sinais a quem está próximo de que algo está errado. "A vítima de abuso encontra maneiras de pedir ajuda por meio de seu comportamento", explica Dalka Ferrari, 56, coordenadora do CNRVV (Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae). São manifestações de um comportamento sexualizado ou agressivo (veja quadro ao lado).

"Existe a agravante de a mãe não acreditar no jovem, ou de ela não denunciar o abuso para não perder o companheiro", afirma Wânia Pasinato, socióloga do Núcleo de Estudos da Violência da USP. "Quando a criança percebe que a família não é receptiva, ela se abre com pessoas em quem ela tem confiança na escola ou na vizinhança", completa Dalka.

Segundo o psicólogo Antônio Pinto Junior, durante o processo traumático do abuso, em alguns casos, a vítima pode, mais tarde, reproduzir o dano sofrido e tornar-se um abusador. Um dado do Hospital Pérola Byington confirma essa tendência: 30% dos casos atendidos de abuso são cometidos por adolescentes.

Para quebrar esse ciclo de violência, os especialistas apostam na prevenção e no tratamento familiar. A prevenção é feita por meio da educação, do debate e da divulgação dos serviços de atendimento que têm os profissionais e as ferramentas necessários à recuperação da vítima. "É preciso produzir conhecimento sobre o abuso sexual e divulgá-lo", diz Cláudio de Castro, do Pavas.

O tratamento psicológico deve envolver toda a família. "Não é válido que o agressor vá para a cadeia e o jovem seja retirado da casa. A relação incestuosa cessa quando a família aprende uma nova forma de se relacionar", diz Cláudia Garcia, 35, psicóloga do Cearas. (FM E GW)

Brasil tem plano de combate ao problema

DA REPORTAGEM LOCAL

De acordo com especialistas, o Brasil está à frente dos países latino-americanos na criação de políticas públicas para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Isso porque o país conseguiu formular o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, elaborado em conjunto pelo governo federal e por uma série de organizações não-governamentais e instituições como o Ministério Público e o Judiciário.

O plano foi considerado exemplar no 2º Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em dezembro de 2001 em Yokohama, no Japão. "Entre os 150 países que firmaram um compromisso de apresentar planos de combate à violência sexual no primeiro congresso, ocorrido em 1996, em Estocolmo (Suécia), o Brasil foi um dos primeiros a definir o seu. É um plano de qualidade", diz Veet Vivarta, 48, diretor-editor da Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância).

Contudo o plano apenas traça diretrizes que têm de ser adotadas pelos Estados e municípios. "É um processo mais lento, mas mais efetivo", defende Leila Leonards, do Ministério da Justiça.

Entre as principais diretrizes do plano estão a análise da situação em que o país se encontra em relação à violência sexual, a mobilização para enfrentar a questão, a atualização da legislação e o combate à impunidade, o atendimento das vítimas, a prevenção de abusos e o estímulo ao engajamento juvenil. (GW)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n°

20

do processo n° 01- 51

de 20 02 19 03 02

(a) Adelina

QED

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, nada consta:
Em 19-03-02

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

A Com. de Const. e Justiça

19 / 03 / 2002

BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 20.3.02 às 14 h


FÁBIO DE CASTRO PAIVA
Secretário

ACIEV OICANI
Município de Jaboão
Sertão

SE GUE juntado nesta data, documento e papel para Informação, rubricado
sob folha nº 120,22

Em 22/03/02

(a)
Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.138



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 281	do
Processo 51102	
Carlos Roberto Silva	
Reg. 11134	

DEFERIDO	
★	21 MAR 2002
1 - L	
PRESIDENTE	

REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0524/2002

REQUEIRO a Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT

Seção de Publicação e Edição de Anais DT - 10
22 MAR 2002
22:30h

A Com. de Const. e Justiça

22 / 3 / 02

Breno Gandelman

BRENO GANDELMAN

Assessor T^o Leg. Chefe

A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 22/3/02 às 11:00

Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

DRAUZIO VARELLA

Violência epidêmica

A VIOLÊNCIA urbana é uma enfermidade contagiosa. Embora possa acometer indivíduos vulneráveis em todas as classes sociais, é nos bairros pobres que ela adquire características epidêmicas.

A prevalência varia de um país para outro e entre as cidades de um mesmo país, mas, como regra, começa nos grandes centros urbanos e se dissemina pelo interior. A incidência nem sempre é crescente, mudança de fatores ambientais e medidas mais eficazes de repressão, por exemplo, podem interferir em sua escalada.

As estratégias que as sociedades adotam para combater a violência flutuam ao sabor das emoções, raramente o conhecimento científico sobre o tema é levado em consideração. Como reflexo, a prevenção das causas e o tratamento das pessoas violentas evoluíram muito pouco no decorrer do século 20, ao contrário dos avanços ocorridos no campo das infecções, câncer, diabetes e outras enfermidades.

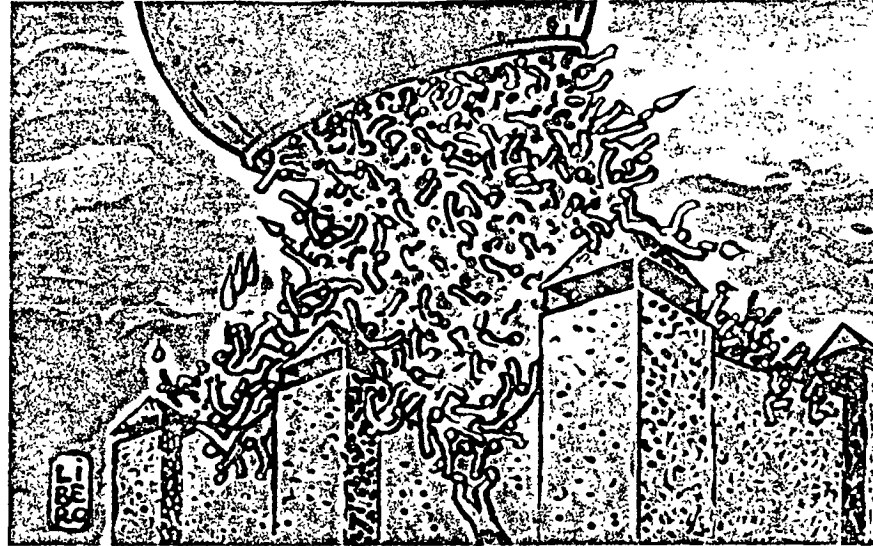
A agressividade impulsiva é consequência de perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional. Tendências agressivas surgem em indivíduos com dificuldades adaptativas que os tornam despreparados para lidar com as frustrações de seus desejos.

A violência urbana é uma doença com múltiplos fatores de risco, dos quais os mais relevantes são a pobreza e a vulnerabilidade biológica.

Os mais vulneráveis são os que tiveram a personalidade formada num ambiente desfavorável ao desenvolvimento psicológico pleno. A revisão dos estudos científicos já publicados permite identificar três fatores principais na formação das personalidades com maior inclinação ao comportamento violento:

- 1) crianças que apanharam, foram abusadas sexualmente, humilhadas ou desprezadas nos primeiros anos de vida.
- 2) Adolescência vivida em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.
- 3) Associação com grupos de jovens portadores de comportamento anti-social.

Na periferia das cidades brasileiras vivem milhões de crianças que se enquadram nessas três condições de risco. Associadas à falta de acesso aos recursos materiais, à desigualdade social, à corrupção policial e ao péssimo exemplo de impunidade dado pelos chamados criminosos de colarinho-branco, esses fatores de risco criam o caldo de cultura que



alimenta a violência crescente nas cidades.

Na falta de outra alternativa, damos à criminalidade a resposta do aprisionamento. Embora pareça haver consenso de que essa seja a medida ideal e de que lugar de bandido é na cadeia, não se pode esquecer que o custo social de tal solução está longe de ser desprezível. Além disso, seu efeito é passageiro: o criminoso fica impedido de delinquir apenas enquanto estiver preso. Ao sair, estará mais pobre, terá rompido laços familiares e sociais e dificil-

mente encontrará quem lhe dê emprego. Ao mesmo tempo, na prisão, terá criado novas amizades e conexões mais sólidas com o mundo do crime.

Construir cadeias custa caro; administrá-las, mais ainda. Para agravar, obrigados a optar por uma repressão policial mais ativa, aumentaremos o número de prisioneiros a ponto de não conseguirmos edificar prisões na velocidade necessária para albergá-los. As cadeias continuarão superlotadas, e o poder dentro delas, nas mãos dos criminosos or-

ganizados.

Seria mais sensato investir o que gastamos com as cadeias em educação, para prevenir a criminalidade e tratar os que ingressaram nela. Mas, como reagir diante da ousadia sem limites dos que fizeram do crime sua profissão sem investir pesado no aparelho repressor e no aprisionamento, mesmo reconhecendo que essa é uma guerra perdida?

Estamos nesse impasse!

Na verdade, não existe solução mágica a curto prazo. Precisamos de uma divisão de renda menos

brutal, motivar os policiais a executar sua função com dignidade, criar leis que acabem com a impunidade dos criminosos bem-sucedidos e construir cadeias novas para substituir as velhas, mas isso não resolverá o problema enquanto a fábrica de ladrões colocar em circulação mais criminosos do que nossa capacidade de aprisioná-los.

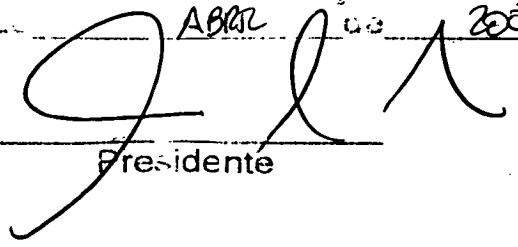
Só teremos tranquilidade nas ruas quando entendermos que ela depende do envolvimento de cada um de nós na educação das crianças nascidas na periferia do tecido social. O desenvolvimento físico e psicológico das crianças acontece por imitação. Sem nunca ter visto um adulto, ela andará literalmente de quatro pelo resto da vida. Se não estivermos por perto para dar atenção e exemplo de condutas mais dignificantes para esse batalhão de meninos e meninas soltos nas ruas pobres das cidades brasileiras, vai faltar dinheiro para levantar prisões.

Enquanto não aprendemos a educar e oferecer medidas preventivas para que os pais evitem ter filhos que não serão capazes de criar, cabe a nós a responsabilidade de integrá-los na sociedade por meio da educação formal de bom nível, das práticas esportivas e da oportunidade de desenvolvimento artístico.

Folha nº 2247
Processo 5102
Carlos Roberto Silva
Reg. 11120

Ao Nobre Vereador J. HATO
para relatar

Sala do Conselho de Constituição e Justiça
Em 02 de ABRIL de 2002


Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUEM, juntados nesta sessão, os autos da representação rubricados sob

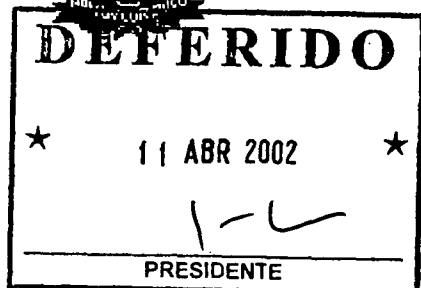
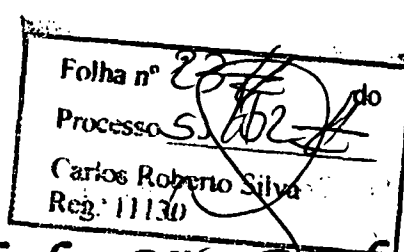
Folhas de nº

15,04,02

Carlos Roberto da Silva
Req. 11130



Câmara Municipal de São Paulo



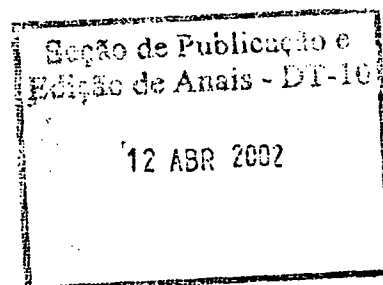
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0942/2002

REQUEIRO a Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 51/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

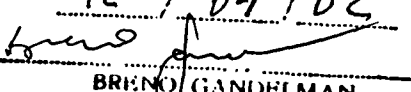
Sala das Sessões, em 09 de abril de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT



A Com. de Const. e Justiça

12 / 04 / 02


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 12/04/02 às 16h30

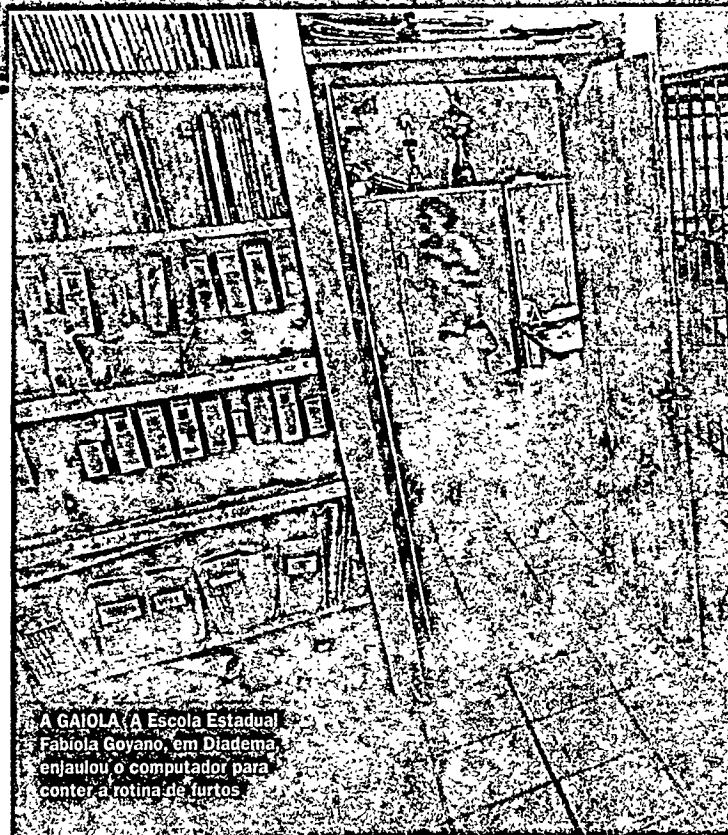
Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

Prendizado de chumbo

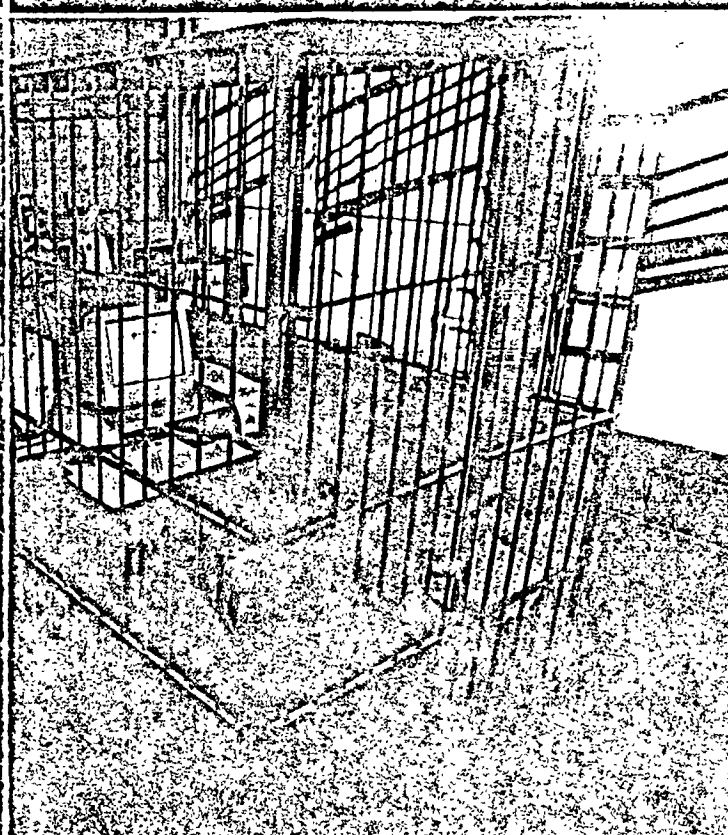
Onde há violência, a pedagogia não viceja, ensina a truculenta rotina de escolas públicas

PAULA PEREIRA

"Sem novidade." A anotação do soldado PM Regiane repete-se dezenas de vezes no livro de ronda da Escola Estadual General José Artigas, em Diadema, na Grande São Paulo. Todas as semanas, policiais militares visitam os colégios públicos da periferia indagando ao funcionário de plantão: "Alguma novidade?" Registram a ausência de problemas numa espécie de livro-ata de cada escola. Já na primeira semana do ano letivo de 2002, num desses períodos "sem novidades" na General Artigas, uma grade foi arrombada e a escola invadida por desconhecidos. Acontece quase



A GAIOLA (A Escola Estadual Fabíola Goyano, em Diadema, enjaulou o computador para conter a rotina de furtos)



toda semana: jovens das cinco favelas que circundam o desbotado prédio de dois andares entram ali sem pedir licença. Em dias amenos, protagonizam uma bagunça tolerável: andam de skate, perturbam as aulas, conversam com alunos. Mas não é incomum que a situação saia do controle: numa explosão de fúria, há dois anos, chegaram a atear fogo a cortinas.

A General Artigas convive com a rotina de invasões sem recorrer à polícia. Optou por criar um "corpo de segurança" formado pelos próprios estudantes, incumbido de negociar com os penetras e pedir que se retirem. No início do ano passado, um homem entrou armado e espancou sua mulher dentro da escola. Foi controlado e retirado pelos alunos-guardas. "Fiquei com medo na hora, mas se não estivéssemos lá a situação teria sido mais difícil", diz Simone Gomes dos Santos, de 17 anos, uma das integrantes do grupo. No dia 21 de fevereiro, outro membro da equipe, Luciano da Silva, de 17 anos, encontrou um garoto fumando maconha no banheiro e doutrinou-o para que parasse. "Converso com quem dá para conversar. Mas se é gente da boca, do tráfico, nem chego perto", explica.

Mauricio Geresin/Proca

O QUADRO-NEGRO DA VIOLENCIA NAS ESCOLAS

Pesquisa mostra que três em cada quatro escolas

O ESPECTRO DO PROBLEMA

Episódios relatados pelas escolas

Danos materiais	Ameaças contra pessoas
Depredações 81%	Brigas entre alunos 90%
Pichações internas 60%	Tráfico e uso de drogas nas imediações 58%
Arrombamentos 57%	Invasão de estranhos 33%
Explosão de bombas na escola 45%	Ameaça de morte 30%
Furtos 21%	Porte de arma 26%

O QUE PROVOCA A VIOLENCIA

Na opinião de diretores, pais e alunos

O problema na família
Falta de valores sociais e éticos 76%
Desagregação familiar 75%
Pais que jogam para a escola as responsabilidades da família 63%
Carências múltiplas (desemprego, exclusão social e miséria) 60%

públicas de São Paulo sofrem com o vandalismo e crimes

entrevistados

O problema entre os alunos
Não veem a utilidade da escola 87%
Não têm padrões de comportamento 76%
Sem perspectiva de futuro promissor 64%
Valem-se da interpretação equivocada do Estatuto da Criança e do Adolescente 56%

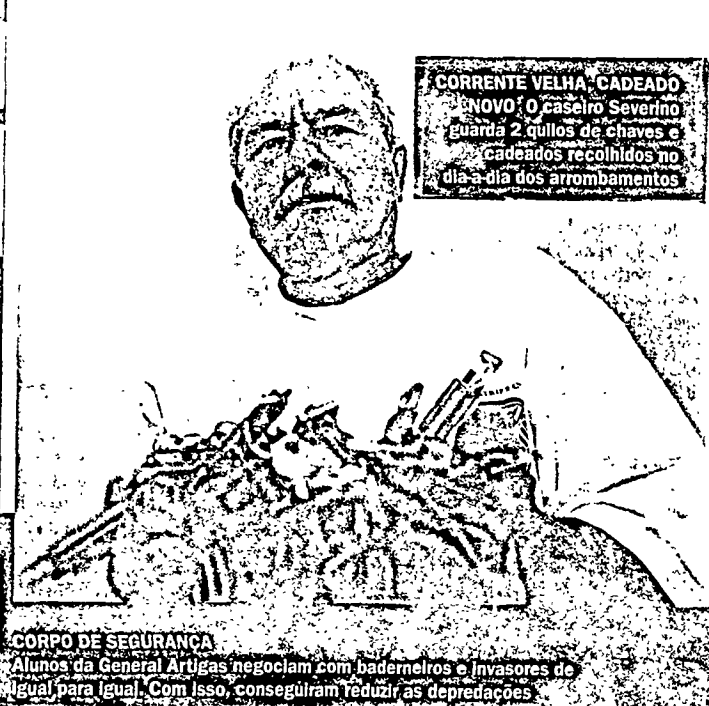
O problema entre os professores
Alta rotatividade de professores 50%
Baixos salários 49%
Falta de treinamento e capacitação 48%
Jornada excessiva de trabalho 37%

O QUE FAZER PARA MELHORAR

Sugestões dadas pelas escolas

Projetos para valorização da escola 77%
Contratação de vigias e inspetores 69%
Maior participação dos pais 66%
Centros de lazer na escola 59%
Policiaamento permanente 56%

SILENCIO



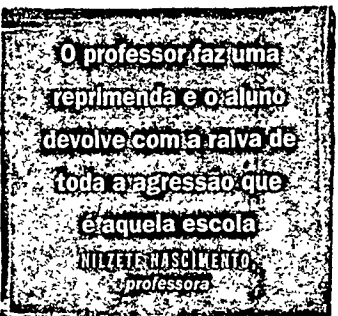
CORPO DE SEGURANÇA
Alunos da General Artigas negociam com badateleros e invasores de igual para igual. Com isso, conseguiram reduzir as depredações

Essas histórias povoam conversas na sala de professores e no pátio da escola, mas jamais chegam aos registros policiais. Ocorre que, na periferia da megalópole, a violência faz parte da rotina. E a intervenção policial está longe de ser uma solução duradoura. Nos casos realmente graves, a polícia chega quando a trégua já foi celebrada. "Eles vêm, instauram uma ordem temporária, mas depois vão embora e nós ficamos com o problema", resume um professor da General Artigas.

Paredes pichadas, grades remendadas e o troca-troca de fechaduras e cadeados dão testemunho da violência cotidiana de boa parte das escolas públicas da periferia de São Paulo. Ela poderia até se confundir com indisciplina — mas vai muito além. Por vezes, os incidentes evoluem do vandalismo para agressões físicas e mesmo homicídios. Apenas neste último caso há uma estatística segura, porque não é possível camuflá-la. Em 2001, só na cidade de São Paulo foram registrados nove assassinatos dentro ou na porta das escolas, além de oito tentati-

vas de homicídio, 17 portes ilegais de arma e 102 retiradas de invasores.

Um desses casos trágicos foi a morte do professor José Carneiro dentro de uma classe da Escola Estadual Professora Palmira Grassiotto Ferreira da Silva, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. No dia 9 de novembro de 2001, ele dava aula de geografia na 7ª série quando, sem motivo aparente, o estudante A.M., de 17 anos, apanhou o molho de chaves que o professor deixara sobre a mesa e lhe atirou o objeto na cabeça. As chaves ficaram enter-



radas na testa de Carneiro, que sofreu traumatismo craniano e foi operado para a drenagem de um coágulo. Teve complicações dias depois e não resistiu. A turma que presenciou a cena repete a versão oficial de que foi um acidente: o colega de classe estava rodando entre os dedos o chaveiro, que lhe escapou da mão. "É difícil acreditar que a chave tenha atingido o Zé com aquela força por acidente", contesta a viúva, Ana Lúcia Carneiro, fazendo coro com alguns professores. O agressor saiu da escola, nunca foi preso e não se conhece seu paradeiro. O colégio retomou a rotina como se nada houvesse acontecido.

A exemplo de outras escolas, prevalece na Palmira uma perversa lei do silêncio. Funcionários e alunos temem se identificar para relatar a violência que sofreram ou presenciaram. Têm medo de represálias dos autores das agressões e, no caso de professores e diretores, de retaliações administrativas. Queixam-se de que são proibidos de falar sobre problemas de violência pela secretaria estadual de Educa-

ção, Rose Neubauer. "Problemas existem em apenas algumas unidades, por que então falar das exceções?", diz o secretário-adjunto, Hubert Alquéres, justificando a tese do silêncio. As ações da própria Secretaria mostram que o problema está longe de ser excepcional. Das 5.600 escolas estaduais, um terço será abastecido de câmeras e alarmes na tentativa de coibir o vandalismo e as invasões.

Uma pesquisa anual do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo) mostrou que 76% de 429 colégios entrevistados foram cenário de algum episódio violento em 2001 (leia o quadro na página 44). "As escolas estão temerosas", diz o presidente da Udemo, Roberto Torres Leme. "Há uma ameaça velada, mas constante, que não pode ser denunciada porque vai atrair a polícia. É como espantar moscas: a violência sai, mas depois volta."

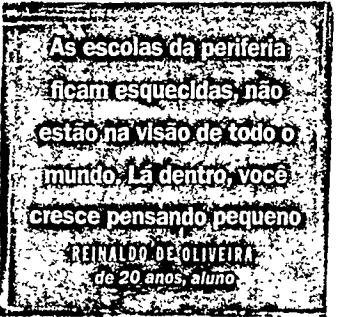
O medo e a intimidação são chances para diretores e docentes. Em uma noite de setembro, uma professora foi com a cabeça sangrando da sala de au-

la da Escola Estadual Professor Domingos Peixoto da Silva, também em São Bernardo do Campo. Alunos de uma turma noturna haviam colocado uma lata de lixo repleta de cacos de vidro sobre a porta da sala, posicionada para despencar no primeiro que cruzasse o batente. A agressão não foi parar na Justiça porque a direção desencorajou a vítima. Em geral, diretores não gostam de ver o nome da escola envolvido em casos assim.

Eles só apelam à polícia quando é inevitável. Como o tiroteio que acon-

teceu na mesma escola na noite de 6 de setembro de 2001. O barulho de estampidos foi logo reconhecido pelos alunos, que se atiraram ao chão. "Professora, abaixa que é tiro!", gritavam. Depois que a confusão cessou, todos saíram para checar as marcas de bala na fachada. Descobriram que dois alunos haviam sido perseguidos e baleados dentro do terreno da escola. Fábio Pereira, de 18 anos, morreu do lado de fora do muro. Nunca se soube exatamente o motivo da briga. "Ninguém se atreveu nem a ir olhar. Na saída, estava lá o corpo estendido no chão, como diz a música", recorda a professora Nilzete Nascimento.

Invasida pela violência do bairro nesse tiroteio eventual, a Domingos Peixoto lida todo dia com a que se vê dos muros para dentro: a do abandono. Não há biblioteca para os quase 3 mil alunos. Por falta de espaço, as aulas são ministradas em duas salas de paredes de compensado, com vidros quebrados. Foram apelidadas de "barracão". Uma delas tem um rombo na parede por onde passaria ▶



49

Folha nº 22-17-18-19
Processo 51/02-1
Carlos Roberto Silva
Reg. 11136

Os alunos que freqüentam essas escolas são, na maioria, filhos da típica família brasileira. Pais trabalhadores, mães ocupadas em ajudar no orçamento, sem tempo para acompanhar a vida escolar da prole. Com algumas exceções, é gente que dá duro e enfrenta toda sorte de problema na guerra pela sobrevivência. Não são apenas representantes das camadas marginais ou miseráveis da sociedade. Isso torna o drama escolar de seus filhos mais representativo e, portanto, mais grave.

Para a comunidade que freqüenta esses colégios, a natureza da violência ou as estratégias para vencê-la pouco interessam. Quer-se um ambiente sem medo, em que os estudantes não corram risco de presenciar um tiroteio ou uma agressão do colega ao lado. "Onde há medo, não há trabalho educativo possível", alerta Marília Sposito, da USP. Esse temor se manifesta na arquitetura dos prédios. Na aparência, as escolas se assemelham a cadeias, com portões de ferro, grades, cadeados nos corredores e até na porta das salas.

Na secretaria da Escola Estadual Fabíola de Lima Goyano, no Jardim União, em Diadema, uma gaiola de 2 metros de altura por 2 metros de largura guarda um computador usado pelos funcionários. A jaula fica aberta durante o dia e é trancada à noite, para protegê-lo dos infortúnios que já privaram o colégio de outros equipamentos preciosos. Na vizinha Artigas, durante a primeira reunião do ano os mestres discutiam a necessidade de uma gaiola do gênero para a TV de 29 polegadas recém-adquirida.



AMEAÇA Uma inspetora do Maria Regina foi jurada de morte por um invasor. Em 1999, afastou-se por três meses da escola

publicada no fim do ano passado, que chegou a resultados semelhantes aos da Udemo. De 1.500 unidades investigadas em todo o país, 20% sofreram algum tipo de depredação e 34% registraram agressões a pessoas.

O número de arrombamentos pode ser mensurado pela quantidade de chaves sem porta e cadeados quebrados. "Em 2001, diminuí porque a escola passou a ficar aberta para evitar novos estragos", diz o caseiro Severino Vitorino, de 65 anos, há oito na Artigas. Nesse ano mais "tranquilo", foram consumidos R\$ 394,60 da verba de manutenção com 46 cadeados. Também houve menos utilidade para a máquina de solda comprada pelos professores para consertar grades. Ainda assim, na primeira semana de aula de 2002, ela foi posta em uso.

"Trancar o prédio como se quem estivesse lá dentro fosse marginal e a escola uma prisão tem efeito nocivo para a socialização do aluno. Ele pode reagir pensando: 'Se é prisão, vamos fazer revolta'", alerta Ione Vasques-Menezes, da Universidade de Brasília. Ela coordenou a pesquisa Retrato da Escola II,

O mais alarmante é que nos locais onde há ocorrência grave contra pessoas a proficiência dos alunos pode cair à metade. A violência afeta diretamente a qualidade de ensino. A experiência ensina que as escolas mais conservadas, abertas à comunidade e que controlam melhor a entrada e a saída de pessoas tendem a ser mais seguras.

O professor de física e matemática Antônio Emílio retirou uma queixa-crime contra seu ex-aluno Edvaldo Del Montes, da Escola Estadual Deputado Augusto Amaral, no Jaguaré, na Zona Oeste. No dia 21 de maio, o rapaz desferiu-lhe um soco no olho. Achou que o mestre havia lhe marcado falta. Emílio voltou para lecionar com o olho tingido de sangue e não aceitou a transferência que lhe propuseram. "Violência é falta de educação. Se saísse assim, eles criariam mais asas. Não gosta do professor? Vai lá e bate nele." Ouviu provocações de outros estudantes e repreensão da diretora da escola. Sem apoio, preferiu enterrar o assunto.

Alimentou desse modo a política de silêncio que perpetua o convívio da comunidade escolar com a violência. "O mundo está assim por causa das pessoas que ficam encobrindo o malfeito. Agora está tudo tomado e é difícil reverter", avalia a merendeira Maria da Glória Batista Silva, de 54 anos, enquanto recolhe a lixeira amassada e a papelada do chão, que sobram da última arruaça promovida por invasores na Escola Estadual Maria Regina, no dia 28 de fevereiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUIM, juntados nesta data, os documentos em anexo, para publicação sob
assinatura

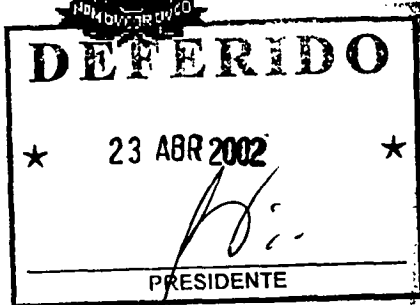
Folhas de nº

208921
254142

a) Carlos Roberto da Silva
Req. 11130



Câmara Municipal de São Paulo



Folha nº 28 #	do
Processo 5152 #	
Carlos Roberto Silva	
Reg. 11130	

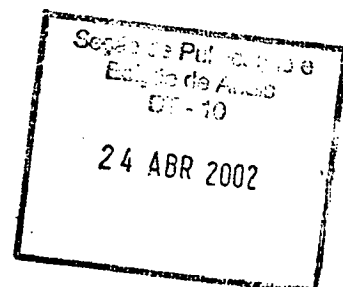
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-1012/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT



Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 25/04/02

A Com. de Const. e J. 24/04/2002
BRENNO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chf.
A.T.M.

Secretaria identifica as 80 escolas mais violentas

Agliberto Lima/AE

Lugares onde ocorrem mais crimes estão na capital, em Campinas e na Baixada Santista

ZULEIDE DE BARROS

SÃO VICENTE – A Secretaria da Segurança Pública acaba de realizar um mapeamento da violência registrada no interior e no entorno das escolas em todo o Estado. Os colégios foram catalogados de acordo com o grau de periculosidade: alta, média e pequena, incluindo os horários de maior incidência dos crimes. Segundo o secretário Saulo Abreu, foram detectadas 80 unidades de ensino de altíssimo risco, distribuídas entre Campinas, Baixada Santista e capital – apesar da insistência dos repórteres, ele preferiu não discriminar os estabelecimentos.

“A partir desses dados estamos ampliando o policiamento nessas unidades, quase todas localizadas na periferia, com o reforço do número de policiais, instalação de zeladorias, aumento dos muros. Também estudamos

a instalação de câmeras para deter a criminalidade”, disse. Até o fim do mês, de acordo com ele, a PM receberá mais carros e terá equipamentos novos. A corporação também vai ganhar mais homens.

Saulo destacou ainda a necessidade de apoio da Secretaria da Educação na promoção de campanhas. “A Polícia Feminina atua em muitas escolas da capital, onde os PMs tentam esclarecer a comunidade com um programa de combate às drogas. Mas é preciso apoio de professores e pais, que devem mostrar-se mais vigilantes.”

O comandante-geral da PM,

coronel Rui César Melo, informou que das 1.037 escolas estaduais existentes na capital, 450 já contam com algum tipo de patrulhamento. Ele reconhece que houve um aumento da violência escolar este ano. O problema, segundo observou, é cíclico. O ano de 2001, por exemplo, foi calmo. Já em 2000 foram registrados muitos crimes.

Tráfego – Dados da Secretaria da Educação mostram que há 5.512 escolas no Estado, com aproximadamente 6 milhões de alunos. Somente na capital são 1.026 colégios, que atendem 1,38 milhão de alunos. “A gente percebe que o principal fator de insegurança é o tráfego, que se aproveita da inocência e até da pouca informação da comunidade estudantil.” Ele lembrou que o combate a esse tipo de crime exige não só a presença ostensiva do policial na escola, mas investigações profundas.

De acordo com o comandante, menores de 18 anos representam um terço das pessoas presas no Estado pela PM. “Isso revela que precisamos segurar mais as crianças, os adolescentes e os jo-

vens nas escolas. Atividades afastam as crianças das ruas.”

A violência atinge também as escolas municipais da capital. O número de ocorrências atendidas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) nos colégios e em suas imediações cresceu 50% no ano passado. Foram 1.138 casos de violência em 2001, ante os 542 em 2000.

Em 2002, segundo a GCM, dois guardas fazem plantão das 7 às 23 horas em 913 escolas e são feitas rondas em 425 creches. Dados da Secretaria Municipal da Educação mostram que há 1.170 escolas municipais e quase 800 creches.



Câmera vigia saída no Santo Agostinho; modelo adotado em toda a cidade

Pais aprovam sistemas de vigilância nos colégios

Investimentos em câmeras e profissionais chega a R\$ 200 mil por ano em escolas de SP

KATIA AZEVEDO

Com três filhos matriculados no colégio particular Santo Agostinho, no Paraíso, a dona de casa Simone Glerian Machado passou a sentir-se bem mais tranqüila há dois anos, quando a escola investiu R\$ 50 mil em um moderno esquema de segurança, que utiliza dez câmeras e seis monitores de vídeo, além de catracas acionadas por cartões magnéticos. “Foi a melhor coisa que fizeram”, acredita Simone.

Segundo o diretor da escola, com 900 alunos matriculados, padre Abelardo Benito Rica, o sistema permite também que os pais consultem a Internet para saber se os filhos realmente en-

te, até hoje, não tivemos problemas”, afirma a diretora Mary Boyadjian.

Filha de Mary, Fabiane Boyadjian Guimarães é coordenadora pedagógica da Escola Berçário Meta XXI, no Morumbi. Lá também as câmeras de vídeo são usadas para aumentar a segurança dos pequenos. São 9 equipamentos, que permitem não apenas identificar intrusos em potencial, mas também acompanhar o trabalho dos professores. “O sistema acaba se tornando um diferencial para os pais, na hora de escolher a escola”, diz Fabiane.

Já o presidente do Grupo de Escolas Particulares de São Paulo, Sílvyo Gomide, acha que, mais que as câmeras, a melhor medida para conter a violência é investir na formação de profissionais de segurança.

“Esse serviço não deve ser terceirizado, é importante que o funcionário conheça todos os

alunos”, acredita Gomide. Gomide é diretor da Escola Mater Dei, que gasta em torno de R\$ 200 mil por ano com segurança. Quanto semelhante é gasta pelas 37 escolas que integram o Grupo, segundo ele.

Alguns alunos criticam o monitoramento por vídeo. Samara Bueno, de 14 anos, e Rafael Miller, de 15, estudam no Santo Agostinho. Sentem-se seguros na escola, mas reclamam de “uma certa falta de liberdade”. “Se as câmeras flagram um beijo ou um abraço, por exemplo, logo aparece um supervisor para dar bronca”, diz Samara. “Não dá para namorar em paz”, confirma Rafael.

**ALUNOS
RECLAMAM
DE ‘FALTA DE
LIBERDADE’**

**NÚMERO
DE CASOS
AUMENTOU
ESTE ANO**

Folha nº 27
Processo 58224
Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

05SP - 10.04.02
C.L.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUEM, juntados nesta forma, os documentos rubricados sob
o número

Folhas de nº

de

24, 49, 62

Carlos Roberto da Silva

Req. 11130



Folha nº 2047	do
Processo 5162	
Carlos Roberto Silva	
Rep. 1113	

Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-0387/2002
PARECER Nº 16-0387/2002 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 51/02

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa dos nobres Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, que visa dispor sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

Segundo a propositura, o Programa consistirá em identificar as áreas de risco e causas mais frequentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência.

Sob o aspecto jurídico nada obsta o prosseguimento da propositura que encontra fundamento no art. 30, I da Constituição Federal e nos arts. 13, I e 37, *caput*, da Lei Orgânica.

Por se tratar de matéria sujeita a maioria simples para deliberação, fica dispensada a votação em Plenário, salvo recurso de 1/10 dos membros da Casa, nos termos do art. 46, X, do Regimento Interno.

Ante o exposto somos,

PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 24/6/02.

[Handwritten signatures and initials]
1-2
Laurindo
continua

17 - RELCOM
17-1168/2002



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 3) # do

Processo 5102 #

Carlos Roberto Silva

Rm 130

PARECER Nº /2002 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE
O PROJETO DE LEI Nº 51/2002.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa dos nobres Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, que visa dispor sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

Segundo a propositura, o Programa consistirá em identificar as áreas de risco e causas mais freqüentes da violência e diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e, quando possível, de seus agressores, a partir de dados coletados em hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos municipais que possam atender cidadãos vítimas de violência.

A propositura não reúne condições para ser aprovada, pois porta vício de iniciativa, violando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2º, da CF; art. 5º, da CE e art. 6º da LOM).

Isso porque toda campanha e/ou programa públicos são, em sua gênese, serviços públicos e, portanto, matéria de iniciativa legislativa do Executivo, nos termos do art. 37, § 2º, IV, da Lei Orgânica Municipal.

Mas não é só. A implantação de tais programas envolve, ainda, órgãos e servidores públicos com atribuições outras já determinadas em lei, interferindo na própria administração do Município, competência exclusiva do Executivo (art. 69, II, da LOM).

Com efeito, somente a Prefeita é quem tem condições de aferir quais órgãos ou servidores poderá disponibilizar para tais ou quais programas sociais. E mais, somente ela, na qualidade de administradora da máquina pública, é quem poderá priorizar e optar pela implementação deste ou daquele programa social segundo o próprio programa de governo pelo qual foi eleita.

Ante o exposto e não obstante os meritórios propósitos de seus autores somos

PELA ILEGALIDADE

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 24/04/02.

[Handwritten signature]

(Contrário)

17 - RELCOM
17-1167/2002

pl0051-02

[Handwritten signatures and notes]
(contra)
(contra)
(contra)

À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em 30/04/02


ROGÉRIO ALVES
R.F. 11.084 -

Recebido na Comissão de
Política U.b. Metrop.e Meio
Ambiente

Em 02.05.02 às 17 h.


MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

AO NOBRE VEREADOR

Marcos Zerbini

PARA RELATAR.

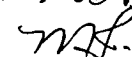
Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

09 / 04 / 02

PRESIDENTE

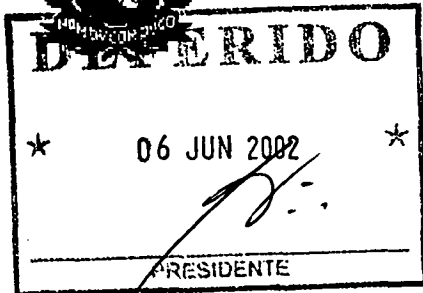
SEGUE m, juntado 1, nesta data
documento 1 e papel de informação
rubricado 1 sob folha 1 n.º 132 ~ 36.-

Em 10/06/02


MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente



Câmara Municipal de São Paulo



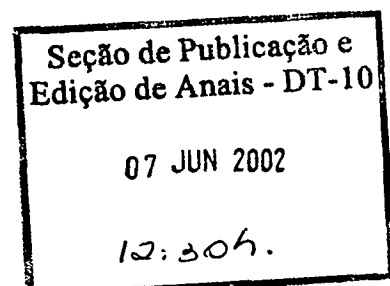
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-1496/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT



A Com. de Política Urbana
07 / 06 / 2002

Breno
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop. e Meio
Ambiente

Em 07.06.02 as 17:15 h.

MT
MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

Crianças carentes expõem na Paulista

Mostra de trabalhos de jovens atendidos pela Casa do Zezinho começa hoje e fica até o dia 31 no Conjunto Nacional

Olhar o Mano. Esse é o nome da exposição de trabalhos artísticos, produzidos pelas crianças e adolescentes atendidos pela Casa do Zezinho, que começa hoje no Conjunto Nacional, na avenida Paulista. As obras são o resultado do projeto Oficinas Culturais, que incluem mosaico, arranjos florais, cerâmica, teatro, dança e música.

Ao todo, estarão expostas 21 peças de grandes dimensões. Os destaques da mostra são as instalações de mosaico e cerâmica, muito coloridas e confeccionadas em telhas de amianto. Também poderão

ser vistos pinturas com técnica mista, arranjos florais e painéis com bonecos de plástico. "Essa exposição é uma reflexão do olhar sobre si e sobre o outro", diz Dagmar Garroux, fundadora e presidente da Casa do Zezinho.

Nessas oficinas, além de serem revelados muitos talentos, o jovem resgata a sua auto-estima, trazendo à tona as suas potencialidades", acrescenta Dagmar Garroux. As oficinas culturais são patrocinadas pela Xerox, com apoio institucional da Prefeitura. Este é o terceiro ano consecutivo em que a

Xerox patrocina o projeto

ONG – A Casa do Zezinho é uma Organização Não Governamental (ONG) fundada em 1994 para atender a crianças e jovens de baixa renda. A entidade, que está localizada numa das regiões mais violentas da cidade, na confluência dos bairros Jardim Ângela, Jardim São Luiz e Parque Santo Antônio.

A entidade mantém atualmente 520 crianças e adolescentes, matriculados na rede pública de ensino, oferecendo gratuitamente alimentação, atualização pedagógica, assistência médico-odontológica além de várias atividades educativas, esportivas, artísticas e culturais.

Hoje, a Casa do Zezinho conta com o apoio da iniciativa privada para viabilizar suas atividades. O BNDES, com a colaboração de cooperados e doações, patrocinam os projetos pedagógicos, culturais e esportivos.

Além das oficinas culturais

patrocinadas pela Xerox, a entidade dispõe de oficinas de capacitação profissional (informática, padaria, corte e costura, silk-screen, cabeleireiro e reciclagem de papel); atividades esportivas (capoeira, educação física, futebol, vôlei, basquete e natação); atualização pedagógica, educação moral, orientação em saúde, atendimento aos familiares, educação alimentar, além de organizar passeios e excursões diversas.

Quem quiser mais informações sobre o trabalho da Casa do Zezinho pode telefonar para 5512-0878 ou 5819-4481. O endereço eletrônico da entidade é www.casadozezinho.org.br.

Sandra Manfredini

serviço

A exposição **Olhar o Mano** vai de hoje, a partir das 19h, até o dia 31 de maio. O Conjunto Nacional fica na avenida Paulista, 2073. Entrada gratuita.

Divulgação



Feitos em telhas de amianto, os trabalhos são resultado das Oficinas Culturais

Folha nº - 33 - do
Processo nº 51102
Maria Teresa Afonso da Silva
RG: 10.651
MTC

Operações-relâmpagos, a nova arma da PM

Assumindo o Comando de Policiamento da Capital, o coronel Rubens Casado quer atacar sem aviso os locais mais violentos da cidade. Ele também pretende aumentar o número de blitzes

FERNANDO LANCHIA
Jornal da Tarde

O novo comandante do Policiamento da Capital, coronel Rubens Casado, assumiu ontem o posto e pretende seguir à risca as orientações do secretário de Segurança Pública, Saulo de Abreu, de aumentar o combate à criminalidade. Além do policiamento integrado (um policial e um carro) e das 400 motos para ajudar no trabalho em regiões muito congestionadas, ele quer fazer "operações-relâmpagos", atacando sem aviso locais considerados mais violentos.

"Vamos nos valer dos levantamentos feitos pelo Infocrime e atacar os pontos negros, onde a violência é elevada. A ideia é levar várias viaturas e fazer operações muito rápidas", conta o coronel. Ele também pretende elevar o número de blitzes nos diversos bairros da cidade. "A polícia vai se fazer notar em muito pouco tempo", avisa.

Casado pretende implantar rapidamente o policiamento integrado. Ele diz estar preocupado com as críticas que o programa recebeu de associações de policiais. Segundo essas associações, programas semelhantes foram implementados anteriormente e apresentaram resultados negativos, por deixarem o policial muito exposto ao perigo. Assim, o novo comandante do Policiamento da Capital se apressa em responder às críticas.

Rota vai ganhar 150 policiais

"O policiamento formado por um homem e um carro vai ficar em pontos não-violentos e só atenderá a ocorrências com várias equipes. Estamos pensando em colocar os policiais em distâncias de até 50 metros uns dos outros. Não podemos colocar em risco o policial, pois do contrário vamos acabar armando os marginais. Eles poderão atacar os policiais e levar seus armamentos", explica.

Segundo ele, está sendo feito um estudo para ver onde esse tipo de policiamento poderá ser implementado na capital.

As 400 motos compradas pela Polícia Militar devem estar à disposição nas próximas semanas. Elas ajudarão no policiamento em regiões onde é difícil a locomoção dos carros, por causa dos grandes congestionamentos. "Os policiais com as motos vão atuar na região central da cidade. Acredito que apenas com a presença desses policiais vamos afastar os punhais e ladrões que fazem pequenos roubos", afirma Casado.

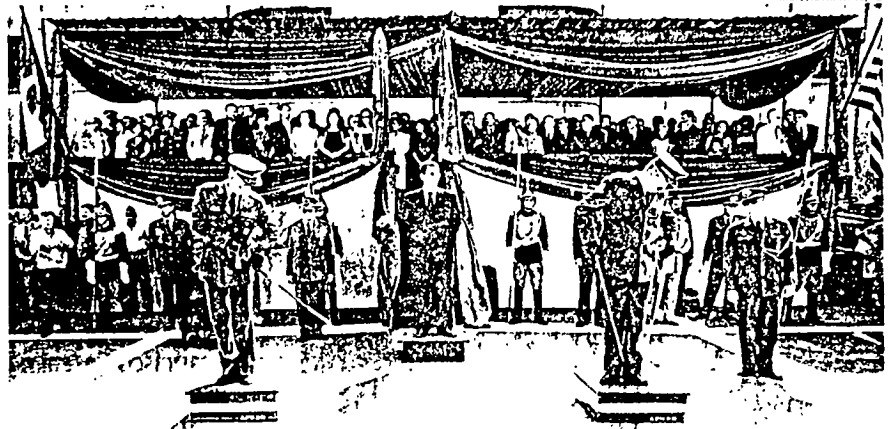
A filosofia de trabalho do novo comandante é idêntica ao do coronel Alberto Silveira Rodrigues, que assumiu oficialmente ontem o Comando-Geral da Polícia Militar: bandido bom é o que respeita a polícia. "Já definimos que os carros do Tático Móvel e da Rota vão fazer o policiamento na periferia. Essa tropa tem equipamentos melhores e armamentos mais pesados", explica Casado.

A Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) ganha no próximo mês mais um batalhão de patrulhamento, passando a ter mais 150 policiais, que também receberão 45 novos carros. "Temos de lembrar que a Rota e os policiais do Tático só são chamados para ocorrências críticas. Por isso, os oficiais têm de estar bem aparelhados", diz.

Antes de assumir o Comando de Policiamento da Capital, o coronel respondia pelo comando da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, que forma os oficiais da PM. Ele não confirma, mas estaria sendo estudada a possibilidade de se utilizar os cadetes de oficiais como os candidatos a soldados para o patrulhamento nas ruas da cidade durante as suas férias.

O coronel Casado também acredita que os 10 mil soldados que devem reforçar o policiamento ajudarão a reduzir a criminalidade em São Paulo.

Desse total, 6 mil soldados que atualmente trabalham na burocracia da corporação vão ser substituídos por jovens que estão sendo contratados. Os outros 4 mil policiais são os que trabalham nas muralhas dos presídios e vão ser substituídos por civis, que também estão sendo contratados.



Rui César Melo (à esq.) passou o posto de comandante-geral da PM a Alberto Rodrigues (à dir.)

Novo comando agrada até malufistas

O coronel Alberto Silveira Rodrigues tomou posse ontem como o novo comandante-geral da Polícia Militar. A fama de profissional criativo e de policial "linha de frente" agradou a tropa. Ele recebeu vários elogios até de quem menos se esperava. Malufistas ligados à Polícia Militar - que sempre criticaram a política de policiamento defendida pelo governador Geraldo Alckmin - consideram o coronel a pessoa certa para diminuir a criminalidade.

"O coronel Silveira Rodrigues trabalhou comigo no Choque e sempre teve como qualidade ser um homem de linha de frente. Acho que ele é a pessoa certa para a missão. Tenho certeza que ele vai encarar o problema e não ficará no discurso, vai chegar na solução", afirma o coronel da reserva Ubiratan Guimarães. Ele está sendo processado sob acusação de co-autoria na morte de 111 presos numa rebelião no Carandiru. É candidato a candidato a deputado estadual pelo PPB e apontado como um conselheiro informal do candidato ao governo do Estado Paulo Maluf.

Outro malufista que elogiou o



Conte Lopes: 'tropa estimulada'

Ubiratan Guimarães: 'confiança'

novo comandante é o deputado Conte Lopes (PPB), capitão da reserva. "A experiência de Rodrigues no policiamento de rua está fazendo com que ele anuncie medidas que estimulam a tropa", afirma o deputado. Tanto Lopes como o coronel da reserva lamentaram o fato de uma pessoa com esse perfil não ter assumido o comando da PM há mais tempo.

A decisão do coronel Silveira Rodrigues de mudar as regras do Programa de Atendimento às Ocorrências de Alto Risco (Proar) é elogiada pelos malufistas. "Se o policial se envolver num tiroteio que resultar na morte do bandido, ele tem de passar por uma avaliação psicológica. Mas se a perícia médica constatar que o

policial está bem psicologicamente, não há motivo para ele ficar afastado do serviço. Quero que ele volte a trabalhar no dia seguinte", diz o novo comandante.

Ao contrário do pregam os dois malufistas, que defendem a pena de morte, o novo comandante faz questão de dizer que quer ver os bandidos respeitando a polícia. Mas também adverte que a PM tem de respeitar a população e não cometer excessos.

O secretário de Segurança Pública, Saulo de Abreu, disse ontem que escolheu o coronel Silveira Rodrigues para assumir o comando da PM pelas ações criativas que o policial desenvolveu quando comandou o policiamento da Baixada Santista. Para o secretário, os elogios que o novo comandante recebeu dos malufistas mostram que ele acertou, já que está agradando "gregos e troianos". "Parece que os malufistas estão vendo que somos pessoas boas e trabalhamos bem. Se estão preocupados com o tempo, a solução é votar para que todos nós continuemos trabalhando pelo Estado", disse Saulo de Abreu.

Governador contesta vice-prefeito

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) classificou de "totalmente descabida" a declaração do vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo (PT), de que a operação da Polícia Militar, realizada na Castilho, na região de Sorocaba, teria sido uma execução e não um confronto entre polícia e bandido.

Ex-integrante da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA, Bicudo contesta os laudos oficiais das mortes dos 12 bandidos, membros do PCC.

"O que houve foi um enfrentamento. Os laudos provam que os bandidos reagiram ao cerco policial, há resíduo nas mãos desses

criminosos provando que eles usaram armas, que eles reagiram", disse Alckmin.

O governador voltou a afirmar que a polícia agiu corretamente nesse episódio e que os bandidos, sempre que houver uma situação semelhante, devem jogar as armas no chão. "Do contrário, a polícia vai enfrentar", disse.

O vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo, havia dito anteriormente, baseado na necropsia do Instituto Médico Legal, que houve execução dos policiais que participaram do bloqueio na Castilho, na região de Sorocaba.

Segundo o vice-prefeito, 10 dos 12 mortos foram executados

com tiros na cabeça.

Exames resíduo gráficos

Bicudo indagou sobre os exames resíduo gráficos (que constata-se se há vestígios de pólvora) que deveriam ser feitos nos corpos dos bandidos mortos.

Mas o delegado do Deinter de Sorocaba, Ivaney Caires de Souza, contrariou a opinião do vice-prefeito e disse que o exame resíduo gráfico foi feito e está incluído no inquérito. O delegado disse que os tiros na cabeça aconteceram porque eram a única parte do corpo no campo visual de tiro.

Mais uma bomba em escola

Aulas no Colégio Alfredo Castro foram suspensas por causa da brincadeira de mau gosto. É o terceiro caso em uma semana

CAMILIA HADDAD
Jornal da Tarde

Parecia mais um atentado a bomba. Mas, na verdade, a explosão que aconteceu ontem de manhã no Colégio Alfredo Castro, em Perdizes, zona oeste, não passou de uma brincadeira de mau gosto, feita com uma garrafa contendo dois produtos químicos. Por volta das 10h, alunos do ensino médio desciam para o intervalo e ouviram a explosão. Em um dos armários de aço do segundo andar do prédio, uma garrafa plástica de refrigerante com álcool e cloreto havia estourado.

A diretora da escola, Marcia Castro Freire, que estava em sua sala, no primeiro andar, saiu correndo e viu que dois alunos com idades entre 16 e 17 anos estavam ao lado do armário. Nervosa, ela perguntou qual deles tinha feito a bomba, mas nenhum admitiu. Com medo de novas brincadeiras, ela chamou a polícia para investigar o caso. "Esse episódio não pode passar em branco. Acredite que, com a presença dos policiais, um deles ficaria com medo e entregaria o autor da bomba."

Nem mesmo a presença da PM intimidou os alunos. Eles foram levados ao 23.º DP, mas ainda assim não confessaram. "Isso vai servir de lição para que não aconteça novamente. Dessa vez, não houve vítimas, mas a explosão poderia ter machucado alguma criança", disse a diretora. Os pais dos dois garotos não compareceram ao DP. Segundo a Marcia, eles já passaram pela disciplina por indisciplina.

A garrafa foi levada pela perita para que fossem tiradas impressões digitais. Durante a tarde, as aulas foram suspensas. "Nunca tive problemas com vandalismo. Aqui é sossegado e temos apenas seis classes com 15 alunos cada uma," Marcia contou que agora vai alertar os pais para que verifiquem as mochilas dos filhos. "A gente imagina que esse tipo de bomba só acontece na penitência, mas agora virou moda em colégios de classe média."

O professor de Química Edison de Barros, do Etapa, revela que a mistura entre álcool e cloreto de potássio e a reação acontece mesmo que não haja chama. "O cloreto é um agente oxidante que, em contato com o álcool, proporciona o surgimento de gases. Num recipiente fechado, explode mecanicamente."

Bombas caseiras nas escolas viram rotina. Na última semana, tiveram dois casos. No dia 23, na Escola Esperidião Buarque, zona norte, a direção levou um susto com uma explosão no banheiro. A polícia foi chamada e não houve feridos. No dia seguinte, foi a vez da Escola Deputado Ciro Albuquerque, zona sul. A bomba estourou no banheiro e causou danos materiais.

A droga, mais longe dos alunos

Agir enquanto as drogas ainda não entraram na escola pode ser a melhor saída para combate do tráfico e o consumo em estabelecimentos de ensino. A Unidade de Pesquisa em Alcool e Drogas (Uniad) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) montou um curso que ensina como os professores de 5.ª a 8.ª séries da rede pública podem prevenir a dependência química entre seus alunos.

A escola estadual Maestro Fabiano Lozano, na Vila Mariana, foi a primeira a entrar no Programa Independência. Outras 19 também participam. "Prevenir é o melhor caminho", diz a coordenadora pedagógica, Vera Maria Fonseca Soares. "Saber lidar com esse problema faz parte da realidade de hoje."

Os professores da Maestro Lozano já passaram pelas duas etapas iniciais do curso da Unifesp. Aprenderam características de cada droga, como podem prevenir o abuso e o que devem fazer ao se deparar com casos de dependência. O próximo passo é desenvolver atividades contínuas com os alunos.

"O professor acredita que tem de resolver o problema do aluno que usa drogas", conta Neliana Figlie, coordenadora do Programa Independência. Segundo Neliana, a primeira droga que os adolescentes experimentam é o álcool. Em seguida, usam os solventes (cola de sapateiro) e depois vão para a maconha.



O advogado Joanin Del Sant (acima) executado na quarta-feira, seria o defensor do preso Silva

ouviram.

A Delegacia Seccional investigará o caso e só a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública do Estado se manifestará, segundo Spadafora, que não ignorou a hipótese de policiais terem participado do crime. "A polícia parte para um leque muito amplo de opções de investigação e nenhuma hipótese pode ser descartada."

Silva teve proteção especial da polícia na noite de quarta-feira, quando surgiu a informação de que um grupo invadiria o 1.º DP para matá-lo. Equipes do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) e do Grupo Especial de Resgate (GER) cercaram o 1.º DP.

Com as informações do depoimento de Silva, a polícia deteve, na tarde de anteontem, dois criminosos. O delegado Odacir Cesário da Silva suspeita de que o PCC estará vingando-se de autoridades após as mortes de integrantes na região.

Testemunhou contra o PCC. E morreu na cela

Jovem é assassinado em delegacia de Ribeirão Preto. Ele confessou participação em atentado a delegado e revelou planos da facção criminosa

João Paulo Alves da Silva, de 21 anos, que estava detido provisoriamente por cinco dias no anexo do 1.º Distrito Policial de Ribeirão Preto, foi encontrado morto, com quatro cortes nas regiões da cabeça e do pescoço, em sua cela na manhã de ontem. Ele havia sido preso pela polícia, por roubo, na tarde de quarta-feira e teria confessado sua participação no atentado à casa do delegado Paulo Pereira de Paula no início do mês. Ele também revelou ao Primeiro Comando da Capital (PCC) planejava assassinar autoridades do município, como delegados, juizes e promotores.

Silva seria defendido pelo advogado Joanin del Sant, que, depois de visitá-lo, foi morto no início da noite da mesma quarta-feira com três tiros de fuzis, além de uma granada ter sido jogada em sua camionete e falhado. Outro detalhe: O corpo de Silva só foi percebido pelo carcereiro Antonio Carlos Mar-

tins no início da manhã. Então, a sede do 1.º DP tornou-se agitada, com a presença de vários delegados, juizes e advogados.

A mãe e o irmão de Silva acusaram a polícia de ter feito uma "queima de arquivo". "Ele estava sendo torturado para confessar algo que não tinha feito", disse Júlio Alves da Silva. O delegado Luiz Roberto Spadafora, da Delegacia do Interior (Deinter-3), afirmou que houve uma falha na segurança e que o carcereiro interno Martins, que havia dormido e nada ouviu durante a madrugada, foi afastado preliminarmente.

Símbolo do PCC foi escrito com sangue da vítima

A necropsia do corpo de Silva indicou quatro ferimentos profundos, feitos por um instrumento corte-contuso (machadinha ou couteiro). O corpo estava deitado de costas e uma lesão na mão indica que ele tentou reagir.

O médico-legista Mário Abeid acredita que o crime tenha ocorrido aproximadamente às 2 horas da madrugada. O cadeado da cela estava intacto e o autor do crime entrou na cela. Depois, usou o sangue da vítima para inscrever a numeração 15.3.3, indicando as letras do alfabeto que identificam o PCC. Outros três detidos nada viram ou



Alckmin participa da inauguração de unidade da Febem no Brás

Em visita à Febem, OAB encontra 18 feridos

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) visitou ontem uma ala da unidade Parelheiros da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e encontrou 18 internos com hematomas. A ala abriga 70 adolescentes. Também constatou casos de doenças de pele e ouviu a denúncia de que as celas foram pintadas e os uniformes e roupas de cama trocados para a visita. A Justiça determinou no mês passado o fechamento da unidade.

A assessoria de imprensa da Febem informou que a presidente da fundação, Maria Luiza Granado,

conversou com oito adolescentes e não recebeu nenhuma denúncia. Também negou que a unidade tenha sido preparada para a visita.

No Brás, centro da cidade, foram inauguradas ontem as Unidades de Internação Provisória (UIP) 10 e 11 da Febem, pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Juntas, as duas unidades custaram R\$ 1,498 milhão e contam com 3.904 metros quadrados de área construída.

A Unidade 10 já abriga 50 garotos. Cada uma das duas unidades tem capacidade para atender até 140 adolescentes, que ficarão detidos por até 45 dias, prazo para que a Justiça decida o destino dos jovens.

Folha nº - 35 - do
Processo nº 51102
Maria Tereza Affonso da Silva
03.10.651
772.

pf. 02/02

Seminários Macrorregionais sobre Violência Urbana e Saúde Pública

Comissão Intersectorial de Trauma e Violência do CNS

Identificar fatores que estão associados com o crescimento da violência no cotidiano e mobilizar diversos setores da sociedade e do governo - com destaque para a área da saúde - na tentativa de aprofundar a discussão sobre o tema no âmbito dos três níveis de governo. Com este objetivo, a Comissão Intersectorial de Trauma e Violência do Conselho Nacional de Saúde, aprovou na 117ª Reunião Ordinária, a realização de cinco seminários macrorregionais, que serão realizados no período de 10 de maio a 10 de junho deste ano. A atividade contará com o apoio dos Conselhos Estaduais de Saúde e das assembleias legislativas.

O tema de todos os encontros será *Violência Urbana e Saúde Pública* e as conclusões servirão de subsídios para a formulação de políticas de saúde pública. Esses seminários ocorrerão em cinco cidades pólos, nas quais se espera obter um diagnóstico regional sobre a relação entre a violência urbana e a saúde pública. Os encontros acontecerão, respectivamente, nas seguintes cidades: Recife/PE (Região Nordeste) nos dias 27 e 28 de maio; Goiânia/GO (Região Centro-Oeste); Belém/PA (Região Norte); Belo Horizonte/MG (Região Sudeste) nos dias 13 e 14 de maio; e Curitiba/PR (Região Sul).

Pretende-se que em cada região seja formulada uma carta com diagnóstico, situação atual, situação desejada, parcerias e resultados esperados. Os documentos serão enviados para os diversos níveis deliberativos, como, por exemplo, a Comissão Mista de Segurança Pública, instalada no Congresso Nacional. Também deverão receber as propostas presidentes e líderes das Assembleias Legislativas, da Câmara, do Senado, dos Conselhos Nacionais de Segurança Pública, dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, universidades, além de outras entidades representativas dos segmentos de usuários, prestadores e profissionais de saúde que também reúnem dados para a formulação de políticas. A Comissão deverá propor ao CNS que os resultados também sejam encaminhados aos candidatos à Presidência da República.

A discussão do elo entre violência e saúde deve crescer ainda mais nos próximos meses. Antes mesmo da realização dos seminários, o representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Major Miguel Libório, apresentou os pontos do Plano Nacional de Segurança Pública, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em abril, e já sugeriu uma maior integração dos Conselhos de Saúde e de Segurança Pública. De acordo com

ele, isso pode impulsionar as discussões sobre o tema e apresentação de propostas às instâncias regulamentadoras das políticas públicas, inclusive enfatizando a necessidade da mudança nas diversas normas existentes. Entre elas, ele citou como exemplos os Códigos Penal e da Criança e do Adolescente.

Durante reunião do CNS no dia 03 de abril, após acompanhar uma apresentação de técnicos do Ministério da Justiça sobre o Plano Nacional de Combate à Violência, o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Aloysio Mercadante, ficou entusiasmado com a possibilidade de uma ação intersectorial nesta área. Segundo ele, propostas do Plano - como o estímulo à participação popular na definição de políticas públicas e o estabelecimento de um pacto entre os gestores federal, estadual e municipal - já vêm sendo implementadas pelo Sistema Único de Saúde há alguns anos. Mercadante acredita que, pela experiência acumulada, o Ministério da Saúde pode contribuir para o aperfeiçoamento da estratégia coordenada pela Justiça.

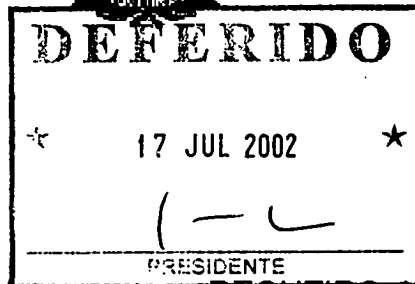
No ano passado, o CNS aprovou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, tendo a Comissão Intersectorial de Trauma e Violência do Conselho (CITV) - coordenada pelo repre-

sentante da Abrasco, José Noronha - a determinação de acompanhá-la. Desde então, foram realizadas quatro audiências públicas e o *Seminário Nacional sobre Violência Urbana e Segurança Pública*, organizados em parceria pelo CNS, Ministério da Saúde e Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, e com o apoio dos Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, respectivamente Conass e Conasems.

Durante o Seminário realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2001, em Brasília, estiveram representantes de diversas ONGs, institutos de pesquisa de várias universidades, dos Executivos Federal, Estaduais e Municipais, além do Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, entre outras entidades. Segundo Noronha, as chamadas "causas externas", como homicídios, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e doméstico, suicídios e outras lesões constituem hoje, no Brasil, o segundo grupo de causas de morte. Esta situação responde por quase 120 mil óbitos a cada ano perdendo somente para as doenças do aparelho circulatório - como o derrame e infarto - e matando mais que os cânceres.



Câmara Municipal de São Paulo



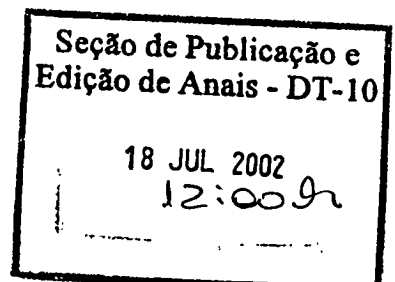
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-1825/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja ~~juntado~~ o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2002.

Carlos Neder
Carlos Neder
Vereador - PT



A Com. de Política Urbana

18 / 07 / 02

Brend Gandelman

BREND GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chef
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop. e Meio
Ambiente

Em 18.07.02 as 18 h.

M.T.

MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

O retrato de quem morre assassinado em São Paulo

A mais abrangente pesquisa sobre homicídios na cidade oferece um perfil da vítima, de sua família e do ambiente em que ela vivia. Uma das conclusões: muitos crimes poderiam ser evitados

MARCELO GODOY
JT/AE

O homicídio em São Paulo é um crime sem solução. Para 69,6% das famílias de vítimas, a morte do parente é um crime ainda não resolvido. As vítimas viviam em bairros com rede de esgoto clandestina e sem bibliotecas, teatros, cinemas e praças públicas. Em quase metade dos locais nem mesmo havia ronda policial. Em cada quatro casos de assassinato, um deles já era esperado pela família. A metade foi morta na rua e o autor do crime conhecia a família de sua vítima em 39% dos casos. Eles eram quase todos homens, a maioria parda, nascida em São Paulo, sem carteira assinada e se excedia no consumo de álcool.

Esse é o retrato dos assassinatos em São Paulo, segundo o perfil que começa a ser traçado pela mais abrangente pesquisa sobre esse delito na cidade. O homicídio emerge do levantamento feito pelas professoras Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira e Graziela Acquaviva Pavez, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como um crime de pobres contra pobres. Casos que poderiam ser evitados, como diz a pesquisadora Flávia Schilling, com políticas públicas que criassem formas de mediar conflitos, tidos como banais na periferia, como brigas entre vizinhos, discussões familiares que se arrastam por muito tempo antes de se transformarem em um delito etc.

Poderiam ser evitados, mas não são. Surpreendente é a constatação dos pesquisadores de que 46,3% dos bairros visitados, todos nas zonas norte, sul e oeste da cidade, não contam com ronda policial.

A pesquisa é uma parceria entre a PUC e o Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), órgão da Secretaria da Justiça e Cidadania que atende parentes de vítimas, como o menino G.T.S., de 2 anos, e sua mãe, a costureira L.T.S., de 25. O marido de L e pai da criança foi assassinado por bandidos na zona leste.

As conclusões divulgadas na quinta-feira no lançamento do primeiro livro ligado ao projeto (*Reflexões sobre Justiça e Violência, o Atendimento de Vítimas de Crimes Fatais*, editoras Educ-Imprrensa Oficial, 248 páginas, R\$ 25) são a primeira parte da pesquisa que analisou 3.993 homicídios de setembro de 1998 a outubro de 1999. A amostra

envolvia 813 famílias de vítimas.

A pesquisa divide-se em cinco itens: o bairro onde ocorreu o crime, a família da vítima, a vítima, como foi a morte e o processo judicial. O primeiro dado importante: a maioria morre perto de onde mora — um mapa mostra a coincidência. O perfil dos bairros mostra que a rede de esgoto de 8,9% é clandestina, 78% não têm centro esportivo e 73,6% não têm praças. O único lazer está relacionado aos crimes: 77% dos bairros tinham mais de quatro bares num raio de 1 quilômetro.

O assassino: um velho conhecido

O pesquisa quantifica outra realidade da periferia: a lei do silêncio. Ao todo, 39,7% dos parentes conheciam o assassino. "São raros os que os denunciaram à polícia", afirma Graziela. O estudo mostra que 47,7% foram mortos em ruas, 16% na frente de testemunhas e que sua morte era esperada por 24,9% das famílias, porque estavam envolvidos com crimes, eram dependentes de drogas ou tinham amizade com dependentes ou bandidos.

Segundo a pesquisa, 37,9% das vítimas usavam drogas, 58,5% consumiam álcool e, segundo as famílias, 41% tiveram infância difícil. Ainda 40,7% tiveram a vida influenciada pelas drogas como dependentes ou amigos de traficantes e dependentes. O impacto dos homicídios na sociedade pode ser medido pela quantidade de vítimas que tinha filhos (55,8%) e pelos que não deixaram pensão às viúvas, pois 66% não trabalhavam com carteira assinada.

A impunidade e o medo são outra marca desses casos. Ao todo, 32% dos casos não resultaram em processo judicial porque o assassino não foi descoberto. Para 69,6% das famílias, o caso não foi resolvido porque o assassino não foi preso ou a polícia nem mesmo sabe quem foi o autor do crime.

A polícia procurou a família de 76% das vítimas, 32% dos entrevistados não sabiam nem mesmo se a polícia havia instaurado inquérito para apurar o caso e 26% reclamaram das dificuldades encontradas na relação com os investigadores do crime. Por fim, 37,5% das famílias não acompanhavam o andamento do processo judicial. Para as professoras, o medo de represálias foi a principal causa dessa conduta.



M.R.S.S. viu o marido ser assassinado por homens que invadiram sua casa: ela levou 16 facadas

Prefeituras terão dados dos crimes

Prefeitos da Grande São Paulo e o secretário da Segurança Pública, Saulo Abreu, assinam hoje convênio para permitir às prefeituras o acesso aos dados e mapas do Infocrim (sistema de mapeamento da criminalidade com base em informações das ocorrências registradas pela polícia).

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública, que reúne as prefeituras, decidiu que o protocolo será assinado pelos 39 prefeitos da

região e pelo secretário.

A primeira prefeitura a receber o mapeamento das ocorrências criminais será a de São Paulo, pois todas as delegacias policiais da cidade já estão informatizadas. Os outros municípios devem ter acesso aos dados do Infocrim até outubro, depois da informatização dos distritos policiais.

Em relação à pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Secretaria da Segurança Pública e a

Polícia Militar informaram que não iam se manifestar sobre o dado que mostrou a ausência de ronda policial em 46,3% dos bairros da periferia onde ocorrem homicídios. No entanto, ambas afirmaram que a PM patrulha todos os bairros da capital.

Também informaram que seria preciso que a pesquisa divulgasse a lista de bairros em que foi constatada a deficiência para que a secretaria e a Polícia Militar pudessem se manifestar.

Homicídio de motorista terá prioridade

A Secretaria da Segurança Pública determinou à Polícia Civil que dê prioridade à investigação do assassinato do motorista José, marido de M.R.S.S., 35 anos. O caso foi relatado na quinta-feira em reportagem que contou como os crimes mudam a vida dos parentes das vítimas. Os bandidos estão impunes desde 31 de agosto, quando invadiram a residência do casal, em uma cidade da Grande São Paulo, amarraram José e a mulher, esfaquearam ambos e dispararam um tiro na cabeça do motorista. Fugiram com o carro das vítimas, um Monza, e tudo o que conseguiram apanhar dentro da casa.

M. era casada havia 11 anos com José. Ela o conheceu no trajeto de casa para o trabalho: o marido era o motorista do ônibus que ela apanhava todos os dias. Depois que se aposentou, montaram um bar na frente da casa que haviam construído. Não tiveram filhos. Um dia, o bar foi invadido por ladrões e o casal decidiu que era hora de mudar de cidade. Jam vender tudo para morar em uma cidade do interior. Cinco dias antes da mudança, os bandidos invadiram sua casa.

O casal preparava-se para dormir quando a porta foi arrombada. Os bandidos estavam armados com facas e um revólver. Queriam vingança, pois pensavam que ela e o marido haviam sido os responsáveis pela denúncia que levou à prisão de dois de seus comparsas, realizada dias antes pela polícia. M. nega.

Os bandidos amarraram José com fios de telefone e obrigaram a mulher a mostrar onde estavam o dinheiro e os documentos do Monza. Mandaram os dois ficarem quietos para que os vizinhos não fossem alertados. Mesmo com as vítimas implorando para que levassem tudo, e não fizessem nada com elas, os bandidos apagaram as luzes e começaram a esfaqueá-las. M. levou 16 facadas. José foi acertado por outras tantas e também levou um tiro na cabeça — os ladrões só não balearam a mulher porque imaginaram que estivesse morta. De fato, M. foi atada chutada pelos assaltantes, mas não se mexeu, fingindo estar morta.

A violência não parou por aí. Depois que os bandidos fugiram, a mulher saiu de casa para procurar ajuda. Nem mesmo seu primo, que morava na frente de sua casa, teve coragem de socorrê-la: ninguém queria se expor a uma vingança dos bandidos do bairro.

Ela caminhou quase 1 km até encontrar alguém disposto a levá-la a um hospital. Seu marido ficou na casa. "Sabia que ele estava morto." M. não teve nem coragem de acender a luz para conferir.

Depois do crime, M. teve de abandonar a casa, que até hoje não conseguiu vender. Hoje vive escondida, mas quer justiça. Ela conhecia um dos matadores, um vizinho que participava de um grupo de ladrões que agia no bairro. Ela afirma ter passado a informação à delegacia de polícia, mas até agora nem ele nem os outros bandidos foram presos.

Folha nº -38- do
Processo nº 51102
Maria Tereza Afonso da Silva
Reg. 10.651
m



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
16 - PAR
16-1297/2002

Folha nº - 39 - do
Processo nº 51/02
Maria Tereza Affonso da Silva
Reg. 10.651

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA,
METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 51/02**

Trata-se de projeto de lei nº 51/02 de autoria dos Nobres Vereadores Carlos Neder e Lucila Pizani Gonçalves, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

Os autores, na justificativa que acompanha a proposta, esclarecem que com a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência poder-se-á identificar as áreas de risco e causas mais freqüentes da violência, diagnosticar o perfil sócio-econômico das vítimas e de seus agressores, conhecer melhor a face da violência urbana e suas peculiaridades podendo assim, elaborar ações diretas que efetivamente contribuam no combate à violência.

A partir de dados coletados em todos os hospitais da rede pública e privada, em outras unidades de atendimento de urgência e emergência e demais serviços públicos que possam atender as vítimas da violência; serão estabelecidas ações intersetoriais de prevenção de agravos e de atenção às vítimas, bem como políticas públicas de segurança.

Estabelece aos profissionais de saúde e aos demais responsáveis pela assistência e atendimento às vítimas de violência preencher instrumento próprio, para a definição minuciosa do perfil da violência ocorrida, ressalvados os aspectos éticos.

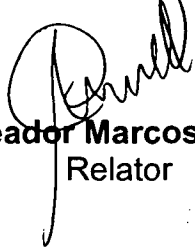
Obriga, também, hospitais da rede pública ou privada localizadas no Município de São Paulo, a encaminhar, periodicamente, as fichas próprias preenchidas, ao órgão da Administração Pública Municipal competente, impondo penalidades pelo não cumprimento da propositura.

A Comissão de Constituição e Justiça, no parecer nº 387/2002, manifestou-se pela legalidade da propositura, entendendo que o projeto reúne condições de prosperar, amparado no artigo 30, I da Constituição Federal e nos artigos 13, I e 37, caput da Lei Orgânica do Município.

Pelo exposto, esta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente manifesta-se **favoravelmente** a propositura.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em


Vereador José Olímpio
Presidente


Vereador Marcos Zerbini
Relator

17 - RELCOM
17-3152/2002

8
A Doula Comissão de
Saúde Pr. Soc. e Trabalho
Em 12/09/02
2002

ms
MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

Recebido na Comissão de
Saúde Pr. Soc. e Trabalho
Em 12/09/02 as 18:30 h.

Rosaura
Rosaura Aparecida Ferraiol
Secretária

AQ NOBRE VEREADOR Ricardo Monteiro
PARA RELATAR,
SALA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO
SOCIAL E TRABALHO.

17 / 09 / 2002
AR
PRESIDENTE

*Numeração 40 de 48
preenchido por efeito de
arquivamento 5/10/04*

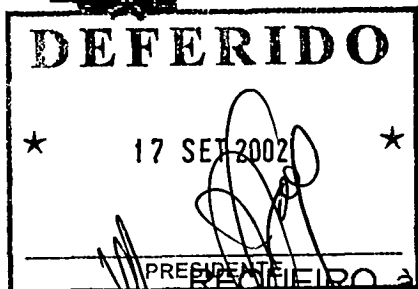
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SEGUEM, juntados nesta data	para para informação
rubricados sob	
Folhas de nº	2)

Rosaura
Rosaura Aparecida Ferraiol
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Processo nº 4074 do
Processo 51627
Carlos Roberto Silva
Reg. 11130



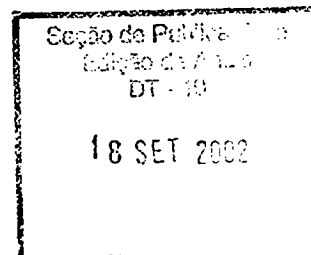
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2127/2002

REQUERIMENTO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 051/2002**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2002.

Carlos Neder
Vereador - PT

*cl/monitor
p/relação*



“O Estado tem deixado um estado paralelo (como o narcotráfico) tomar conta da periferia”, EDUARDO REALE, advogado

Uma trágica herança para o eleito

O próximo presidente sabe que vai herdar um Brasil pelo menos 36% mais violento do que o de uma década atrás, de acordo com os números mais recentes do IBGE. Para reverter essa situação, os quatro principais candidatos têm programas muito semelhantes

RITA MAGALHÃES
Jornal da Tarde

O novo Presidente da República e os próximos governadores assumirão, em 2003, um Brasil pelo menos 36% mais violento. É o que apontam os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, o mais recente documento do IBGE sobre a realidade brasileira. Entre os anos de 1992 e 1999, a proporção de assassinatos no País cresceu de 19,12 para 26,18 por 100 mil habitantes.

Números atualizados do Ministério da Justiça indicam que as capitais com maior ocorrência de homicídios dolosos são Vitória, ES (63,2), Porto Velho, RO (57,0), Recife, PE (49,6) e São Paulo (49,3).

Além dos assassinatos, as estatísticas revelam, em números absolutos, a elevação do número de roubos, latrocínios e seqüestros na maioria das capitais. O número de latrocínios em Porto Velho, por exemplo, saltou de apenas três em

1999 para 17 em 2001 — um aumento de quase 500%.

Afora o desemprego e a desigualdade social, especialistas e pesquisadores da área da segurança pública são unânimes em dizer que as principais causas da violência são fatores como o abandono do Estado em áreas que incluem a prevenção dos crimes e o fácil acesso às armas e às drogas. Contribuem para essa situação também o desaparecimento, a desinformação e a desintegração das polícias Civil, Militar e Federal e a corrupção dos agentes públicos que administram a segurança pública.

Para Cláudio Tucci, 60 anos, ex-secretário Nacional da Segurança Pública, “estamos ausentes na área da infra-estrutura e saneamento básico, na educação, na saúde, no lazer, na habitação e na segurança. Infelizmente, o Estado encolheu. Por que o Estado não está presente nos morros caríocas e em algumas favelas de São Paulo? Onde não

existir Estado, haverá violência”.

Um estudo feito pela Comissão de Reforma do Sistema Penal, instituída pelo ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, entre os anos de 98 e 99, endossa as palavras de Tucci. O advogado Eduardo Reale, 33 anos, professor de direito da USP e

PUC, que integrou a comissão e participou da pesquisa, explica: “O Estado tem deixado, principalmente nas grandes e médias metrópoles, um estado paralelo (como o narcotráfico) tomar conta da periferia. Não tem espaço de lazer, não tem espaço cultural, não tem autoridade na periferia. O juiz, o promotor, o advogado, o delegado, todos estão distantes da periferia”.

A guerra do narcotráfico instalada no Rio de Janeiro na última semana é um exemplo claro da au-

“O Estado encolheu. E onde não existir Estado, haverá violência”

CLÁUDIO TUCCI, ex-secretário Nacional da Segurança Pública

sência do Estado e da forte presença do poder paralelo na região. De mãos atadas, as autoridades públicas assistiram à exibição de poder do traficante Luiz Fernando da Costa, o *Fernandinho Beira-Mar*.

Detido em Bangu 1, considerado o presídio mais seguro do Rio de Janeiro, *Beira-Mar* promoveu 23 horas de rebelião com único objetivo de matar quatro rivais, entre eles Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê.

A ação de *Beira-Mar* provocou o caos do lado de fora da prisão. Traficantes adversários dominaram 20 bairros das zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Obrigaram comerciantes, escolas e postos de saúde a encerrar suas atividades, depredaram e incendiaram ônibus.

A chegada da Polícia Militar nos

morros não transmitiu nenhuma sensação de segurança aos moradores. “Daqui a pouco a polícia vai embora e eu fico”, disse um dos comerciantes prejudicados.

Para retomar o controle da situação no presídio, o secretário de Segurança do Rio, Roberto Aguiar, afastou o diretor Ricardo Couto e mais 13 agentes por suspeita de conivência com os delinquentes. Eles teriam facilitado a entrada das armas usadas na ação sangrenta.

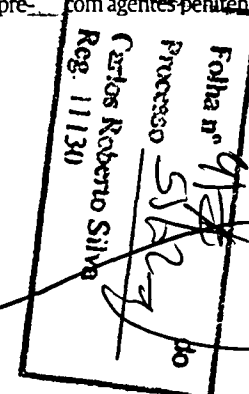
Paulo de Mesquita, do Instituto São Paulo Contra a Violência, e Karina Spozato, secretária-executiva do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Ilanud), apontam o despreparo, o baixo salário e a falta de incentivo e de controle dos policiais e agentes públicos como as principais causas da corrupção.

“O policial tem de ser bem selecionado, supervisionado e controlado, para não ficar exposto à corrupção. E o policial que trabalha e apre-

senta resultados deve ser premiado”, defende Mesquita.

Os especialistas concordam que a simples construção de presídios federais, como estão prometendo os quatro principais candidatos à Presidência da República, não é a solução para a falência do sistema penitenciário. “O envolvimento de funcionários com criminosos é fruto de uma gestão inadequada. Não adianta só construir mais presídios, o que é necessário é fazê-los funcionar com boa qualidade”, afirma Mesquita.

O ex-secretário Nacional de Justiça Cláudio Tucci, porém, defende a construção de presídios federais de segurança máxima para conter os presos de grande periculosidade, como *Fernandinho Beira-Mar*. Para ele, essas prisões devem ter celas individuais e bloqueador de celular ativo. E mais: nelas não deve ser permitido que os presos tenham contato físico com visitas ou com agentes penitenciários.



08.01/02

Ranking de violência no país

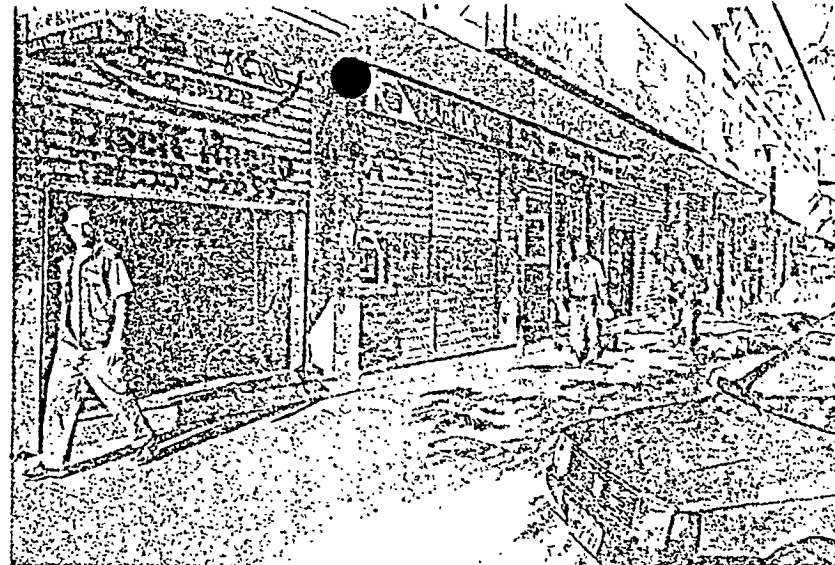
Números Absolutos

Taxa por 100.000 Habitantes

Capitais	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Homicídio doloso						
Vitória	288	154	187	106,4	52,7	63,2
Porto Velho	131	171	195	42,3	51,1	57,0
Recife	719	931	713	52,2	65,4	49,6
São Paulo	5.418	5.327	5.174	54,4	51,1	49,3
Rio de Janeiro	2.094	2.216	2.098	37,4	37,8	35,6
Rio Branco	77	95	87	29,7	37,5	33,3
Roubo						
Porto Alegre*	15.353	18.591	19.742	1.168,4	1.366,4	1.437,5
Porto Velho	2.401	3.778	4.903	775,1	1.128,9	1.432,5
São Paulo	110.098	108.815	111.991	1.104,5	1.042,9	1.066,7
Distrito Federal	15.490	18.385	20.572	786,3	896,3	980,8
Goiânia	7.287	7.628	9.797	689,8	697,9	881,3
Belém	8.217	10.727	11.187	692,3	837,6	857,7
Latrocínio (roubo seguido de morte)						
Porto Velho	3	13	17	1,0	3,9	5,0
São Luiz	-	-	23	-	-	2,6
Rio de Janeiro	61	71	101	1,1	1,2	1,7
São Paulo	298	202	208	3,0	1,9	2,0
Porto Alegre*	62	80	74	4,7	5,9	5,4
Distrito Federal	54	83	78	2,7	4,0	3,7

*S: Na categoria Outros Roubos estão incluídos todos os roubos, exceto Roubo de Veículos e Roubo Seguido de Morte.
Os números absolutos informados pelo Rio Grande do Sul agregam as ocorrências de delitos consumados e tentados.

Fonte: Ministério da Justiça



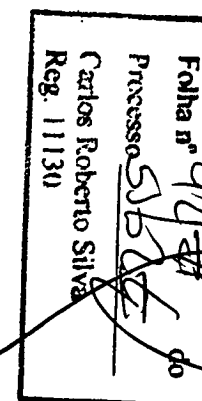
O crime manda no Rio: lojas de Bonsucesso fecharam em luto por traficantes

X Solução é reocupação da periferia

Reocupação das periferias pelo Estado, criação de um modelo nacional de estatística criminal, aparelhamento do sistema prisional e criação da polícia comunitária são soluções apresentadas pelos especialistas – e endossadas pelos candidatos – para a redução da violência no País. Para o advogado Eduardo

Reale, o Estado precisa, junto com a sociedade civil, reocupar o espaço que deixou vazio. Ele cita como exemplo a instalação de Centros Integrados de Cidadania (CIC), que funcionam com ótimos resultados na periferia de São Paulo. Os CIC reúnem, no mesmo prédio, juiz, promotor, delegado, destacamento da

PM, assistente social e psicólogo para atender a população. "Esses centros são importantes para evitar que uma briga de vizinhos não resolvida vire um homicídio. O bairro de de Itaim Paulista é um exemplo", diz Reale. "Sem o CIC, o bairro registrou 27 homicídios no Carnaval de 98. Em 99, com o CIC, foi zero".



18/02/02

Companheiro é o principal agressor

Duas recentes pesquisas do âmbito nacional revelam ainda que a violência contra a mulher é um fenômeno que está acima de raça, condição social ou grau de instrução.

O estudo A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado, do Instituto Perseu Abramo, revela que 43% das mulheres brasileiras já foram vítimas de violência psicológica, física ou sexual. A pesquisa de Vitimização 2002, da USP e do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente, divulgada na semana passada, mostra que 33% das mulheres agredidas fisicamente foram atacadas em casa e 30%, nos arredores. O agressor era o companheiro para 43% das que conheciam o autor do crime. Em casos de agressão sexual, que inclui comportamento ofensivo e estupro, 25% das vítimas conheciam o agressor pelo nome.

"As mulheres criadas no campo têm taxas um pouco maiores de violência. Elas estão mais submetidas, de uma forma geral, ao homem", afirma a pesquisadora Marisol Recaman, que coordenou a pesquisa A Mulher Brasileira.

Em relação à escolaridade, 13% das entrevistadas que sofreram agressão física têm ní-

O PRÓPRIO MARIDO

"Não sabia que ele era violento"

É o que afirma Carla, 43 anos, que "apanhou" do "companheiro" pela primeira vez quando já moravam juntos havia dois anos. Ela tem o 2º grau completo e trabalhava em laboratórios de análises clínicas, mas está desempregada. "Eu me considero inteligente, sei fazer um monte de coisas. E mãe de um menino de um relacionamento anterior e de uma menina com o agressor. Quando ele espancou o filho de Carla, ela decidiu expulsá-

lo de casa. O agressor fez novas ameaças. Carla foi até a delegacia comum, mas "eles não tomaram providência". O companheiro acabou voltando, e Carla tinha que sustentar a casa. "Quando acabava o dinheiro, tinha que sair para catar latinha e com- prar cigarros para ele", conta Carla, afirma que chegava a perder os sentidos de tanto apanhar. "Pensei em matá-lo, mas preferi fugir. Sai de casa com os meus filhos, só com a roupa do corpo." (FSP)

vel superior. Para aquelas com escolaridade entre a 1ª e 4ª série, a porcentagem é 26%.

"Atendo uma dentista e uma assistente social que são de classe média", relata Maria Eliana Braga, assistente social da casa Eliane de Grammont, que dá orientação e acompanhamento para mulheres vítimas de violência há 12 anos.

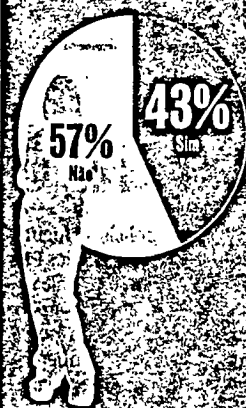
Geralmente, a procura por ajuda ocorre depois de várias agressões. "A mulher nos procura quando chega no limite, no momento em que começa a ficar doente ou quando a a-

meaça se estende aos filhos".

O número de queixas dos agressores, segundo a pesquisa de vitimização, é muito baixo. Entre as vítimas de agressão sexual, apenas 14% notificaram o crime.

Nas 125 delegacias de defesa da mulher do Estado, no 1º semestre de 2001, foram registrados 37.116 casos de ameaça e 42.890 de lesão corporal dolosa (quando há intenção). No mesmo período em 2002, os números foram 42.852 e 44.695, respectivamente. (FSP)

Mulheres que já sofreram alguma violência



Tipo de violência



Vínculo da vítima com o agressor, em casos de

Espancamento com marcas, cortes ou fraturas	
Mãe	56%
Ex-marido	21%
Namorado/ex-namorado	7%
Pai/padrasto	6%
Irmão	4%
Relações sexuais forçadas	
Mãe	54%
Ex-marido	15%
Namorado/ex-namorado	10%
Pai/padrasto	2%
Patrão	2%
Desconhecido	7%

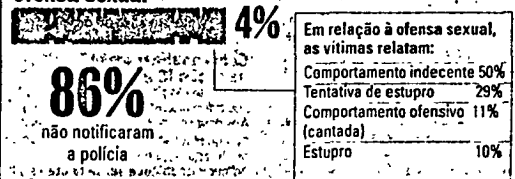
Nos últimos cinco anos, entrevistadas que relataram algum tipo de:

Percentual de entrevistadas da pesquisa sobre vitimização

Ameaça ou agressão

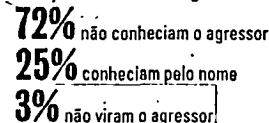


Ofensa sexual



Fonte: pesquisa de vitimização Ilanud/FLA/USP-2002

Relação entre vítima e agressor:



Grau de relacionamento	
Marido ou parceiro	8%
Ex-marido ou ex-parceiro	5%
Namorado	17%
Amigo próximo	21%
Outros graus de parentesco	26%
Colega ou chefe	8%
Nenhum deles	14%
Recusaram a dizer	2%

Edição de Ana Paula Imagem

Publicação: Acom S Paulo
Data: 01 / 09 / 02
Pág.: A-6

Folha nº 493
Processo: 51684
Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice de mortes na "África" paulistana supera guerra civil

► Região que reúne 38 distritos da Capital registra 80 homicídios por 100 mil habitantes, índice maior do que em países em situação de conflito aberto

JAQUELINE FALCÃO

► Na "África" de São Paulo, 38 dos 96 distritos da cidade com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo de 0,5, as pessoas vivem uma espécie de guerra civil, com 80 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, índice superior a países em situação de conflito aberto, como

Israel, Croácia, Irlanda do Norte e Eslovênia. Por outro lado, na "Europa" de São Paulo, o número de homicídios é de 21,14 por grupo de 100 mil habitantes, no mesmo período.

O número na "África" paulistana é quase o mesmo do de homicídios de jovens (15 a 24 anos) no Brasil em 1999: 86,7 mortos por 100 mil.

Soluções

Levantamento da ONU foi adaptado

► A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade fez o estudo para identificar o IDH, que varia de zero a um. Adotado mundialmente, o índice mede a qualidade de vida a partir da longevidade, educação e renda. A Prefeitura criou

quatro classificações, adaptando médias usadas pela ONU, estabelecendo distritos europeus (com IDH acima de 0,8); asiáticos (de 0,651 a 0,799); indianos (de 0,501 a 0,650) e africanos (abaixo de 0,5). O estudo considerou os dados do Censo 2000 e analisou a renda média, alfabetização e anos de estudos dos chefes de domicílio.

Segundo o estudo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, realizado em 2000, ocorreram 4.539 homicídios nos 38 distritos, onde existem 5.654.073 moradores. Em 1991, quando 3.230 pessoas morreram na mesma região, o índice chegava a 76,49. Naquele ano a população era menor, com 4.222.927 moradores.

Na faixa etária de 15 a 24 anos, Israel tem 2,5 homicídios por grupo de 100 mil habitantes; a Rússia, 38,6. O número na Croácia chega a 3,6 e na Irlanda do Norte, 5,8 mortes.

Na "África" paulistana estão distritos como Marsilac, Pedreira, Parelheiros, Jardim Ângela, Grajaú, Lajeado, Cangaíba, Itaim Paulista, Itaquera, Ermelino Matarazzo e Perus.

Por outro lado, nos seis distritos que formam a região "europeia" — Moema, Morumbi, Jardim Paulista, Pinheiros, Itaim Bibi, Alto de Pinheiros —, o número de homicídios cai junto com a população, que era de 457.001 em 1991 e passou para 378.438 em 2000. Lá, o índice de homicídios por 100 mil habitantes caiu de 31,94 para 21,14.

CIDADE DESIGUAL

AS 4 DIFERENTES REGIÕES POR QUALIDADE DE VIDA



Folha nº 4417
Processo 5168-7
Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

Brasil tem 3 vezes mais crimes que o registrado

Pesquisa com vítimas da violência nos últimos 5 anos mostra que apenas 27% notificaram a polícia

MARCELO GODOY

O Brasil tem três vezes mais crimes do que o registrado pelas Polícias Civil e Militar. Isso porque apenas 27,1% das pessoas que foram vítimas nos últimos cinco anos de algum delito notificaram a polícia. Assim, o 1 milhão de crimes contra o patrimônio ocorridos em São Paulo em 2001 se transformaria em 3 milhões caso todas as vítimas procurassem a delegacia ou ligassem para o telefone 190. Ao todo, 51% da população foi vítima de algum delito nos últimos cinco anos e 67% crê que será roubada ou furtada em 2002.

Essas conclusões estão na primeira pesquisa de vitimização feita em quatro capitais brasileiras - São Paulo, Rio, Vitória e Recife. O trabalho é uma parceria entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP) e o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquentes (Inanud).

A pesquisa servirá para determinar políticas de segurança no País e é parte do Plano Nacional de Segurança Pública. A incidência de crime nos últimos cinco anos é maior entre pessoas que ganham mais de R\$1.600,00 (64%) e entre quem tem curso superior (69%). Os mais pobres sofreram menos - 35% dos que ganham até R\$ 400,00 foram vítimas no período. A pesquisa, porém, não trata de homicídio, crime cuja maioria das vítimas é pobre.

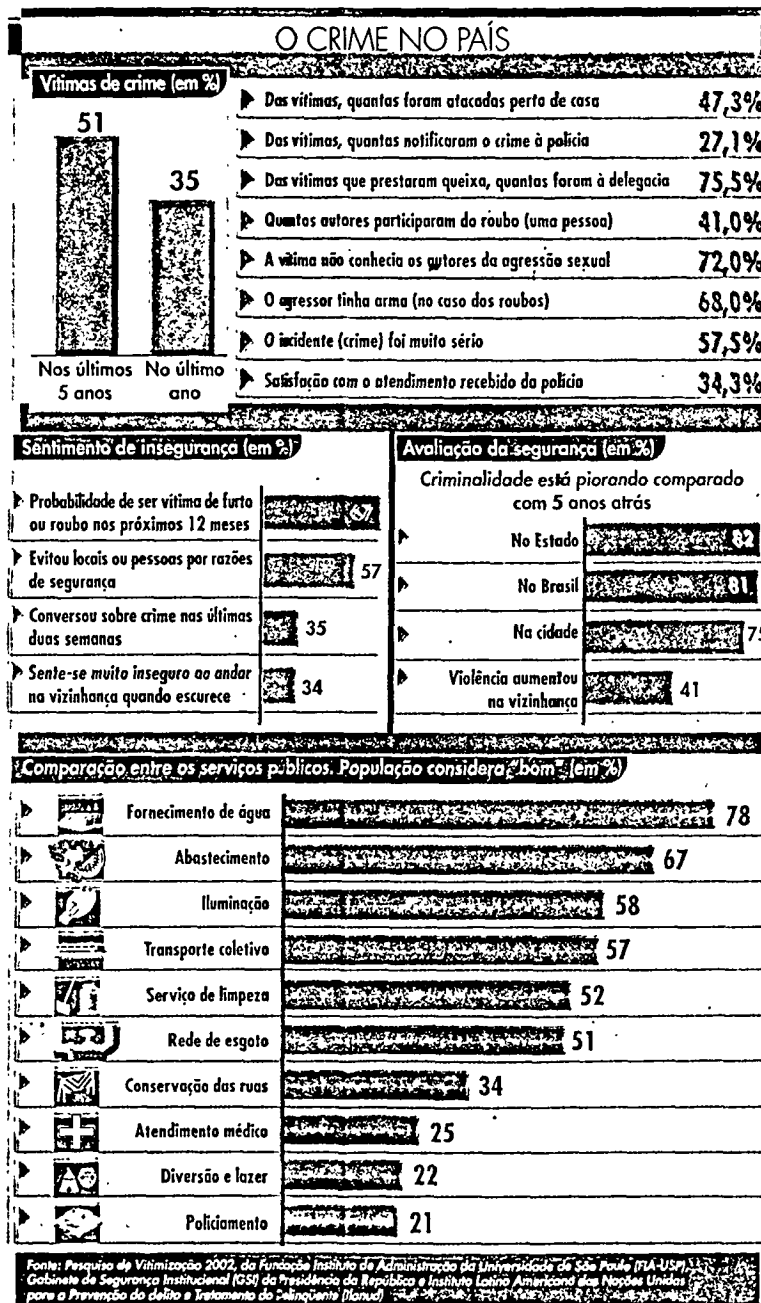
Em São Paulo, 52% da população foi atingida pela criminalidade. No Rio, foram 47% dos

moradores, o número mais baixo entre as cidades - o mais alto foi Recife, com 57%. No último ano, 35% dos moradores das quatro cidades foram vítimas de algum tipo de delito. A pesquisa confirma a tendência de queda de criminalidade no Rio - em 2001, 6 dos 11 crimes pesquisados ficaram abaixo da média dos últimos cinco anos. Também confirma a queda de roubo e furto de carros em São Paulo.

Subnotificação - Em média, menos de um terço (27,1%) das vítimas de crimes nas capitais notificou o fato à polícia. "Isso significa que podem existir casos em que o aumento ou a diminuição da criminalidade registrado nas delegacias seja apenas um crescimento ou decréscimo da notificação de crimes", afirmou pesquisador Túlio Kahn, um dos coordenadores da pesquisa. A média brasileira de notificação de delitos é inferior à obtida por 15 países desenvolvidos (49,5%) e menor do que a da Argentina (35,7%).

"O fenômeno é universal", disse Kahn. Segundo ele, três fatores influenciam na subnotificação. O primeiro é a escolaridade. Quanto mais elevada numa população, maior será a tendência de informar a polícia. O segundo é o tipo de crime. Delitos como roubo de carros têm índice de notificação alto (96% no Brasil), o que diminui segundo o valor do bem ou se o crime envolve pessoas ou costumes. Assim, só 14% das agressões sexuais são informadas à polícia. O último fator é a confiança na polícia. Uma polícia desacreditada não é procurada pela população.

A pesquisa também indagou características dos delitos. Por exemplo, os moradores foram perguntados sobre quantas pessoas participaram do roubo de que foram vítimas - 41% responderam que uma pessoa. A vítima não conhecia o ladrão em 93% dos casos de roubos, ▶



▶ em 72% dos casos de agressões sexuais e em 50% dos casos de agressões físicas. O uso de arma de fogo é quase uma constante nos casos de roubo (68%), mas raro (8%) nos de agressões sexuais.

Insegurança - O trabalho mostra o tamanho da insegurança do brasileiro. Além de 67% das pessoas acharem possível que no próximo ano serão vítimas de roubo ou furto, outras 57% disseram que evitam locais ou pessoas por razões de segurança. "Isso tem consequências econômicas, pois quando alguém deixa de sair à noite consome-se menos, empresas deixam de se instalar no lugar. Essa sensação tem um impacto na qualidade de vida e na economia de uma região", disse o coordenador-geral da pesquisa, professor Isaías Custódio, diretor da FIA-USP.

A sensação de insegurança é maior em São Paulo (72% da população acha que vai ser roubada ou furtada no próximo ano) e menor no Rio (58%). Os cariocas (61%), porém, evitaram mais lugares que os paulistanos (54%). O paulistano (42%) sente-se inseguro para andar na vizinhança quando escurece, temor que toma conta de 28% dos cariocas.

Paulistanos (83%) e cariocas (84%) foram mais severos que os moradores de Recife (78%) e de Vitória (72%) quando responderam que a criminalidade piorou em seus Estados nos últimos cinco anos. Esse índice é bem menor quando a pergunta é se o crime aumentou na vizinhança (41%). "Nem sempre a sensação de insegurança está ligada ao fato de a pessoa ter sido vítima", disse Kahn.

Das pessoas que procuraram a polícia para notificar o crime, só 26,8% ficaram contentes com o atendimento recebido em São Paulo. Já a polícia carioca agradou a 48,5% das pessoas e a de Vitória a 41,3%. A polícia é o serviço pior avaliado no País. Em São Paulo, ela tem 24% de bom e ganha só da diversão e lazer (20%). A pior avaliação da polícia é no Rio (16%) e a melhor em Vitória (38%).

Folha nº 577
Processo 010247
Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

SERVIDORES



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal de Gestão Pública
SINP - SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SINP.

PROTOCOLO DA MESA CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO.
REVISÃO GERAL NA DATA BASE - 1º DE MAIO DE 2002.

ACORDO COLETIVO DE SERVIÇO

A Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Pública, e as entidades de classe dos servidores públicos municipais, a saber: **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo - SINDSEP**, CNPJ nº 59.950/0001-64, sito à Rua Francisco Cruz, 256, CEP 04117-091 - São Paulo - SP, representado por seu Presidente, Sr. Leandro Valquer J. Leite de Oliveira, RG. 6.072.472-SSP/SP, **Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP**, CNPJ nº 45.877.446/0001-37, sito à Rua Maria Paula nº78- 2º andar - Bela Vista, CEP 01319-000 - São Paulo - S, representado por seu Presidente, Sr. JOSÉ ERIVALDE GUIMARÃES DE OLIVEIRA, RG.13.721.146-SSP/SP, **Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - SINDSAÚDE**, CNPJ nº 61.410.825/0001-79, sito à Rua Cardeal Arcoverde,119, Pinheiros - São Paulo-SP, CEP 05407-000 - São Paulo - SP, representado por sua Presidente, Sra. SONIA MARIA TAKEDA, RG.8.720.171, **Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo**, CNPJ 52.169.117/0001-05, situado à Rua Rondinha, 72/74, Chácara Inglesa - CEP 04140- 010, São Paulo, representado por sua Presidente, Sra. Solange Aparecida Caetano, RG nº 36.817.253-3; **Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo**, CGC 62.448.543/0001-23, situado à Rua Barão de Itapetininga, 255, Conj. 304/305, Centro - CEP 01055-900, representado por seu Presidente, Sr. Marco Aurélio Pereira, RG nº 20.460.336-5, **Sindicato dos Inspectores Fiscais da PMSP - SINDIF**, CNPJ nº 60.534.138/0001-00, sito à Rua Vieira de Carvalho, 172 - 5º andar, CEP 01210-010 - São Paulo - SP, representado por seu Presidente, Sr. IVAN PEREIRA GOMES PINTO, RG.6.536.380, **Sindicato dos Agentes Vistores Municipais de S.P.- SAVIM**, CNPJ nº 47.676.390/0001-88, sito à Rua Cel. Xavier de Toledo nº121 - 6º and. c/ 62, CEP 01048-100 - São Paulo - SP, representado por seu Presidente, Sr. Waldir Petrocioni, RG.3.105.034, **Sindicato dos Motoristas e Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo**, CNPJ nº 62.922.174/0001-69, sito à Rua da Abolição, nº 470, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01319-010, representado por seu Presidente, Sr. ARTUR RODRIGUES, RG. 3.764.048, **Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo - SGCMS/SP**, CNPJ nº 71.582.779/0001-49, sito à Rua 7 de Abril, 264 - 1º andar, CEP: 01044-000 - São Paulo - SP, representado por seu Presidente, Sr. CARLOS ALBERTO SOUZA MATOS, RG. 17.840.849, **Sindicato dos Professores e Funcionários Públicos Municipais Aposentados - SINAP**, CNPJ 03602715/0001/02, situado à Rua Engenheiro Andrade Junior, 516, Belém - CEP 0361-040, São Paulo, representado por sua Presidente, Sra. Diva Spisso Pedrosa, RG 2.231.282, **Federação das Associações Sindicais e Profissionais dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo - FASP**, CNPJ nº 01.095.749/0001-22, situada à Rua Cel. Xavier de Toledo nº 266- 2º andar c/ 21/22, CEP 01048-100 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. BERENICE GAZONI, RG. 5.379.394, **Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo**, CNPJ nº 62.650.536/0001-00, situada à Rua Dr. Lund, nº 37/Liberdade, CEP 01513-020, representada por seu Presidente Sr. ANTONIO BALERINE, RG nº 2034969, **Associação dos Servidores Municipais de São Paulo**, CNPJ nº 62.228.697/0001-00, situada no Viaduto 9 de Julho, 181- 12º andar, CEP 01050-060 - São Paulo - SP, representada por seu Presidente, Sr. TULLO EXPEDITO LIPORONI, RG. 2.103.636, **Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos Municipais - SEAM**, CNPJ nº 56.811.631/0001-45, situada à Av. Ipiranga, 318 - Bl. A - 4º andar - Cj. 402 - CEP 01405-002 - São Paulo - SP, representada por seu Presidente, Sr. DÉCIO MALUF, RG. 1.408.177-5, **SSP/SP, Associação dos Contadores Municipais de São Paulo - ACMSP**, CNPJ nº 50.675.917/0001-64, situada à Rua Br. de Itapetininga, 255 - 8º andar - Cj. 809/810, CEP 01042-001 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. ALICE COUTINHO MAGRO, RG. 6.188.038, **Associação dos Auxiliares de Enfermagem da Saúde Pública dos Municípios e do Estado de São Paulo**, CNPJ. nº 53.983.797/0001-50, situada à Rua Brig. Tobias, 118 - 32º andar - sala 3205, 01032-000 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. MARIA LÚCIA SILVA, RG.7.496.433-1, **Associação dos Administradores Municipais - ADAM**, CNPJ nº 53.500.765/0001-57, situada à Rua Xavier de Toledo, nº 266, 13º Cj 1131/132, CEP 03324-040 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. CONCEIÇÃO FALCINI IÓRIO, RG. 6.475.100, **Associação dos Bibliotecários Municipais da São Paulo - ABM**, CNPJ nº 49.875.552/0001-32, situada à Rua Xavier de Toledo, nº 266, 13º, - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. FLÁVIA DA SILVEIRA LOBO, RG. 2.735.511, **Associação dos**

Escriturários Municipais de São Paulo - AEM, CNPJ nº 60.544.327/0001-56, situada à Av. Ipiranga, 877 - 5º andar - Cj. 55, CEP 01039-000 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. MIRIZ ARAUJO LOPES, RG.1.053.156, **Associação dos Funcionários Aposentados dos Municípios de SP - AFAMSP**, CNPJ nº 53.635.355/0001-13, situada à Av. Ipiranga, 877 - 5º andar - Cj. 55, CEP 01039-000 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. MIRIZ ARAUJO LOPES, RG.1.053.156, **Associação dos Pedagogos da PMSP**, CNPJ nº 86.859.477/0001-42, situada à Rua Xavier de Toledo, 266 - 13º andar - Cj. 131, CEP 01048-100 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. LILIANE REZENDE JUNQUEIRA, RG. 4.142.260, **Associação dos Pensionistas do IPREM - APIPREM**, CNPJ nº 71.530.638/0001-82, situada à Alameda Santos, nº 333 - apto 133 - Cerqueira César, CEP 01419-000 - São Paulo - SP, representada por sua Presidente, Sra. LAURA MARTINEZ LUCAS, RG.708.106-SSP/SP, **Associação Odontológica da Prefeitura de São Paulo - AOSP**, CNPJ 58.415.449/0001-09, situada à Rua do Bexiga, 48, Bela Vista, - CEP 01315-020 - São Paulo, representada por seu Presidente, Sr. Rubens S. Orlandi, RG nº 2.228.903, **União Nacional dos Servidores Públicos Cíveis do Brasil - UNSP - Sindicato Nacional**, CNPJ 33.721.911.0003-29, situado à Rua Vicente Prado, nº 74/84, Bela Vista - CEP 013.010-000 - São Paulo, representado por seu Presidente, Sr. Hélio de Mello; **Associação dos Médicos da Rede Municipal de Saúde do Município de São Paulo - AMRMSMP**, situada à Rua Iaia, 173, Itaim Bibi - CEP 04542-060, São Paulo, representada por seu Presidente, Sr. Mario de Moraes Rosseti, RG nº 3.146.156, neste ato representadas pela **Bancada Sindical da Mesa Central de Negociação do Sinp**,

CONSIDERANDO:

1. A obediência aos princípios que informam e regem a administração pública, especialmente os explicitados no artigo 37, "caput", da Constituição Federal, a saber, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, pelo qual incumbe à gestão administrativa o dever da "boa administração", conceito que inclui, além do respeito à lei e à moralidade, a produtividade, o profissionalismo e a adequação técnica do exercício funcional à satisfação do interesse público;
2. As garantias e determinações prescritas na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso VI, que assegura ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, e inciso X, que determina a **revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos**;
3. O disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, em seu artigo 92, inciso I, que determina a fixação do piso salarial do funcionalismo municipal a ser "definido em comum acordo entre a administração e a representação sindical dos servidores municipais", e inciso IV que assegura reajuste geral da remuneração dos servidores, sem distinção de índices, sempre na mesma data, e artigo 93, que garante ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical, nos termos do art. 8º da Constituição da República;
4. O disposto no Art. 8º, inciso VI, da Constituição Federal que torna obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
5. O disposto na Lei Municipal nº 13.303, de 18/01/2002, artigo 1º, que estabelece a data base dos servidores públicos municipais, em 1º de maio de cada ano, e artigo 6º, que determina ao Executivo Municipal a instituição de "... sistemas participativos, de caráter permanente, visando dar tratamento aos conflitos decorrentes dos vínculos funcionais e de trabalho...", sistemas estes "... capazes de motivar o envolvimento e promover a participação efetiva dos servidores municipais, de suas entidades de classe e sindicais e de usuários dos serviços públicos, podendo ser constituídos por meio de contratos, convênios ou outras formas...";
6. O disposto no Art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal e nos artigos 92, 96 e 97 da Lei Orgânica do Município de São Paulo;
7. O disposto no Convênio do Sistema de Negociação Permanente da PMSP, SINP, celebrado em 06/02/2002 (D.O.M. 08/02/02), que instituiu metodologia de tratamento e negociação de demandas e conflitos funcionais e do trabalho, nos termos da política conjugada de valorização dos servidores públicos com o aprimoramento da eficiência e da qualidade dos serviços;
8. A política das entidades de classe, de unidade da ação sindical e de defesa intransigente dos interesses dos servidores públicos municipais, compreendidos no contexto dos interesses gerais dos trabalhadores, manifestados na construção do "Estado-cidadão", capaz de assegurar direitos e serviços essenciais ao exercício da cidadania;
9. A opção e o compromisso da atual gestão democrática e popular de promover a democratização do processo interno de tomada de decisões administrativas, coerente com a concepção que defende, de democratização das relações de trabalho, de busca permanente da qualidade e da eficácia dos serviços e de construção do "Estado Democrático da Eficiência";
10. Que, transcorridos mais de três meses do início das negociações para a definição de índice geral de reajuste salarial do funcionalismo, decorrente da aplicação da Lei 13.303/02 (data base), as partes não chegaram a um consenso quanto à fixação desse percentual, estabelecendo-se um **impasse nas negociações**;

11. Que a Lei 13.303/02 determina ao Executivo Municipal envio de Projeto de Lei à Câmara Municipal de São Paulo para proceder ao reajuste salarial dos servidores públicos municipais;
12. A concordância de ambas as bancadas da Mesa Central de Negociação em torno de cláusulas de natureza social que beneficiam o conjunto do funcionalismo público municipal, embora a proposta e a forma de pagamento do índice de reajuste salarial tenham sido consideradas insuficientes pela bancada sindical;
13. A existência de outros itens na pauta do Sinp, de extrema importância e urgência para ambas as partes, os quais, em razão de suas especificidades, não estão sendo tratados nesta fase de negociação da data base;
14. Que o Convênio do Sistema de Negociação Permanente prevê processo contínuo de negociação, para além do período de data base, que permite à bancada sindical dar continuidade à defesa das suas reivindicações por melhorias salariais e de condições de trabalho;

ESTABELECEM:

CLÁUSULAS DE NATUREZA ECONÔMICA

CLÁUSULA PRIMEIRA - ÍNDICE GERAL DE REAJUSTE

Não havendo consenso quanto à fixação de percentuais de reajuste salarial, referentes ao período da data "base" do funcionalismo público municipal, em cumprimento às determinações legais, a Administração encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal de São Paulo, em regime de urgência, para a fixação do índice geral de reajuste, nos termos das propostas apresentadas ao Sinp, ou seja: 2% (dois por cento) a serem pagos retroativamente a maio de 2002, a segunda parcela de 2,62% (dois e sessenta e dois por cento), a ser paga em janeiro de 2003, a terceira parcela de 2,62% (dois e sessenta e dois por cento) a ser paga em janeiro de 2004, e bônus de R\$ 300,00 (trezentos reais) para servidores que percebem vencimentos até 3 (três) salários mínimos, a ser pago em 3 (três) parcelas, sendo 2 (duas) neste exercício e uma em janeiro de 2003.

CLÁUSULA SEGUNDA - TERMO DE ENCERRAMENTO DE ETAPA NEGOCIAL

Ambas as partes reconhecem o esgotamento das negociações, referentes à fixação do índice geral de reajuste salarial específico da data base, dando por encerrada essa etapa da negociação na Mesa Central do Sinp.

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A Administração se compromete a elevar os vencimentos de Nível Básico para R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais) e de Nível Médio para R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), como vencimento padrão dessas carreiras, por ocasião da implementação do PCCS.

CLÁUSULAS DE NATUREZA SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA - CESTA BÁSICA

No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do presente Acordo, a Administração enviará Projeto e Lei ao Legislativo visando a instituição do direito à Cesta Básica aos servidores municipais que percebem remuneração (padrão de vencimento) até 3 (três) salários mínimos.

CLÁUSULA QUINTA - AUXÍLIO REFEIÇÃO

No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do presente Acordo Coletivo, a Administração se compromete a enviar Projeto de Lei ao Legislativo, visando à extensão do direito ao pagamento integral do Auxílio Refeição diário para os servidores municipais que cumprem jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais e para os que trabalham em jornadas de dias alternados (12x36 horas) como GCMs, Agentes de Vigilância, Motoristas, Plantonistas e outros.

CLÁUSULA SEXTA - GRATUIDADE DE MEDICAMENTOS

No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do presente Acordo, as partes assumem o compromisso de constituir Grupo de Estudo e Propositura, com a finalidade de apresentar condições técnicas, operacionais e legais para a instituição da gratuidade de medicamentos de uso contínuo para funcionários que percebam remuneração bruta até R\$1.000,00 (um mil reais);

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS DE TRABALHO

No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do presente Acordo Coletivo, as partes assumem compromisso de constituir Grupo de Estudo e Propositura, com a finalidade de apresentar diagnóstico e propostas para melhorar condições de trabalho, indicar medidas preventivas sobre segurança, higiene e saúde do trabalho e promover medidas de apoio permanente à implementação e ao funcionamento das CIPAs, propostas essas que serão encaminhadas para apreciação da Mesa Central de Negociação.

CLÁUSULA OITAVA - GRUPO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

No prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados da assinatura do presente Acordo Coletivo, as partes assumem compromisso de constituir Grupo de Prevenção da Violência, de caráter permanente, com a finalidade de apresentar diagnóstico, estudos e propostas para prevenir situações de violência contra servidores e usuários nos equipamentos da Prefeitura, propostas essas que serão encaminhadas para apreciação da Mesa Central de Negociação.

CLÁUSULA NONA - ABSENTEÍSMO

No prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente Acordo Coletivo, as partes assumem compromisso de constituir Grupo de Estudo e Propositura, que terá a finalidade de diagnosticar origem e causas do absenteísmo e apresentar propostas para superação do problema, a serem encaminhadas à apreciação da Mesa Central de Negociação.

CLÁUSULA DÉCIMA - AVALIAÇÃO FUNCIONAL E DOS SERVIÇOS

No prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente Acordo Coletivo, as partes assumem compromisso de constituir Grupo de Estudo e Propositura, com a finalidade de instituir um Sistema Participativo de Avaliação Permanente de Desempenho Funcional e gerenciamento administrativo dos Serviços Municipais.

CLÁUSULAS PROCEDIMENTAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REGISTRO DE PAUTA

Ambas as partes se comprometem a realizar, no período de agosto a dezembro de 2002, discussões internas em suas respectivas instâncias e na Mesa Central, sobre "Princípio geral de reajuste", "Reestruturação de PCCS" e "Estado do Funcionalismo", podendo, a qualquer tempo, apresentarem estudos e propostas a serem debatidas na Mesa Central do Sinp.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRIORIDADES SETORIAIS

Ambas as partes se comprometem a realizar, a partir de agosto de 2002, discussões sobre os critérios de gratificações aos Profissionais da Saúde e da Educação.

O presente Acordo Coletivo de Serviço, firmado por prazo indeterminado, cumpre a finalidade de dar tratamento aos conflitos, encaminhamento às demandas apresentadas e cumprimento às prerrogativas e determinações legais estabelecidas para as partes, evidenciando-se, pelos seus termos, a primazia dos interesses maiores da sociedade e dos usuários, ao objetivarem a eficiência e a qualidade dos serviços públicos municipais, razões pelas quais a Administração Municipal e as entidades de classe dos servidores, por seus representantes infra-assinados, assumem o compromisso do máximo empenho à efetivação das medidas acordadas.

São Paulo, 20 de agosto de 2002.

PELA BANCADA GOVERNAMENTAL

Rui Sá Silva Barros
Secretaria Municipal de Gestão Pública

Edson Aparecido da Silva
Secretaria Municipal de Governo

Leda Maria Paulani
Secretaria Municipal das Finanças

Arlene Rodrigues Teixeira
Secretaria Municipal da Saúde

Luiz de Souza Cardozo
Secretaria Municipal da Educação.

PELA BANCADA SINDICAL

Berenice Gazoni
Federação das Assoc. Sind. e Prof. dos Serv. da P.M.S.P.

Leandro Valquer J. Leite de Oliveira
Sindicato dos Serv. Pub. Munic. de São Paulo

Maria das Graças Souto
Sindicato dos Médicos de S.P.

José Carlos Jorge
Sindicato dos Agent. Vist. Munic. de S.P.

Joel Pereira da Silva
Sindicato dos Motoristas e Serv. da P. M. de S.P.

DOUGLAS GERSON BRAGA
OMBUDSMAN DO SINP - VOLUNT.

Folha nº 46
Processo 0102/02
do

VIOLÊNCIA

Cresce o roubo seguido de morte

► Números divulgados pela Secretaria da Segurança mostram que os casos de latrocínio na Capital aumentaram 14,8%. Os seqüestros diminuíram

CRISTINA CHRISTIANO

► Os latrocínios (roubos seguidos de morte) subiram 14,8% na cidade de São Paulo entre abril e junho deste ano. Segundo estatística divulgada ontem pela Secretaria da Segurança Pública, houve 49 casos no primeiro trimestre e 62 no segundo. No estado, a alta foi de 4,5%. Também aumentou 6,6% o número de roubos na Capital. No primeiro trimestre, houve 31.485 ocorrências e 29.706 de janeiro a março. No estado, os casos subiram de 55.499 para 59.069 no mesmo período.

O tráfico de entorpecentes foi o crime que mais subiu no segundo trimestre: 30,2%. Passou de 520 casos na Capital, ocorridos entre janeiro e março, para 677. No estado a alta foi

de 9,3%, sendo 2.986 ocorrências no segundo trimestre contra as 2.731 do primeiro. Os estupros também aumentaram 7,3% na Capital e 3% no estado, no mesmo período.

Já os seqüestros na cidade de São Paulo caíram 23,6% entre abril e junho deste ano em relação ao primeiro trimestre. Houve 49 casos na Capital e 89

no estado, contra os 63 e 140 ocorridos, respectivamente, entre janeiro e março. Os roubos de veículos também tiveram queda de 8% entre abril e junho, quando foram registrados 11.395 casos na Capital. No estado houve 23.609 de janeiro a março e 22.193 no segundo trimestre. Os furtos também tiveram ligeira redução de 0,8% na Capital, entre abril e junho, passando de 43.110 para 42.762. No estado a queda foi ainda maior: 2,3%.

A surpresa da estatística ficou por conta dos homicídios, que caíram 22% na Capital,

passando de 1.295 casos registrados no primeiro trimestre, para 1.138 no segundo. No estado, a queda foi de 4,5%. As tentativas de homicídios também baixaram, passando de 695 casos entre janeiro e março, para 632 de abril a junho.

Segundo os dados da Secretaria, no primeiro trimestre 6.534 pessoas foram presas na Capital e 22.350 no estado. No segundo, o número subiu para 6.993 na Capital, mas caiu para 21.608 no estado. Na Capital, 79 pessoas morreram em confronto com a PM no primeiro trimestre e 56 no segundo.

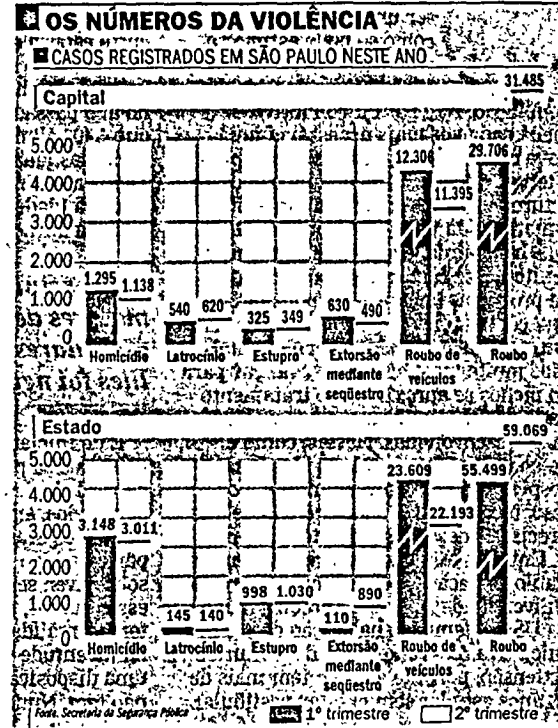
Aumenta o número de pessoas mortas pela polícia

► O número de pessoas mortas em confronto com a Polícia Militar, na Capital, aumentou 27,6% nos seis primeiros meses deste ano em relação a igual período de 2001, passando de 106 mortes para 135. Também os seqüestros na cidade de São Paulo subiram 119,7% no mes-

mo período. Entre janeiro e junho de 2001 ocorreram 51 casos, contra os 112 deste semestre. Na mesma região, os latrocínios também tiveram alta de 34% no período, passando de 86 ocorrências nos primeiros seis meses de 2001 para 116.

Já os homicídios na Capital

caíram 11,6% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2001. No ano passado houve 2.716 assassinatos contra os 2.433 de 2002. Mas os roubos aumentaram 10,2%, passando de 55.489 casos no primeiro semestre de 2001 para 61.191 este ano.



Folha nº 4
Processo 21629
Carlos Roberto Silva
Reg. 11134

Entenda como funciona o mecanismo da exclusão

GUILHERME WERNECK
DA REPORTAGEM LOCAL

Quem pensa que "Cidade de Deus" apresenta um problema apenas carioca não viu nada. O envolvimento de jovens com a violência a partir da instalação de famílias de desabrigados em um conjunto habitacional na periferia do Rio de Janeiro traduz a realidade de outros centros urbanos brasileiros.

Segundo João Sette Whitaker Ferreira, 35, professor de planejamento urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, o que aconteceu com a Cidade de Deus segue um modelo de segregação que tem origens ainda no século 19 e ganhou força no século passado.

Tomando São Paulo como exemplo, é fácil entender como os pobres foram empurrados para lugares cada vez mais distantes das regiões onde estão as elites.

No século 20, enquanto as elites se movimentam da região central para a da Paulista e, depois, para as regiões da Faria Lima e do Morumbi, as periferias vão ganhando áreas cada vez mais distantes, principalmente nas zonas sul e leste.

As primeiras ocupações de bairros periféricos ocorrem nos anos 30, acompanhando a industrialização, e se tornam mais intensas nos anos 50. Com o crescimento econômico de São Paulo, a cidade passa a receber cada vez mais migrantes e a falta de moradias se agrava.

Durante o regime militar (1964-1985) são feitos grandes investimentos em habitações populares, e as Cohabs são criadas, quase sempre distantes do centro. Porém, "como os programas de habitação baseavam-se na compra de casa própria, eles nunca conseguiram atingir quem tivesse renda inferior a cinco salários mínimos", explica Ferreira.

O resultado dessa deficiência na atuação do poder público se traduz na favelização da cidade. Nos anos 70, 1% das moradias eram favelas, hoje já são 20%.

A partir dos anos 80, uma série de favelas foi retirada da região central e seus moradores foram expulsos para regiões mais distantes. Um exemplo de como esse mecanismo funciona está no livro "Parceiros da Exclusão" (editora Boitempo), de Mariana Fix, 31, pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da USP.

No livro, ela descreve o processo de retirada dos moradores da favela Jardim Edith, na região da avenida Água Espraiada. "Só 5% conseguiram ir para conjuntos habitacionais. A maior parte foi para favelas", diz Mariana.

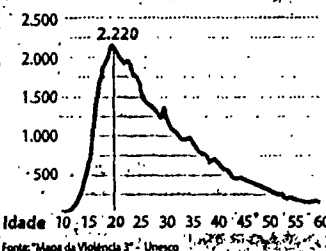
Ao afastar as pessoas do centro, entra em operação um sistema perverso de exclusão. "Como a urbanização das cidades brasileiras está vinculada ao crescimento econômico, a forma como a sociedade se organiza no espaço é concentradora de renda e excludente", diz Ferreira, que dá o exemplo da lei de zoneamento. "Ela é ultra-restritiva nas regiões ricas, mas, se você vai ao Jardim Ângela, não há zoneamento. Vale tudo porque o Estado não chega a essas regiões."

Faroeste

Como no filme, a quase ausência do poder do Estado na periferia acaba se transformando em violência. Segundo Marcelo Daher, 24, do NEV (Núcleo de Estudos da Violência) da USP, a dificuldade de acesso à saúde, ao lazer, à cultura e ao trabalho é um dos fatores que faz crescer a violência entre jovens na periferia. Ao lado disso, Daher diz que a situação é agravada pela dificuldade de acesso à Justiça e pela atuação da polícia.

A VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS

Número de homicídios por idade, em 2000



Em relação aos homicídios de jovens, o sociólogo Jacobo Waiselfisz, 62, coordenador da Unesco em Pernambuco e um dos autores da série de pesquisas "Mapa da Violência", aponta que nos últimos 20 anos a violência homicida no Brasil avançou exclusivamente entre os jovens.

Os dados de 2000 da pesquisa mostram que o número de homicídios no Brasil sobe a partir dos 15 anos e atinge seu pico aos 20 (veja gráfico).

Com o passar dos anos, esse números ficam mais assustadores. Considerando a população jovem como aquela que vai de 15 a 24 anos, o mapa mostra que, em 1980, havia 30 homicídios de jovens por cada 100 mil habitantes. Em 2000, esse número já chegava a 50,1.

Enquanto essa curva não parar de subir fica difícil discordar de rappers como os da Facção Central, quando cantam: "Isso aqui é uma guerra".

Nesta pág. e ao lado, jovens que vivem em áreas com altos índices de violência na cidade de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ref.: Processo nº 709/2003

Folha nº 174 do proc.
Nº 709 de 2003
o funcionário:

SANDRA LIA RODRIGUES ALMEIDA
Chefe de Departamento Administrativo

Folha n.º 49 do proc.
N.º 01-0051 de 2009

(2) Maria Helena da Silva
RF 100.696 - DT.4

Ac DT.4

Sra. Diretora,

À vista das informações que constam dos autos, bem como do parecer nº 004/03, da Comissão Permanente de Sindicância - ST.36, às fls. 12/15, que concluiu pela inexistência de responsabilidade, uma vez que o Projeto de Lei 51/02 foi encontrado, e tendo sido adotadas medidas para evitar que o incidente se repita, determino o ARQUIVAMENTO da Sindicância, com fundamento no art. 1º, inc. XXIV, do Ato 770/02 c/c o art. 23, inc. III, do Ato 661/99, bem como, determino o envio do PL nº 51/02, que dispõe sobre a criação do programa de informações sobre vítimas de violência no Município de São Paulo e dá outras providências, ao Departamento dos Serviços Legislativos -DT.7.

08/07/03

Lia Mara M. R. Chagas
Lia Mara M. R. Chagas

Diretora Geral Substituta

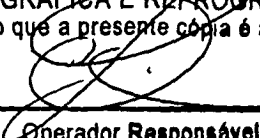
A DT. 4244 - Senhor Chefe,
Para os devidos fins.
10/07/03

Regina Aparecida Barrios
Subdiretor Téc. Depto. Pessoal
DT. 4

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
de 09/07/03 pag. 71
coluna 4ª conferido hi

FICHADO
DT-4 to 107/03
Maria Helena

10/10/80 - DTA
Heleno da Silva
N.º
10/10/80 - DTA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DEPTO. DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMÁTICA, UNIDADE TÉCNICA II
DE GRÁFICA E REPROGRAFIA
Certifico que a presente cópia é autêntica.


Operador Responsável



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n.º 50.....
do processo n.º 01-0051..... de 2002 ...16./07./03 (a)

Maria Helena da Silva
RF 100.696 - DT.4

Ao DT.7
Sr. Diretor,

Roberto da Silva
Assessor de Gabinete

Conforme decisão da Diretoria Geral, publicada no
DOM de 09.7.03, cópia às fls. 49, segue o presente processo para os devidos
fins.

16/07/03

Mariza Giovannini
MARIZA GIOVANNINI
Diretor Téc. Depto. Pessoal – DT.4
Roberto da Silva
Assessor de Gabinete

Ao Setor de Secretaria das Comissões – Senhor Coordenador,

Para as devidas providências.
17/07/03

Luis Fernando Braz de Araujo
Luis Fernando Braz de Araujo
Diretor Técnico de Departamento – Subst.

A Comissão de Saúde, Promover Social e Trabalho.
Sec. Secretária,
Para incluir na pauta e promulgação de Contas.
Em

~~Ata da Helena da Silva
1970-1971 - D.T.A.~~

À SGP-33, PARA ARQUIVAMENTO.
São Paulo, 30 de agosto de 2004.

Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-15

Supervisor de Equipe - SGP-15

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

Proc. encerrado com 50 fls.
Arquivado em 30.08.2004
Enc.º

JOSE ROBERTO PERREIRA
RP 100.702
SGP-33

Nesta data, o Processo 01-0051/2002 (original),
foi apensado a este, conforme Despacho Supra.

sgp.33, 10/11/2004
 LINA ANGELICA M. GUMAUSKAS
 15-100-927